



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**ATA DA 207ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL – CNAS – DIAS 11, 12, 13 DE DEZEMBRO DE 2012**

BRASÍLIA – DF

**Ata DA 207ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL – CNAS – DIAS 11, 12, 13 DE DEZEMBRO DE 2012**

1 Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e doze, às 14h, na
2 Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo, 1º Andar, Ala A teve início a
3 Ducentésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência
4 Social – CNAS, sob a Presidência da Senhora Presidenta do Conselho
5 Nacional de Assistência Social, CNAS e Representante Titular da Secretaria
6 Nacional de Assistência Social, SNAS, Luziele Maria de Souza Tapajós.
7 Estiveram presentes os seguintes **Conselheiros Titulares ou na**
8 **Titularidade e Suplentes do Conselho Nacional de Assistência Social,**
9 **CNAS:** A Senhora Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós, da
10 Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento
11 Social e Combate a Fome, MDS, A Senhora Conselheira Solange Teixeira,
12 Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, Ministério do Desenvolvimento
13 Social e Combate a Fome, MDS, A Senhora Conselheira Simone Aparecida
14 Albuquerque, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,
15 MDS; A Senhora Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa,
16 Secretaria Nacional de Assistência Social, SNAS; A Senhora Conselheira
17 Clara Carolina de Sá, Secretaria Nacional de Assistência Social, SNAS; A
18 Senhora Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga, Secretaria Nacional de
19 Assistência Social, SNAS; O Senhor Conselheiro José Geraldo França Diniz,
20 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, MP; O Senhor Conselheiro
21 José Ferreira da Cruz, Secretaria Nacional de Assistência Social; A Senhora
22 Conselheira Meive Ausônia Piacesi, Fórum Nacional de Secretários de
23 Estado de Assistência Social, FONSEAS; A Senhora Conselheira Marisa
24 Rodrigues da Silva, Colegiado Nacional de Gestores Municipais de

25 Assistência Social, CONGEMAS; O Senhor Conselheiro Charles Roberto
26 Pranke, Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social,
27 CONGEMAS; O Senhor Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci, Cáritas
28 Brasileira; A Senhora Conselheira Márcia de Carvalho Rocha, Lar Fabiano
29 de Cristo; A Senhora Conselheira Leila Pizzato, Associação Antônio Vieira; A
30 Senhora Conselheira Cláudia Laureth Faquinote, Associação Brasileira de
31 Educação e Cultura – ABEC; O Senhor Conselheiro Wagner Carneiro de
32 Santana, Fundação ORSA; O Senhor Conselheiro Volmir Raimondi,
33 Organização Nacional de Cegos do Brasil, ONCB; A Senhora Conselheira
34 Dóris Margareth de Jesus, União Brasileira de Mulheres, UBM; O Senhor
35 Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Fórum Nacional da População de
36 Rua; A Senhora Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos Miranda, União de
37 Negros pela Igualdade, UNEGRO; A Senhora Conselheira Aldenora Gomes
38 González, Confederação Nacional das Associações de Moradores, CONAM;
39 O Senhor Conselheiro José Araujo da Silva, Pastoral da Pessoa Idosa; O
40 Senhor Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos, Associação Brasileira de
41 Educadores de Deficientes Visuais, ABEDEV; A Senhora Conselheira
42 Margareth Alves Dallaruvera, Federação Nacional dos Assistentes Sociais,
43 FENAS; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Central dos
44 Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, CTB; A Senhora Conselheira Jane
45 Pereira Clemente, Federação Nacional dos Empregados em Instituições
46 Benéficas, Religiosas e Filantrópicas, FENATRIBEF; O Senhor
47 Conselheiro Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, Ordem dos
48 Advogados do Brasil, OAB. **Visitantes:** A Senhora Ana Lígia Gomes,
49 Secretária Nacional de Assistência Social/MDS; A Senhora Secretária
50 Nacional de Assistência Social, Denise Ratmann Arruda Colin; O Senhor
51 Cleiton José da Silva, Colegiado Nacional de Gestores Municipais de

52 Assistência Social, CONGEMAS; A Senhora Maria Joaquina de Jesus,
53 Conselho Estadual de Assistência Social, CEAS/GO; A Senhora Ana Beatriz
54 de Almeida, Conselho de Assistência Social, CAS/DF; A Senhora Viviane de
55 Carvalho, Diocese Montenegro; A Senhora Meire Lucia Fais, Conselho
56 Estadual de Assistência Social, CEAS/TO; A Senhora Deborah Akerman,
57 Conselho Federal de Psicologia, CFP; A Senhora Ana Lúcia Soares, Fórum
58 Nacional dos Trabalhadores do SUAS, FNTSUAS; A Senhora Maria Rosa
59 Silveira Aguiar, Gabinete Deputado Eduardo Barbosa, Câmara dos
60 Deputados; A Senhora Patrícia Chaves Genke, Secretaria Nacional de
61 Segurança Alimentar e Nutricional, SESAN/MDS; A Senhora Kathleen S.
62 Oliveira, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional,
63 SESAN/MDS; A Senhora Ozana Aparecida Silva, Conselho Municipal de
64 Assistência Social, CMAS/Barro Alto/GO; O Senhor Edilar Cruz, Conselho
65 Estadual de Assistência Social, CEAS/RS e Fórum Nacional de Conselhos
66 Estaduais e Assistência Social, FONACEAS; A Senhora Aniella G. Lemos,
67 Conselho Municipal de Assistência Social, CMAS/Barro Alto/GO; O Senhor
68 Stevan S. de Andrade, Conselho Municipal de Assistência Social,
69 CMAS/Barro Alto/GO; A Senhora Rosalda Nunes Prado, Assistente Social; O
70 Senhor Wellington de Pinho, Acompanhante do Conselheiro Edivaldo; O
71 Senohr João de Deus Pawlak, Movimento Nacional da População de Rua e
72 Luziana Carvalho de A. Maranhão, Conselho Federal de Fisioterapia e
73 Terapia Ocupacional, COFFITO. **ABERTURA.** Iniciando a reunião, a
74 Senhora Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS,
75 Luziele Maria de Souza Tapapós cumprimentou os presentes e solicitou à
76 Senhora Secretária-Executiva, Maria das Mercês que fizesse a verificação do
77 quorum. **A Senhora Maria das Mercês, Secretária Executiva do Conselho**
78 **Nacional de Assistência Social, CNAS, MDS** cumprimentou a todos e a

79 todas e fez a verificação de quórum e em seguida informou as ausência
80 justificadas dos Conselheiros e Conselheira: Senhor José Geraldo França
81 Diniz, ausente na Reunião Ordinária devido a compromissos institucionais;
82 Senhor Fábio Moassab Bruni, ausente na Reunião Ordinária por motivo de
83 férias; Senhor Marcílio Ferrari, ausente na Reunião Ordinária devido a
84 compromissos institucionais e a Senhora Aldenora Gomes Gonzáles,
85 ausente na Reunião Ordinária por motivo de doença. **A Senhora Presidenta**
86 **Luziele Maria de Souza Tapajós** manifestou-se informando que o quórum
87 estava estabelecido, lembrou aos conselheiros da responsabilidade de cada
88 um na tarefa de deliberar sobre a Política de Assistência Social, avaliando o
89 novo texto da Norma Operacional Básica do SUAS, entregue em outubro
90 pela CIT. Em seguida fez a leitura da pauta da 207ª Reunião Ordinária:
91 **PAUTA:** Dia 11 – Sistematização dos debates realizados sobre a NOB pelas
92 Comissões; Reunião da Presidência Ampliada e aprovação da pauta. Dia 12
93 - Continuação da apresentação e discussão do documento final do novo
94 texto da NOBSUAS. Dia 13 – Informou que estava prevista a presença da
95 Ministra, mas provavelmente, por problema de agenda ela não poderia
96 comparecer e que devido a isso a pauta do dia 13 havia sofrido alterações
97 ficando a mesma: Aprovação da Ata da 206ª Reunião Ordinária do CNAS;
98 Apresentação do relato da Presidência Ampliada, mas devido a um pedido
99 da CIT esse ponto de pauta ficaria para fevereiro. E os outros pontos de
100 pauta seriam: Os informes da Presidência, Secretaria-Executiva, MDS, CIT,
101 Conselheiros e FONSEAS e CONGEMAS; avaliação da Reunião Ampliada e
102 Descentralizada de Vitória. Não havendo manifestação contrária deu por
103 aprovada a Pauta da Reunião Ordinária 207ª. Em seguida colocou para
104 aprovação a Ata da 206ª Reunião Ordinária em não havendo nenhuma
105 manifestação contrária com relação a ata a mesma foi aprovada. Dando

106 continuidade informou que seria feita a leitura do novo texto da Norma
107 Operacional Básica, NOB SUAS, trabalhada pelas conselheiras e
108 conselheiros nas comissões. Informou que seria apresentado o que havia
109 sido destacado e discutido pelas Comissões e também o que havia sido
110 sugerido pelas comissões para alteração, exclusão e inserção. Que no caso,
111 então, haveriam três vetores a serem julgados, sendo eles: propostas de
112 alteração de redação; propostas de inserção de texto, incisos, artigos ou
113 parágrafos e propostas de exclusão de textos, artigos, parágrafos ou incisos.
114 Em seguida informou como seria a metodologia de leitura do texto da NOB
115 SUAS 2012. Ressaltou que o texto teria sido dividido em capítulos e cada
116 comissão teria ficado com alguns capítulos sob sua responsabilidade e
117 sendo assim cada uma iria ler o capítulo de sua responsabilidade. Informou
118 também que a leitura seria feita capítulo a capítulo e se não houvesse
119 nenhuma manifestação durante a leitura o capítulo seria considerado
120 aprovado. No destaque da Comissão a Coordenadora ou Coordenador iria
121 fazer a justificativa do porquê da alteração, da exclusão ou da inclusão.
122 Informou que a votação da NOB só seria feita de forma qualificada, com o
123 voto qualificado, no dia seguinte quando da finalização da leitura de toda a
124 redação do texto da NOB. Explicou que durante a leitura os coordenadores
125 diriam o porquê das suas alterações e que o pleno poderia pedir justificativa
126 sobre as alterações. Explicou que os senhores coordenadores contariam
127 com a colaboração dos coordenadores técnicos do Conselho Nacional de
128 Assistência Social, CNAS e também que a escolha foi avaliar a NOB como
129 um todo e pensar o desdobramento, avaliar o desdobramento da NOB como
130 estudos para possíveis Resoluções, como grupos de debate, como
131 priorização de debate. Ressaltou que qualquer encaminhamento vinculado
132 aos artigos da NOB seriam feitos, debatidos e deliberados após a votação da

133 NOB. Em seguida agradeceu a presença da Senhora Alexandra Trivelino,
134 Técnica do DGSUAS que estaria no computador dando apoio as
135 coordenadoras e coordenadores nas alterações que iriam ser propostas no
136 texto. Informou que o texto da NOB estaria no email de todos e que não
137 havia sido possível fazer a impressão para distribuir a todos os conselheiros.
138 **A Senhora Conselheira Marisa Rodrigues da Silva** solicitou a presidenta
139 que a Coordenação Executiva tivesse, pelo menos, com uma cópia impressa
140 porque poderia ter alguns itens que precisariam ser feito alguns ajustes. **A**
141 **Senhora Conselheira Simone Aparecida Albuquerque** questionou a
142 presidenta se quando houvesse nova redação se poderia ser feita pelo pleno
143 e seria possível destacar um grupo para fazer essa nova redação, isso é, se
144 seria permitido ao plenário elaborar nova redação. **A Senhora Presidenta**
145 **Luziele Maria de Souza Tapajós** esclareceu que a estratégia era
146 justamente essa, o coordenador iria ler todos os artigos, subsessões e
147 sessões vinculadas a seu capítulo e se algum conselheiro quisesse algum
148 esclarecimento num artigo que tivesse sido debatido pela Comissão, ele teria
149 a possibilidade de pedir o esclarecimento ao coordenador. E que com
150 relação ao pleno propor nova proposta de redação seria possível, desde que
151 essa nova redação pudesse ser efetivamente debatida e aí seria feita uma
152 estratégia de defesa dessas propostas diferenciadas. **A Senhora**
153 **Conselheira Margareth Alves Dallaruvera** ressaltou que dentro do
154 processo da democracia participativa, no processo de avaliação do
155 documento o que teria que ficar claro seria com relação ao destaque.
156 Ressaltou que a seu ver o destaque teria que ser feito imediatamente porque
157 caso contrário o capítulo, artigo, inciso seria considerado aprovado. Essa
158 metodologia seria necessária para que não se ficasse preso a um só
159 destaque. **O Senhor Conselheiro José Ferreira Crus** sugeriu que cada

160 coordenador fizesse a leitura de tudo e já fosse especificando os destaques.

161 **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** perguntou ao
162 plenário se havia alguma manifestação contrária com relação à sugestão do
163 conselheiro, em não havendo informou que a sugestão do Conselheiro José
164 Crus estava aprovada. Em seguida informou ao pleno a que comissão teriam
165 ficado designados os capítulos da NOB: Capítulo I, Comissão de Política;
166 Capítulo II, Comissão de Normas, Capítulo III, Comissão de Política, Capítulo
167 IV, Comissão de Política; Capítulo V, Comissão de Normas; Capítulo VI,
168 Comissão de Financiamento; Capítulo VII, Comissão de Política; Capítulo
169 VIII, a Comissão de Política; Capítulo IX, a Comissão de Acompanhamento
170 aos Conselhos; Capítulo XX, a Comissão de Acompanhamento aos
171 Conselhos e o Capítulo XI, Regras de Transição, a Comissão de Normas. E
172 que a minuta de Resolução também teria ficado sob a responsabilidade da
173 Comissão de Normas. Em seguida informou que havia cometido um erro, de
174 não dizer no início que a introdução teria ficado a cargo da Comissão de
175 Acompanhamento a Conselhos. Em seguida passou a palavra a Senhora
176 Margareth Dallaruvera, Coordenadora da Comissão de Acompanhamento
177 aos Conselhos, que iria fazer a leitura da Introdução da NOB SUAS. **A**
178 **Senhora Conselheira Margareth Alves Dallaruvera** iniciou a leitura:
179 *“Introdução: Item 1 – Assistência social como política pública de seguridade*
180 *social vem passando por profundas transformações a partir da construção de*
181 *1988. O SUAS instituído pela Política Nacional de Assistência Social –*
182 *PNAS, em 2004, foi criado em Lei em 2011, com a aprovação da Lei número*
183 *12.435, que alterou dispositivos da Lei número 8.742/93, Lei Orgânica de*
184 *Assistência Social – LOAS, e garantiu no ordenamento jurídico brasileiro*
185 *inúmeras conquistas efetivadas ao longo desses anos. A LOAS concretizou*
186 *as diretrizes da Constituição Federal e reorganizou a Política de Assistência*

187 *Social Brasileira, assegurando a primazia da atuação do estado na provisão*
188 *de serviços, benefícios, programas e projetos. As normativas que mais*
189 *impactaram nos rumos da Política de Assistência Social consistem na edição*
190 *da PNAS 2004, e na publicação da NOBSUAS 2005, aprovadas*
191 *respectivamente pelas Resoluções CNAS número 145, de 13 de outubro de*
192 *2004, e número 130, de 15 de julho de 2005, que criou o SUAS, e*
193 *operacionalizou, inaugurando no país o novo modelo de organização da*
194 *gestão e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios*
195 *socioassistenciais. A NOBSUAS 2005 representou um marco fundamental na*
196 *estruturação da política pública de Assistência Social, imprimindo um grande*
197 *salto qualitativo na implantação de serviços socioassistenciais em todo o*
198 *território nacional. tendo como base critérios de partilha transparente e*
199 *objetivos adequados à distribuição territorial das populações vulneráveis com*
200 *alocação equitativa do cofinanciamento federal e a possibilidade de*
201 *superação das distorções regionais históricas. A lógica de financiamento da*
202 *assistência social trazida pela Norma Operacional de 2005 introduziu o*
203 *repasse por pisos de proteção zelando pela garantia da oferta permanente*
204 *de serviços socioassistenciais, com base na capacidade de atendimento e*
205 *não mais pela quantidade e modalidade de atendimento. Instituiu a*
206 *transferência regular e automática Fundo a Fundo, do Fundo Nacional para*
207 *os Fundos Municipais do Distrito Federal, e estaduais de assistência social.*
208 *E simplificou os instrumentos de repasse e pretensão de contas do*
209 *cofinanciamento federal, rompendo com a relação convencional tradicional. A*
210 *norma trouxe também as responsabilidades com relação ao gestor da*
211 *política, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos*
212 *municípios. Sendo que em relação a esses últimos foram definidos três*
213 *níveis de gestão, inicial, básica e plena, que estabeleceram uma*

214 *gradualidade na assunção das responsabilidades pelos municípios de acordo*
215 *com a organização do sistema local de assistência social. Para cadastra*
216 *nível de gestão foram definidas as responsabilidades e os incentivos e*
217 *requisitos de habilitação ao SUAS para os estados e Distrito Federal, foram*
218 *estabelecidas prioridades por meio do Pacto de Aprimoramento da Gestão*
219 *como instrumento de adesão ao SUAS. Outro avanço importante da*
220 *NOBSUAS 2005 foi à instituição da informação como ferramenta*
221 *imprescindível para uma gestão baseada nas evidências que orientam a*
222 *organização do sistema, do processo de planejamento e de tomada de*
223 *decisão. Destaca-se nesse sentido a instituição do Sistema Nacional de*
224 *Informação do Sistema Único de Assistência Social, Rede SUAS. A*
225 *instituição de monitoramento sistemático e a territorialização dos equipes de*
226 *assistência social nas áreas de maior vulnerabilidade e risco resultou em um*
227 *grande desafio para a gestão do SUAS. A implantação da vigilância*
228 *socioassistencial estratégia fundamental para o reconhecimento e*
229 *localização das vulnerabilidades e riscos, das violações de direito nos*
230 *territórios, que orientem e avaliem a oferta de serviços socioassistenciais de*
231 *acordo com as necessidades de seus usuários. O crescimento da cobertura*
232 *dos benefícios socioassistenciais na modalidade de transferência de renda*
233 *como programa Bolsa Família, e o Benefício de Prestação Continuada – PBF*
234 *e PBC suscitou novas demandas para o trabalho com famílias, vinculando a*
235 *presença dos serviços de assistência social como completude necessária ao*
236 *benefício. A publicação do potencial de gestão integrada de serviços,*
237 *benefícios e transferência de renda no âmbito do SUAS em 2009 é um*
238 *importância marco no reconhecimento do impacto e alcance da transferência*
239 *de renda em todo o território nacional, e na necessidade de integração*
240 *desses com os serviços socioassistenciais. Destaca-se ainda a aprovação da*

241 *tipificação nacional de serviços socioassistenciais, em 2009, que padronizou*
242 *em nível nacional os objetivos, as provisões e as formas de oferta dos*
243 *serviços. Também se destaca a aprovação da NOB RH SUAS em 2006, cujo*
244 *um dos objetivos é a padronização das carreiras do SUAS por meio de*
245 *diretrizes nacionais para a implementação de ações específicas que tem*
246 *como fim a qualificação e valorização dos trabalhadores atuantes no SUAS.*
247 *E ainda, cuja implementação traz impactos para a qualidade dos serviços e*
248 *benefícios ofertados no SUAS. Aqui nesse parágrafo tem a proposta da nova*
249 *redação, que fica assim instituída: também se destaca a aprovação da NOB*
250 *RH SUAS em 2006 cujo um dos objetivos é a padronização das carreiras do*
251 *SUAS, por meio de diretrizes nacionais para implementação de ações*
252 *específica que tem como fim a qualificação e valorização dos trabalhadores*
253 *atuantes no SUAS. E ainda, cuja implementação traz impactos diretos, foi à*
254 *inclusão na redação, diretos para a qualidade dos serviços e benefícios*
255 *ofertados no SUAS. Esses destaques indicam uma amplitude dos resultados*
256 *alcançados por intermédio da NOBSUAS 2005 e normativas com ela*
257 *relacionadas, e apontam para um novo momento. Tão importante quanto da*
258 *sua implantação e do aprimoramento do sistema. Uma das necessidades de*
259 *aprimoramento está relacionada ao processo de habilitação dos municípios*
260 *nos níveis de gestão estabelecidos pela NOBSUAS 2005, inicial, básica ou*
261 *plena. Esse processo foi demarcado pelo caráter cartorial que consistia*
262 *essencialmente na verificação de documentos para a comprovação dos*
263 *requisitos de gestão e em muitos casos após visitas in locu não se*
264 *confirmavam. Na maioria dos estados não se adotou procedimentos para o*
265 *acompanhamento da gestão de forma sistemática ou não realizou a revisão*
266 *da habilitação como forma de revalidação do cumprimento dos requisitos de*
267 *habilitação ou mesmo de avaliação da gestão. A desabilitação de municípios*

268 *previsto na NOBSUAS 2005 principalmente pelas consequências advindas*
269 *dela, aí coloca a palavra trouxe, e não se mostrou. Trouxe consequências*
270 *negativas para a gestão do sistema. Um exemplo fundamental é o momento*
271 *da desabilitação do município, que transfere ao gestor estadual a*
272 *responsabilidade pela execução dos serviços socioassistenciais evitando*
273 *assim a descontinuidade da oferta à população. Durante esses anos, ficou*
274 *evidente a inexistência de condições adequadas, sejam jurídicas,*
275 *administrativas, técnicas e políticas para a gestão e execução pelo estado,*
276 *dos serviços que devem ser executados no âmbito dos municípios. Outra*
277 *necessidade de revisão identificada está relacionada à decisão tomada*
278 *quando da pactuação da NOBSUAS 2005. A convivência do antigo modelo*
279 *da série histórica para que pudesse ocorrer a transição para novo modelo*
280 *compatibilizou de forma insuficiente as responsabilidades e requisitos de*
281 *gestão com os incentivos repassados pelo governo federal. Os municípios*
282 *habilitados nos níveis de gestão inicial e básica, recebiam investimentos*
283 *relacionados, recebiam incentivos relacionados aos serviços de proteção*
284 *social especial, de média e alta complexidade, mas não possuíam*
285 *responsabilidade estabelecida na NOB de estruturar a rede de referência.*
286 *Sendo assim, a revisão da NOBSUAS 2005 passa pela adoção de*
287 *mecanismos que possibilitem avaliar os estágios de organização do SUAS*
288 *nos estados, Distrito Federal e municípios. E o aprimoramento da gestão,*
289 *dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Cita-se*
290 *ainda a realização periódica do Censo SUAS como importante mecanismo*
291 *de monitoramento que permite a definição de indicadores que afere a*
292 *organização da oferta dos serviços na Rede Socioassistencial, bem como a*
293 *organização da gestão e do controle social nos estados, no DF e nos*
294 *municípios. É essencial reconhecer o esforço de adesão de estados, Distrito*

295 *Federal e municípios ao SUAS, ao instituir Conselho de Assistência Social,*
296 *Plano de Assistência Social e Fundo de Assistência Social, e de implantar os*
297 *serviços socioassistenciais. Assumindo as responsabilidades advindas do*
298 *cofinanciamento federal. Destaca-se por oportuno que esses avanços*
299 *demandam instituir novas práticas, mecanismos e instrumentos que*
300 *favoreçam o aperfeiçoamento do sistema e instituindo uma cultura de*
301 *planejamento no cotidiano da assistência social de acompanhamento e*
302 *cooperação dos entes federativos. Tem-se como marco importante na oferta*
303 *qualificada de serviços do SUAS a definição das metas de desenvolvimento*
304 *dos CRAS, a partir do Índice de Desenvolvimento dos CRAS – IDCRAS,*
305 *baseado na informação orientado pelo monitoramento, pela definição de*
306 *indicadores. Com base na experiência do IDCRAS, essa NOB propõe a*
307 *pactuação de prioridades e metas de aprimoramento da gestão, do controle*
308 *social, dos serviços, dos programas, projetos, e dos benefícios*
309 *socioassistenciais. O caráter dessa Norma Operacional diz respeito ao novo*
310 *patamar necessário para o aprimoramento do SUAS, por meio da introdução*
311 *de novas estratégias de financiamento e gestão, consubstanciados na*
312 *instituição dos blocos de financiamento, na pactuação de prioridades e*
313 *metas, valorização da informação, do monitoramento e do planejamento*
314 *como ferramentas de gestão e na instituição de um novo regime de*
315 *colaboração entre os entes, por meio, e não através, do apoio técnico e*
316 *financeiro, acréscimo, orientado por prioridades e para o alcance de metas*
317 *de aprimoramento do sistema. Essa Norma Operacional Básica –*
318 *NOBSUAS, considerou em sua construção, as sugestões encaminhadas por*
319 *meio de consulta pública, por eventos realizados em todo o Brasil com os*
320 *gestores, técnicos e Conselheiros estaduais, do Distrito Federal e municipais,*
321 *pelas recomendações das Comissões Intergestores Bipartites – CIBs, por*

322 debates e pactuação da Comissão Intergestores Tripartite – CIT,
323 contribuições dos núcleos de estudos, pesquisas e centros acadêmicos de
324 diferentes regiões do país, e contribuições por mensagem eletrônica entre
325 outros.” **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
326 manifestou-se colocando para aprovação da plenária e não havendo
327 manifestação contrária a Introdução da NOB SUAS foi aprovada. Em seguida
328 solicitou ao Senhor José Ferreira Crus, Coordenador da Comissão de
329 Política que fizesse a leitura do Capítulo I. **O Senhor Conselheiro José**
330 **Ferreira Crus** cumprimentou a todos e a todas e deu início a leitura do
331 Capítulo I. *“Capítulo I – Sistema Único de Assistência Social. Artigo 1º - A*
332 *Política de Assistência Social que tem por funções a proteção social, a*
333 *vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, organiza-se sob forma de*
334 *sistema público não contributivo descentralizado e participativo, denominado*
335 *Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Artigo 2º - São objetivos do*
336 *SUAS. Inciso I – Consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a*
337 *cooperação técnica entre a União, estados, Distrito Federal e municípios,*
338 *que de modo articulado operam a proteção social não contributiva e*
339 *garantem os direitos dos usuários. Inciso II – Estabelecer as*
340 *responsabilidades da União, estados, Distrito Federal e municípios na*
341 *organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência*
342 *social. Inciso III – Definir os níveis de gestão, de acordo com os estágios de*
343 *organização da gestão e oferta de serviços pactuados nacionalmente. Inciso*
344 *IV – Orientar-se pelo princípio da unidade e regular, em todo o território*
345 *nacional, a hierarquia, os vínculos e responsabilidades quanto à oferta de*
346 *serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social. Inciso V –*
347 *esse inciso houve alteração de redação, ele estava – respeitar as*
348 *diversidades culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, a proposta de*

349 *nova redação da coordenação, da Comissão é: respeitar as diversidades*
350 *culturais, étnicas, religiosas, socioeconômicas, políticas e territoriais.”*
351 Lembrou ao Conselho que teria ocorrido um destaque da Conselheira Leila
352 Pizzato e Conselheira Nilsia Santos, na reunião de Vitória, no Espírito Santo.
353 E que lá após análise detalhada da Comissão foram acatadas as sugestões
354 de alteração nesse inciso. *“Inciso VI – Reconhecer as especificidades e*
355 *desigualdades regionais e municipais, no planejamento e execução das*
356 *ações, esse inciso também conforme já apresentado na reunião de Vitória no*
357 *Espírito Santo, inclusive os seus motivos, pelo destaque da Conselheira*
358 *Margarida Munguba houve uma alteração de redação que ficou dessa*
359 *forma: reconhecer as especificidades, iniquidades e desigualdades regionais*
360 *e municipais no planejamento e execução das ações. Inciso VII – Assegurar*
361 *a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social;*
362 *inciso VIII – Integrar a rede pública e privada, com vínculo ao SUAS de*
363 *serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social. Inciso IX –*
364 *Implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência*
365 *social; Inciso X – Estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios.*
366 *Inciso XI – Afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos*
367 *como funções da Política de Assistência Social. Artigo 3º - São princípios*
368 *organizativos do SUAS: Inciso I – Universalidade, todos têm direito à*
369 *proteção sociassistencial prestada a quem dela necessitar, com respeito à*
370 *dignidade e autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie,*
371 *ou comprovação vexatória da sua condição. Inciso II – Gratuidade,*
372 *assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou*
373 *contrapartida, observado o que dispõe o artigo 35 da Lei 10.741, de 1º de*
374 *outubro de 2003, Estatuto do Idoso; Inciso III – Integralidade da Proteção*
375 *social, oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto*

376 *articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.*
377 *Inciso IV – Intersetorialidade, integração e articulação da Rede*
378 *Socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais. Inciso Vem –*
379 *Equidade, esse inciso Senhor Presidente, houve um acréscimo na sua*
380 *redação, uma alteração na redação, ficando dessa forma: equidade –*
381 *respeito às diversidades regionais, culturas, socioeconômicas, políticas e*
382 *territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade*
383 *e risco pessoal e social. Artigo 4º - São diretrizes estruturantes da gestão do*
384 *SUAS. Inciso I – Primazia da responsabilidade do estado na condução da*
385 *Política de Assistência Social; Inciso II – Descentralização político-*
386 *administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo;*
387 *Inciso III – Financiamento Partilhado entre a União, estados, Distrito Federal*
388 *e municípios; Inciso IV – Matricialidade Sociofamiliar; Inciso V –*
389 *Territorialização.”* Informou que havia acontecido um destaque e um amplo
390 debate, discussão em torno da diretriz do território colocada pelo Conselheiro
391 Anderson, na Reunião de Vitória, em relação à população de rua. E que após
392 intensa discussão nas reuniões da comissão ficou entendido que o
393 Conselheiro Anderson já havia sido contemplado no Art. 3º, Inciso V,
394 referente aos princípios organizacionais do Sistema Único de Assistência
395 Social, quando trata da equidade, o respeito às diversidades regionais,
396 culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que
397 estiverem em situação de vulnerabilidade e risco social, e pessoal. Dando
398 continuidade a leitura. *Inciso VI – Fortalecimento da relação democrática*
399 *entre estado e sociedade civil, e no inciso VII – controle social e participação*
400 *popular”.* **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
401 agradeceu ao Conselheiro José Crus e por ter compreendido que as
402 justificativas foram aceitas e não havendo manifestação contrária o Capítulo I

403 estava aprovado, Em seguida passou a palavra a Senhora Marisa.
404 Coordenadora da Comissão de Normas para apresentação do Capítulo II,
405 Gestão do Sistema Único. **A Senhora Conselheira Marisa Rodrigues da**
406 **Silva** cumprimentou a todas e a todos, informou que a contribuição da
407 Comissão de Normas estava inserida no Capítulo II, V e o XI. Em seguida
408 iniciou a leitura: “*Capítulo II – Gestão do Sistema Único de Assistência*
409 *Social. Artigo 5º - O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, se*
410 *fundamenta na cooperação entre a União, estados, DF e municípios, e*
411 *estabelece as respectivas competências e responsabilidades comuns e*
412 *específicas. § 1º - A União, estados, DF e municípios conforme suas*
413 *competências previstas na Constituição Federal e na Lei número 8.742, de*
414 *07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social, assume*
415 *responsabilidades na gestão do sistema e na garantia de sua organização,*
416 *qualidade e resultados nas prestações dos serviços, programas, projetos e*
417 *benefícios socioassistenciais. § 2º - As responsabilidades se pautam pela*
418 *ampliação da proteção sociassistencial em todos os seus níveis, contribuindo*
419 *para a erradicação do trabalho infantil, para o enfrentamento da pobreza, da*
420 *extrema pobreza, e das desigualdades sociais, para a garantia dos direitos*
421 *conforme disposto na Constituição Federal e na legislação relativa à*
422 *assistência social. § 3º - O SUAS comporta quatro tipos de gestão – I) Da*
423 *União; II) Dos estados; III) Do Distrito Federal; IV) Dos municípios.” Tivemos*
424 aqui, Senhora Presidente, uma proposta de exclusão do § 1º nesse artigo,
425 devendo portanto, esse ser transformado no artigo 5º, sendo que os
426 parágrafos 2º e 3º, esses deverão ser remunerados como § 1º e § 2º do
427 artigo 5º, proposta de reordenação do texto. “*Artigo 5º - O Sistema Único de*
428 *Assistência Social – SUAS, se fundamenta na cooperação entre a União,*
429 *estados, DF, e municípios, e estabelece as respectivas competências e*

430 responsabilidades comuns e específicas. § 1º - As responsabilidades se
431 pautam pela ampliação da proteção socioassistencial em todos os seus
432 níveis, contribuindo para a erradicação do trabalho infantil, para o
433 enfrentamento da pobreza, da extrema pobreza, e das desigualdades sociais
434 para a garantia dos direitos conforme disposto na Constituição Federal e na
435 legislação relativa à assistência social. § 2º - O SUAS comporta quatro tipos
436 de gestão: I) Da União; II) Dos estados; III) Do Distrito Federal; IV) Dos
437 municípios. Proposta de inclusão, o § 3º - O SUAS é integrado pelos entes
438 federativos, pelos respectivos Conselhos de Assistência Social e pelas
439 entidades e organizações de assistência social, abrangidas pela Lei 8.742,
440 de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS.
441 Proposta de reordenamento e inclusão anterior ao §1º do artigo 5º,
442 transforma-se no artigo 6º acrescido de um parágrafo único. Artigo 6º: A
443 União, estados, DF e municípios, conforme suas competências previstas na
444 Constituição Federal e na LOAS, assumem responsabilidades na gestão do
445 sistema e na garantia de sua organização, qualidade e resultados na
446 prestação de serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência
447 Social, mediante articulação entre todas as unidades de provisão do SUAS.
448 Artigo 6º: (Intervenções simultâneas) Os municípios que não aderiram ao
449 SUAS na forma da NOB SUAS, aprovada pela resolução Nº 130 de 15 de
450 julho de 2005, farão a adesão por meio da apresentação a Comissão
451 Intergestora Bipartite CIB de seu Estado, dos documentos comprobatórios da
452 instituição e funcionamento do conselho plano e fundo de Assistência Social,
453 bem como da locação de recursos próprios no fundo. Parágrafo §1º, a
454 criação e funcionamento do conselho de Assistência Social, deverá ser
455 demonstrada por: 1º cópia da lei de sua criação; 2º cópias das atas da suas
456 três últimas reuniões ordinárias; 3º cópia da publicação da sua atual

457 *composição e 4º cópia da ata que aprova o envio destes documentos a*
458 *Comissão Intergestora Bipartite CIB. Parágrafo §2º, a criação e existência do*
459 *fundo de Assistência Social, assim como a locação de recursos próprios,*
460 *deverá ser demonstrada por: 1º cópia da lei de criação do fundo de sua*
461 *regulamentação; 2º cópia da lei orçamentária LOAS; 3º balancete do último*
462 *trimestre do fundo e cópia da resolução do conselho de Assistência Social de*
463 *aprovação da prestação de contas do ano anterior.”* **A Senhora Conselheira**
464 **Margareth Alves Dallaruvera** solicitou destaque no Art. 6º. **A Senhora**
465 **Conselheira Marisa Rodrigues da Silva** deu continuidade à leitura: “*Artigo*
466 *7º, serão pactuados pela CIT, parâmetros para consolidação da rede de*
467 *serviços de equipamentos da gestão do SUAS, e do funcionamento*
468 *adequado dos conselhos de Assistência Social. Secção 1, responsabilidade*
469 *dos entes. Artigo 8º constituem responsabilidade comuns a União, estados,*
470 *DF e municípios: I organizar e coordenar o SUAS em seu âmbito,*
471 *observando as deliberações e pactuações de suas respectivas estâncias; II*
472 *estabelecer prioridades e metas visando à prevenção e o enfrentamento da*
473 *pobreza, da desigualdade, das vulnerabilidades e riscos sociais; III*
474 *normatizar e regular a política de Assistência Social em cada esfera de*
475 *Governo em consonância com as normas gerais da União; IV elaborar o*
476 *pacto de aprimoramento do SUAS com o tento: A. ações de estruturação e*
477 *aperfeiçoamento do SUAS em seu âmbito; B. planejamento e*
478 *acompanhamento da gestão, organização e execução dos serviços,*
479 *programas, projetos e benefícios sócio assistenciais; V garantir o comando*
480 *único das ações do SUAS pelo órgão gestor da política de Assistência Social*
481 *conforme preconiza LUAS; Inciso VI atender aos requisitos previstos no*
482 *Artigo 30 em seu parágrafo único da LOAS, com a efetiva intuição e*
483 *funcionamento do: A. conselho de Assistência Social de composição paritária*

484 *entre Governo e Sociedade Civil; B. Fundo de Assistência Social, constituído*
485 *como unidade orçamentária e gestora vinculada ao órgão gestor da*
486 *Assistência Social que também deverá ser o responsável pela sua*
487 *ordenação de despesas e com a locação de recursos financeiros próprios; C.*
488 *Plano de Assistência Social; Inciso VII prover a infraestrutura necessária ao*
489 *funcionamento do Conselho de Assistência Social garantindo recursos*
490 *materiais humanos e financeiros, inclusive para as despesas referentes a*
491 *passagens e diárias de conselho representantes do Governo ou da*
492 *Sociedade Civil no exercício de suas atribuições; Inciso VIII realizar em*
493 *conjunto com os conselhos de Assistência Social as conferências de*
494 *Assistência Social; Inciso IX estimular a mobilização e organização dos*
495 *usuários e trabalhadores do SUAS, para participação nas estâncias de*
496 *controle social da política de Assistência Social; Inciso X promover a*
497 *participação da sociedade, especialmente dos usuários na elaboração da*
498 *política de Assistência Social; Inciso XI instituir o planejamento contínuo e*
499 *participativo no âmbito da política de Assistência Social; Inciso XII assegurar*
500 *recursos orçamentários e financeiros próprios para o financiamento dos*
501 *serviços tipificados e benefícios assistenciais de sua competência, alocando*
502 *os no fundo de Assistência Social; Inciso XIII garantir que a elaboração da*
503 *peça orçamentária esteja de acordo com os planos de Assistência Social e*
504 *com os compromissos assumidos no pacto de aprimoramento do SUAS;*
505 *Inciso XIV dar publicidade ao dispêndio dos recursos públicos destinados a*
506 *Assistência Social; Inciso XV formular diretrizes e participar por definições*
507 *sobre o financiamento e o orçamento da Assistência Social; Inciso XVI*
508 *garantir a integralidade da proteção sócio assistencial à população, primando*
509 *pela qualificação do serviços do SUAS, exercendo essa responsabilidade de*
510 *forma compartilhada entre a União, estados, DF e municípios; Inciso XVII*

511 *garantir e organizar a oferta dos serviços sócio assistenciais conforme*
512 *tipificação nacional de serviços sócio assistenciais; Inciso XVIII definir os*
513 *serviços sócio assistenciais de alto custo e as responsabilidades dos entes*
514 *de financiamento e execução; Inciso XIX estruturar, implantar e implementar*
515 *a vigilância sócio assistencial; Inciso XX definir. Aqui ouve uma proposta da*
516 *nova redação no inciso XX que passa a ser definir os fluxos de referência e*
517 *contra a referência do entendimento (ininteligível) dos serviços sócio*
518 *assistenciais, contemplando as diversidades de gênero culturais étnicas e*
519 *religiosas; Inciso XXI aprimorar a questão do programa Bolsa-família e do*
520 *cadastro único para programa sociais do Governo Federal, cadastro único;*
521 *Inciso XXII gerir de forma integrada os serviços, benefícios, e programas de*
522 *transferência de renda de sua competência; Inciso XXIII regulamentar os*
523 *benefícios eventuais em consonância com as deliberações do Conselho*
524 *Nacional de Assistência Social ou CNAS; Inciso XXIV implementar os*
525 *protocolos pactuados na comissão intergestores Bipartite CIB; Inciso XXV*
526 *promover a articulação Inter setorial do SUAS, com as demais políticas*
527 *públicas e o sistema de garantia de direitos; Inciso XXVI desenvolver,*
528 *participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos*
529 *relacionados à política de Assistência Social, em especial, fundamentar a*
530 *análise de situações de vulnerabilidade de riscos dos territórios e o*
531 *equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a tipificação*
532 *nacional; Inciso XXVII implantar sistema de informação.” E aí, a comissão*
533 *tem uma proposta de nova redação para esse inciso, no XXVII que é*
534 *“Implantar sistema de informação, acompanhamento, monitoramento e*
535 *avaliação com vistas a promover o aprimoramento, qualificação e integração*
536 *contínuos dos serviços da rede sócio assistencial, conforme pacto de*
537 *aprimoramento do SUAS e plano de Assistência Social; Inciso XXVIII manter*

538 atualizados os sistemas de informação das redes SUAS; Inciso XXIX definir
539 em seu nível de competência os indicadores necessários ao processo de
540 acompanhamento, monitoramento e avaliação; Inciso XXX elaborar,
541 implantar e executar política de recursos humanos de acordo com a norma
542 operacional básica de recursos humanos do SUAS no OBRH SUAS, com a
543 implantação de planos de carreira, cargos e salários para os servidores
544 públicos que atuem na área de assistência social.” **A Senhora Conselheira**
545 **Margareth Alves Dallaruvera** solicitou destaque. **A Senhora Conselheira**
546 **Marisa Rodrigues da Silva** continuou a leitura: “Inciso XXXI implementar a
547 gestão do trabalho e educação permanente; Inciso XXXII instituir e garantir
548 capacitação para gestores, trabalhadores e conselheiros de Assistência
549 Social. Nesse inciso aqui, nós temos uma proposta de nova redação que
550 passa a ser: instituir e garantir capacitação para gestores, trabalhadores
551 dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de
552 Assistência Social; Inciso XXXIII criar ouvidoria do SUAS; Inciso XXXIV
553 atender as ações sócio assistenciais de caráter emergencial.” **A Senhora**
554 **Conselheira Margareth Alves Dallaruvera** solicitou destaque. **A Senhora**
555 **Conselheira Marisa Rodrigues da Silva** informou que a comissão estava
556 encaminhando uma proposta de uma inclusão do inciso XXXV que era:
557 “Assegurar, perdão, assessorar e apoiar as entidades e organizações,
558 visando à adequação dos seus serviços, projetos, programas e benefícios de
559 Assistência Social, as normas do SUAS.” Continuando: “Artigo 9º: São
560 responsabilidades da União: Inciso I responder pela concessão e
561 manutenção do benefício de prestação continuada definidas no artigo 203 da
562 Constituição Federal; II coordenar gestão do benefício de prestação
563 continuada promovendo estratégias de articulação com os serviços,
564 programa e projetos sócio assistencial e demais políticas setoriais.

565 *Regulamentar e cofinanciar em âmbito nacional por meio de transferência*
566 *regular e automática na modalidade fundo a fundo, o aprimoramento da*
567 *gestão, os serviços, os programas e projetos de proteção social básica*
568 *especial a fim de prevenir e reverter situações de vulnerabilidade social e*
569 *riscos. Realizar o monitoramento e avaliação da política de Assistência*
570 *Social e assessorar estados, Distrito Federal e municípios para seu*
571 *desenvolvimento. Garantir condições financeiras, materiais e estruturais para*
572 *o efetivo funcionamento da Comissão Intergestora Bipartite CIT e do*
573 *Conselho Nacional de Assistência Social o CNAS. Regular o acesso às*
574 *seguranças de proteção social, conformem estabelecem a Política Nacional*
575 *de Assistência Social PNAS, e esta norma operacional o NOB. Definir as*
576 *condições e o modo de acesso aos direitos sócio assistenciais, visando a*
577 *sua universalização. Propor diretrizes para a prestação dos serviços sócio*
578 *assistenciais, pactuá-las com os estados, Distrito Federal e municípios, e*
579 *submetê-las à a aprovação do CNAS. Orientar, acompanhar e monitorar a*
580 *implementação do dos serviços sócio assistenciais tipificados nacionalmente,*
581 *objetivando a sua qualidade. Apoiar técnica e financeiramente os estados, o*
582 *Distrito Federal e os municípios na implementação dos serviços, benefícios,*
583 *projetos e programas de proteção social básica e especial, dos projetos de*
584 *enfrentamento a pobreza, e das ações sócio assistenciais de caráter*
585 *emergencial. Coordenar e gerir a rede SUAS. Coordenar em nível nacional o*
586 *Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal e o programa*
587 *Bolsa- família. Apoiar técnica e financeiramente os estados e o Distrito*
588 *Federal na implantação da vigilância sócio assistencial. Elaborar plano de*
589 *apoio aos estados, o Distrito Federal com pendências e irregularidades junto*
590 *ao SUAS para cumprimento do plano de providências. Coordenar e manter*
591 *atualizado o Cadastro de Entidades de Assistência Social de que trata o*

592 *inciso IX do artigo 19 da LOAS em articulação com os estados, o Distrito*
593 *Federal e os municípios.” O Senhor Conselheiro José Araújo da Silva*
594 *solicitou destaque no Inciso XIII. A Senhora Conselheira Marisa Rodrigues*
595 **da Silva** *informou que no inciso XVI havia uma proposta de nova redação*
596 *onde se passaria a se decidir sobre a concessão e renovação da certificação*
597 *de entidade beneficente de Assistência Social no âmbito da Assistência*
598 *Social. No inciso XVII “Reconhecer as entidades, organizações e integrantes*
599 *da rede sócio assistencial por meio do vínculo SUAS. Inciso XVIII apoiar*
600 *técnica e financeiramente as entidades de representação nacional dos*
601 *secretários estaduais e municipais de Assistência Social. Proposta de*
602 *inclusão com novo inciso IXX normatizar o parágrafo §3º do artigo 6ºB da*
603 *LOAS,” que... Caso queiram, onde no “Parágrafo §3º diz que as entidades e*
604 *organizações de Assistência Social vinculadas ao SUAS celebraram*
605 *convênios, contratos, acordos ou ajustes com o Poder Público para*
606 *execução, garantindo o financiamento integral pelo estado de serviços,*
607 *programas, projetos e ações de Assistência Social nos limites da capacidade*
608 *instalada aos beneficiários abrangido por esta lei, observando se as*
609 *disponibilidades orçamentárias, incluindo pela lei nº 12435 de 2011. Artigo*
610 *10º: A União apoiará financeiramente o aprimoramento à gestão*
611 *descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de*
612 *Assistência Social por meio do índice de gestão descentralizada do sistema*
613 *único de Assistência Social IGD SUAS, para a utilização no âmbito dos*
614 *estados, do DF e dos municípios destinados sem prejuízo de outras ações a*
615 *serem definidas em regulamento: 1º medir os resultados da gestão*
616 *descentralizada do SUAS com base na atuação do gestor estadual,*
617 *municipal e do DF, na implementação execução e monitoramento dos*
618 *serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social, bem como*

619 *na articulação Inter setorial; 2º incentivar a obtenção de resultados*
620 *quantitativos e qualitativos na gestão estadual, municipal e do DF do SUAS;*
621 *3º calcular o montante de recursos a serem repassados aos estados, DF e*
622 *municípios à título de apoio financeiro à gestão do SUAS. Parágrafo §1º: Os*
623 *resultados alcançados pelo ente federativo na gestão do SUAS, aferidos na*
624 *forma de regulamento próprio serão considerados como prestação de contas*
625 *dos recursos a serem transferidos à título de apoio financeiro. Parágrafo §2º*
626 *As transferências para apoio a gestão descentralizada do SUAS serão*
627 *efetivadas por meio em procedimentos integrado ao índice de gestão*
628 *descentralizada do Programa Bolsa-família. Parágrafo §3º: Para fins de*
629 *fortalecimento dos conselhos de Assistência Social dos estados, do DF e*
630 *municípios, o percentual dos recursos transferidos deverá ser gasto com*
631 *atividades de apoio técnico e operacional àqueles colegiados, na forma*
632 *fixada pelo Ministério do Desenvolvimento Social no combate a fome sendo*
633 *vedada a utilização dos recursos para pagamento de pessoal efetivo e de*
634 *gratificações de qualquer natureza a servidor público, estadual, municipal e*
635 *DF.” Proposta de exclusão dos incisos I, II e III, e dos parágrafos §1º, §2º e*
636 *§3º, com a nova proposta, com a proposta de nova redação ao artigo 10º. “A*
637 *União apoiará financeiramente o aprimoramento à gestão descentralizada do*
638 *programa Bolsa-família e dos serviços, programas, projetos e benefícios de*
639 *Assistência Social, respectivamente por meio do índice de gestão*
640 *descentralizada do Programa Bolsa-Família IGDPDF, e do índice de gestão*
641 *descentralizada do sistema único de assistência social IGD SUAS, para a*
642 *utilização no âmbito dos estados, do DF e dos municípios, conforme definido*
643 *no parágrafo §2º, artigo 8º da Lei Nº 10836 de 2004 e na LOAS. Artigo 11:*
644 *São responsabilidades dos estados: Inciso I destinar recursos financeiros*
645 *aos municípios à título de participação no custeio do pagamento dos*

646 *benefícios eventuais de que trata o artigo 22 da LOAS, mediante critérios*
647 *estabelecidos pelos conselhos estaduais de Assistência Social; Inciso II*
648 *cofinanciar por meio de transferência regular e automática na modalidade*
649 *fundo à fundo, os serviços próprios de programas, projetos e benefícios*
650 *eventuais e o aprimoramento da gestão em âmbito regional e local; Inciso III*
651 *estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios*
652 *municipais na prestação de serviços de Assistência Social; Inciso IV*
653 *organizar, coordenar e prestar serviços regionalizados da proteção social*
654 *especial de média e alta complexidade, de acordo com o diagnóstico sócio*
655 *territorial e os critérios pactuados na CIB e deliberados no Conselho Estadual*
656 *de Assistência Social; Inciso V realizar o monitoramento e avaliação da*
657 *política de Assistência Social em sua esfera de abrangência, e assessorar os*
658 *municípios para seu desenvolvimento; Inciso VI garantir condições*
659 *financeiras, materiais e estruturais para o efetivo funcionamento da*
660 *Comissão Intergestora Bipartite CIB e do Conselho Estadual de Assistência*
661 *Social; Inciso VII apoiar técnica e financeiramente os municípios na*
662 *implantação e na organização dos serviços, programas, projetos e benefícios*
663 *sócio assistenciais; Inciso VIII apoiar técnica e financeiramente os municípios*
664 *para implantação e gestão do SUAS, Cadastro Único e Programa Bolsa-*
665 *Família; Inciso IX apoiar técnica e financeiramente os municípios na*
666 *implantação da vigilância sócio assistencial; Inciso X municipalizar os*
667 *serviços de proteção social básica executados diretamente pelos estados,*
668 *assegurando seu cofinanciamento com exceção dos serviços sócio*
669 *assistenciais prestados no Distrito Estadual de Pernambuco, Fernando de*
670 *Noronha até que este seja emancipado; Inciso XI coordenar o processo de*
671 *definição dos fluxos de referência e Contra referência dos serviços*
672 *regionalizados de acordo com os municípios e pactuados na CIB; Inciso XII*

673 *organizar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar a rede sócio*
674 *assistencial nos âmbitos estaduais e regionais; Inciso XIII instituir ações*
675 *preventivas e proativas de acompanhamento aos municípios no cumprimento*
676 *das normativas do SUAS para o aprimoramento da gestão, serviços,*
677 *programas, projetos e benefícios sócio assistenciais pactuados*
678 *nacionalmente; Inciso XIV participar dos mecanismos formais de cooperação*
679 *intergovernamental que viabilize em técnica e financeiramente os serviços*
680 *de referência regional definidos as competências na gestão e no*
681 *cofinanciamento a serem pactuadas na CIB; Inciso XV elaborar plano de*
682 *apoio aos municípios com pendências e irregularidades junto ao SUAS para*
683 *cumprimento do Plano de Providências acordado nas respectivas instâncias*
684 *de pactuação e deliberação; Inciso XVI elaborar e cumprir o Plano de*
685 *Providências no caso de pendências e irregularidades do estado junto aos*
686 *SUAS aprovado no Conselho do estado junto aos SUAS, aprovado no*
687 *Conselho Estadual de Assistente Social e pactuado na CIT. Inciso XVII*
688 *prestaras informações necessárias para a união no acompanhamento da*
689 *gestão estadual. Inciso XVIII zelar pela boa e regular execução dos recursos*
690 *da União transferidos aos estados, executados direta ou indiretamente por*
691 *este, inclusive ao que tange a prestação de contas. Inciso XIX aprimorar os*
692 *equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de*
693 *monitoramento e avaliação pactuados. Inciso XX alimentar o censo SUAS.*
694 *XXI instituir Plano Estadual de Capacitação e Educação Permanente. Inciso*
695 *XXII acompanhar o sistema de cadastro de entidade e organizações de*
696 *assistência social que trata o Inciso IX do Artigo 19 da LOAS em articulação*
697 *dos municípios em sua área de abrangência.” “Inciso XXIII apoiar técnica e*
698 *financeiramente entidade de representação estadual dos Secretários*
699 *municipais de assistência social” e uma proposta de inclusão ao Inciso XXIV*

700 “*Normatizar em seu âmbito o financiamento integral dos serviços, programas,*
701 *projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades*
702 *vinculadas aos SUAS conforme parágrafo §3 do Artigo 6B da LOAS e sua*
703 *regulamentação em âmbito federal.”* **A Senhora Conselheira Margareth**
704 **Alves Dallaruvera** solicitou destaque no Inciso XXIII. **A Senhora**
705 **Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós** informou que haviam três
706 destaques no Inciso XXIII. **A Senhora Conselheira Marisa Rodrigues da**
707 **Silva** deu continuidade a leitura: “*Artigo 12 são responsabilidades do Distrito*
708 *Federal: I destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais*
709 *de que trata o Artigo 22 da LOAS, mediante critérios e prazos estabelecidos*
710 *pelo Conselho de Assistência Social do Distrito Federal; efetuar os auxílios*
711 *natalidade e funeral; III executar os projetos de enfrentamento da pobreza*
712 *incluído a parceria com organizações da sociedade civil. IV atender as ações*
713 *socioassistenciais de caráter de emergência; V prestar os serviços*
714 *socioassistenciais de que trata o Artigo 23 da LOAS; VI cofinanciar o*
715 *aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de*
716 *assistência social em âmbito local; Inciso VII realizar o monitoramento e*
717 *avaliação da política de assistência social em seu âmbito; Inciso VIII*
718 *aprimorar os equipamento se serviços socioassistenciais observando os*
719 *indicadores de monitoramento e avaliação pactuados; Inciso IX organizar a*
720 *oferta de serviços de forma territorializada em áreas de maior vulnerabilidade*
721 *e risco e acordo com o diagnóstico socioterritorial, construindo arranjo*
722 *institucional que permita envolver os municípios da região integrada e*
723 *desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. Inciso X organizar,*
724 *coordenar, articular, acompanhar e monitorar a rede de serviços de proteção*
725 *social básica e espacial; Inciso XI participar dos mecanismos formais de*
726 *cooperação intergovernamental que viabilize em técnica e financeiramente...”*

727 Eu pulei dois? (intervenções fora do microfone) “XI participar dos
728 mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilize em
729 técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as
730 competências na gestão e no cofinanciamento a serem pactuadas na CIT;
731 XII realizar gestão, Inciso XII realizar gestão local do Benefício de
732 Manifestação Continuada BMC garantindo os seus beneficiários e família o
733 acesso aos serviços, programas, projetos da rede socioassistencial; Inciso
734 XIII alimentar o senso SUAS; Inciso XIV gerir no âmbito distrital o Cadastro
735 Único para programas social do Governo Federal e o programa Bolsa
736 Família nos termos do Parágrafo §1º do Artigo 8º da lei 10.836 de nove de
737 janeiro de 2004; Inciso XV elaborar e cumprir o Plano de Providências no
738 caso de pendências e irregularidades junto ao SUAS, aprovado no Conselho
739 de Assistência Social do Distrito Federal e pactuado nas CIT. Inciso XVI as
740 informações necessárias para a União no acompanhamento da gestão do
741 Distrito Federal; Inciso XVII instituir Plano Distrital de Capacitação e
742 Educação Permanente; Inciso XVIII zelar pela boa e regular execução direta
743 ou indireta dos recursos da União transferidos ao Distrito Federal inclusive ao
744 que tange a prestação de contas; Inciso XIX proceder ao preenchimento do
745 Sistema de Cadastro das Organizações de Assistência Social do que trata o
746 inciso XI do Artigo 19 da LOAS; Inciso XXI viabilizar estratégias e
747 mecanismos de organização reconhecendo o pertencimento das entidades
748 de assistência social como integrantes da rede socioassistencial em âmbito
749 local.” Proposta de inclusão um Inciso XXI “Normatizar em seu âmbito
750 financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de
751 assistência social ofertados pelas entidades vinculadas ao SUAS conforme
752 Parágrafo §3º do Artigo 6B da LOAS e sua regulamentação em âmbito
753 federal. Artigo 13 são responsabilidades dos municípios: Inciso I destinar

754 recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o
755 Artigo 22 da LOAS, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos
756 Municipais de Assistência Social; Inciso II efetuar os auxílios natalidade e
757 funeral; Inciso III executar os projetos de enfrentamento da pobreza incluindo
758 a parceria com organizações da sociedade civil; Inciso IV atender as ações
759 socioassistenciais de caráter de emergência; Inciso V prestar os serviços
760 socioassistenciais de que trata o artigo 23 da LOAS; Inciso VI cofinanciar o
761 aprimoramento da gestão, os serviços, programas e os projetos de
762 assistência social em âmbito local; Inciso VII realizar o monitoramento e
763 avaliação da política de assistência social em seu âmbito; Inciso VIII
764 aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais observando os
765 indicadores de monitoramento e avaliação pactuados; Inciso IX organizar a
766 oferta de serviços de forma territorializada em áreas de maior vulnerabilidade
767 e risco de acordo com o diagnóstico socioterritorial; Inciso X organizar,
768 coordenar, articular, acompanhar e monitorar rede de serviços de proteção
769 social básica especial; Inciso XI alimentar o Censo SUAS; Inciso XII assumir
770 assistência social atribuições no que lhe couber no processo de
771 municipalização dos serviços de proteção social básica; Inciso XIII participar
772 dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilize
773 técnica e financeiramente os serviços de referência regional definindo
774 assistência social competências na gestão e no cofinanciamento a serem
775 pactuadas na CIB; Inciso XIV realizar a gestão local do Benefício de
776 Prestação Continuada BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o
777 acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial; Inciso
778 XV gerir no âmbito municipal Cadastro Único para programas social do
779 Governo Federal e o programa Bolsa Família nos termos do... (intervenção
780 simultânea) Do artigo 8 da lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004; Inciso XVI

781 *elaborar e cumprir o Plano Providências no caso de pendências e*
782 *irregularidades dos municípios junto aos SUAS aprovado no Conselho*
783 *Municipal de Assistência Social e pactuado na CIB; Inciso XVII prestar*
784 *informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão*
785 *municipal; Inciso XVIII zelar pela execução direta ou indireta dos recursos*
786 *transferidos pela União, estados e aos municípios, inclusive ao que tange a*
787 *prestação de contas; Inciso XIX proceder ao preenchimento de cadastro de*
788 *entidades e organização de assistência social de que trata o Inciso XI do*
789 *Artigo 19 da LOAS. Inciso XX...”* Nós temos uma proposta de nova redação
790 que passa a ser: *“Inciso XX viabilizar estratégias e mecanismos de*
791 *organização para aferir o pertencimento à rede socioassistencial em âmbito*
792 *local de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais*
793 *ofertados pelas entidades de acordo com assistência social normativas*
794 *federais.”* **A Senhora Conselheira Margareth Alves Dallaruvera** solicitou
795 destaque no Inciso XX. A Senhora Marisa Rodrigues da Silva informou que
796 havia uma proposta de inclusão do Inciso XXI *“Normalizar em âmbito local*
797 *financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de*
798 *assistência social ofertados pelas entidades vinculadas aos SUAS conforme*
799 *Parágrafo §3º do Artigo 6B da LOAS e sua regulamentação em âmbito*
800 *federal.”* Em seguida informou a presidenta que havia terminado a
801 apresentação do Capítulo II. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de**
802 **Souza Tapajós** informou que o destaque solicitado pela Conselheira Jane no
803 Art. 6º, Parágrafo Único já havia acontecido um amplo debate sobre o
804 assunto e que ficou acordado deixar o texto como estava. Em seguida alguns
805 esclarecimentos foram feitos pela Conselheira Simone, Marisa e Leila. **A**
806 **Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** ao final das
807 colocações consultou a Senhora Jane se estaria contemplada com as

808 colocações das conselheiras. **A Senhora Conselheira Jane Pereira**
809 **Clemente** informou que sim. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de**
810 **Souza Tapajós** informou que o próximo destaque era da Senhora
811 Margareth, no Art. 6º. **A Senhora Conselheira Margareth Alves**
812 **Dallaruvera** questionou o porquê de dois Artigos.” **A Senhora Presidenta**
813 **Luziele Maria de Souza Tapajós** informou que não, que o Art. 6º que havia
814 sido lido era o que havia sido aprovado. **O Senhor Conselheiro José**
815 **Ferreira Crus** manifestou-se solicitando que o pleno não se preocupasse
816 com a numeração, porque a mesma só poderia ser tratada depois do
817 conteúdo ser aprovado. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza**
818 **Tapajós** informou que o Conselheiro José Crus tinha um destaque no Inciso
819 XX, do Art. 8º. **O Senhor Conselheiro José Ferreira Crus** informou ter
820 dificuldade em ser contemplado por considerar que Assistência Social é para
821 todos. Disse achar que o fluxo de referência e contra-referência é para todos
822 os usuários e que ficou pensando porque teria que se considerar só apenas
823 as diversidade de gêneros culturais, étnicos e religioso sendo que havia
824 outras. E que a sua sugestão seria incluir “várias adversidades”. **A Senhora**
825 **Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** solicitou que a comissão se
826 posicionasse com relação à sugestão dada pelo Conselheiro José Crus. **A**
827 **Senhora Conselheira Simone Aparecida Albuquerque** se manifestou
828 informando que a comissão estava de acordo com a sugestão do
829 conselheiro. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
830 manifestou-se fazendo a leitura do Inciso XX, do Art. 8º após inclusão do
831 Conselheiro José Crus, ficou o novo texto: “*Definir os fluxos de referência e*
832 *contra referência do atendimento dos serviços socioassistenciais, com*
833 *respeito à diversidade em todas as suas formas de modo a garantir atenção*
834 *igualitária.*” Em não havendo manifestação contrária o inciso foi aprovado.

835 Em seguida informou que o próximo destaque era da Senhora Margareth no
836 mesmo Art. 8º, Inciso XXX. **A Senhora Conselheira Margareth Alves**
837 **Dallaruvera** informou que a sua proposta era de inclusão da frase: “...
838 ingresso por concurso público.” Porque estava se falando de Plano de
839 Carreira, Cargos e Salários, servidores públicos, mas não estaria se falando
840 do ingresso, que se atuasse na área de assistência social. Que a solicitação
841 era a de incluir: ‘... por concurso público.” **A Senhora Presidenta Luziele**
842 **Maria de Souza Tapajós** solicitou que a comissão se colocasse a respeito
843 da sugestão da Conselheira Margareth. **A Senhora Conselheira Marisa**
844 **Rodrigues da Silva** indagou a Conselheira Margareth se a sua proposta já
845 não estaria contemplada na Norma Operacional Básica de Recursos
846 Humanos. Em seguida apresentou uma contraproposta de convergência
847 ficando a mesma: “*Elaborar, implantar e executar a política de recursos*
848 *humanos, de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos*
849 *Humanos, NOB-RH do SUAS.” **A Senhora Presidenta Luziele Maria de**
850 **Souza Tapajós** considerou o inciso aprovado. Em seguida informou que a
851 Conselheira Margareth havia feito um destaque no item XXIII: “*Criar*
852 *Ouvidorias do SUAS”* E que na ouvidoria se tivesse a garantia dos servidores
853 nessa ouvidoria. Disse concordar com a conselheira, mas que o conselho
854 não tinha a ingerência nem o poder de definir por quais meios. E sugeriu que
855 a redação ficasse: “*Criar ouvidorias dos SUAS, preferencialmente com*
856 *profissionais do quadro efetivo.”* Apenas para convergir, deixar a marca de
857 confiança no serviço público, mas colocar o “*preferencialmente*”, porque
858 senão, de fato alguns poderão dizer: “*não vou criar porque eu não tenho*
859 *como*”. **O Senhor Conselheiro Anderson Lopes Miranda** manifestou-se
860 divergindo da Conselheira Margareth. E que a seu ver deveria ser cargos de
861 confiança da secretaria ou da executiva. **A Senhora Conselheira Margareth***

862 **Alves Dallaruvera** informou que com todo respeito que tinha ao Conselheiro
863 Anderson o mesmo não havia pedido destaque na proposta e que como
864 autora do destaque já havia concordado com o termo “preferencialmente” e
865 que a comissão também havia acatado por esse motivo a colocação do
866 Conselheiro Anderson não cabia no momento. **A Senhora Conselheira**
867 **Marisa Rodrigues da Silva** disse endossar as palavras da Conselheira
868 Margareth e que com todo respeito que tinha teriam que honrar o que havia
869 sido combinado anteriormente. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de**
870 **Souza Tapajós** pediu desculpas à Plenária e ao conselheiro em particular.
871 Mas se a autora do destaque estava contemplada e a comissão também
872 então o mesmo estava aprovado. Em seguida informou que o próximo
873 destaque era do Conselheiro Charles, no Art. 9º, Inciso XIII. **O Senhor**
874 **Conselheiro Charles Roberto Pranke** informou que o seu destaque seria:
875 *“Apoiar técnica e financeiramente os Estados e o Distrito Federal na*
876 *implantação da vigilância socioassistencial”*. **A Senhora Presidenta Luziele**
877 **Maria de Souza Tapajós** perguntou a comissão se acatava a sugestão do
878 Conselheiro Charles. **A Senhora Conselheira Marisa Rodrigues da Silva**
879 informou que a comissão concordava com a proposta do Conselheiro
880 Charles. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
881 perguntou se o pleno estava de acordo. Em não havendo manifestação
882 contrária a proposta do Conselheiro Charles foi aprovada. Em seguida
883 informou que o próximo destaque seria no Art. 11, Inciso XXIII, com três
884 conselheiros inscritos: Anderson, Charles e Conselheira Margareth. Informou
885 que inciso dizia o seguinte: *“Apoiar técnica e financeiramente entidade de*
886 *representação estadual dos secretários municipais de assistência social”*. **O**
887 **Senhor Conselheiro Anderson Lopes Miranda** informou que a sua
888 proposta é que fosse contemplado no inciso à questão do apoio técnico e

889 financeiro as entidades. Questionou porque os fóruns só podiam ser feito
890 pelos secretários estaduais e municipais, só eles podiam se organizar
891 técnica e financeiramente? **A Senhora Conselheira Margareth Alves**
892 **Dallaruvera** ressaltou que deveria haver um debate com relação a essa
893 questão. **O Senhor Conselheiro Charles Roberto Pranke** ressaltou que
894 se estaria falando de Gestão do Sistema. Disse concordar com a
895 preocupação do Conselheiro Anderson e da Conselheira Margareth, mas que
896 a seu ver essa preocupação na deveria ser colocada no presente inciso.
897 Talvez em outro capítulo. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza**
898 **Tapajós** informou que a representação não estava inscrita, mas que a
899 Representante do Fórum de Secretários gostaria de se manifestar, para dar
900 mais subsídios ao debate. Em seguida passou a palavra para a Conselheira
901 Meive. **A Senhora Conselheira Meive Ausônia Piacesi** disse se sentir
902 responsável e comprometida por representar o FONSEAS, e a seu ver
903 deveria haver um debate do assunto em outro espaço. **A Senhora**
904 **Conselheira Marisa Rodrigues da Silva** disse não saber se a Conselheira
905 Margareth havia compreendido o Conselheiro Charles. Disse que entendia
906 bem a colocação da conselheira, mas disse que a colocação dela não
907 caberia no presente capítulo, talvez, em outro capítulo mais a frente. **A**
908 **Senhora Conselheira Margareth Alves Dallaruvera** ressaltou que no
909 momento se sentia contemplada pelo o que a Comissão estava trazendo, de
910 que não era o momento, por estar se tratando de gestão. Disse ter entendido
911 perfeitamente, como pelas manifestações daqueles que se levantaram e
912 colocaram a legitimidade do pleito que tanto dos trabalhadores quanto dos
913 usuários, disse que estavam entendendo que iria continuar no processo de
914 aprovação, mas no compromisso de que até o final da NOB esse tema
915 voltasse para ser colocado em algum momento. Ressaltou que era isso que

916 estaria entendendo. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza**
917 **Tapajós** informou que não poderia passar para frente se a Conselheira
918 Margareth não tivesse se sentindo contemplada, mas também não podia
919 amarrar ou condicionar o inciso. E que já havia colocado com a Vice-
920 Presidente que esse era um tema que era preciso ser discutido. **O Senhor**
921 **Conselheiro Anderson Lopes Miranda** disse estar contemplado, mas que
922 no Encontro dos Usuários um dos temas importantes teria sido o de
923 fortalecimento dos usuários. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza**
924 **Tapajós** informou que não havendo mais nenhuma manifestação contrária o
925 inciso estava aprovado. Em seguida passou ao próximo destaque que era no
926 Art. 13, Inciso 20, feito pela Conselheira Margareth. **A Senhora Conselheira**
927 **Margareth Alves Dallaruvera** disse que o seu destaque era no Art. 20 e
928 disse achar que cabia apesar de ser gestão: “*viabilizar estratégia e*
929 *mecanismos de organização, reconhecendo o pertencimento das entidades*
930 *de assistência social como integrantes da rede socioassistencial em âmbito*
931 *local*”, mas que ali estaria falando de rede e que a sua sugestão era não
932 incluir no inciso, mas que fosse tirada uma comissão como havia sido
933 proposto pela Conselheira Simone para que se elaborasse uma redação com
934 olhar para o processo dos trabalhadores e dos usuários. Porque em nenhum
935 momento nessa responsabilidade se falava em trabalhador ou em usuário. **A**
936 **Senhora Conselheira Marisa Rodrigues da Silva** ressaltou que se a
937 Conselheira Margareth não tivesse se sentido contemplada que fizesse uma
938 proposta de redação e apresentasse a comissão. Disse ter uma proposta
939 que seria: “*Viabilizar estratégias e mecanismos de organização para ferir o*
940 *pertencimento a rede socioassistencial em âmbito local de serviços,*
941 *programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas*
942 *entidades e organizações de assistência social de acordo com as normativas*

943 *federais*”. Porque aí contemplaria as entidades e organizações. **O Senhor**
944 **Conselheiro Wagner Carneiro de Santana** manifestou-se dizendo que não
945 sabia se havia passado despercebido pela Comissão, inclusive, na
946 sistematização que havia sido acordada, que se utilizaria em todo esse
947 processo, organizações e entidades, que não se fecharia com a palavra de
948 assistente social por causa de todo esse processo da rede que exista no
949 momento. E que só para esclarecer isso teria sido de comum acordo com a
950 Comissão. A Senhora Margareth Alves Dallaruvera informou que era
951 justamente isso que estaria solicitando, que não se fechasse na assistente
952 social, vez que se defendia a intersectorialidade e ficasse mais abrangente. **A**
953 **Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** informou que
954 estando todos contemplados o Capítulo II estava aprovado. Passou para o
955 Capítulo III, solicitando que o Senhor José Crus fizesse a leitura do mesmo.
956 **O Senhor Conselheiro José Ferreira Crus** passou a leitura do Capítulo III,
957 *Art. 14: “O plano de assistência social de que trata o artigo 30 da LOAS, é*
958 *um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a*
959 *execução da Política Nacional De Assistência Social na perspectiva do*
960 *Sistema Único Da Assistência Social. Parágrafo Primeiro: A elaboração do*
961 *Plano De Assistência Social é de responsabilidade do órgão gestor da*
962 *política que o submete a aprovação do Conselho de Assistência Social.*
963 *Parágrafo Segundo: A estrutura do Plano é composto por dentre outros*
964 *inciso primeiro: objetivos gerais e específicos, inciso segundo: diretrizes e*
965 *prioridades deliberadas, inciso terceiro: ações e estratégias correspondentes*
966 *para a sua implementação, inciso quarto: metas estabelecidas, inciso quinto:*
967 *resultados e impactos esperados, inciso sexto: recursos e materiais humanos*
968 *e financeiros disponíveis e necessários, inciso sétimo: mecanismos e fontes*
969 *de financiamento, inciso oitavo: cobertura da rede de prestadoras de*

970 *serviços, inciso nono: indicadores de monitoramento e avaliação, inciso*
971 *décimo: espaço temporal de execução .” Artigo 15: “ A União, os Estados, o*
972 *Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar os respectivos planos de*
973 *assistência social a cada quatro anos de acordo com os períodos de*
974 *elaboração do plano plurianual (PPA)”.* Artigo 16: “*A realização de*
975 *diagnóstico socioterritorial, a cada quadriênio compõe a elaboração dos*
976 *planos de assistência social em cada esfera de governo. Parágrafo único: o*
977 *diagnostico tem por base o conhecimento da realidade a partir da leitura dos*
978 *territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais que possibilitem*
979 *identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os*
980 *caracteriza reconhecendo as suas demandas e potencialidades. ”* Artigo 17: “
981 *A realização de diagnósticos socioterritorial requer um processo contínuo de*
982 *investigação das situações de risco e vulnerabilidade social presentes nos*
983 *territórios, acompanhado da interpretação e análise da realidade*
984 *socioterritorial e das demandas sociais que estão em constante mutação*
985 *estabelecendo relações e avaliações de resultado e de impacto das ações*
986 *planejadas. Segundo: Identificação da rede socioassistencial disponível no*
987 *território bem como de outras políticas públicas, com a finalidade de planejar*
988 *a articulação das ações em respostas às demandas identificadas e a*
989 *implantação de serviços e equipamentos necessários. Terceiro:*
990 *Reconhecimento da oferta e da demanda por serviços socioassistenciais e*
991 *definição de territórios prioritários para atuação da política pública e de*
992 *assistência social. Quarto: Utilização de dados territorializados disponíveis*
993 *nos sistemas oficiais de informações. Parágrafo único: consideram-se*
994 *sistemas oficiais de informações aqueles utilizados no âmbito do SUAS ainda*
995 *que oriundos de outros órgãos da administração pública.”* Artigo 18: “ *Os*
996 *planos de assistência social além do que estabelece o parágrafo segundo do*

997 *artigo...*” A gente já fez uma correção aqui mas a gente sabe que essa
998 correção ainda pode alterar, a gente já tinha colocado o artigo 14 aqui mas
999 na versão inicial ele estava o artigo 13, só para a gente fazer esse registro
1000 desta norma. “*Deve observar, um: as deliberações e as conferências de*
1001 *assistência social para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, as*
1002 *metas nacionais pactuadas que expressão compromisso para o*
1003 *aprimoramento do SUAS para a União, Estados, Distrito Federal e*
1004 *Municípios. Terceiro: As metas estatuais pactuadas que expressão o*
1005 *compromisso para o aprimoramento do SUAS para os Estados e*
1006 *Municípios*”. Em seguida ressaltou ao pleno que havia tido uma inclusão de
1007 outro inciso, inciso quarto, que os planos de assistência social além do que
1008 estabelecem o parágrafo segundo, devem considerar as ações articuladas e
1009 intersetoriais. Informou que havia acontecido um amplo debate na comissão
1010 discutindo a importância dos planos observarem as ações que são
1011 articuladas e as ações intersetoriais. Vários destaques haviam sido
1012 apresentados na reunião de outubro, novembro e por fim foi considerada a
1013 inclusão do inciso. E que no caso o Art. 2º, Inciso IV teria ficado: “*O apoio*
1014 *técnico e financeiro, a gestão descentralizada do SUAS. Parágrafo único: O*
1015 *apoio técnico e financeiro compreende entre outras ações, um: capacitação.*
1016 *Dois: elaboração de normas e instrumentos. Três: publicação de materiais*
1017 *informativos e de informações técnicas. Quatro: assessoramento e*
1018 *acompanhamento. Cinco: incentivos financeiros*”. Ressaltou que essas eram
1019 as inclusões. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
1020 informou que o destaque no Art. 14 seria da Conselheira Leila e do
1021 Conselheiro Charles. **A Senhora Conselheira Leila Pizzato** informou que a
1022 sua proposta era no artigo 14 parágrafo segundo, inciso oitavo colocar:
1023 “*Apresentação e cobertura da rede prestadora de serviço pública e privada*”,

1024 que estaria sendo chamada de unidades. **O Senhor Conselheiro Charles**
1025 **Roberto Pranke** disse que colocaria na estrutura do plano que é o parágrafo
1026 segundo. No primeiro item colocaria o diagnóstico e como no artigo 14, no
1027 caput fala: "... que o plano é um instrumento de planejamento estratégico..."
1028 fazer um planejamento sem ter um diagnóstico real deixa de ser estratégico.
1029 Então seria um mero plano operacional. Por isso sugeriria agregar um item
1030 que seria o diagnóstico socioterritorial. **A Senhora Presidenta Luziele Maria**
1031 **de Souza Tapajós** informou que a comissão gostaria de se manifestar e
1032 passou a palavra a Conselheira Simone. **A Senhora Conselheira Simone**
1033 **Aparecida Albuquerque** disse concordar com a colocação do conselheiro
1034 Charles e da Conselheira Leila. **O Senhor Conselheiro José Ferreira Crus**
1035 ressaltou que o item três do Art. 17 já tratava da preocupação colocado pela
1036 Conselheira Leila, que seria o reconhecimento da oferta e da demanda dos
1037 serviços socioterritoriais e a definição de território prioritário para a atuação
1038 da política de assistência social. E que o diagnóstico é que faria todo o
1039 mapeamento. Disse que gostaria de acolher a sugestão do Conselheiro
1040 Charles de que o diagnóstico não estava, de fato, previsto na estrutura do
1041 plano. Que o diagnóstico, na verdade, seria um dos primeiros pontos plano.
1042 Que no caso acolhia essa observação. **A Senhora Presidenta Luziele**
1043 **Maria de Souza Tapajós** dando continuidade passou ao Capítulo IV, Pacto
1044 de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social da Comissão de
1045 Política de Assistência Social. Solicitou que o Conselheiro José Crus fizesse
1046 a leitura. **O Senhor Conselheiro José Ferreira Crus** informou que não
1047 havia ocorrido nenhuma inclusão, alteração e nenhuma exclusão no capítulo.
1048 E que o capítulo teria ficado: Capítulo IV - Pacto de aprimoramento do
1049 Sistema Único de Assistência Social, artigo 19: "*O pacto de aprimoramento*
1050 *do SUAS firmando entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios é um*

1051 *instrumento pelo qual se materializa as metas e as prioridades nacionais no*
1052 *âmbito do SUAS e se constitui mecanismo de indução do aprimoramento da*
1053 *gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.*
1054 *Parágrafo primeiro: a periodicidade de elaboração do pacto será quadrienal*
1055 *com acompanhamento e revisão anual das prioridades e metas estabelecidas.*
1056 *Parágrafo segundo: a pactuação das prioridades e metas se dará no último*
1057 *ano de vigência do PPA de cada ente federativo. Parágrafo terceiro: a União*
1058 *deverá pactuar na CITE no último ano de vigência do PPA dos municípios a*
1059 *cada quatro anos as prioridades e metas nacionais para os municípios.*
1060 *Parágrafo quarto: a União deverá pactuar na CIT, no último ano de vigência*
1061 *do PPA dos estados e do Distrito Federal a cada quatro anos, as prioridades*
1062 *e metas nacionais para os estados e o Distrito Federal. Parágrafo quinto: os*
1063 *estados deverão pactuar na CIB no último ano de vigência do PPA dos*
1064 *municípios a cada quatro anos, as prioridades e metas regionais e estaduais*
1065 *para os municípios que devem guardar com sonância, com prioridades e*
1066 *metas nacionais. Parágrafo sexto: a revisão das prioridades e metas ocorrerá*
1067 *anualmente sobre proposição do MDS, pactuadas na CITE a partir de*
1068 *alterações e indicadores identificados nos sistemas nacionais de estatísticas,*
1069 *censo SUAS, rede SUAS, e outros sistemas do MDS. Parágrafo sétimo: o*
1070 *pacto e o plano de assistência social devem guardar correlação entre si.*
1071 *Parágrafo oitavo: a União, os Estados acompanharão a realização das*
1072 *prioridades e metas contidas no pacto. Parágrafo nono: a primeira pactuação*
1073 *das prioridades e metas se dará para, um: Estados e Distrito Federal no*
1074 *exercício de 2015 com vigência para o quadriênio de 2016 a 2019. Segundo:*
1075 *municípios no exercício de 2013, com vigência para o quadriênio de 2014 a*
1076 *2017”. Artigo 20: “O pacto de aprimoramento do SUAS compreende, um:*
1077 *definição de indicadores, dois: definição de níveis de gestão, três: fixação de*

1078 *prioridades e metas de aprimoramento da gestão dos serviços, programas,*
1079 *projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS, quatro: planejamento para*
1080 *o alcance de metas de aprimoramento da gestão dos ser viços, programas,*
1081 *projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS, cinco: apoio entre a União,*
1082 *Estados, Distrito Federal e Municípios para o alcance das metas pactuadas e*
1083 *seis: adução de mecanismos de acompanhamento e avaliação ”. Artigo 21:*
1084 *“a realização do pacto de aprimoramento do SUAS se dará a partir definição*
1085 *das prioridades e metas nacionais para cada quadriênio e do preenchimento*
1086 *do instrumento que materializa o planejamento para o alcance das metas”.*
1087 *Artigo 22: “As prioridades e metas nacionais referente a públicos,*
1088 *vulnerabilidade e riscos específicos poderão ser objeto de pactuação própria.*
1089 *Sessão um dos indicadores”.* Artigo 23:”os indicadores que orientam o
1090 *processo de planejamento para o alcance de metas de aprimoramento do*
1091 *SUAS serão apurados anualmente, a partir das informações prestadas nos*
1092 *sistemas oficiais de informações e sistemas nacionais de estatística.*
1093 *Parágrafo primeiro: os indicadores nacionais serão instituídos pelo MDS.*
1094 *Parágrafo segundo: serão incorporados progressivamente novos indicadores*
1095 *e dimensões na medida em que ocorrem novas pactuações.”* **A Senhora**
1096 **Conselheira Cláudia Faquinote** solicitou destaque no Art. 23. **O Senhor**
1097 **Conselheiro José Ferreira Crus** continuou a leitura: Sessão dois, NIT de
1098 *gestão. Artigo 24: “os Estados, Distrito Federal e Municípios serão agrupados*
1099 *em NIT de gestão a partir da apuração do índice de desenvolvimento do*
1100 *SUAS e de suas, consoante ao estágio de organização do SUAS em âmbito*
1101 *local e estadual e distrital. Parágrafo único: o ID-SUAS será composto por*
1102 *um conjunto de indicadores de gestão, serviços, programas, projetos e*
1103 *benefícios socioassistenciais apurados a partir do censo SUAS, sistemas da*
1104 *rede SUAS e outros sistemas do MDS”.* Artigo 25: “os níveis de gestão

1105 *correspondem à escala de aprimoramento na qual a base representa os*
1106 *níveis iniciais de implantação do SUAS e o ápice corresponde aos seus*
1107 *níveis mais avançados de acordo com as normativas em vigor”. Artigo 26:*
1108 *“Os níveis de gestão são dinâmicos, e as mudanças aconteceram*
1109 *automaticamente à medida que o ente federativo, quando da apuração anual*
1110 *do ID-SUAS demonstrar o alcance de estágio mais avançado ou o retrocesso*
1111 *de estágio anterior de organização do SUAS. Prioridades e metas de*
1112 *aprimoramento do SUAS”. Artigo 27: “as prioridades e metas nacionais será*
1113 *pactuadas a cada quatro anos na CITE conforme prevê o parágrafo primeiro*
1114 *do artigo 19, com base nos indicadores apurados anualmente a partir das*
1115 *informações prestadas nos sistemas de informações oficiais do MDS e*
1116 *sistemas nacionais de estatística que nortearão a elaboração dos pactos de*
1117 *aprimoramento do SUAS. Sessão quatro: alcance das metas de*
1118 *aprimoramento do SUAS”. Artigo 28: “o planejamento para o alcance das*
1119 *metas de aprimoramento do SUAS será realizada a ser disponibilizada pela*
1120 *União. Parágrafo primeiro: os conselhos deliberarão a cerca do planejamento*
1121 *para o alcance das metas. Parágrafo segundo: A resolução do respectivo*
1122 *conselho de aprovação ou revisão do planejamento para o alcance de metas*
1123 *deverá ser publicado no Diário Oficial ou jornal de grande circulação. Sessão*
1124 *cinco: acompanhamento e avaliação do alcance das metas de*
1125 *aprimoramento do SUAS”. Artigo 29: “o acompanhamento e avaliação do*
1126 *pacto de aprimoramento do SUAS tem por objetivo observar o cumprimento*
1127 *do seu conteúdo e a efetivação dos compromissos assumidos entre a União,*
1128 *Estados, Distrito Federal e Municípios para a melhoria contínua da gestão,*
1129 *serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, visando sua*
1130 *adequação gradativa aos padrões estabelecidos pelo Sistema Único de*
1131 *Assistência Social”. Artigo 30: “o acompanhamento e avaliação possibilitam o*

1132 *acesso às informações sobre a execução das ações planejadas, as*
1133 *dificuldades encontradas, os resultados alcançados favorecendo a revisão e*
1134 *a tomada de decisão pelo gestor”. Artigo 31: “as informações referentes ao*
1135 *acompanhamento e avaliação serão atualizadas anualmente pela União,*
1136 *Estados, Distrito Federal e Municípios para aferição da execução do*
1137 *planejamento e para o alcance das respectivas metas. Parágrafo único: o*
1138 *acompanhamento dos pactos de acompanhamento dos SUAS que estará a*
1139 *cargo da União e dos estados, deve orientar o apoio técnico e financeiro, a*
1140 *gestão descentralizada para o alcance das metas de aprimoramento da*
1141 *gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do*
1142 **SUAS”. A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** informou
1143 que o único destaque era o da Conselheira Cláudia no Art. 23. **A Senhora**
1144 **Conselheira Cláudia Laureth Faquinote** cumprimentou a todos disse ao
1145 Conselheiro José Crus que era uma curiosidade para melhor compreender a
1146 proposta do texto e que então: Considerando que a rede privada do SUAS
1147 não participava do censo anualmente, poderia se pressupor que essas
1148 informações, a atualização das informações estariam atualizadas por meio
1149 do preenchimento onde os gestores seriam responsáveis e eles se
1150 encarregariam de atualizar as informações? Ressaltou que não gostaria de
1151 propor nenhuma alteração, nada, mas entender como é que ficaria isso? **A**
1152 **Senhora Conselheira Simone Aparecida Albuquerque** manifestou-se
1153 dizendo que: “os indicadores que orientam o planejamento para o alcance de
1154 metas de aprimoramento do SUAS serão apurados anualmente a partir das
1155 informações prestadas nos sistemas oficiais de informações e sistemas
1156 nacionais de estatísticas, o censo não é o único sistema nacional de
1157 informação, nós temos outros. Ressaltou que a conselheira ficasse
1158 despreocupada quanto a isso, porque o sistema, no momento, estaria sendo

1159 preenchido pelas entidades, e que havia pesquisas nacionais feitas pelo
1160 IBGE, AMONIC e APEAS. Que haviam vários registros administrativos e que
1161 o Cadastro Nacional de Entidades também será um registro administrativo
1162 que gerará informações. Por esse motivo a comissão teria deixado mais
1163 amplo para não restringir. **A Senhora Conselheira Luziele Maria de Souza**
1164 **Tapajós** manifestou-se informando que estando todos os destaques
1165 esclarecidos o capítulo e artigos estariam aprovados. Em seguida solicitou a
1166 Conselheira Marisa, da Comissão de Normas, que fizesse a apresentação do
1167 Capítulo V - Processo de Acompanhamento do SUAS. **A Senhora**
1168 **Conselheira Marisa Rodrigues da Silva** informou que o capítulo não havia
1169 tido nenhuma alteração e que iria fazer a leitura do mesmo na íntegra.
1170 Capítulo V – Processo de Acompanhamento no SUAS, “Art. 32 - *O processo*
1171 *de acompanhamento da gestão, serviços, programas, projetos e benefícios*
1172 *socioassistenciais do SUAS pela União, Estados, Distrito Federal e*
1173 *Municípios, objetiva a verificação, um: do alcance das metas de pactuação*
1174 *nacional e estadual dos indicadores do SUAS, dois: da observância das*
1175 *normativas do SUAS. Parágrafo primeiro: processo de acompanhamento se*
1176 *dará pela União aos Estados e Distrito Federal e pelos Estados aos*
1177 *respectivos municípios. Parágrafo segundo: o processo de acompanhamento*
1178 *de que trata o caput se dará por meio do, um: monitoramento do SUAS, dois:*
1179 *visitas técnicas, três: análise de dados do censo SUAS, da rede SUAS e*
1180 *outros sistemas do MDS ou do Estados, quarto: apuração de denúncias,*
1181 *quinto: fiscalizações e auditorias, sexto: outros que vierem a ser instituídos.*
1182 *Parágrafo terceiro: A União realizará o monitoramento e a avaliação da*
1183 *política de assistência social e assessorará os Estados, Distrito Federal e*
1184 *Municípios para seu desenvolvimento”. Artigo 33: “Os processos de*
1185 *acompanhamento desencadearão ações que objetivam a resolução de*

1186 *dificuldades encontradas, o aprimoramento e a qualificação da gestão dos*
1187 *serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS quais*
1188 *são, sejam, um: proativas e preventivas, dois: de superação das dificuldades*
1189 *encontradas, três: de avaliação de execução do plano de providências e*
1190 *medidas adotadas. Parágrafo único: as ação de que trata o caput destinam-*
1191 *se a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e redes socioassistenciais*
1192 *”. Artigo 34: “As ações de acompanhamentos pró-ativas e preventivas*
1193 *consistem em procedimentos adotados na prestação de apoio técnico para o*
1194 *aprimoramento da gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios*
1195 *socioassistenciais conforme previsto nas normativas dos SUAS e nas*
1196 *pactuações nacionais, estaduais prevenindo a ocorrência de situações*
1197 *inadequadas. Parágrafo primeiro: os procedimentos adotados no*
1198 *acompanhamento pró-ativo e preventivo poderão desencadear, um: o*
1199 *contato periódico presencial ou não da União com o Distrito Federal e*
1200 *Estados, e destes com os respectivos municípios. Dois: o monitoramento*
1201 *presencial sistemático da rede socioassistencial dos municípios e Distrito*
1202 *Federal. Três: a verificação anual do alcance de metas dos indicadores dos*
1203 *SUAS e da observância das normativas vigentes. Quarto: outros*
1204 *procedimentos. Parágrafo segundo: os órgãos gestores da política de*
1205 *assistência social deverão como parte do processo pró-ativo e preventivo*
1206 *deverão elaborar instrumentos informativos e publicizá-los amplamente a fim*
1207 *de subsidiar o aprimoramento do SUAS”. Artigo 35: “As ações para*
1208 *superação das dificuldades dos Estados, Distrito Federal e municípios na*
1209 *execução do previsto nas normativas vigentes no alcance das metas de*
1210 *pactuação nacional e melhorias dos indicadores dos SUAS objetivam*
1211 *solucionar as falhas identificadas e completar o ciclo do processo de*
1212 *acompanhamento. Parágrafo primeiro: processo de acompanhamento*

1213 *adotará como instrumento de assessoramento, planos de providências e de*
1214 *apoio. Parágrafo segundo: As ações para as superação de dificuldades dos*
1215 *entes federativos consiste em um planejamento que envolva o gestor local, o*
1216 *Estado e a União na resolução definitiva dos problemas”. Artigo 36: “O plano*
1217 *de providências constitui-se em instrumento de planejamento das ações para*
1218 *superação de dificuldade dos entes federados na gestão e execução dos*
1219 *serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais a ser elaborado*
1220 *pelos Estados, Distrito Federal e Municípios com atribuições, entre outras de,*
1221 *primeiro: identificar as dificuldades apontadas nos relatórios de auditorias,*
1222 *denúncias no censo Suas entre outros. Segundo: definir ações para a*
1223 *superação das dificuldades encontradas. Terceiro: indicar os responsáveis*
1224 *por cada ação e estabelecer prazos para seu cumprimento. Parágrafo*
1225 *primeiro: os Estados, Distrito Federal e municípios elaborarão os seus planos*
1226 *de providências que serão, primeiro: aprovados pelos Conselhos Municipais*
1227 *de Assistência Social e pactuados na CIBE no âmbito dos municípios,*
1228 *segundo: aprovados pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social e*
1229 *pactuados na CITE no âmbito dos Estados, terceiro: aprovado pelo Conselho*
1230 *de Assistência Social do Distrito Federal e pactuado na CITE no âmbito do*
1231 *Distrito Federal. Parágrafo segundo: a execução dos planos de providências*
1232 *será acompanhada, primeiro: pelos respectivos Conselhos de Assistência*
1233 *Social e pelo Estado quanto aos seus municípios, segundo: pelos*
1234 *respectivos Conselhos de Assistência Social e pela União quanto aos*
1235 *Estados e Distrito Federal. Parágrafo terceiro: o prazo de vigência do plano*
1236 *de providência será estabelecido de acordo com cada caso, sendo*
1237 *considerado concluído após a realização de todas as ações previstas.*
1238 *Parágrafo quatro: a União acompanhará a execução do plano de*
1239 *providência dos Estados, Distrito Federal e Municípios por meio de*

1240 aplicativos informatizados.” Artigo 37: “o plano de acordo decorre do plano
1241 de providências dos Estados, Distrito Federal e Municípios e consiste no
1242 instrumento de planejamento do assessoramento técnico e quando for o
1243 caso, financeiro para a superação das dificuldades dos entes federados na
1244 gestão e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios
1245 socioassistenciais. Parágrafo primeiro: o plano de apoio contém as ações de
1246 acompanhamento, assessoramento técnico e financeiro prestados de acordo
1247 com as metas estabelecidas no plano de providências e deverão ser, um:
1248 elaborados: a) pelo Estado quanto aos seus municípios, b) pela União
1249 quanto aos Estados e o Distrito Federal. Segundo: encaminhados à
1250 pactuação na CIBE ou CITE de acordo com o envolvimento e
1251 responsabilidade de cada ente federativo”. Artigo 38: “O descumprimento do
1252 plano de providências e de apoio pelos Estados e Distrito Federal e
1253 Municípios serão comunicados aos respectivos Conselhos de Assistência
1254 Social e acarretará a aplicação de medidas administrativa pela União, na
1255 forma a ser definida em norma específica. Parágrafo primeiro: Constitui
1256 medidas administrativas, um: comunicação ao Ministério Público para a
1257 tomada de providências cabíveis, dois: exclusão das expansões de co-
1258 financiamento dos serviços socioassistenciais e equipamentos públicos, três:
1259 bloqueio ou suspensão dos recursos do co-financiamento, quarto:
1260 descredenciamento do equipamento da rede socioassistencial. Parágrafo
1261 segundo: o gestor federal comunicará ao gestor estadual do Distrito Federal
1262 ou Municipal as medidas administrativas adotadas pelo não cumprimento
1263 das metas e ações do plano de providências. Parágrafo terceiro: o Fundo
1264 Nacional de Assistência Social – FNAS comunicará às Câmaras de
1265 Vereadores e às Assembléias Legislativas os casos de suspensão de
1266 recursos financeiros”. Artigo 39: “A CITE pactuará as normas

1267 *complementares necessários para a execução do processo de*
1268 *acompanhamento pela União, Estados e Distrito Federal e Municípios”.*
1269 Informou que havia concluído a leitura do capítulo. **A Senhora Presidenta**
1270 **Luziele Maria de Souza Tapajós** agradeceu a coordenadora e informou que
1271 havia ocorrido um destaque no Art. 32, Inciso I, pelo Conselheiro Charles
1272 Pranki. **O Senhor Conselheiro Charles Roberto Pranke** informou que a
1273 sugestão seria do Inciso I e sim do Art. 32, com o acréscimo de mais um
1274 inciso, considerando-se o debate ocorrido na Reunião de Vitória, levantado,
1275 salvo memória, pela Conselheira Simone, que havia apontado como fazer
1276 esse acompanhamento e servir também de apoio ao processo de
1277 reordenamento e qualificação dos serviços. E que a sua sugestão seria de
1278 criar o Inciso III, com a redação: Inciso III - Ao reordenamento e qualificação
1279 da gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
1280 Porque, no caso, estaria se colocando ali seria a verificação dos alcances
1281 das metas, da observância, mas não que esse processo servisse também
1282 como uma referência para o processo de reordenamento da gestão e dos
1283 serviços. **A Senhora Conselheira Simone Aparecida Albuquerque**
1284 ressaltou ao Conselheiro Charles que o Item I, Alcance das Metas de
1285 pactuação nacional e estadual dos indicadores do SUAS, ele teria sido
1286 colocado ali exatamente para cumprir isso, aferir com esses indicadores a
1287 qualidade da gestão do serviço, programas, projetos e benefícios. E que a
1288 seu ver a sugestão seria a de colocar no Item I “...do alcance das metas de
1289 pactuação nacional e estadual dos indicadores do SUAS, visando
1290 reconhecimento e qualificação da gestão, serviço, programas, projetos e
1291 benefícios socioassistenciais”. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de**
1292 **Souza Tapajós** perguntou se o Conselheiro Charles se sentia contemplado e
1293 o mesmo respondeu-lhe que sim, e solicitou que a Senhora Alexandra

1294 fizesse a leitura de como havia ficado o inciso. **A Senhora Alexandra** fez a
1295 leitura da nova redação do inciso: “Do alcance das metas de pactuação
1296 nacional e estadual, e dos indicadores do SUAS, visando o reordenamento e
1297 a qualificação da gestão, serviços, programas, projetos e benefícios
1298 socioassistenciais.” **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza**
1299 **Tapajós** considerou mais um capítulo, juntamente com os seus incisos
1300 aprovados. Em seguida informou que já eram 17h43, ressaltou que se
1301 entrassem na análise do Capítulo VI – Gestão Financeira e Orçamentária do
1302 SUAS, por ser o mesmo um capítulo extenso, com cinco sessões, não
1303 poderia ser todo apresentado. Sugeriu que fosse feita, pelo menos, à
1304 apresentação de duas sessões, até às 18h30. Solicitou que o Conselheiro
1305 Volmir fizesse a apresentação. **O Senhor Conselheiro Volmir Raimondi**
1306 informou que iria fazer só uma pequena introdução e que o Conselheiro
1307 Ademar faria a apresentação das duas sessões. Ressaltou que realmente o
1308 capítulo era extenso. **O Senhor Conselheiro Ademar de Andrade**
1309 **Bedrtucci** disse achar muito bom que o debate não fosse até 19h, porque às
1310 19h começaria a confraternização. Em seguida passou a fazer a leitura do
1311 Capítulo VI. “*Capítulo VI – Gestão Financeira e Orçamentária do Sistema*
1312 *Único de Assistência Social. Artigo 40 – São instrumentos de gestão*
1313 *financeira e orçamentária do SUAS o orçamento da assistência social e os*
1314 *Fundos de Assistência Social. Artigo 41 – A gestão financeira e orçamentária*
1315 *da assistência social implica na observância dos princípios da administração*
1316 *pública em especial à legalidade, à impessoalidade, à moralidade, à*
1317 *publicidade e à eficiência. Sessão I – Orçamento da Assistência Social:*
1318 *Artigo 42 – O orçamento é instrumento da administração pública*
1319 *indispensável para a gestão da Política de Assistência Social e expressa o*
1320 *planejamento financeiro das funções de gestão e da prestação de serviços,*

1321 *programas, projetos e benefícios socioassistenciais à população usuária.*
1322 *Parágrafo único – A elaboração da peça orçamentária requer – I) A definição*
1323 *de diretrizes, objetivos e metas; II) A previsão da organização das ações; III)*
1324 *A provisão de recursos; IV) A definição da forma de acompanhamento das*
1325 *ações; V) A revisão crítica das propostas, dos processos e resultados. Artigo*
1326 *42 – Constitui princípios do orçamento público: I) Anualidade deve ser o*
1327 *orçamento público elaborado pelo período de um ano coincidente com o ano*
1328 *civil; II) Clareza deve ser apresentada em linguagem claro e compreensível a*
1329 *todos. III) Especialidade, as receitas e despesas devem constar de maneira*
1330 *discriminada, pormenorizando a origem dos recursos e sua aplicação. IV)*
1331 *Exclusividade, o orçamento não deve conter matéria estranha à previsão da*
1332 *receita e a fixação da despesa, ressalvada as exceções legais. V)*
1333 *Legalidade, arrecadação de receitas e execução de despesas pelo setor*
1334 *público deve ser precedida de expressa autorização legislativa. VI)*
1335 *Publicidade, deve ser permitido o amplo acesso da sociedade a todas as*
1336 *informações relativas ao orçamento. VII) Unidade, deve ser elevado com*
1337 *base numa mesma política orçamentária, e estruturada de modo uniforme*
1338 *condenáveis todas as formas de orçamentos paralelos. Aqui tem uma*
1339 *proposta de nova redação. VII) Unidade, deve ser elaborado com base numa*
1340 *mesma política orçamentária estruturada de modo uniforme, sendo vedada*
1341 *toda a forma de orçamentos paralelos. VIII) Universalidade, todas as receitas*
1342 *e despesas devem ser incluídas na Lei Orçamentária. IX) O equilíbrio deve*
1343 *haver equilíbrio financeiro entre receita e despesa. X) Exatidão, as*
1344 *estimativas orçamentárias devem ser tão exatas quanto possível, a fim de se*
1345 *dotar o orçamento da consistência necessária para que se possa, para que*
1346 *possa ser empregado como instrumento de Gerência, de programação e*
1347 *controle. XI) Flexibilidade, possibilidade de ajuste na execução às*

1348 *contingências operacionais e a disponibilidade efetiva de recursos. XII)*
1349 *Programação, deve expressar o programa de trabalho detalhado*
1350 *concernente à atuação do setor público durante a execução orçamentária.*
1351 *XIII) Regionalização, deve ser elaborado sob a base territorial com o maior*
1352 *nível de especificação possível, de forma a reduzir as desigualdades inter-*
1353 *regionais segundo critério populacional. Sessão II – Fundos de Assistência*
1354 *Social. Artigo 44 – Os Fundos de Assistência Social são instrumentos de*
1355 *gestão orçamentária e financeira da União, estados, do Distrito Federal e*
1356 *municípios, nos quais devem ser alocadas as receitas e executadas as*
1357 *despesas relativas ao conjunto de ações, serviços, programas, projetos e*
1358 *benefícios da assistência social. § 1º - Cabe ao órgão da administração*
1359 *pública responsável pela coordenação da Política de Assistência Social na*
1360 *União, estados, Distrito Federal e municípios gerir o Fundo de Assistência*
1361 *Social sob orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência*
1362 *Social. § 2º - Caracterizam-se como Fundos Especiais e se constituem em*
1363 *unidades orçamentárias e gestoras na forma da Lei 4.320, de 17 de março*
1364 *de 1964, cabendo aos órgãos responsáveis pela coordenação da Política de*
1365 *Assistência Social por seu gerenciamento. § 3º - Devem ser inscritos no*
1366 *Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, na condição de matriz, na*
1367 *forma das instruções normativas da Receita Federal do Brasil em vigor com*
1368 *o intuito de assegurar maior transparência na identificação e no controle das*
1369 *contas a ele vinculadas, sem com isso caracterizar autonomia administrativa*
1370 *e de gestão. § 4º - Os recursos previstos ao orçamento para a Política de*
1371 *Assistência Social devem ser alocados e executados dos repercussão*
1372 *Fundos. § 5º - Todo o recurso repassado aos Fundos, seja pela União ou*
1373 *pelos estados, e ainda os recursos provenientes dos tesouros estaduais,*
1374 *municipais ou do Distrito Federal, deverão ter sua execução orçamentária e*

1375 *financeira realizada pelos respectivos Fundos. Artigo 45 – As despesas*
1376 *realizadas com recursos financeiros recebidos na modalidade Fundo a*
1377 *Fundo devem atender às exigências legais concernentes ao processamento,*
1378 *empenho, liquidação e efetivação do pagamento mantendo-se a respectiva*
1379 *documentação administrativa e fiscal pelo período legalmente exigido.*
1380 *Parágrafo único – Os documentos comprobatórios das referidas despesas,*
1381 *tais como notas fiscais, recibos, faturas, dentre outros legalmente aceitos,*
1382 *deverão ser arquivados preferencialmente na sede da unidade pagadora do*
1383 *estado, Distrito Federal ou município, em boa conservação identificados e à*
1384 *disposição do órgão repassador e dos órgãos de controle interno e externo.*
1385 *Sessão III – Cofinanciamento no Sistema Único de Assistência Social. Artigo*
1386 *46 – O modelo de gestão preconizado pelo SUAS prever o financiamento*
1387 *compartilhado entre União, estados, DF e municípios, e é viabilizado por*
1388 *meio de transferências regulares e automáticas entre os Fundos de*
1389 *assistência social, observando-se a obrigatoriedade da destinação e*
1390 *alocação de recursos próprios pelos respectivos entes. Artigo 47 – O*
1391 *cofinanciamento na gestão compartilhada tem por pressupostos: I) A*
1392 *definição e cumprimento das competências e responsabilidades dos entes*
1393 *federativos; II) A participação orçamentária e financeira de todos os entes*
1394 *federativos; III) A implantação e implementação das transferências de*
1395 *recursos por meio de repasses na modalidade Fundo a Fundo de forma*
1396 *regular e automática. IV) O financiamento contínuo de benefícios e serviços*
1397 *socioassistenciais tipificados nacionalmente. V) O estabelecimento de*
1398 *incentivos para a gestão e de pisos para os serviços socioassistenciais. VI) A*
1399 *adoção de critérios transparentes de partilha de recursos, pactuados nas*
1400 *Comissões Intergestores e deliberadas pelos respectivos Conselhos de*
1401 *Assistência Social. VII) O financiamento de programas e projetos. Artigo 48 –*

1402 São requisitos mínimos para que estados, Distrito Federal e municípios
1403 recebam os recursos referentes ao cofinanciamento federal, de acordo com o
1404 artigo 30 da LOAS. I) O Conselho de Assistência Social instituído e em
1405 funcionamento; II) Plano de Assistência Social elaborado, aprovado pelo
1406 Conselho de Assistência Social; III) Fundo de Assistência Social criado em
1407 Lei e implantado. IV) A alocação de recursos próprios no Fundo de
1408 Assistência Social. Artigo 49 – Os municípios e o Distrito Federal devem
1409 destinar recursos próprios que lhes permitam cumprir com suas
1410 responsabilidades, em especial: I) Custeio dos benefícios eventuais; II)
1411 Cofinanciamento dos serviços, programas e projetos socioassistenciais sob
1412 sua gestão; III) Atendimento a situações emergenciais; IV) Execução dos
1413 projetos de enfrentamento à pobreza; V) Provimento de estrutura necessária
1414 ao funcionamento do Conselho de Assistência Social, Municipal ou do
1415 Distrito Federal. Parágrafo único – Os municípios e o Distrito Federal quando
1416 instituírem programas de transferência de renda poderão fazer
1417 preferencialmente integrados ao programa Bolsa Família. Artigo 50 – Os
1418 estados devem destinar recursos próprios que lhes permitam cumprir com
1419 suas responsabilidades e em especial: I) Participação no custeio do
1420 pagamento de benefícios eventualidades referente aos repercussão
1421 municípios; II) Apoio técnico e financeiro para a prestação de serviços,
1422 programas e projetos em âmbito local e regional. III) Atendimento a situações
1423 emergenciais. IV) Prestação de serviços regionalizados de proteção social
1424 especial de média e alta complexidade, quando a demanda local não
1425 justifique a implantação de serviços municipais. Proposta de nova redação:
1426 IV) Prestação de serviços municipais. O Conselheiro Charles solicitou um
1427 destaque no Inciso IV. **O Senhor Conselheiro Ademar de Andrade**
1428 **Bertucci** dando continuidade continuou a leitura do capítulo VI, informando

1429 que a nova redação do Inciso IV seria a seguinte: “Prestação de serviços
1430 regionalizados, de proteção social, especial de média e alta complexidade,
1431 quando os custos e a demanda local não justifique a implantação de serviços
1432 municipais. V) Provimento de infraestrutura necessária ao funcionamento do
1433 Conselho Estadual de Assistência Social. Parágrafo único – Os estados
1434 quando situam em programas de transferência de renda poderão fazê-lo
1435 preferencialmente integrados ao programa Bolsa Família. Artigo 51 – A
1436 União tem por responsabilidade o financiamento do Benefício de Prestação
1437 Continuada, BPC e do Programa de Transferência de Renda, Bolsa Família.
1438 O apoio técnico e o cofinanciamento dos serviços, programas e projetos
1439 socioassistenciais inclusive em casos emergenciais e de calamidade pública.
1440 Parágrafo único – O cofinanciamento federal poderá se dar à realização de
1441 convênios, ajustes ou congêneres, desde que sejam cumpridos o artigo 30
1442 da LOAS. Artigo 52 – O cofinanciamento federal de serviços, programas e
1443 projetos de assistência social e de sua gestão no âmbito do SUAS poderá
1444 ser realizado por meio de blocos de financiamento. Parágrafo único –
1445 Consideram-se blocos de financiamento o conjunto de recursos destinados
1446 aos serviços, programas e projetos devidamente tipificados e agrupados, e
1447 sua gestão na forma definida em Ata do Ministro de Estado do
1448 Desenvolvimento Social e Combate à fome. Artigo 53 – Os blocos de
1449 financiamento se destinam a cofinanciar: I) As proteções sociais básicas e
1450 especial, e seu conjunto de serviços socioassistenciais tipificados
1451 nacionalmente; II) A gestão do SUAS; III) A gestão do programa Bolsa
1452 Família e do Cadastro Único; IV) Outros conforme regulamentação
1453 específica. § 1º - Os recursos referentes a cada bloco de financiamento
1454 somente devem ser aplicados nas ações e serviços a ele relacionados,
1455 incluindo despesas de custeio e investimento, em equipamentos públicos,

1456 observados os planos de assistência social e a normatização vigente. § 2º -
1457 Os repasses Fundo a Fundo serão efetuados para cada bloco, considerando
1458 a especificidade de seus componentes com exceção dos recursos
1459 destinados a acordos específicos de cooperação interfederativa e a
1460 programas específicos que contenham regulação própria. § 3º - Os blocos de
1461 financiamento poderão ser desdobrados para facilitar a identificação dos
1462 serviços socioassistenciais para os quais se destinavam originalmente. Artigo
1463 54 – O Detalhamento da forma de aplicação dos repasses de
1464 cofinanciamento dos critérios de partilha, da implantação de contas do
1465 cofinanciamento dos serviços socioassistenciais regionalizados e média e
1466 alta complexidade, e de outras questões afetas à operacionalização do
1467 cofinanciamento serão objeto de ato normativo específico. Artigo 55 – Os
1468 recursos dos blocos de financiamento dos serviços socioassistenciais
1469 tipificados nacionalmente devem ser aplicados no mesmo nível de proteção
1470 social básica ou especial, desde que componham a rede socioassistencial e
1471 que a matéria seja deliberada pelo respectivo Conselho de Assistência
1472 Social. § 1º - A prestação de serviços que deram origem à transferência dos
1473 recursos, deve ser assegurada dentro dos padrões e condições
1474 normatizados e aferida por meio dos indicadores definidos pelo SUAS. § 2º -
1475 Os recursos que formam cada bloco e seus respectivos componentes devem
1476 ser expressos em forma de memória de cálculo para registro histórico e
1477 monitoramento respeitada a especificidade de cada bloco. Artigo 56 – O
1478 controle e acompanhamento das ações e serviços subsidiados pelos blocos
1479 de financiamento devem ser efetuados por meio de instrumentos de
1480 específicos adotados pelo MDS no âmbito do SUAS, cabendo aos estados,
1481 Distrito Federal e municípios a prestação das informações de forma regular e
1482 sistemática. Subseção I...” **A Senhora Conselheira Simone Aparecida**

1483 **Albuquerque** sugeriu que pelo adiantado da hora e o cansaço de todos a
1484 reunião fosse encerrada e que no dia seguinte todos estivessem às 9h para
1485 dar prosseguimento a reunião. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de**
1486 **Souza Tapajós** informou que já havia se trabalhado mais de um terço da
1487 NOB, que o último artigo a ser lido teria sido o Art. 56 e que ainda faltava
1488 setenta capítulos, a Resolução e os Princípios Éticos que a Comissão de
1489 Normas iria trazer. Informou que todos iriam para a confraternização,
1490 solicitou que todos estivessem presentes para dar continuidade a reunião às
1491 9h da manhã do dia seguinte.

1492

1493 **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**
1494 **CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

1495

1496 **ATA DO DIA 12/12/2012**

1497

1498 **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** cumprimentou a
1499 todas e a todos, aos convidados e a equipe técnica, a Secretaria-Executiva
1500 do CNAS e aos visitantes. Em seguida cumprimentou a equipe técnica de
1501 gravação e da taquigrafia, fazendo a apresentação aos conselheiros e
1502 conselheiras a Senhora Eliane, a nova taquigrafa da empresa. Em seguida
1503 deu boas vindas a Senhora Eliane e que qualquer dificuldade se sentisse a
1504 vontade para perguntar o que fosse necessário. Em seguida passou a
1505 palavra a Conselheira Leila. **A Senhora Conselheira Leila Pizzato**
1506 cumprimentou a todas e a todos, cumprimentou a Senhora Eliane e a equipe

1507 de som. Em seguida solicitou que todos dessem uma olhadinha a sua volta
1508 para ver que o Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, estava em
1509 clima de Natal. As portas já estavam todas enfeitadas, uma alegria criada
1510 vinda por parte da Secretaria-Executiva, com todo o seu empenho, toda a
1511 sua generosidade. Disse esperar que em fevereiro a plenária já estivesse no
1512 novo espaço físico. E agradeceu mais uma vez a Secretaria-Executiva pela
1513 alegria do ambiente. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza**
1514 **Tapajós** agradeceu e parabenizou todos os funcionários do Conselho
1515 Nacional de Assistência Social, CNAS, que haviam contribuído pela
1516 decoração do ambiente. Em seguida solicitou a Secretária-Executiva que
1517 fizesse a conferência do quórum para que se continuasse a apresentação da
1518 leitura e debate da aprovação dos termos do novo texto da NOB SUAS. **A**
1519 **Senhora Maria das Mercês** cumprimentou a todas e a todos. Agradeceu as
1520 palavras da Conselheira Leila em nome da equipe da Secretaria-Executiva.
1521 Em seguida passou a verificação do quórum. Conselheiros na titularidade:
1522 Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós; Conselheira Simone Aparecida
1523 Albuquerque; Conselheira Clara Carolina de Sá; Conselheira Léa Lúcia
1524 Cecílio Braga; Conselheiro José Geraldo de França Diniz; Conselheira
1525 Fátima Aparecida Rampin; Conselheiro José Ferreira da Cruz, Conselheira
1526 Meive Ausônia Piacesi; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira
1527 Marisa Rodrigues da Silva; Conselheira Leila Pizzato; Conselheiro Wagner
1528 Carreiro de Santana; Conselheiro Volmir Raimondi, Conselheira Margareth
1529 Alves Dallaruvera; Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheira Maria
1530 Aparecida do Amaral Godoi de Faria; Conselheira Jane Pereira Clemente.
1531 Conselheiros na suplência: Conselheiro José Araújo da Silva; Conselheira
1532 Solange Teixeira, Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa;
1533 Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira Cláudia Faquinote;

1534 Conselheira Dóris Margareth de Jesus; Conselheira Nílsia Lourdes dos
1535 Santos; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes; Conselheiro Thiago
1536 Szolnoky Barbosa Ferreira Cabral Conselheira Margarida Munguba Cardoso.
1537 **Visitantes:** O Senhor Carlos Nambu, CONSEAS,SP; A Senhora Karen
1538 Albini, ASAV; A Senhora Brenda Silva, MDS/SE; A Senhora Márcia Mansur
1539 Ladallah; A Senhora Emanuele da Silva Medeiros, CAPMISA social; Vivian
1540 Bertele F. de Oliveira, ASAV; O Senhor Vandrizi de Freitas, ASAV,
1541 CEAS/RS; O Senhor Odilon Souza, CEAS/RS; O Senhor Acompanhante do
1542 Senhor Odilon, CEAS, RS. **Pauta:** Plenária (Continuação). Apresentação e
1543 discussão do documento final do novo texto da NOB SUAS. **A Senhora**
1544 **Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** lembrou aos conselheiros
1545 que no dia anterior a leitura teria sido interrompida no Art. 57, Subseção I e
1546 que iria dar continuidade. Em seguida passou a palavra ao Conselheiro
1547 Volmir para continuação da leitura. **O Senhor Conselheiro Volmir**
1548 **Raimondi** cumprimentou a todos e a todas e informou que iria contar com a
1549 ajuda do Conselheiro José Geraldo que iria continuar a leitura e que os
1550 outros membros também iriam colaborar na leitura. Em seguida solicitou ao
1551 Senhor José Geraldo que começasse a leitura pelo Art. 57. **A Senhora**
1552 **Conselheira Simone Aparecida Albuquerque** cumprimentou o Senhor
1553 Volmir, informou que o seu nome era Simone e disse que gostaria de
1554 informar que o Senhor José Geraldo estava lindo de camisa e de gravata cor
1555 de rosa. **O Senhor Conselheiro Volmir Raimondi** informou que por esse
1556 motivo ele teria sido escolhido para fazer a leitura. **O Senhor Conselheiro**
1557 **Jose Geraldo França Diniz** cumprimentou a todos e a todas. Disse que
1558 inicialmente gostaria de pedir desculpas pela sua ausência em alguns dias,
1559 mas que nessa época do ano o seu trabalho não lhe permitia se ausentar.
1560 Informou que estava presente porque o pessoal do MDS havia conversado

1561 com a sua chefe e ela resolveu liberá-lo. Em seguida iniciou a leitura. "Art. 57
1562 *O cofinanciamento dos serviços socioassistenciais se dará por meio do Bloco*
1563 *de Financiamento da Proteção Social Básica e do Bloco de Financiamento*
1564 *da Proteção Social Especial. § 1º O bloco de financiamento será composto*
1565 *pelo conjunto de pisos relativos a cada proteção, de acordo com a*
1566 *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. § 2º Os recursos assim*
1567 *transferidos permitem a organização da rede de serviços local e regional,*
1568 *com base no planejamento realizado. § 3º Não compõem esta forma de*
1569 *repasso por blocos os recursos destinados ao cofinanciamento por acordos*
1570 *de cooperação interfederativa ou equivalente, para os quais serão aplicadas*
1571 *regras específicas de transferência, a serem pactuadas e deliberadas nas*
1572 *instâncias competentes." "§ 4º O cofinanciamento dos serviços*
1573 *socioassistenciais de proteção social básica e especial deverá considerar*
1574 *fatores que elevam o custo dos serviços na Região Amazônica, e inclusive,*
1575 *em outras situações e especificidades regionais e locais pactuadas na CIT.*
1576 *Informou que havia uma proposta de nova redação que seria: "§ 4º - nova*
1577 *redação - O cofinanciamento dos serviços socioassistenciais de proteção*
1578 *social básica e especial deverá considerar fatores que elevam o custo dos*
1579 *serviços na Região Amazônica, e inclusive, em outras situações e*
1580 *especificidades regionais e locais pactuadas na CIT e deliberados pelo*
1581 *CNAS. Art. 58 O cofinanciamento da Proteção Social Básica tem por*
1582 *componentes o Piso Básico Fixo e o Piso Básico Variável. Art. 59 O Piso*
1583 *Básico Fixo destina-se ao acompanhamento e atendimento à família e seus*
1584 *membros, no desenvolvimento do Serviço de Proteção e Atendimento*
1585 *Integral à Família - PAIF, necessariamente ofertado pelo Centro de*
1586 *Referência da Assistência Social – CRAS. § 1º O repasse desse piso deve*
1587 *se basear no número de famílias referenciadas ao CRAS. § 2º A capacidade*

1588 *de referenciamento de um CRAS está relacionada ao número de famílias do*
1589 *território, a estrutura física da unidade e ao quantitativo de profissionais que*
1590 *atuam na unidade, conforme referência da NOB RH. § 3º Os CRAS serão*
1591 *organizados conforme o número de famílias a ele referenciadas, observando-*
1592 *se a seguinte divisão: I - até 2.500 famílias; II – de 2.501 a 3.500 famílias; III -*
1593 *de 3.501 até 5.000 famílias; § 4º Outras classificações poderão ser*
1594 *estabelecidos, pactuadas na CIT e deliberadas pelo CNAS. Art. 60 O Piso*
1595 *Básico Variável destina-se: I - ao cofinanciamento dos serviços*
1596 *complementares e inerentes ao PAIF; II - ao atendimento de demandas*
1597 *específicas do território; III - ao cofinanciamento de outros serviços*
1598 *complementares que se tornem mais onerosos em razão da extensão*
1599 *territorial e das condições de acesso da população; IV – ao cofinanciamento*
1600 *de serviços executados por equipes volantes, vinculadas ao CRAS; V – a*
1601 *outras prioridades ou metas pactuadas nacionalmente. § 1º O Piso Básico*
1602 *Variável poderá ser desdobrado para permitir o atendimento de situações ou*
1603 *particularidades, a partir da análise de necessidade, prioridade ou ainda em*
1604 *razão de dispositivos legais específicos. § 2º Os valores de repasse desse*
1605 *piso, para atenção aos ciclos de vida em serviços que complementam a*
1606 *proteção à família no território, serão definidos com base em informações*
1607 *constantes do Cadastro Único, tomando por referência o número de famílias*
1608 *com presença de idosos, crianças, adolescentes, jovens, incluindo as*
1609 *pessoas com deficiência. § 3º Durante o período de migração dos*
1610 *beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC para o Cadastro*
1611 *Único, os dados dos sistemas de informação próprios do BPC também serão*
1612 *considerados. § 4º Outras fontes de informação e parâmetros de cálculo*
1613 *poderão vir a ser utilizados, inclusive para novos serviços tipificados*
1614 *nacionalmente, desde que previamente pactuados. § 5º Cabe à União e aos*

1615 *Estados, em atenção aos princípios da co-responsabilidade e cooperação*
1616 *que regem o SUAS, a regulação, o monitoramento e o apoio técnico e*
1617 *financeiro à execução desses serviços. § 6º Os valores do piso destinados à*
1618 *manutenção de embarcações, de outros meios de transporte, e das equipes*
1619 *que prestam serviços volantes serão objeto de normatização pela União. Art.*
1620 *61 O cofinanciamento da Proteção Social Especial tem por componentes: I -*
1621 *Média Complexidade: o Piso Fixo de Média Complexidade; o Piso Variável*
1622 *de Média Complexidade; e o Piso de Transição de Média Complexidade; II -*
1623 *Alta Complexidade: o Piso Fixo de Alta Complexidade; e o Piso Variável de*
1624 *Alta Complexidade. Parágrafo Único. Os recursos que compõem esse*
1625 *Bloco devem ser aplicados segundo a perspectiva socioterritorial,*
1626 *assegurando-se a provisão de deslocamentos quando necessário. Art. 62 O*
1627 *Piso Fixo de Média Complexidade destina-se ao cofinanciamento dos*
1628 *serviços tipificados nacionalmente e que são prestados exclusivamente no*
1629 *Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua -*
1630 *CENTRO POP e no Centro de Referência Especializado de Assistência*
1631 *Social – CREAS, como o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a*
1632 *Famílias e Indivíduos – PAEFI. Art. 63 O Piso Variável de Média*
1633 *Complexidade destina-se ao cofinanciamento dos serviços tipificados*
1634 *nacionalmente, como o Serviço Especializado em Abordagem Social, o*
1635 *Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e*
1636 *suas Famílias, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em*
1637 *Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de*
1638 *Prestação de Serviços à Comunidade e de outros que venham a ser*
1639 *instituídos, conforme as prioridades ou metas pactuadas nacionalmente e*
1640 *deliberadas pelo CNAS. § 1º O Piso poderá incluir outras ações ou ser*
1641 *desdobrado para permitir o atendimento de situações ou particularidades, a*

1642 *partir da análise de necessidade, prioridade ou ainda em razão de*
1643 *dispositivos legais específicos. § 2º Os critérios para definição de valores*
1644 *diferenciados de cofinanciamento de serviços que atendam às*
1645 *especificidades regionais deverão ser objeto de pactuação na CIT e*
1646 *deliberação no CNAS. § 3º Os valores de referência a serem adotados para*
1647 *o cofinanciamento dos diferentes tipos de agravos de média complexidade e*
1648 *das situações que envolvam a prestação de serviços para públicos*
1649 *determinados serão submetidos à pactuação na CIT e deliberação no CNAS.*
1650 *Art. 64 O Piso de Transição de Média Complexidade será objeto de*
1651 *regulação específica. Art. 65 O Piso Fixo de Alta Complexidade destina-se*
1652 *ao cofinanciamento dos serviços tipificados nacionalmente, voltados ao*
1653 *atendimento especializado a indivíduos e famílias que, por diversas*
1654 *situações, necessitem de acolhimento fora de seu núcleo familiar ou*
1655 *comunitário de origem. Art. 66 O Piso Variável de Alta Complexidade*
1656 *destina-se ao cofinanciamento dos serviços tipificados nacionalmente a*
1657 *usuários que, devido ao nível de agravamento ou complexidade das*
1658 *situações vivenciadas, necessitem de atenção diferenciada e atendimentos*
1659 *complementares. § 1º De acordo com critérios nacionalmente definidos, com*
1660 *base em legislação própria ou em necessidades peculiares, este Piso poderá*
1661 *ser utilizado para o atendimento a especificidades regionais, prioridades*
1662 *nacionais, incentivos à implementação de novas modalidades de serviços de*
1663 *acolhimento e equipes responsáveis pelo acompanhamento dos serviços de*
1664 *acolhimento e de gestão de vagas. § 2º Também se destina ao*
1665 *cofinanciamento de serviços de atendimento a situações emergenciais,*
1666 *desastres ou calamidades, observadas as provisões e objetivos*
1667 *nacionalmente tipificados, podendo ser especificadas as condições de*
1668 *repasse, dos valores e do período de vigência em instrumento legal próprio.*

1669 *Subseção II – Incentivos Financeiros à Gestão. Art. 67 O apoio à gestão*
1670 *descentralizada do SUAS e do Programa Bolsa Família se dará através do*
1671 *Bloco de Financiamento da Gestão do SUAS, do Programa Bolsa Família e*
1672 *do Cadastro Único. Art. 68 O incentivo à gestão do SUAS tem como*
1673 *componentes o Índice de Gestão Descentralizada Estadual do Sistema Único*
1674 *de Assistência Social – IGD-E SUAS e o Índice de Gestão Descentralizada*
1675 *Municipal do Sistema Único de Assistência Social – IGD-M SUAS; Art. 69 O*
1676 *incentivo à gestão do Programa Bolsa Família tem como componente o*
1677 *Índice de Gestão Descentralizada Estadual do Programa Bolsa Família –*
1678 *IGD-E PBF e o Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa*
1679 *Bolsa Família – IGD-M PBF, instituído pelo art. 8º da Lei nº 10.836, de 2004.*
1680 *Art. 70 Os incentivos à gestão descentralizada visam oferecer o aporte*
1681 *financeiro necessário ao incremento dos processos: I - de gestão e prestação*
1682 *de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em âmbito*
1683 *local e regional, tendo por fundamento os resultados alcançados e os*
1684 *investimentos realizados pelos entes federativos, no caso do IGD-SUAS; e II*
1685 *- de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, em âmbito*
1686 *municipal, estadual e distrital, tendo por fundamento os resultados*
1687 *alcançados pelos respectivos entes federativos no caso do IGD-PBF,*
1688 *conforme previsto na Lei nº 10.836, de 2004, e sua regulamentação. Art. 71*
1689 *Os incentivos financeiros com base nos resultados serão calculados através*
1690 *dos Índices de Gestão Descentralizada do SUAS – IGDSUAS e do Programa*
1691 *Bolsa Família - IGDPBF, instituídos, respectivamente, na Lei nº 8.742, de 7*
1692 *de dezembro de 1993 e na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Subseção*
1693 *III – Cofinanciamento de Programas e Projetos Socioassistenciais. Art. 72 Os*
1694 *critérios para repasses afetos ao cofinanciamento de programas e projetos*
1695 *socioassistenciais constituem objeto de normatização específica pela União.*

1696 *Parágrafo Único. As metas dos programas e projetos serão pactuadas na*
1697 *CIT e deliberadas no CNAS. Subseção IV Critérios de Partilha para o*
1698 *Cofinanciamento. Art. 73 O cofinanciamento dos serviços socioassistenciais,*
1699 *observada a disponibilidade orçamentária e financeira de cada ente*
1700 *federativo, efetivar-se-á a partir da adoção dos seguintes objetivos e*
1701 *pressupostos: I - implantação e oferta qualificada de serviços*
1702 *socioassistenciais nacionalmente tipificados; II - implantação e oferta*
1703 *qualificada de serviços em territórios de vulnerabilidade e risco social, de*
1704 *acordo com o diagnóstico das necessidades e especificidades locais e*
1705 *regionais, considerando os parâmetros do teto máximo estabelecido para*
1706 *cofinanciamento da rede de serviços e do patamar existente; III –*
1707 *atendimento das prioridades nacionais e estaduais pactuadas; IV -*
1708 *equalização e universalização da cobertura dos serviços socioassistenciais.*
1709 *§ 1º Para a aferição do disposto no inciso I serão utilizadas as informações*
1710 *constantes do Censo SUAS e dos demais sistemas informatizados do MDS.*
1711 *§ 2º No tocante à implantação a que se refere o inciso II serão considerados*
1712 *os dados do diagnóstico socioterritorial e da Vigilância Socioassistencial, por*
1713 *meio do Cruzamento de indicadores, com o objetivo de estabelecer*
1714 *prioridades progressivas até o alcance de teto a ser destinado a cada ente*
1715 *federativo, por nível de proteção. § 3º Em relação ao inciso III, o atendimento*
1716 *levará em consideração informações e Cruzamento de indicadores, a partir*
1717 *da análise global das situações que demandem esforço concentrado de*
1718 *financiamento, sendo que as prioridades estaduais e regionais devem ser*
1719 *objeto de pactuação na CIB e deliberação nos Conselhos Estaduais de*
1720 *Assistência Social, à luz da normatização nacional, e no caso das prioridades*
1721 *de âmbito municipal e do Distrito Federal, debatidas e deliberadas em seus*
1722 *respectivos Conselhos de Assistência Social. § 4º No que se refere ao inciso*

1723 *IV, os critérios complementares a serem utilizados buscarão equalizar,*
1724 *priorizar e projetar a universalização da cobertura, levando em conta os*
1725 *diagnósticos e os planejamentos intra-urbanos e regionais, sendo objeto de*
1726 *pactuação nas respectivas Comissões Intergestores, quando se tratar de*
1727 *definições em âmbito nacional e estadual, e de deliberação nos Conselhos*
1728 *de Assistência Social de cada esfera de governo. Art. 74 Na Proteção Social*
1729 *Básica os critérios de partilha de cofinanciamento de serviços*
1730 *socioassistenciais basear-se-ão: I - no número de famílias existentes no*
1731 *Município ou Distrito Federal, de acordo com os dados de população*
1732 *levantados pelo IBGE; II - no número de famílias constantes do Cadastro*
1733 *Único, tomando como referência os cadastros válidos de cada Município e do*
1734 *Distrito Federal; III - na extensão territorial; IV - nas especificidades locais ou*
1735 *regionais; V - na cobertura de vulnerabilidades por ciclo de vida; e VI - em*
1736 *outros indicadores que vierem a ser pactuados na CIT. Em seguida passou a*
1737 *palavra a Senhora Clara para que a mesma continuasse a leitura. A Senhora*
1738 *Clara Carolina de Sá deu continuidade a leitura: "Art. 75 - Na proteção social*
1739 *especial os critérios de partilha para o cofinanciamento de serviços*
1740 *socioassistenciais terão como base as situações de risco pessoal e social,*
1741 *por violação de direitos, que subsidiam a elaboração de parâmetros e o*
1742 *estabelecimento de teto para o repasse de recursos do cofinanciamento*
1743 *federal, considerando a estruturação de unidades ou equipes de referência*
1744 *para operacionalizar os serviços necessários em determinada realidade e*
1745 *território. Parágrafo Único. As unidades de oferta de serviços de proteção*
1746 *social especial poderão ter distintas capacidades de atendimento e de*
1747 *composição, em função das dinâmicas territoriais e da relação entre estas*
1748 *unidades e as situações de risco pessoal e social, as quais deverão estar*
1749 *previstas nos planos de assistência social. Art. 76 O cofinanciamento da*

1750 *gestão adotará como referência os resultados apurados a partir da*
1751 *mensuração de indicadores, as pactuações nas Comissões Intergestores e*
1752 *as deliberação nos Conselhos de Assistência Social. Art.77 Os critérios de*
1753 *partilha para cofinanciamento federal destinado a construção de*
1754 *equipamentos públicos utilizará como referência os dados do Censo SUAS e*
1755 *as orientações sobre os espaços de cada equipamento para oferta do*
1756 *serviço. Parágrafo Único: Tendo em vista o efeito indutor da estruturação da*
1757 *rede de serviços, o critério de partilha priorizará, sempre que possível,*
1758 *Estados, Distrito Federal e Municípios que estejam com a execução de*
1759 *serviços em conformidade às normativas e orientações do SUAS. Seção V –*
1760 *Penalidades. Art. 78 Serão aplicadas medidas administrativas e o processo*
1761 *de acompanhamento de que trata o Capítulo V, desta Norma, quando: I - não*
1762 *forem alcançadas as metas de pactuação nacional e os indicadores de*
1763 *gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; II - não*
1764 *forem observados os normativos do SUAS. § 1º cabem medidas*
1765 *administrativas para as transferências relativas ao cofinanciamento federal*
1766 *dos serviços, incentivos, programas e projetos socioassistenciais: I - bloqueio*
1767 *temporário, que permitirá o pagamento retroativo após regularização dos*
1768 *motivos que deram causa; ou II – suspensão. § 2º A aplicação das medidas*
1769 *administrativas e do processo de acompanhamento se dará na forma a ser*
1770 *definida em norma específica. Seção VI Fiscalização dos Fundos de*
1771 *Assistência Social pelos Conselhos de Assistência Social. Art. 79 Os*
1772 *Conselhos de Assistência Social têm papel estratégico no SUAS, como*
1773 *agentes participantes da formulação, avaliação, controle e fiscalização da*
1774 *política, desde o seu planejamento até o efetivo monitoramento das ofertas e*
1775 *dos recursos destinados às ações a serem desenvolvidas. Proposta de nova*
1776 *redação: Art. 79 Os Conselhos de Assistência Social, em seu caráter*

1777 *deliberativo, têm papel estratégico no SUAS, como agentes participantes da*
1778 *formulação, avaliação, controle e fiscalização da política, desde o seu*
1779 *planejamento até o efetivo monitoramento das ofertas e dos recursos*
1780 *destinados às ações a serem desenvolvidas. Proposta de inclusão de*
1781 *parágrafo único: Parágrafo Único. É responsabilidade dos Conselhos de*
1782 *Assistência Social a discussão de metas e prioridades orçamentárias, no*
1783 *âmbito do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei*
1784 *Orçamentária Anual, podendo para isso realizar audiências públicas. Art. 80*
1785 *Incumbe aos Conselhos de Assistência Social exercer o controle e a*
1786 *fiscalização dos Fundos de Assistência Social, mediante: I - aprovação da*
1787 *proposta orçamentária; II - acompanhamento da execução orçamentária e*
1788 *financeira de acordo com a periodicidade prevista na Lei de instituição do*
1789 *Fundo ou em seu Decreto de regulamentação, observando o calendário*
1790 *elaborado pelos respectivos conselhos. III - análise e deliberação acerca da*
1791 *respectiva prestação de contas. Art. 81 No controle do financiamento, os*
1792 *Conselhos de Assistência Social devem observar: I - o montante e as fontes*
1793 *de financiamento dos recursos destinados à assistência social e sua*
1794 *correspondência às demandas; II - os valores de cofinanciamento da política*
1795 *de assistência social em nível local; III - a compatibilidade entre a aplicação*
1796 *dos recursos e o Plano de Assistência Social; IV - os critérios de partilha e de*
1797 *transferência dos recursos; V - a estrutura e a organização do orçamento da*
1798 *assistência social e do fundo de assistência social, inclusive sob a forma de*
1799 *unidade orçamentária, e a ordenação de despesas deste fundo em âmbito*
1800 *local; Proposta de nova redação: V - a estrutura e a organização do*
1801 *orçamento da assistência social e do fundo de assistência social, sendo este*
1802 *na forma de unidade orçamentária, e a ordenação de despesas deste fundo*
1803 *em âmbito local. VI – a definição e aferição de padrões e indicadores de*

1804 *qualidade na prestação dos serviços, programas, projetos e benefícios*
1805 *socioassistenciais e os investimentos em gestão que favoreçam seu*
1806 *incremento; VII - a correspondência entre as funções de gestão de cada ente*
1807 *federativo e a destinação orçamentária; VIII - a avaliação de saldos*
1808 *financeiros e sua implicação na oferta dos serviços e em sua qualidade; IX –*
1809 *a apreciação dos instrumentos, documentos e sistemas de informações para*
1810 *a prestação de contas relativas aos recursos destinados à assistência social;*
1811 *X - a aplicação dos recursos transferidos como incentivos de gestão do*
1812 *SUAS e do Programa Bolsa Família e a sua integração aos serviços; XI - a*
1813 *avaliação da qualidade dos serviços e das necessidades de investimento*
1814 *nessa área; XII - a aprovação do plano de aplicação dos recursos destinados*
1815 *às ações finalísticas da assistência social e o resultado dessa aplicação; XIII*
1816 *- o acompanhamento da execução dos recursos pela rede prestadora de*
1817 *serviços socioassistenciais, no âmbito governamental e não governamental,*
1818 *com vistas ao alcance dos padrões de qualidade estabelecidos em diretrizes,*
1819 *pactos e deliberações das Conferências e demais instâncias do SUAS.”* **O**
1820 **Senhor Conselheiro Volmir Raimondi** manifestou-se agradecendo a
1821 Comissão de Financiamento por terem colaborado tão brilhantemente com a
1822 leitura do material. **O Senhor Conselheiro José Ferreira Crus** sugeriu que
1823 fosse colocado no Art. 63, no final do artigo, “...pactuado nacionalmente e
1824 deliberado pelo CNAS.” E que no Art. 70, Inciso II, como estava se falando
1825 de entes federativos seria aconselhável substituir "local" por "municipal",
1826 porque local não era um ente federativo. Municipal sim. **A Senhora**
1827 **Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** agradeceu ao Conselheiro
1828 José Crus e em não havendo manifestação contrária o Capítulo, artigos e
1829 incisos estavam aprovados. Em seguida solicitou que o Conselheiro José
1830 Crus fizesse a leitura do Capítulo VII – Vigilância Socioassistencial. **O**

1831 **Senhor Conselheiro José Ferreira Crus** iniciou a leitura: Capítulo VII -
1832 *Vigilância Socioassistencial. Art. 82 A Vigilância Socioassistencial é*
1833 *caracterizada como uma das funções da política de assistência social,*
1834 *realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e*
1835 *disseminação de informações territorializadas: I - sobre as situações de*
1836 *vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos*
1837 *de violação de direitos em determinados territórios; II - relativas ao tipo,*
1838 *volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede*
1839 *socioassistencial. Seção I - Operacionalização da Vigilância*
1840 *Socioassistencial. Art. 83 A Vigilância Socioassistencial deve manter estreita*
1841 *relação com as áreas responsáveis diretamente pela oferta de serviços*
1842 *socioassistenciais à população nas Proteções Sociais Básica e Especial. § 1º*
1843 *As unidades que prestam serviços de Proteção Social Básica ou Especial e*
1844 *Benefícios socioassistenciais são provedoras de dados e utilizam as*
1845 *informações produzidas e processadas pela Vigilância Socioassistencial*
1846 *sempre que estas são registradas e armazenadas de forma adequada e*
1847 *subsidiam o processo de planejamento das ações. § 2º A Vigilância*
1848 *Socioassistencial deverá cumprir seus objetivos fornecendo informações*
1849 *estruturadas que: I - contribuam para que as equipes dos serviços*
1850 *socioassistenciais avaliem sua própria atuação; II - ampliem o conhecimento*
1851 *das equipes dos serviços socioassistenciais sobre as características da*
1852 *população e do território de forma a melhor atender às necessidades e*
1853 *demandas existentes; III - proporcionem o planejamento e execução das*
1854 *ações de busca ativa que assegurem a oferta de serviços e benefícios às*
1855 *famílias e indivíduos mais vulneráveis, superando a atuação pautada*
1856 *exclusivamente pela demanda espontânea. Art. 85 A Vigilância*
1857 *Socioassistencial deve analisar as informações relativas às demandas*

1858 *quanto às: I - incidências de riscos e vulnerabilidades e às necessidades de*
1859 *proteção da população, no que concerne à assistência social; e II -*
1860 *características e distribuição da oferta da rede socioassistencial instalada*
1861 *vistos na perspectiva do território, considerando a integração entre a*
1862 *demanda e a oferta. Art. 86 A União, os Estados, o Distrito Federal, e os*
1863 *Municípios devem instituir a área da Vigilância Socioassistencial diretamente*
1864 *vinculada aos órgãos gestores da política de assistência social, dispondo de*
1865 *recursos de incentivo à gestão para sua estruturação e manutenção.*
1866 *Parágrafo Único. A Vigilância Socioassistencial constitui como uma área*
1867 *essencialmente dedicada à gestão da informação, comprometida com: I - o*
1868 *efetivo apoio às atividades de planejamento, gestão, monitoramento,*
1869 *avaliação e execução dos serviços socioassistenciais, imprimindo caráter*
1870 *técnico à tomada de decisão; e II - a produção e disseminação de*
1871 *informações, possibilitando conhecimentos que contribuam para a efetivação*
1872 *do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como*
1873 *para a redução dos agravos, fortalecendo a função de proteção social do*
1874 *SUAS. Art. 87 São responsabilidades da área de Vigilância Socioassistencial*
1875 *comuns à União, Estados, DF e municípios: I - elaborar e atualizar*
1876 *periodicamente diagnósticos socioterritoriais – compatíveis com os limites*
1877 *territoriais dos respectivos entes federados, que devem conter informações*
1878 *espaciais: das vulnerabilidades e riscos dos territórios e da conseqüente*
1879 *demanda aos serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e*
1880 *Proteção Social Especial e de benefícios; do tipo, volume e qualidade das*
1881 *ofertas disponíveis e efetivas à população; II - contribuir com as áreas de*
1882 *gestão e de proteção social básica e especial, na elaboração de diagnósticos*
1883 *e planos, dentre outros. III - utilizar a base de dados do Cadastro Único como*
1884 *ferramenta para construção de mapas de vulnerabilidade social dos*

1885 *territórios, para traçar o perfil de populações vulneráveis e para estimar a*
1886 *demanda potencial dos serviços de Proteção Social Básica e Especial e sua*
1887 *distribuição no território; IV - utilizar da base de dados do Cadastro Único*
1888 *como instrumento permanente de identificação das famílias que apresentam*
1889 *características de potenciais demandantes dos distintos serviços*
1890 *socioassistenciais e, com base em tais informações, planejar, orientar e*
1891 *coordenar ações de busca ativa a serem executas pelas equipes dos CRAS*
1892 *e CREAS; V – implementar o sistema de notificação para eventos de*
1893 *violação de direitos contemplando, no mínimo, o registro e a notificação de*
1894 *violações de direitos que envolvam eventos de violência intrafamiliar, de*
1895 *abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes e de trabalho infantil;*
1896 *Proposta de nova redação: V – implementar o sistema de notificação*
1897 *compulsória contemplando o registro e a notificação ao Sistema de Garantia*
1898 *de Direitos das situações de violência intrafamiliar, de abuso ou exploração*
1899 *sexual de crianças e adolescentes e de trabalho infantil, além de outras que*
1900 *venham a ser pactuadas e deliberadas; Proposta de inclusão de novo inciso:*
1901 *VI – utilizar os dados provenientes do Sistema de Notificação das Violações*
1902 *de Direitos para monitorar a incidência e o atendimento das situações de*
1903 *risco pessoal e social pertinentes à assistência social; VII - orientar quanto*
1904 *aos procedimentos de registro das informações referentes aos atendimentos*
1905 *realizados pelas unidades da rede socioassistencial, zelando pela*
1906 *padronização e qualidade dos mesmos; VIII - coordenar e acompanhar a*
1907 *alimentação dos sistemas de informação que provêm dados sobre a rede*
1908 *socioassistencial e sobre os atendimentos por ela realizados, mantendo*
1909 *permanente diálogo com as áreas de Proteção Social Básica e de Proteção*
1910 *Social Especial, que são diretamente responsáveis pela provisão dos dados*
1911 *necessários à alimentação dos sistemas específicos ao seu âmbito de*

1912 atuação; IX - realizar a gestão do cadastro de unidades da rede
1913 socioassistencial pública no CadSUAS; X - responsabilizar-se pela gestão e
1914 alimentação de outros sistemas de informação que provêm dados sobre a
1915 rede socioassistencial e sobre os atendimentos por ela realizados, quando
1916 estes não forem específicos de um programa, serviço ou benefício; XI -
1917 analisar periodicamente os dados dos sistemas de informação do SUAS,
1918 utilizando-os como base para produção de estudos e de indicadores; XII –
1919 coordenar o processo de realização anual do Censo SUAS, zelando pela
1920 qualidade das informações coletadas; XIII - estabelecer, com base nas
1921 normativas existentes e no diálogo com as demais áreas técnicas, padrões
1922 de referência para avaliação da qualidade dos serviços ofertados pela rede
1923 socioassistencial e monitorá-los por meio de indicadores; XIV - coordenar de
1924 forma articulada com as áreas de Proteção Social Básica e de Proteção
1925 Social Especial, as atividades de monitoramento da rede socioassistencial,
1926 de forma a avaliar periodicamente a observância dos padrões de referência
1927 relativos à qualidade dos serviços ofertados; XV - estabelecer articulações
1928 intersetoriais de forma a ampliar o conhecimento sobre os riscos e
1929 vulnerabilidades que afetam as famílias e indivíduos num dado território,
1930 colaborando para o aprimoramento das intervenções realizadas. Art.88 São
1931 responsabilidades específicas da área da Vigilância Socioassistencial no
1932 âmbito da União: I- apoiar tecnicamente a estruturação da Vigilância
1933 Socioassistencial nos estados, DF e municípios. II - organizar, normatizar e
1934 gerir nacionalmente, no âmbito da Política de Assistência Social, o sistema
1935 de notificações para eventos de violência e violação de direitos,
1936 estabelecendo instrumentos e fluxos necessários à sua implementação e
1937 funcionamento; III – planejar e coordenar, em âmbito nacional, o processo de
1938 realização anual do Censo SUAS, zelando pela qualidade das informações

1939 coletadas; IV - propor parâmetros nacionais para os registros de informações
1940 no âmbito do SUAS; V - propor indicadores nacionais para o monitoramento
1941 no âmbito do SUAS; Art.89 São responsabilidades específicas da área de
1942 Vigilância Socioassistencial dos estados: I - desenvolver estudos para
1943 subsidiar a regionalização dos serviços de proteção social especial no âmbito
1944 do estado; II - apoiar tecnicamente a estruturação da Vigilância
1945 Socioassistencial nos municípios do estado; III - coordenar, em âmbito
1946 estadual, o processo de realização anual do Censo SUAS, apoiando
1947 tecnicamente os municípios para o preenchimento dos questionários e
1948 zelando pela qualidade das informações coletadas; Art.90 São
1949 responsabilidades específicas da área de Vigilância Socioassistencial dos
1950 municípios e do Distrito Federal: I - elaborar e atualizar, em conjunto com as
1951 áreas de proteção social básica e especial, na elaboração dos diagnósticos
1952 circunscritos aos territórios de abrangência dos CRAS e CREAS; II –
1953 colaborar com o planejamento das atividades pertinentes ao cadastramento
1954 e atualização cadastral do Cadastro Único em âmbito municipal; III - fornecer
1955 sistematicamente às unidades da rede socioassistencial, especialmente aos
1956 CRAS e CREAS, informações e indicadores territorializados, extraídos do
1957 Cadastro Único, que possam auxiliar as ações de busca ativa e subsidiar as
1958 atividades de planejamento e avaliação dos próprios serviços; IV - fornecer
1959 sistematicamente aos CRAS e CREAS listagens territorializadas das famílias
1960 em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família com
1961 bloqueio ou suspensão do benefício, e monitorar a realização da busca ativa
1962 destas famílias pelas referidas unidades e o registro do acompanhamento
1963 que possibilita a interrupção dos efeitos do descumprimento sobre o
1964 benefício das famílias;” V - fornecer sistematicamente aos CRAS e CREAS
1965 listagens territorializadas das famílias beneficiárias do BPC e dos benefícios

1966 eventuais, e monitorar a realização da busca ativa destas famílias pelas
1967 referidas unidades para inserção nos respectivos serviços; VI - realizar a
1968 gestão do cadastro de unidades da rede socioassistencial privada no
1969 CadSUAS, quando não houver na estrutura do órgão gestor, área
1970 administrativa específica responsável pela relação com a rede
1971 socioassistencial privada; VII - coordenar, em âmbito municipal ou do Distrito
1972 Federal, o processo de preenchimento dos questionários do Censo SUAS,
1973 zelando pela qualidade das informações coletadas. Seção II – Informação.
1974 Art. 91 A gestão da informação, por meio da integração entre ferramentas
1975 tecnológicas, torna-se um componente estratégico para: I - definição do
1976 conteúdo da política e seu planejamento; 2 Monitoramento e avaliação da
1977 oferta e da demanda de serviços socioassistenciais. Parágrafo único: Na
1978 União, estados e municípios a gestão da informação e a organização de
1979 sistemas de informação devem ser priorizados no âmbito da gestão, com
1980 destinação de recursos financeiros e técnicos para a sua consolidação.
1981 Artigo 92 – Constituem-se diretrizes para a concepção do sistema de
1982 formação no SUAS: Compartilhamento da informação na esfera federal,
1983 estadual, do Distrito Federal e municipal e entre todos os atores do SUAS,
1984 trabalhadores, Conselheiros, usuários e entidades. II) Compreensão de que
1985 o sistema de informação para o SUAS não se resume à informatização ou
1986 instalação de aplicativos e ferramentas, mas afirma-se também como uma
1987 cultura a ser disseminada na gestão e no controle social. III) Disponibilização
1988 da informação de maneira compreensível à população. IV) Transparência e
1989 acessibilidade; V) Construção de aplicativos e subsistemas flexíveis, que
1990 respeitem as diversidades e particularidades regionais; VI) Interconectividade
1991 entre os sistemas. Artigo 93 – A Rede SUAS operacionaliza a gestão da
1992 informação do Sistema Único de Assistência Social por meio de um conjunto

1993 de aplicativos e suporte à gestão ao monitoramento, à avaliação e ao
1994 controle social, de serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência
1995 Social, e ao seu respectivo funcionamento. Parágrafo único – São
1996 consideradas ferramentas de gestão que orientam o processo de
1997 organização do Sistema Único de Assistência Social, além dos seus
1998 aplicativos da Rede SUAS: I - O Cadastro Único para programas sociais do
1999 governo federal; II - Sistemas e bases de dados relacionados à
2000 operacionalização do programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação
2001 Continuada, observadas as normas sobre sigilo de dados dos respectivos
2002 cadastros; III - Sistema de monitoramento; IV - Censo SUAS; V - Entre outras
2003 que vierem a ser instituídas. Artigo 94 – São responsabilidades da União,
2004 estados, Distrito Federal e municípios na gestão da informação. a) União,
2005 coletar, armazenar, processar, analisar e divulgar dados e informações
2006 nacionais relativas ao Sistema Único de Assistência Social. b) Organizar e
2007 manter a Rede SUAS; c) Desenvolver, manter e aprofundar ferramentas e
2008 aplicativos nacionais para a gestão do Sistema Único de Assistência Social e
2009 para os serviços socioassistenciais. d) Propor a padronização e protocolos
2010 nacionais de registro e trânsito das informações no âmbito do Sistema Único
2011 de Assistência Social; e) Produzir informações, estudos e pesquisas que
2012 subsidiam monitoramento e avaliação da Rede Socioassistencial e da
2013 qualidade dos serviços e benefícios prestados aos usuários. f) Disseminar o
2014 conhecimento produzido pelo órgão gestor federal para os demais entes da
2015 Federação. g) Elaborar plano nacional de capacitação para a área; h)
2016 Disponibilizar banco de dados do órgão gestor federal do SUAS para
2017 estados, Distrito Federal e municípios; I) Criar e manter canais nacionais de
2018 comunicação entre gestores, trabalhadores, Conselheiros e usuários da
2019 Assistência Social; II) Estados – a) Coletar, armazenar, processar, analisar e

2020 *divulgar dados e informações estaduais relativas ao Sistema Único de*
2021 *Assistência Social; b) Organizar e manter o sistema estadual de informação*
2022 *do Sistema Único de Assistência Social; c) Compatibilizar em parceria com a*
2023 *União, sistemas estaduais de informação, a Rede SUAS; d) Propor*
2024 *padronização e protocolos estaduais de registro e trânsito da informação no*
2025 *âmbito do Sistema Único de Assistência Social; e) Alimentar e*
2026 *responsabilizar-se pela fidedignidade das informações inseridas no Sistema*
2027 *Nacional de Informação; f) Produzir informações, estudos e pesquisa que*
2028 *subsidiem monitoramento e avaliação da Rede Socioassistencial e da*
2029 *qualidade dos serviços e benefícios prestados aos usuários; g) Disseminar o*
2030 *conhecimento produzido pelo órgão gestor estadual para os municípios,*
2031 *usuários, trabalhadores, Conselheiros e entidades de Assistência Social; h)*
2032 *Criar e manter canais estaduais de comunicação entre gestores, técnicos,*
2033 *Conselheiros, usuários e entidades de assistência social; i) Prestar apoio*
2034 *técnico e financeiro aos municípios na estruturação dos sistemas de*
2035 *informações locais; j) Disponibilizar os bancos de dados aos órgãos gestores*
2036 *dos municípios; III - Município e Distrito Federal – a) Coletar, armazenar,*
2037 *processar, analisar e divulgar dados e informações municipais ou do Distrito*
2038 *Federal relativas ao Sistema Único de Assistência Social; b) Desenvolver,*
2039 *implantar e manter sistemas locais de informação; c) Compatibilizar em*
2040 *parceria com estados e/ou União os sistemas locais de informação à Rede*
2041 *SUAS; d) Alimentar e responsabilizar-se pela fidedignidade das informações*
2042 *inseridas nos sistemas estaduais e nacional de informações; e) Propor*
2043 *padronização e protocolos locais de registro e trânsito da informação no*
2044 *âmbito do SUAS; f) Disseminar o conhecimento produzido pelo órgão gestor*
2045 *municipal e do Distrito Federal para os usuários, trabalhadores, Conselheiros*
2046 *e entidades de Assistência Social; g) Produzir informações que subsidiam o*

2047 *monitoramento e avaliação da Rede Socioassistencial e da qualidade dos*
2048 *serviços e benefícios prestados aos usuários; Sessão III - Do monitoramento:*
2049 *Artigo 95 – O monitoramento do Sistema Único de Assistência Social*
2050 *constitui função inerente à gestão e ao controle social que consiste no*
2051 *acompanhamento contínuo e sistemático do desenvolvimento dos serviços,*
2052 *programas, projetos e benefícios socioassistenciais em relação ao*
2053 *cumprimento de seus objetivos e metas; Parágrafo único – Realiza-se por*
2054 *meio da produção regular de indicadores e captura de informações. I - In*
2055 *locu; II - Em dados provenientes do sistema de informação; III - Em sistemas*
2056 *que coletam informações específicas para os objetivos do monitoramento.*
2057 *Artigo 96 – Os indicadores de monitoramento visam mensurar as seguintes*
2058 *dimensões: I - Estrutura ou insumos; II - Processos ou atividades; III -*
2059 *Produtos ou resultados. Artigo 97 – O modelo de monitoramento do Sistema*
2060 *Único de Assistência Social deve conter um conjunto mínimo de indicadores*
2061 *pactuados entre os gestores federal, estaduais, do Distrito Federal e*
2062 *municipais que permitam acompanhar: I - A qualidade, volume de oferta dos*
2063 *serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e de*
2064 *proteção social especial; II - O cumprimento do protocolo de gestão integrada*
2065 *de serviços, benefícios e transferência de renda; III) O desempenho da*
2066 *gestão de cada ente federativo; IV - O monitoramento do funcionamento dos*
2067 *Conselhos de Assistência Social e das Comissões Intergestores.”*
2068 *(intervenções fora do microfone) “Artigo 98 – Para o monitoramento do*
2069 *Sistema Único de Assistência Social. Em âmbito nacional as principais fontes*
2070 *de informação são: I - Censo SUAS; II - Sistema de registro de atendimento;*
2071 *III - Cadastros e sistemas gerenciais que integram o Sistema Único de*
2072 *Assistência Social; IV - Outros que vierem a serem instituídos e pactuados*
2073 *nacionalmente. Artigo 99 – Em âmbito estadual o monitoramento do Sistema*

2074 *Único de Assistência Social deve conjugar a captura e verificação de*
2075 *informações in locu junto aos municípios e à utilização de dados*
2076 *secundários, financiados pelos indicadores do Sistema Nacional de*
2077 *Monitoramento do SUAS ou provenientes dos próprios sistemas de*
2078 *informações estaduais. Artigo 100 – Em âmbito municipal e do Distrito*
2079 *Federal, o monitoramento do SUAS tende a capturar e verificar in locu junto*
2080 *aos serviços prestados pela Rede Socioassistencial sem prejuízo da*
2081 *utilização da fonte de dados secundários utilizados pelo monitoramento em*
2082 *nível nacional e estadual. Seção IV – Da avaliação. Artigo 101 – Caberá à*
2083 *União as seguintes ações de avaliação da política sem prejuízo de outras*
2084 *que por ventura venha a desenvolver; I - Promover periodicamente*
2085 *avaliações externas de âmbito nacional, abordando a gestão, serviços, os*
2086 *programas, os projetos e benefícios socioassistenciais.” Este primeiro inciso,*
2087 *ele tem uma sugestão de alteração na sua redação, em vez de promover*
2088 *periodicamente, para promover continuamente a avaliações externas de*
2089 *âmbito municipal, abordando a gestão, os serviços, os programas, os*
2090 *projetos e benefícios socioassistenciais. “Inciso II – Estabelecer parcerias*
2091 *com órgãos e instituições federais de pesquisa, visando a produção de*
2092 *conhecimento sobre a política e o Sistema Único de Assistência Social; III -*
2093 *Realizar em intervalos bianuais pesquisa amostral de abrangência nacional*
2094 *com os usuários do Sistema Único de Assistência Social para avaliar*
2095 *aspectos objetivos e subjetivos referentes à qualidade dos serviços*
2096 *prestados; artigo 102 – Os estados poderão sem prejuízo de outras ações de*
2097 *avaliação que por ventura venham a desenvolver estabelecer parceria com*
2098 *órgãos e instituições estaduais de pesquisa, visando a produção de*
2099 *conhecimentos sobre a política e o sistema de assistência social em âmbito*
2100 *estadual.” Esse artigo tem uma sugestão de nova redação, passando a ser*

2101 *dessa forma: artigo 102 – “Os estados poderão realizar avaliações periódicas*
2102 *da gestão, dos serviços e dos benefícios socioassistenciais em seu território,*
2103 *visando subsidiar a elaboração e acompanhamento dos planos estaduais de*
2104 *assistência social; Artigo 103 – O Distrito Federal e municípios poderão sem*
2105 *prejuízo de outras ações de avaliação que por ventura venham a*
2106 *desenvolver, instituir práticas participativas de avaliação da gestão e dos*
2107 *serviços, envolvendo trabalhadores, usuários, instâncias de controle social.*
2108 *Esse artigo também houve uma alteração na sua redação, ficando dessa*
2109 *forma: artigo 103 – O Distrito Federal e municípios poderão sem prejuízo de*
2110 *outras ações de avaliação que por ventura venham a desenvolver instituir*
2111 *práticas participativas de avaliação da gestão e dos serviços da Rede*
2112 *Socioassistencial, envolvendo trabalhadores, usuários e instâncias de*
2113 *controle social.”* Aqui há uma sugestão, uma proposta, uma inclusão de um
2114 novo artigo, Senhora Presidente, com a seguinte redação: *“Para a realização*
2115 *das avaliações a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios*
2116 *poderão utilizar de contratação de serviços de órgãos e instituições de*
2117 *pesquisa, visando a produção de conhecimento sobre a política e o sistema*
2118 *de assistência social.”* **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza**
2119 **Tapajós** informou que havia um destaque no Art. 87 feito pela Conselheira
2120 Margareth, uma proposta de nova redação no Inciso V. **A Senhora**
2121 **Conselheira Margareth Alves Dallaruvera** perguntou se a inclusão da
2122 pactuação seria a nível municipal. **O Senhor Conselheiro José Ferreira**
2123 **Cruz** esclareceu que no município não tinha pactuação, não teria CIB e que
2124 o inciso estaria falando que venham a ser pactuadas e deliberadas e no
2125 âmbito do município não havia pacto. Pacto se dava no âmbito dos Estados
2126 e da União. **O Senhor Conselheiro Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira**
2127 **Cabral** manifestou-se cumprimentando a todos e a todas e que, no caso, não

2128 havia consistência com o Caput. Porque o Caput fala: *São responsabilidades*
2129 *da área de vigilância socioassistencial comuns à União, estados, Distrito*
2130 *Federal e municípios.* E que se fosse excluir o município do inciso V teria
2131 que se abrir um parágrafo específico e tirá-lo fora estaria inconsistente. Após
2132 alguns questionamentos e sugestões o inciso ficou com a seguinte redação:
2133 *“Implementar o sistema de notificação compulsória contemplando o registro e*
2134 *notificação ao sistema de garantia de direitos das situações de violência*
2135 *intrafamiliar, de abuso ou exploração sexual em crianças e adolescentes, e*
2136 *trabalho infantil, além de outras que venham a ser pactuadas e deliberadas.”*
2137 **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** perguntou a
2138 Senhora Margareth se sentia contemplada. **A Senhora Conselheira**
2139 **Margareth Alves Dallaruvera** manifestou-se informando que não porque o
2140 caput já falava dos três. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza**
2141 **Tapajós** informou que o próximo destaque era seu e que era no Art. 92.
2142 “Constituem-se em dizendo para a concepção dos sistemas de informação
2143 no SUAS: I - Compartilhamento da informação.” E que a sua indicação era
2144 que no Inciso II, a compreensão de que o Sistema de Informação do SUS
2145 não se resume somente à informatização. Ressaltou que ficaria melhor
2146 compreendido não os sistemas de informações, porque esse termo é eivado
2147 de uma série de significados. Que, então, a sua proposta, se não fosse
2148 desgastar o grande e interessante debate ocorrido na Comissão, a
2149 compreensão era que *“A informação no SUAS não se resumia à*
2150 *informatização ou instalação de aplicativos e ferramentas, mas afirma-se*
2151 *também como uma cultura a ser disseminada na gestão e no controle social.”*
2152 **O Senhor Conselheiro José Ferreira Crus** Agradeceu a contribuição
2153 valiosa da Senhora Presidenta, para melhorar a redação. **A Senhora**
2154 **Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** informou que o próximo

2155 destaque era no Art. 97, solicitado pela Conselheira Margareth. **A Senhora**
2156 **Conselheira Margareth Alves Dallaruvera** manifestou-se dizendo que a
2157 sua proposta era de inclusão do parágrafo 5º no momento que se falava no
2158 modelo de monitoramento do SUAS e ressaltou que havia sentido falta de se
2159 falar do monitoramento em relação a rede de serviços. **O Senhor**
2160 **Conselheiro José Ferreira Crus** ressaltou que a seu ver a conselheira já
2161 estaria contemplada no Inciso I, quando se trata da qualidade e o volume de
2162 oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social
2163 básica e de proteção social especial. Informou que esses serviços são
2164 ofertados pela Rede Socioassistencial e que está dado que o monitoramento
2165 se dará pela oferta desse serviço e a sua respectiva qualidade. **O Senhor**
2166 **Conselheiro Charles Roberto Pranke** sugeriu que fosse colocado outra
2167 comparação que seria a qualidade e o volume da demanda e oferta dos
2168 serviços. E que não caberia ao monitoramento, caberia ao planejamento. **A**
2169 **Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** perguntou a
2170 Conselheira Margareth se estaria contemplada. Em não havendo
2171 manifestação contrária solicitou que o Senhor José Crus fizesse a leitura do
2172 Capítulo VIII - Gestão do Trabalho no Sistema Único de Assistência Social. **O**
2173 **Senhor Conselheiro José Ferreira Crus** iniciou a leitura: *“Capítulo VIII –*
2174 *Gestão do Trabalho no Sistema Único de Assistência Social. Artigo 104 – A*
2175 *gestão do trabalho no SUAS compreende o planejamento, a organização e*
2176 *execução das ações relativas à valorização do trabalhador e a estruturação*
2177 *do processo de trabalho institucional envolvendo: desenhos organizacionais;*
2178 *educação permanente; desprecarização do trabalho; avaliação de*
2179 *desempenho; adequação dos perfis profissionais às necessidades do SUAS;*
2180 *processo de negociação do trabalho; sistemas de informação; planos de*
2181 *cargos, carreiras e salários, entre outros aspectos.”* Este artigo, Senhora

2182 Presidenta, foi muito debatido na Comissão e apresento aos senhores e as
2183 senhoras a nova redação do artigo 104: *“Artigo 104 – A gestão do trabalho*
2184 *no SUAS compreende o planejamento, a organização e a execução das*
2185 *ações relativas à valorização do trabalhador e a estruturação do processo de*
2186 *trabalho institucional. § 1º - Por ações relativas à valorização do trabalhador*
2187 *na perspectiva da desprecarização da relação e das condições de trabalho,*
2188 *compreende-se dentre outras: I - Realização de concurso público; II -*
2189 *Instituição de avaliação de desempenho; III - Instituição e implementação de*
2190 *planos de capacitação e educação permanente com certificação; IV -*
2191 *Adequação dos perfis profissionais às necessidades do Sistema Único de*
2192 *Assistência Social; V - Instituição das mesas de negociação; VI - Instituição*
2193 *de planos de cargos, carreiras e salários; VII - Garantia de ambiente de*
2194 *trabalho saudável e seguro em consonância às normativas de segurança e*
2195 *saúde dos trabalhadores; § 2º - Por ações relativas à estruturação do*
2196 *processo de trabalho institucional compreende-se dentre outras a instituição*
2197 *de: I - Desenhos organizacionais; II - Processo de negociação do trabalho; III*
2198 *- Sistema de informação; IV - Supervisão técnica; V - Fóruns observatórios*
2199 *de práticas. Artigo 105 – As ações de gestão do trabalho na União, estados,*
2200 *Distrito Federal e municípios devem observar os eixos que compõem essa*
2201 *área na Norma Operacional Básica de recursos humanos do SUAS nas*
2202 *Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social e nas demais*
2203 *regulamentações específicas. Artigo 106 – Cabe a cada ente federativo*
2204 *instituir ou designar em sua estrutura administrativa setor ou equipe*
2205 *responsável pela gestão do trabalho do Sistema Único de Assistência Social.*
2206 *Artigo 107 – As despesas que envolvem a gestão do trabalho devem estar*
2207 *expressas no orçamento e no financiamento da Política de Assistência*
2208 *Social. Parágrafo Único – “Os entes federativos deverão assegurar recursos*

2209 financeiros específicos no cumprimento das responsabilidades
2210 compartilhadas.” **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
2211 informou que havia um destaque no Art. 104, Inciso VI, feito pela Conselheira
2212 **Margareth. A Senhora Conselheira Margareth Alves Dallaruvera** sugeriu
2213 que fosse feito um acréscimo na instituição de plano, cargo carreira e salário,
2214 PCCS, que se incluísse as três esferas do governo, que se colocasse a
2215 responsabilidade nos três níveis de governo, para que tanto a União, quanto
2216 os estados, quanto os municípios realmente assumissem o compromisso do
2217 PCCS, e não ficasse só a nível de um ente federado. **A Senhora**
2218 **Conselheira Leila Pizzato** perguntou ao Conselheiro José Crus se gostaria
2219 de fazer algum comentário. **O Senhor Conselheiro José Ferreira Crus**
2220 ressaltou que sim, que poderia se fazer a inclusão no caput e agradeceu a
2221 colaboração da Conselheira Margareth. **A Senhora Conselheira Leila**
2222 **Pizzato** informou que o próximo destaque era no Inciso VI, Parágrafo 2º, do
2223 mesmo Art. 104, feito pela Conselheira Margareth. **A Senhora Conselheira**
2224 **Margareth Alves Dallaruvera** informou que queria entender por que no
2225 artigo, nesse inciso V a Comissão colocou fóruns e observatórios de práticas
2226 dentro de um caput que está falando sobre o processo de trabalho
2227 institucional. Ressaltou ser uma conselheira defensora de fóruns, mas
2228 entendia que isso é um espaço de pactuação, de negociação. Informou que
2229 a sua sugestão era a retirada do Inciso V. **O Senhor Conselheiro José**
2230 **Ferreira Crus** argumentou se a conselheira não concordaria em colocar o §
2231 1º relativo à valorização do trabalhador? Mas de não perder a possibilidade
2232 de instituir fóruns e observatórios e práticas profissionais, que é
2233 extremamente importante para a Assistência Social. De repente no § 1º
2234 incluir o inciso VIII, instituição de fóruns e observatórios de práticas
2235 profissionais na perspectiva da valorização do trabalhador, do cotidiano de

2236 sua prática profissional. Finalizou dizendo que a conselheira tinha razão na
2237 sua colocação. Após alguns questionamentos por parte do Conselheiro José
2238 Crus e Margareth a senhora presidenta solicitou que o Conselheiro José
2239 Crus fizesse o seu encaminhamento. **O Senhor Conselheiro José Ferreira**
2240 Crus informou que a decisão teria sido a de excluir o inciso V do § 2º e incluir
2241 outro inciso no § 1º, um inciso que seria instituição de observatório de
2242 práticas profissionais. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza**
2243 **Tapajós** perguntou se a Conselheira se sentia contemplada. Em não
2244 havendo manifestação contrária deu por entendido que o capítulo, artigos e
2245 incisos estavam aprovados. Em seguida agradeceu a Comissão de Política
2246 pela apresentação. **O Senhor Conselheiro José Ferreira Crus** informou
2247 que por se tratar do último capítulo sob a responsabilidade da comissão
2248 gostaria de agradecer o trabalho de todos, a Equipe do Departamento de
2249 Gestão do SUAS do ministério, ao Wagner Antônio ao Luiz Otávio pela
2250 brilhante contribuição no processo de discussão dos capítulos que ficaram
2251 sob a responsabilidade da comissão. Agradeceu aos conselheiros
2252 integrantes da comissão pelo compromisso e brilhantismo no debate profícuo
2253 que houve na Comissão para que se pudesse dar conta de cumprir a tarefa
2254 que foi dada a Comissão. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza**
2255 **Tapajós** agradeceu ao conselheiro e solicitou que a Comissão Temática de
2256 Conselhos fizesse a apresentação do Capítulo IX - Controle social do
2257 Sistema Único de Assistência Social. Em seguida passou a palavra a
2258 Conselheira Margareth para que fizesse a leitura do capítulo. **A Senhora**
2259 **Conselheira Margareth Alves Dallaruvera** iniciou a leitura: “*Capítulo IX –*
2260 *Controle Social do Sistema Único de Assistência Social. Artigo 108 – São*
2261 *instâncias de deliberação do SUAS. I -) O Conselho Nacional de Assistência*
2262 *Social; II - Os Conselhos Estaduais de Assistência Social; III - O Conselho de*

2263 *Assistência Social do Distrito Federal; IV - Os Conselhos Municipais de*
2264 *Assistência Social. Parágrafo único – As conferências de assistência social*
2265 *definem as diretrizes para o aperfeiçoamento da Política de Assistência*
2266 *Social.”* Informou que havia uma nova redação para o Parágrafo Único que
2267 seria: *“As conferências de assistência social deliberam as diretrizes para o*
2268 *aperfeiçoamento da Política de Assistência Social.”* **A Senhora Presidenta**
2269 **Luziele Maria de Souza Tapajós** informou que havia um destaque do
2270 Conselheiro Thiago. **A Senhora Dóris Margareth de Jesus** deu
2271 continuidade á leitura: *“Artigo 109 – A participação social deve constituir-se*
2272 *em estratégia presente na gestão do SUAS por meio da adoção de práticas e*
2273 *mecanismos que favoreça o processo de planejamento e a execução da*
2274 *Política de Assistência Social de modo democrático e participativo. Artigo*
2275 *110 – São estratégias para o fortalecimento dos Conselhos e das*
2276 *conferências de assistência social e a promoção da participação dos*
2277 *usuários. I - Fixação das responsabilidades da União, dos estados, do*
2278 *Distrito Federal e dos municípios para com o controle social. II -*
2279 *Planejamento das ações do Conselho de Assistência Social; III - Participação*
2280 *dos Conselhos e dos usuários no planejamento local, municipal, estadual,*
2281 *distrital, regional e nacional. IV - Convocação periódica das conferências de*
2282 *Assistência Social; V - Ampliação da participação popular.”* Informou que
2283 nesse Inciso V havia uma proposta de inclusão de dois novos incisos, Inciso
2284 VI - *A valorização da participação dos trabalhadores do SUAS. E o VII – A*
2285 *valorização da participação das entidades e organizações de assistência*
2286 *social. Seção I – Conferências de Assistência Social. Artigo 111 – As*
2287 *conferências de Assistência Social são instâncias que têm por atribuições a*
2288 *avaliação da Política de Assistência Social e a definição de diretrizes para o*
2289 *aprimoramento do SUAS, ocorrendo no âmbito da União, dos estados, do*

2290 *Distrito Federal e dos municípios. Artigo 112 – A convocação das*
2291 *conferências de assistência social pelos Conselhos de Assistência Social se*
2292 *dará ordinariamente a cada quatro anos. § 1º - Poderão ser convocadas*
2293 *conferências de assistência social extraordinariamente a cada dois anos*
2294 *conforme deliberação da maioria dos membros dos respectivos Conselhos. §*
2295 *2º - Ao convocar a Conferência caberá ao Conselho de Assistência Social: I -*
2296 *Elaborar as normas de seu funcionamento; II - Constituir Comissão*
2297 *Organizadora; III - Encaminhar as deliberações da Conferência aos órgãos*
2298 *competentes após sua realização. Proposta de novo inciso: IV - Desenvolver*
2299 *metodologias de acompanhamento e monitoramento das deliberações das*
2300 *conferências de assistência social.”* **A Senhora Conselheira Maria**
2301 **Aparecida do Amaral Godoy de Faria** solicitou destaque no Art. 112,
2302 **Parágrafo 1º. A Senhora Conselheira Margareth Alves Dallaruvera** deu
2303 continuidade a leitura: *“Adotar estratégias e mecanismos de favoreça a mais*
2304 *ampla inserção dos usuários através de linguagem acessível e do uso de*
2305 *metodologias e dinâmicas que permitam a sua participação e manifestação.*
2306 *Proposta de nova redação aqui para o quinto: Adotar estratégias e*
2307 *mecanismos que favoreça a mais ampla inserção dos usuários a inclusão por*
2308 *meio de linguagem acessível e do uso de metodologias e dinâmicas que*
2309 *permitam a sua participação e manifestação. Artigo 113 – Para a realização*
2310 *das conferências os órgãos gestores de assistência social da União, dos*
2311 *estados, do Distrito Federal e dos municípios deverão prever dotação*
2312 *orçamentária e realizar a execução financeira, garantindo os recursos e a*
2313 *infraestrutura necessários. § 1º - A participação dos Delegados*
2314 *governamentais e não governamentais nas conferências estaduais e*
2315 *nacional, devem ser assegurada incluindo o deslocamento, a estadia e*
2316 *alimentação. Proposta de nova redação. A participação dos Delegados*

2317 *governamentais e não governamentais nas conferências estaduais e*
2318 *nacional, devem ser assegurada de forma equânime, incluindo*
2319 *descolamento, a estadia e alimentação. § 2º - Podem ser realizadas etapas*
2320 *preparatórias às conferências, mediante a convocação de pré-conferências,*
2321 *reuniões ampliadas do Conselho, ou audiências públicas entre outras*
2322 *estratégias de ampliação da participação popular. Seção II – Conselhos de*
2323 *Assistência Social. Artigo 114 – Os Conselhos de Assistência Social são*
2324 *instâncias deliberativas colegiadas do SUAS, vinculadas à estrutura do órgão*
2325 *gestor de assistência social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos*
2326 *municípios, com caráter permanente e de composição paritária entre governo*
2327 *e sociedade civil. § 1º - A União, dos estados, do Distrito Federal e*
2328 *municípios deverão instituí-los através de edição de Lei específica. Proposta*
2329 *de nova redação: § 1º - A União, dos estados, do Distrito Federal e*
2330 *municípios deverão instituí-los por meio de edição de Lei específica,*
2331 *conforme a LOAS. Informou que também havia uma proposta de inclusão de*
2332 *novo parágrafo: § 2º - A Lei de criação dos Conselhos deve garantir a*
2333 *escolha democrática da representação da sociedade civil, sendo vedada a*
2334 *representação vitalícia. § 3º - No exercício de suas atribuições os Conselhos*
2335 *Normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam a gestão e*
2336 *execução dos serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência*
2337 *Social, prestados pela Rede Socioassistencial. Em seguida perguntou se*
2338 *havia algum destaque. **A Senhora Conselheira Maria Aparecida do***
2339 ***Amaral Godoy de Faria** informou que o destaque era a inclusão de um novo*
2340 *parágrafo. **A Senhora Conselheira Margareth Alves Dallaruvera** deu*
2341 *continuidade a leitura: Subseção I – Planejamento das responsabilidades dos*
2342 *Conselhos de Assistência Social. Existe uma proposta de alteração, que é*
2343 *passar o artigo 117, ele passa então a ser o artigo 115, entende-se*

2344 necessário iniciar com as questões que tratam do planejamento para uma
2345 melhor compreensão, porque, na verdade, o parágrafo estava descolado do
2346 tema da seção, então por conta disso se propõe uma alteração para ficar em
2347 consonância com o caput. *“Artigo 115 – Os Conselhos devem planejar suas*
2348 *ações de forma a garantir a consecução das suas atribuições e o exercício*
2349 *do controle social, primando pela efetividade e transparência das suas*
2350 *atividades. § 1º - O planejamento das ações do Conselho devem orientar a*
2351 *construção do orçamento da gestão da assistência social para o apoio*
2352 *financeiro e técnico às funções do Conselho. § 2º - O gestor federal deverá*
2353 *disponibilizar ferramenta informatizada para o planejamento das atividades*
2354 *dos Conselhos, contendo as atividades, metas, cronogramas de execução e*
2355 *prazos. Artigo 116 – São atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência*
2356 *Social que devem ser objeto do planejamento de suas ações.* Continuando
2357 disse que Havaí uma proposta de nova redação para o Artigo 116: *No*
2358 *planejamento das ações dos Conselhos de Assistência Social devem ser*
2359 *observadas as seguintes atribuições precípuas: I - Aprovar a Política de*
2360 *Assistência Social, elaborada em consonância com as diretrizes*
2361 *estabelecidas pelas Conferências. II - Convocar as conferências de*
2362 *assistência social em suas esferas de governo e acompanhar a execução de*
2363 *suas deliberações. III - Aprovar o Plano de Assistência Social, elaborado pelo*
2364 *órgão gestor da Política de Assistência Social. IV - Aprovar o Plano de*
2365 *Capacitação, elaborado pelo órgão gestor. V - Acompanhar, avaliar e*
2366 *fiscalizar a gestão do programa Bolsa Família, PBF. VI - Fiscalizar a gestão e*
2367 *execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do programa*
2368 *Bolsa Família, IGD-PBF. E do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema*
2369 *Único de Assistência Social, IGDSUAS. VII - Planejar e deliberar sobre os*
2370 *gastos de pelo menos 3% dos recursos do IGD PBF e do IGD SUAS*

2371 *destinados ao desenvolvimento das atividades do Conselho. Proposta de*
2372 *uma nova redação para o sétimo. Planejar e deliberar sobre os gastos de no*
2373 *mínimo 3% dos recursos do IGD PBF e do IGD SUAS destinados ao*
2374 *desenvolvimento das atividades do Conselho. VIII - Aprovar a proposta*
2375 *orçamentária, o planejamento e aplicação dos recursos destinados às ações*
2376 *de assistência social nas suas respectivas esferas de governo, tanto os*
2377 *recursos próprios, quanto os oriundos de outros entes federativos, alocados*
2378 *nos respectivos Fundos de Assistência Social. Proposta de uma nova*
2379 *redação para o oitavo. Aprovar os instrumentos do ciclo orçamentário, o*
2380 *planejamento e aplicação dos recursos destinados às ações de assistência*
2381 *social nas suas respectivas esferas de governo, tanto os recursos próprios,*
2382 *quanto os oriundos de outros entes federativos, alocados nos respectivos*
2383 *Fundos de Assistência Social. IX - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão*
2384 *dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços,*
2385 *programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS. X - Aprovar*
2386 *critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados*
2387 *os parâmetros adotados na LOAS. XI - Aprovar o aceite da expansão dos*
2388 *serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de*
2389 *cofinanciamento. XII - Deliberar sobre as prioridades e metas de*
2390 *desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência. XIII - Deliberar*
2391 *sobre planos de providência e planos de apoio à gestão descentralizada.” O*
2392 *Senhor Conselheiro Wagner Carneiro de Santana e Senhor Conselheiro*
2393 *José Geraldo solicitaram destaque na nova proposta de redação do Inciso*
2394 **VIII. A Senhora Conselheira Margareth Alves Dallaruvera** deu
2395 *continuidade a leitura: “XII - Deliberar sobre as prioridades e metas de*
2396 *desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência. XIII -*
2397 *Deliberações sobre planos de providência e planos de apoio à gestão*

2398 *descentralizada. XIV - Normatizar as ações e regular a prestação de serviços*
2399 *públicos estatais e não estatais no campo da assistência social, em*
2400 *consonância com as normas nacionais. XV - Inscrever e fiscalizar as*
2401 *entidades e organizações de assistência social conforme parâmetros e*
2402 *procedimentos nacionalmente estabelecidos, bem como informar ao*
2403 *Conselho Nacional de Assistência Social sobre os eventuais cancelamentos*
2404 *de inscrições. Proposta de nova redação no quinze: inscrever e fiscalizar as*
2405 *entidades e organizações de Assistência Social, bem como serviço de*
2406 *programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme parâmetros e*
2407 *procedimentos nacionalmente estabelecidos. XVI - Estabelecer mecanismo*
2408 *de articulação permanente com os demais Conselhos de políticas públicas e*
2409 *de defesa e garantia de direitos. XVII - Estabelecer diretrizes e aprovar os*
2410 *programas anuais e plurianuais e o respectivo Fundo de Assistência Social.*
2411 *Aqui tem uma proposta de inclusão do inciso, inclusão: “De exclusão, por já*
2412 *estar contemplado no item oito com uma nova redação proposta pela*
2413 *Comissão. XVIII – Estimular e acompanhar a criação de espaços de*
2414 *participação popular no SUAS. XIX - Elaborar, aprovar e divulgar seu*
2415 *regimento interno tendo como conteúdo mínimo: competências do Conselho,*
2416 *atribuições da Secretaria-Executiva da Presidência, Vice-Presidência e Mesa*
2417 *Diretora, criação, composição e funcionamento da Câmara Temática e*
2418 *grupos de trabalho permanentes ou temporários. Processo seletivo para a*
2419 *escolha do Conselheiro Presidente e Vice-Presidente. Proposta de inclusão*
2420 *da nova linha: Processo de eleição dos Conselheiros representantes da*
2421 *sociedade civil, conforme previsto na legislação. Espécie de quorum de*
2422 *deliberação e sua aplicabilidade. MAEF tem uma proposta de nova redação.*
2423 *Definição de quorum para deliberações e sua aplicabilidade. G) Direitos e*
2424 *deveres dos Conselheiros. H) Trâmite para substituição de Conselheiros e*

2425 *perdas de mandatos. Proposta de uma nova redação para H – trâmites e*
2426 *hipóteses para substituição de Conselheiros e perda de mandatos. I)*
2427 *Prioridade das reuniões ordinárias do Plenário e das Comissões e os casos*
2428 *de admissão de convocação extraordinária. J) Casos de substituição por*
2429 *impedimento ou vacância do Conselheiro titular. K) Hipótese de perda de*
2430 *mandato. Tem a proposta de exclusão da alínea k, se acatado a proposta da*
2431 *alínea h, que a gente inclui Conselheiros trâmites e hipótese para a*
2432 *substituição, então se os Conselheiros acatarem a gente então exclui só de*
2433 *hipótese e perda de mandatos. L) Procedimento adotado para acompanhar,*
2434 *registrar e publicar as decisões das Plenárias. Artigo 117 – O Conselho*
2435 *Nacional de Assistência Social deve prestar assessoramento aos Conselhos*
2436 *estaduais, do DF e municipais na aplicação de suas normas e Resoluções.*
2437 *XI - Deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em*
2438 *seu âmbito de competência. XIII - Deliberações sobre planos de providência*
2439 *e planos de apoio à gestão descentralizada. XIV - Normatizar as ações e*
2440 *regular a prestação de serviços públicos estatais e não estatais no campo da*
2441 *assistência social, em consonância com as normas nacionais. XV - Inscrever*
2442 *e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social conforme*
2443 *parâmetros e procedimentos nacionalmente estabelecidos, bem como*
2444 *informar ao Conselho Nacional de Assistência Social sobre os eventuais*
2445 *cancelamentos de inscrições. Proposta de nova redação no quinze: inscrever*
2446 *e fiscalizar as entidades e organizações de Assistência Social, bem como*
2447 *serviço de programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme*
2448 *parâmetros e procedimentos nacionalmente estabelecidos. XVI - Estabelecer*
2449 *mecanismo de articulação permanente com os demais Conselhos de*
2450 *políticas públicas e de defesa e garantia de direitos. XVII - Estabelecer*
2451 *diretrizes e aprovar os programas anuais e plurianuais e o respectivo Fundo*

2452 *de Assistência Social.”* Aqui tem uma proposta de inclusão do inciso,
2453 *inclusão: “De exclusão, por já estar contemplado no item oito com uma nova*
2454 *redação proposta pela Comissão. XVIII – Estimular e acompanhar a criação*
2455 *de espaços de participação popular no SUAS. XIX - Elaborar, aprovar e*
2456 *divulgar seu regimento interno tendo como conteúdo mínimo: competências*
2457 *do Conselho, atribuições da Secretaria-Executiva da Presidência, Vice-*
2458 *Presidência e Mesa Diretora, criação, composição e funcionamento da*
2459 *Câmara Temática e grupos de trabalho permanentes ou temporários.*
2460 *Processo seletivo para a escolha do Conselheiro Presidente e Vice-*
2461 *Presidente. Proposta de inclusão da nova linha: Processo de eleição dos*
2462 *Conselheiros representantes da sociedade civil, conforme previsto na*
2463 *legislação. Espécie de quorum de deliberação e sua aplicabilidade. MAEF*
2464 *tem uma proposta de nova redação. Definição de quorum para deliberações*
2465 *e sua aplicabilidade. G) Direitos e deveres dos Conselheiros. H) Trâmite para*
2466 *substituição de Conselheiros e perdas de mandatos. Proposta de uma nova*
2467 *redação para H – trâmites e hipóteses para substituição de Conselheiros e*
2468 *perda de mandatos. I) Prioridade das reuniões ordinárias do Plenário e das*
2469 *Comissões e os casos de admissão de convocação extraordinária. J) Casos*
2470 *de substituição por impedimento ou vacância do Conselheiro titular. K)*
2471 *Hipótese de perda de mandato. Tem a proposta de exclusão da alínea k, se*
2472 *acatado a proposta da alínea h, que a gente inclui Conselheiros trâmites e*
2473 *hipótese para a substituição, então se os Conselheiros acatarem a gente*
2474 *então exclui só de hipótese e perda de mandatos. L) Procedimento adotado*
2475 *para acompanhar, registrar e publicar as decisões das Plenárias. Artigo 117*
2476 *– O Conselho Nacional de Assistência Social deve prestar assessoramento*
2477 *aos Conselhos estaduais, do DF e municipais na aplicação de suas normas e*
2478 *Resoluções. O Senhor Wagner Carneiro de Santana solicitou um destaque*

2479 no Art. 117, Parágrafo Único. A Senhora Conselheira Margareth Alves
2480 Dallaruvera deu continuidade a leitura: *Subseção II – Responsabilidade dos*
2481 *entes federativos com controle social. Artigo 118 – Cabe aos órgãos gestores*
2482 *da Política de Assistência Social em cada esfera de governo o apoio técnico*
2483 *e financeiro aos Conselhos e as conferências de assistência social e a*
2484 *participação social dos usuários no SUAS. § 1º - Os órgãos gestores da*
2485 *assistência social devem: a) Prover aos Conselhos infraestrutura, recursos*
2486 *materiais, humanos, e financeiros, arcando com as despesas inerentes ao*
2487 *seu funcionamento através do pagamento de passagens, traslado,*
2488 *alimentação e hospedagem dos Conselheiros governamentais e não*
2489 *governamentais do exercício de suas atribuições. Tem uma proposta de*
2490 *nova redação: a) Prover aos Conselhos infraestrutura, recursos materiais,*
2491 *humanos e financeiros, arcando com as despesas inerentes ao seu*
2492 *funcionamento, bem como arcar com despesas de passagens, traslados,*
2493 *alimentação e hospedagem dos Conselheiros governamentais e não*
2494 *governamentais de forma equânime no exercício de suas atribuições, tanto*
2495 *nas atividades realizadas no seu âmbito de atuação geográfica ou fora dela.*
2496 *B) Destinar aos Conselhos de assistência social percentual dos recursos*
2497 *oriundos do Índice de Gestão Descentralizada do SUAS, IGDSUAS, e do*
2498 *Índice de Gestão Descentralizada do programa Bolsa Família, IGD-PBF, na*
2499 *forma de Lei. Proposta de inclusão de uma nova alínea. C, subsidiar os*
2500 *conselhos com informações para o cumprimento de suas atribuições e para*
2501 *deliberação sobre o cofinanciamento dos serviços, programas, projetos e*
2502 *benefícios socioassistenciais. Parágrafo 2º, os conselhos devem ser dotados*
2503 *de Secretaria Executiva com atribuição de exercer as funções técnicas e*
2504 *administrativas pertinentes aos seus funcionamentos, contando com*
2505 *profissional com ensino superior e apoio de quali técnico. Proposta de nova*

2506 redação, ficando assim o parágrafo 2º: Os conselhos deverão, serão dotados
2507 de Secretaria Executiva, tendo profissional *responsável de ensino superior e*
2508 *apoio técnico e administrativo para exercer as funções pertinentes ao seu*
2509 *funcionamento. Parágrafo 3º, os órgãos gestores devem promover, incentivar*
2510 *a capacitação continuada dos Conselheiros conforme planos de capacitação*
2511 *do SUAS. Art. 119, aos Conselheiros devem ser encaminhados com*
2512 *antecedência necessária para devida apreciação os seguintes documentos,*
2513 *informações do órgão gestor da política de assistência social. 1, plano de*
2514 *assistência social. 2. proposta orçamentária da assistência social. Proposta*
2515 *de nova redação, 2. proposta dos instrumentos que integram o ciclo*
2516 *orçamentário, tais como PBA, LDO e LOA referentes à assistência social. 3.*
2517 *relatórios trimestrais e anuais de atividades e realização financeira dos*
2518 *recursos.”* **A Senhora Conselheira Margareth Alves Dallaruvera** deu
2519 continuidade a leitura: 4. balancetes, balanços e administração de contas ao
2520 final de cada exercício. 5. relatório anual de gestão do trabalho. 6. plano de
2521 capacitação. 7. plano de providência e plano de apoio à gestão bem
2522 centralizada. 8. pactuações das comissões intergestores. Sessão III,
2523 Participação dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social. Art. 120,
2524 o estima participação é o protagonismo dos usuários das instâncias e
2525 deliberação da política de assistência social como as conferências e os
2526 conselhos é condição fundamental para viabilizar o exercício do controle
2527 social e garantir os direitos socioassistenciais. Art. 121, para ampliar o
2528 processo participativo dos usuários, além do reforço na articulação com
2529 movimentos sociais e populares, diversas estruturas podem ser organizadas
2530 tais como, 1. Coletivo de usuários junto aos serviços, programas e projetos
2531 sócios assistenciais. 2. Comissão de bairro. 3. Fórum. 4. Entre outras.
2532 Parágrafo único - Esses espaços devem desencadear o debate permanente

2533 dos problemas enfrentados, o acompanhamento das ações desenvolvidas e
2534 a discussão das estratégias mais adequadas para o atendimento das
2535 demandas sociais, com vistas a assegurar o constante aprimoramento das
2536 ofertas e prestações do SUAS. Art. 122, constitui-se estratégia para estímulo
2537 a participação dos usuários do SUAS. Aqui tem uma proposta de inclusão do
2538 artigo. A previsão do planejamento do conselho ou do órgão gestor da
2539 política de assistência social. 2. A ampla divulgação do cronograma e pautas
2540 de reunião dos conselhos, das audiências públicas, das conferências e
2541 demais atividades e das unidades prestadoras de serviços e nos meios de
2542 comunicação local. 3. Maior representatividade dos usuários no processo de
2543 escolha, no processo de eleição, os Conselheiros não governamentais,
2544 escolha da delegação para as conferências e de realização das
2545 capacitações. Aqui tem uma proposta de nova redação nesse terceiro. A
2546 garantia de maior representatividade dos usuários no processo de eleição
2547 dos Conselheiros não governamentais de escolha da delegação para as
2548 conferências e de realização das capacitações. **A Senhora Presidenta**
2549 **Luziele Maria de Souza Tapajós** informou que a Senhora Maria havia
2550 pedido destaque no Inciso III. **A Senhora Conselheira Margareth Alves**
2551 **Dallaruvera** deu continuidade a leitura: 4. e último, A constituição de
2552 espaços de diálogos entre gestores trabalhadores e usuários, garantindo o
2553 empoderamento dos mesmos. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de**
2554 **Souza Tapajós** informou que o primeiro destaque era no Art. 108, Parágrafo
2555 Único, teria sido feito pelo Conselheiro Thiago. **O Senhor Conselheiro**
2556 **Thiago Szolnoky Barbosa Ferreira Cabral** disse que gostaria de lembrar
2557 ao conselho que a questão das conferências nacionais encontrava-se
2558 disposta no art. 18, inciso VI dizendo o seguinte: A partir da realização da II
2559 Conferência Nacional de Assistência Social em 97, convocaram

2560 ordinariamente a cada quatro anos a Conferência Nacional de Assistência
2561 Social, que terá atribuição de avaliar a situação da assistência social e
2562 propor diretrizes para aperfeiçoamento do sistema. Ressaltou que a questão
2563 das conferências seria a proposição de diretrizes. Da maneira como estava
2564 poderia criar uma confusão. Que o Art. 108, Caput fala que: existia uma
2565 espécie de confusão que vai ser criada. O art. 108, no *caput* fala são
2566 instâncias de recuperação, portanto, que deliberam. Que as quatro estariam
2567 elencadas. Que na proposta de redação e na anterior estaria se falando, de
2568 novo, que conferência deliberava, o que seria um equívoco, porque não seria
2569 o que estava na lei. Que a conferência propõe diretrizes. Que a sua sugestão
2570 seria que a conferência de assistência social propõe diretrizes em troca
2571 desse termo “delibera” no parágrafo único. Informou que haviam outros
2572 lugares com esse mesmo destaque, mas que não se recordava onde estaria.
2573 Mas que gostaria que ficasse claro essa questão. **A Senhora Presidenta**
2574 **Luziele Maria de Souza Tapajós** perguntou ao Conselheiro se a sua
2575 proposta seria: em qualquer trecho onde esteja à conferência como ente
2576 deliberativo, retrocedesse e colocasse definição, proposital. **O Senhor**
2577 **Conselheiro Thiago Szolnoky Barbosa Ferreira Cabral** informou que era o
2578 que estava na LOA. Propor diretrizes. **A Senhora Conselheira Clara**
2579 **Carolina de Sá** informou que só para contribuir com o Conselheiro Thiago,
2580 informou que se teve essa preocupação no âmbito da pactuação da
2581 Comissão Intergestor Tripartite e que haviam conversado com a conjure,
2582 inclusive, e havia um entendimento que a questão da deliberação estaria
2583 implícita no texto. Porque as conferências são colegiados que ao propor,
2584 para propor, elas deliberam. Que para propor diretrizes teria que passar por
2585 uma deliberação dos delegados. E que, então, seria um termo, a
2586 deliberação, como o artigo que o conselheiro mesmo leu e propor diretrizes é

2587 no sentido de quando a conferência propõe, ela delibera. Não tem outra
2588 forma. E que até para deixar mais claro, porque as diretrizes são as linhas
2589 mestras da política, que o lugar mais adequado para estabelecer as linhas
2590 mestras são às conferências, logo a conferência tem que deliberar as
2591 diretrizes. **O Senhor Conselheiro Wagner Carneiro de Santana** disse estar
2592 contemplado com o esclarecimento da Conselheira Clara, mas também valia
2593 a pena ressaltar que os Conselhos Municipais, Estaduais e do DF em suas
2594 leis de criação deixaram bem claro que são deliberativos. Ressaltou que
2595 tranquilamente defendia as conferências. **A Senhora Conselheira Léa**
2596 **Lúcia Cecília Braga** cumprimentou a todas e a todos, disse que todas as
2597 vezes que fazia um debate sobre assistência social, conselho, celebração
2598 com cautela. E que a compreensão histórica da assistência social é de que
2599 as conferências é um momento que reúne representação do Brasil inteiro,
2600 respeitando escalas municipais e estaduais para se avaliar o rumo e o
2601 caminho da política, bem como também definir as suas diretrizes. E se define
2602 as diretrizes da política, está se apontando o rumo dela e dizendo de uma
2603 forma muito clara qual que é o estágio e a necessidade de avanços da
2604 política nesse sentido. E que não se pode, no meu ponto de vista,
2605 compreender ao pé da letra uma construção histórica de formulação, de
2606 entendimentos nessa área. Que o conselho tem por dever respeitar toda
2607 essa construção de participação popular, como já tinha sido colocado, e
2608 compreender que nesse momento o conselho delibera sim. E que nesse
2609 sentido compreendia que se deveria manter essa compreensão com esse
2610 posicionamento. **A Senhora Conselheira Simone Aparecida Albuquerque**
2611 cumprimentou a todas e a todos. Ressaltou que o maior exemplo da
2612 importância deliberativa de uma conferência era o Sistema Único de
2613 Assistência Social e sua trajetória até então. E que se teve que sustentar

2614 apesar do nome Sistema Único de Assistência Social não está na Lei
2615 Orgânica da Assistência Social, mas por uma decisão da IV Conferência
2616 Nacional essa decisão foi acatada pelo Conselho Nacional, por isso o SUAS
2617 teria sido sustentado até o ano passado. Contou que nas milhares de vezes
2618 que esteve na Secretaria Geral da Presidência da República na Casa Civil,
2619 ouviu que o SUAS não estava no mundo jurídico e não foram poucas as
2620 vezes que havia dito que era Diretora de Gestão do SUAS e que tinha sido
2621 nomeada para tal. E que não era possível ser nomeada por alguma coisa
2622 que não existia. Não existia na legalidade, mas existia na realidade. E que se
2623 não fosse para ser deliberativo, não haveria o estresse de ter que contar voto
2624 a voto de cada um dos projetos políticos para a assistência social que lá são
2625 debatidos. **O Senhor Conselheiro Edvaldo da Silva Ramos** disse estar
2626 muito preocupado porque embora se tenha condições de estabelecer
2627 diretrizes que não conste em lei, uma vez que a omissão da lei permite assim
2628 fazer, na hierarquia normativa, uma resolução não sobrepõe a uma lei. E que
2629 estavam num debate para o estudo e aprovação da nova operacional base
2630 da assistência social que vai se valer de um instrumento chamado resolução
2631 para dar a validade jurídica a essa norma. Então como é que iria se dizer que
2632 a conferência iria deliberar. Que não havia condições de dizer na Resolução
2633 do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, que a conferência vai se
2634 tornar deliberativa. E parecia que estava se correndo o risco de alguém
2635 questionar a observância do princípio da legalidade da resolução. **A Senhora**
2636 **Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa** disse que gostaria de
2637 deixar registrado que reconhecia as conferências como conferência
2638 deliberativa. Em seguida cumprimentou a todos e a todas, disse
2639 compartilhar o pensamento do Conselheiro Edvaldo, mas de outra forma.
2640 Disse estar muito preocupada com o debate, disse que era importante seguir

2641 a lei, mas existia um reconhecimento público político da importância da
2642 deliberação de uma Conferência Nacional. Disse que a coisa que lhe deixava
2643 mais orgulhosa era quando uma deliberação da conferência era realizada.
2644 Informou que havia trabalho na Secretaria de Direito Humanos durante oito
2645 anos e que todas as conferências lá ocorridas teriam caráter deliberativo.
2646 Estava-se na lei ou não, não importava. Ressaltou que sem caráter
2647 deliberativo as conferências iriam ser esvaziadas. E que gostaria de deixar
2648 essa sua fala registrado. **O Senhor Conselheiro Charles Roberto Pranke**
2649 disse que a seu ver também as conferências eram deliberativas. **O Senhor**
2650 **Conselheiro Volmir Raimondi** disse estar na linha de pensamento dos
2651 Conselheiros Thiago e Edvaldo pensando que não se estaria dizendo que as
2652 conferências não são deliberativas no seu próprio âmbito, ou seja, elas
2653 dentro da conferência elas têm que deliberar algumas coisas para que tenha
2654 alguma efetividade as suas propostas. E que falar de deliberação num nível
2655 acima não seria o caso das conferências. Que no caso teria as instância e a
2656 LOA que já prevê. E que a seu ver ou se restringia a lei ou a modificava. Mas
2657 que antes de modificá-la não se poderia simplesmente adotar outro
2658 procedimento em contrário. Até porque poderia estar se fazendo algo até
2659 passivo de medidas judiciais. Que não se podia passar desse limite da lei.
2660 Finalizou dizendo que esse era o seu pensamento. **A Senhora Conselheira**
2661 **Meive Ausônia Piacesi** lamentou que na Lei nº 12.435, recente, não se
2662 tivesse feito a menção de corrigir, um pouquinho, a prática. Disse achar que
2663 a lei é resultado de um movimento, resultado de um processo histórico. E
2664 que na prática sempre se confirmou e agiu de forma que as conferências
2665 sejam deliberativas. Ressaltou que ela seria um mecanismo que se ouve a
2666 população e se faz os novos encaminhamentos. Disse concordar com o
2667 Conselheiro Edvaldo e Volmir que não se podia ferir a lei, mas também não

2668 se poderia ferir a prática. Era preciso avançar. E que a prática seria
2669 avaliativa. **A Senhora Conselheira Simone Aparecida Albuquerque**
2670 ressaltou que não se estaria mudando a lei e nem fazendo coisa contrária a
2671 LOA. Que estariam ali discutindo como se poderia fazer isso de forma
2672 consultiva ou deliberativa. E que o Conselho Nacional teria todo o poder de
2673 dizer como isso seria feito. Citou um exemplo e finalizou dizendo as
2674 conferências teriam caráter deliberativo sim. **A Senhora Conselheira Dóris**
2675 **Margareth de Jesus** cumprimentou a todas e a todos. Disse que estava
2676 havendo certa confusão. O conceito de deliberação era resultado de uma
2677 discussão. Ponto. Então era uma deliberação. Agora se ela teria efeito de
2678 força de execução, são outros elementos que definiam. E que a seu ver não
2679 seria esse o momento para essa discussão do ponto de vista formal. Mas do
2680 ponto de vista político era um avanço enorme na conquista das conferências.
2681 Que muito ainda teria que se conquistar, mas de qualquer forma era um
2682 grande avanço. Que a seu ver a discussão não cabia no processo, até
2683 porque ela seria deliberativa. Se iria ter força de lei ou não seria um processo
2684 ainda que o movimento, que toda a movimentação social teria que
2685 conquistar. **A Senhora Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoy de**
2686 **Faria** ressaltou que o debate era interessante até para se ver o que seria
2687 preciso ser corrigido. Que se a lei não estava dizendo que era deliberativa
2688 teria que se mudar a lei. Teria que se adequar a lei a esse avanço. E que a
2689 conferência era deliberativa sim. Sugeriu que fosse mantida a segunda
2690 redação: As conferências de Assistência Social deliberam as diretrizes. **O**
2691 **Senhor Conselheiro José Araújo da Silva** ressaltou que a discussão era
2692 importante, mas que não se podia colocar na NOB algo contra a lei. Esse era
2693 o nó que tinha que ser desfeito. E que esse desfazimento já estava na
2694 proposta do Parágrafo Único novo, que diz que: A conferência delibera

2695 diretrizes. Disse achar correta a redação que estava em vermelho. **O Senhor**
2696 **Conselheiro Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral** desculpou-se
2697 por trazer o assunto a Mesa, mas que manteria a proposta de se manter o
2698 texto da lei. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
2699 informou que o Conselheiro Thiago estaria propondo uma redação para o
2700 parágrafo único que seria: Parágrafo Único - As conferências de Assistência
2701 Social propõem as diretrizes para o aperfeiçoamento da Política de
2702 Assistência Social. Em seguida informou que era da Comissão de Conselhos
2703 e que essa alteração do parágrafo havia acontecido na reunião com a
2704 participação dos conselheiros estaduais que estavam acompanhando a
2705 reunião e solicitaram ao Conselho Nacional de Assistência Social que
2706 colocasse isso na NOB para dar legitimidade para as leis estaduais e
2707 municipais e a uma mudança de legislação. **O Senhor Conselheiro Thiago**
2708 **Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral** manifestou-se informando que após
2709 os esclarecimentos da presidenta se sentia contemplado na sugestão da
2710 comissão. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
2711 informou que próximo destaque era no Art. 111, sugerido pelo Conselheiro
2712 Thiago. **O Senhor Conselheiro Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira**
2713 **Cabral** ressaltou que a sua proposta seria de colocar: “e a definição de
2714 diretrizes....” colocar “...proposição de diretrizes.” Disse não saber se era um
2715 esclarecimento ou se deixava como estava. **A Senhora Presidenta Luziele**
2716 **Maria de Souza Tapajós** agradeceu ao conselheiro e informou que iriam
2717 deixar a redação como estava. Em seguida informou que o próximo destaque
2718 seria no Art. 112 feito pela Conselheira Maria Godoy. **A Senhora**
2719 **Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoy de Farias** ressaltou que
2720 havia ocorrido uma discussão na Comissão de Política com relação ao
2721 assunto e que do jeito que estava colocado estaria se mantendo a

2722 conferência correta de quatro em quatro anos, mas as extraordinárias
2723 estavam entrando no calendário como se fossem ordinárias e não mais
2724 extraordinárias. Ressaltou que haviam colocado isso ao coordenador da
2725 comissão e estariam trazendo ao pleno. Disse estar em dúvida se retirava ou
2726 não o parágrafo com relação ao assunto. **O Senhor Conselheiro Charles**
2727 **Roberto Pranke** ressaltou que estava em dúvida se retirava ou não o
2728 parágrafo com relação ao assunto. Pessoalmente devia-se voltar na
2729 legislação de ser de dois em dois anos. Contudo isso ainda não se tinha
2730 conseguido, já havia se tentado “N” vezes e não teria passado no
2731 Congresso. Que retirar isso ou alterar, a seu ver, não seria voltar para trás e
2732 sim garantir aquela linha de que não é um processo mobilizatório. Disse
2733 achar que havia outros mecanismos sim, mas teria que se garantir. O que se
2734 precisava era aprimorar a forma de como a gente conecta uma com a outra e
2735 como que a gente faz o processo de avaliação, mas não de retirar essa
2736 possibilidade de fazer de dois em dois anos. **A Senhora Conselheira Meive**
2737 **Ausônia Piacesi** disse que gostaria de falar sobre a dificuldade da gestão.
2738 Falou sobre as dificuldades da execução das deliberações. Disse que a sua
2739 proposta era a de retirar a possibilidade de a conferência ser de dois em dois
2740 anos. **A Senhora Conselheira Simone Aparecida Albuquerque** ressaltou
2741 que a sua proposta era que continuasse a ser de dois em dois anos. **O**
2742 **Senhor Conselheiro Wagner Carneiro de Santana** esclareceu que a seu
2743 ver a NOB não iria desatar o nó dessa questão e que a sua proposta era que
2744 a conferência continuasse sendo de dois em dois anos. **O Senhor**
2745 **Conselheiro José Araújo da Silva** ressaltou que a sua proposta era deixar
2746 “...poderão ser convocadas...” E que enquanto a lei não mudasse seria
2747 melhor deixar como estava. **O Senhor Conselheiro Anderson Lopes**
2748 **Miranda** ressaltou que seria melhor deixar “convocar de dois em dois anos”,

2749 pela necessidade de ouvir e entender a necessidade de novos serviços e
2750 melhorias. **O Senhor Conselheiro José Ferreira Crus** informou que o
2751 Conselheiro José Geraldo havia solicitado que ele avisasse que já se sentia
2752 contemplado. Em seguida falou que também se sentia contemplado com a
2753 fala de vários conselheiros. Ressaltou achar que não seria o momento dessa
2754 discussão. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
2755 ressaltou que estava inscrita e que gostaria de dizer o seguinte: “*parabenizar*
2756 *a todos os senhores pelas temáticas que foram desdobradas, saídas do*
2757 *debate e do novo texto da NOB. Que as questões que vieram para a*
2758 *discussão nesse Plenário foram questões importantíssimas que estão,*
2759 *inclusive, já sob o olhar do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS,*
2760 *no seu plano de ação na sua agenda temática, tenho certeza absoluta que a*
2761 *fala da Conselheira Maria Aparecida Godoi é pela qualificação da*
2762 *participação e não pela exclusão de momentos participativos, até pela*
2763 *própria, enfim, história que ela traz e que ela representa. E acho que José e*
2764 *Simone, eu acho que foi José e Simone, o José Araújo, talvez, que a*
2765 *permanência desse parágrafo pressupõe uma responsabilidade para o*
2766 *CNAS que é justamente a perspectiva de pensar desenhos.” Em seguida*
2767 *informou que se inscreveu para dizer justamente que “a permanência desse*
2768 *parágrafo nos coloca uma responsabilidade de fazer esse debate, de fazer o*
2769 *aprofundamento desse debate, porque de fato nós somos reconhecidos,*
2770 *como conferências que são referências para o governo federal, que hoje tem*
2771 *42 Conselhos Nacionais, que no ano que vem terá 13 ou 14 Conferências*
2772 *Nacionais e seria necessário se adiantar e pensar, como havia colocado o*
2773 *Conselheiro Anderson, em formatos que trouxessem mais informações da*
2774 *realidade para que se possa ter novos trajetos, novos designers de*
2775 *conferências mais rápidas, mais ativas etc. E que na sua visão retirar o*

2776 *parágrafo significaria perder a chance de perder o debate, aprofundar o*
2777 *debate.”* **O Senhor Conselheiro Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira**
2778 **Cabral** informou achar que o Município de São Paulo foi o pioneiro no país
2779 ao criar dentro do Conselho Municipal de Assistência Social uma Comissão
2780 Específica de Acompanhamento das Deliberações da Conferência e que
2781 havia sido muito elogiado na última Conferência Nacional, salvo engano, em
2782 Manaus. E que mesmo vendo na prática o funcionamento da Comissão, é
2783 tortuoso, é difícil e complicado as empresas de assessoria conseguirem
2784 acompanhar e que seriam mais de 30, 40, 50, 60 deliberações que estariam
2785 sendo acompanhadas. **A Senhora Maria Aparecida do Amaral Godoy de**
2786 **Faria** ressaltou que a seu ver deveria deixar registrado que a conferência
2787 seria de quatro em quatro anos, mas havendo necessidade poderia haver
2788 uma Conferência Extraordinária, deixar isso assegurado. Em seguida houve
2789 uma discussão se poderia haver ou não inclusão ou exclusão a qualquer
2790 momento na NOB. Alguns esclarecimentos foram feitos com relação ao
2791 assunto. **A Senhora Maria Aparecida do Amaral Godoy de Faria** ressaltou
2792 que a proposta era de inclusão de novo parágrafo, o “§ 2º - *A Lei de criação*
2793 *dos Conselhos deve garantir a escolha democrática da representação da*
2794 *sociedade civil, sendo vedada a representação vitalícia.”* Ressaltou que se o
2795 parágrafo fosse ser mantido que, então, gostaria de discutir a questão de
2796 “...representação vitalícia” e que em sua opinião se fosse manter o artigo que
2797 se tirasse a “... representação vitalícia.” E que existia só um compromisso e
2798 responsabilidade das entidades nas suas indicações, assim como também
2799 do governo. **O Senhor Conselheiro Wagner Carneiro de Santana** ressaltou
2800 que concordava com a colocação da Conselheira Maria Godoy. Porque até
2801 onde tinha aprendido, nos meus 34 anos de vida, a pessoa só sai quando
2802 morre no Conselho, e o Conselho é democracia participativa. **A Senhora**

2803 **Conselheira Margareth Alves Dallaruvera** esclareceu que o termo
2804 “vitalícia” estaria ali por proposta da Conselheira Leila feita na Reunião de
2805 Vitória. E que poderia ser que a não tivesse claro o uso do termo “vitalícia”,
2806 mas que se não se garantisse que pode não ser cativa, vitalícia, mas teria
2807 que garantir que houvesse eleição, que as entidades não podiam ficar lá *vide*
2808 *eternum* sendo Conselheiro ali, sendo só com o voto deles mesmo, porque
2809 os outros discutem. Finalizou dizendo que foi nesse sentido que a Comissão
2810 trabalhou. **A Senhora Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de**
2811 **Faria** ressaltou que concordava em gênero, número e grau com a ideia,
2812 porque todos têm que passar por um processo de eleição de forma igual.
2813 Mas disse não concordar que fosse mantida “sendo vedada a representação
2814 vitalícia.” Ressaltou está errado do ponto de vista político e do ponto de vista
2815 de participação do controle social de toda a democracia. Que a ideia correta
2816 seria a Lei de Criação dos Conselhos garantir a escolha democrática de
2817 representação da sociedade civil ou para o conjunto da sociedade civil.
2818 Finalizou dizendo que a sua proposta era só a retirada mesmo da “...sendo
2819 vedada a representação vitalícia.” Após intensa discussão sobre o tema ficou
2820 decidido que a redação ficaria: § 2º - A Lei de criação dos Conselhos deve
2821 garantir a escolha democrática da representação da sociedade civil,
2822 permitindo uma única recondução por igual período. **A Senhora**
2823 **Conselheira Leila Pizzato** esclareceu que havia uma proposta de nova
2824 redação no Art. 116, Inciso VIII, feito pelo Conselheiro José Geraldo. **O**
2825 **Senhor Conselheiro José Geraldo França Diniz** ressaltou que a seu ver o
2826 que teria que ser garantido na norma era a participação no processo dos três
2827 instrumentos que seriam: Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias, a
2828 Proposta de Plano Plurianual e a Proposta de Lei Orçamentária Anual no que
2829 diz respeito à assistência social. Disse ter começado uma redação de nova

2830 proposta, mas a fome atrapalhou o seu raciocínio. **O Senhor Conselheiro**
2831 **Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral** manifestou-se dizendo
2832 concordar com o Conselheiro José Geraldo, mas que gostaria de entender
2833 na prática, como é que se conseguiria materializar o Inciso VIII, proposto
2834 pelo conselheiro, no seu dia a dia. **O Senhor Conselheiro José Geraldo**
2835 **França Diniz** ressaltou que a participação se dava através dos Conselhos e
2836 que a grande fonte de participação da sociedade era através dos Conselhos.
2837 Agora, nos municípios era mais fácil, porque se poderia fazer orçamento
2838 participativo e discutir diretamente com a sociedade. **A Senhora**
2839 **Conselheira Simone Aparecida Albuquerque** ressaltou que tinha muita
2840 experiência de orçamentos participativos, disse que havia se inscrito para
2841 dizer duas coisas: primeiro que governos democráticos e populares instituem
2842 orçamento participativo, que tinha registro em livro, teria várias coisas
2843 escritas sobre o assunto, inclusive, o orçamento participativo da Assistência
2844 Social, da Saúde, Educação. E teria também há algum tempo uma prática no
2845 governo federal de que também os Conselhos participassem da elaboração
2846 dos PPAs, da LDO, da Lei Orçamentária. E a segunda coisa que gostaria
2847 registrar e que se sentia muito orgulhosa de participar de um governo que
2848 tem um diretor no Ministério do Planejamento que faz uma proposta tão
2849 revolucionária como essa. **O Senhor Conselheiro José Araújo da Silva**
2850 manifestou-se dizendo que era a favor da proposta do Conselheiro José
2851 Geraldo e que se deveria pensar na aprovação da mesma. **O Senhor**
2852 **Conselheiro José Geraldo França Diniz** informou que a sua proposta de
2853 redação era: “Participar da elaboração e aprovar as propostas de Lei de
2854 diretrizes orçamentárias, Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, no
2855 que se refere à assistência social.” **A Senhora Presidenta Luziele Maria de**
2856 **Souza Tapajós** informou que após toda a discussão estaria considerando o

2857 parágrafo aprovado. Em seguida informou que havia um destaque no Art.
2858 117, solicitado pelo Conselheiro Wagner. **O Senhor Conselheiro Wagner**
2859 **Carneiro de Santana** informou que iria fazer a leitura de nova proposta de
2860 redação do artigo: *“O Conselho Nacional de Assistência Social deve zelar*
2861 *pela aplicação de suas normas e Resoluções junto aos Conselhos Estaduais,*
2862 *do Distrito Federal e municipais. § 1º - O Conselho Nacional de Assistência*
2863 *Social deve presta assessoramento ao Conselho de Assistência Social do*
2864 *Distrito Federal § 2º - O Conselho Nacional de Assistência Social em*
2865 *conformidade com o princípio da descentralização deverá sempre que*
2866 *solicitado prestar assessoramento aos Conselhos Municipais em parceria*
2867 *com os Conselhos Estaduais de Assistência Social. § 3º - Os Conselhos*
2868 *Estaduais deverão prestar assessoramento aos Conselhos Municipais.”* **A**
2869 **Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza** Tapajós informou que estava
2870 aceita a proposta de redação. Em seguida passou ao próximo destaque que
2871 seria uma proposta de nova redação no Art. 119, Inciso II, feito pelo
2872 Conselheiro José Geraldo. Ressaltou que a redação continuaria, mas que
2873 tivesse correspondência com o que havia se resolvido no Art. 116. Em
2874 seguida informou que o capítulo estava concluído, convidou a todos que
2875 fossem para o almoço e retornassem as 14h30 para início da segunda parte
2876 da redação. **ALMOÇO. A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza**
2877 **Tapajós** deu início a reunião, informou que ainda havia um capítulo da
2878 Comissão de Acompanhamento de Conselhos, Capítulo X, Instância de
2879 Negociação e Pactuação no Sistema Único de Assistência Social, mas antes
2880 iria ser feita a verificação de quórum. **A Senhora Secretária-Executiva**
2881 **Maria das Mercês** cumprimentou a todas e a todos e iniciou a verificação do
2882 quórum: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós; Conselheira Simone
2883 Aparecida Albuquerque; Conselheira Clara Carolina de Sá; Conselheira Léa

2884 Lúcia Cecílio Braga; Conselheiro José Geraldo França Diniz; Conselheira
2885 Fátima Aparecida Rampin; Conselheiro José Ferreira da Crus; Conselheira
2886 Meive Ausônia Piacesi; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva; Conselheira
2887 Leila Pizzato; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana; Conselheiro Volmir
2888 Raimondi; Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheira Margareth
2889 Alves Dallaruvera; Conselheira Jane Pereira Clemente; Conselheiro José
2890 Araújo da Silva. Conselheiros na suplência: Conselheira Maria do Socorro
2891 Fernandes Tabosa; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira
2892 Cláudia Faquinote; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes;
2893 Conselheiro Tiago Barbosa Ferreira Cabral, Conselheira Margarida Munguba
2894 Cardoso. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** informou
2895 que feita á verificação de quórum passaria a palavra a Conselheira
2896 Margareth para fazer a apresentação do Capítulo X, Instância de Negociação
2897 e Pactuação no Sistema Único de Assistência Social. **A Senhora**
2898 **Conselheira Margareth Alves Dallaruvera** cumprimentou a todos e deu
2899 início a leitura: *“Instâncias de Negociação e Pactuação do Sistema Único de*
2900 *Assistência Social. As instâncias de negociação e pactuação entre gestores*
2901 *quanto aos aspectos operacionais do SUAS são: I – Comissão Intergestores*
2902 *Tripartite – CIT, no âmbito nacional; II – Comissão Intergestores Bipartite –*
2903 *CIB, no âmbito estadual; § 1º Os órgãos gestores federal e estaduais devem*
2904 *prover às respectivas comissões intergestores, infraestrutura, recursos*
2905 *materiais, humanos e financeiros para viabilizar o seu efetivo funcionamento,*
2906 *inclusive arcando com as despesas de passagens, traslados, alimentação e*
2907 *hospedagem de seus membros quando da realização de reuniões, câmaras*
2908 *técnicas ou comissões e de sua representação em eventos. § 2º As*
2909 *comissões intergestores devem ser dotadas de secretaria executiva, com a*
2910 *atribuição de exercer as funções administrativas pertinentes ao seu*

2911 *funcionamento, contando com quadro técnico e administrativo do órgão*
2912 *gestor correspondente. Art. 124 A CIT é integrada pelos seguintes entes*
2913 *federativos: I - União representada pelo Órgão Gestor Federal da política de*
2914 *assistência social; II - Estados e Distrito Federal representados do Fórum*
2915 *Nacional de Secretários(as) de Estado de Assistência Social – FONSEAS;*
2916 *Proposta de nova redação: II - Estados e Distrito Federal representados pelo*
2917 *Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado de Assistência Social –*
2918 *FONSEAS; III - Municípios representados pelo Colegiado Nacional de*
2919 *Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS. Art. 125 A CIB é*
2920 *integrada pelos seguintes entes federativos: I - Estado representado pelo*
2921 *Órgão Gestor Estadual da política de assistência social; II - Municípios*
2922 *representados pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de*
2923 *Assistência Social – COEGEMAS. Art. 126 O FONSEAS e o CONGEMAS*
2924 *são reconhecidos como entidades sem fins lucrativos que representam,*
2925 *respectivamente, os secretários estaduais e do Distrito Federal e, os*
2926 *secretários municipais de assistência social, responsáveis para indicação*
2927 *dos seus representantes na CIT. Art. 127 Os COEGEMAS são reconhecidos*
2928 *como as entidades sem fins lucrativos que representam os secretários*
2929 *municipais de assistência social no âmbito do Estado, responsáveis pela*
2930 *indicação das suas representações nas CIB. Parágrafo Único. Os*
2931 *COEGEMAS devem estar vinculados institucionalmente ao CONGEMAS, na*
2932 *forma que dispuser seus estatutos. Art. 128 Entende-se por pactuação na*
2933 *gestão da política de assistência social, as negociações e acordos*
2934 *estabelecidos entre os entes federativos envolvidos, por meio de consensos,*
2935 *para a operacionalização e o aprimoramento do SUAS. § 1º As pactuações*
2936 *são formalizadas através da publicação do respectivo ato administrativo,*
2937 *cabendo aos gestores ampla divulgação das mesmas, em especial na rede*

2938 articulada de informações para a gestão da assistência social. Proposta de
2939 nova redação: § 1º As pactuações são formalizadas por meio da publicação
2940 do respectivo ato administrativo, cabendo aos gestores ampla divulgação das
2941 mesmas, em especial na rede articulada de informações para a gestão da
2942 assistência social. § 2º As cópias das referidas publicações devem ser
2943 encaminhadas e arquivadas, incondicional e regularmente, junto às
2944 secretarias executivas da CIT e CIB. § 3º As pactuações devem ser
2945 encaminhadas aos respectivos Conselhos de Assistência Social para
2946 conhecimento e deliberação dos assuntos que forem de sua competência
2947 tais como pactuações que envolvam critérios de partilha de recursos,
2948 normatização dos serviços socioassistenciais e prazos para implantação das
2949 ações, entre outras. Proposta de nova redação: § 3º As pactuações da CIT e
2950 das CIB devem ser encaminhadas aos respectivos Conselhos de Assistência
2951 Social para conhecimento e deliberação dos assuntos que forem de sua
2952 competência. Art. 129 A CIT é um espaço de articulação e interlocução entre
2953 os gestores federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, para
2954 viabilizar a política de assistência social, caracterizando-se como instância
2955 de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais da gestão do
2956 SUAS com a seguinte composição: I - 5 (cinco) membros titulares e seus
2957 respectivos suplentes, representando a União, indicados pelo Órgão Gestor
2958 Federal da política de assistência social; II - 5 (cinco) membros titulares e
2959 seus respectivos suplentes, representando os Estados e o Distrito Federal,
2960 indicados pelo FONSEAS; III - 5 (cinco) membros titulares e seus respectivos
2961 suplentes, representando os Municípios, indicados pelo CONGEMAS. §1º Os
2962 membros titulares e suplentes representantes dos: I – Estados e Distrito
2963 Federal deverão contemplar as cinco regiões do país; II – Municípios
2964 deverão contemplar as cinco regiões do país e os portes dos municípios. §2º

2965 Quando da substituição das representações dos entes federativos na CIT
2966 deverá ser observada a rotatividade: I – entre os Estados da respectiva
2967 região do país; II – entre os Municípios da respectiva região do país e dos
2968 portes de município. § 3º A representação dos Estados, Distrito Federal e
2969 Municípios na CIT poderá ser excepcionalizada quando não for possível
2970 contemplar na composição a integralidade das regiões e dos portes de
2971 municípios. § 4º Os membros titulares e suplentes da CIT serão nomeados
2972 por ato normativo do Ministro de Estado responsável pela gestão da Política
2973 de Assistência em âmbito nacional. Art. 130 Compete à CIT: I – pactuar
2974 estratégias para implantação, operacionalização e aprimoramento do SUAS;
2975 II – estabelecer acordos acerca de questões operacionais relativas à
2976 implantação e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios
2977 socioassistenciais que compõem o SUAS; III – pactuar instrumentos,
2978 parâmetros e mecanismos de implementação e regulamentação do SUAS; IV
2979 – pactuar critérios de partilha e procedimentos de transferência de recursos
2980 para o cofinanciamento de serviços, programas, projetos e benefícios da
2981 assistência social para Estados, Distrito Federal e Municípios; V – pactuar
2982 planos de providência e planos de apoio aos Estados e Distrito Federal; VI –
2983 pactuar prioridades e metas nacionais de aprimoramento do SUAS, de
2984 prevenção e enfrentamento da pobreza, da desigualdade, das
2985 vulnerabilidades sociais e dos riscos sociais; VII – pactuar estratégias e
2986 procedimentos de contato permanente e assessoramento técnico às CIB e
2987 gestores de assistência social; VIII – pactuar seu regimento interno e as
2988 estratégias para sua divulgação; IX - publicar e publicizar suas pactuações; X
2989 - informar ao CNAS sobre suas pactuações; XI - encaminhar ao CNAS os
2990 assuntos que forem de sua competência para deliberação; XII - Pactuar as
2991 orientações para estruturação e funcionamento das CIB; XIII – Pactuar os

2992 serviços socioassistenciais de alto custo e as responsabilidades de
2993 financiamento e execução. Seção II – Comissão Intergestores Biblioteca –
2994 CIB. Art. 131 A CIB constitui-se como espaço de articulação e interlocução
2995 dos gestores municipais e estaduais da política de assistência social,
2996 caracterizando-se como instância de negociação e pactuação quanto aos
2997 aspectos operacionais da gestão do SUAS, § 1º É requisito para sua
2998 constituição a representatividade do Estado e dos municípios, levando em
2999 conta o porte dos municípios e sua distribuição regional, com a seguinte
3000 composição: I - 06 (seis) representantes dos Estados e seus respectivos
3001 suplentes, indicados pelo gestor estadual da política de assistência social; II -
3002 06 (seis) representantes dos Municípios e seus respectivos suplentes,
3003 indicados pelo COEGEMAS, observando a representação regional e o porte
3004 dos municípios, de acordo com o estabelecido na Política Nacional de
3005 Assistência Social – PNAS, sendo: a) 02 (dois) representantes de municípios
3006 de pequeno porte I; b) 01 (um) representante de municípios de pequeno
3007 porte II; c) 01 (um) representante de municípios de médio porte; d) 01 (um)
3008 representante de municípios de grande porte; e) 01 (um) representante da
3009 capital do Estado. § “2º Os representantes titulares e suplentes deverão ser
3010 de regiões diferentes, de forma a contemplar as diversas regiões do Estado,
3011 e observar a rotatividade, quando da substituição das representações dos
3012 municípios e das regiões do estado.” “§ 3º A composição da CIB poderá ser
3013 alterada de acordo com as especificidades estaduais, podendo ser ampliada,
3014 contemplando uma maior representação estadual e municipal e, modificada
3015 nos casos em que não seja possível contemplar a proporção de porte de
3016 municípios descrita no inciso II, do § 1º. § 4º É vedada a redução do número
3017 de representantes de cada ente federativo definido nos incisos I e II, do § 1º.
3018 § 5º Os membros titulares e suplentes da CIB serão nomeados por ato

3019 *normativo do Secretário de Estado responsável pela gestão da Política de*
3020 *Assistência Social. § 6º Cada CIB definirá em regimento interno o quórum*
3021 *mínimo qualificado que assegure a paridade entre os entes federativos para*
3022 *a realização de suas reuniões. Art. 132 Compete à CIB: I – pactuar a*
3023 *organização do Sistema Estadual de Assistência Social proposto pelo órgão*
3024 *gestor estadual, definindo estratégias para implementar e operacionalizar a*
3025 *oferta da proteção social básica e especial no âmbito do SUAS na sua esfera*
3026 *de governo; II – estabelecer acordos acerca de questões operacionais*
3027 *relativas à implantação e aprimoramento dos serviços, programas, projetos e*
3028 *benefícios que compõem o SUAS; III – pactuar instrumentos, parâmetros e*
3029 *mecanismos de implementação e regulamentação complementar à*
3030 *legislação vigente, nos aspectos comuns às duas esferas de governo; IV –*
3031 *pactuar medidas para aperfeiçoamento da organização e do funcionamento*
3032 *do SUAS no âmbito regional; V – pactuar a estruturação e organização da*
3033 *oferta de serviços de caráter regional; VI – pactuar critérios, estratégias e*
3034 *procedimentos de repasse de recursos estaduais para o cofinanciamento de*
3035 *serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais aos municípios;*
3036 *VII – pactuar o plano estadual de capacitação; VIII – estabelecer acordos*
3037 *relacionados aos serviços, programas, projetos e benefícios a serem*
3038 *implantados pelo Estado e Municípios enquanto rede de proteção social*
3039 *integrante do SUAS no Estado; IX – pactuar planos de providência e planos*
3040 *de apoio aos municípios; X – pactuar prioridades e metas estaduais de*
3041 *aprimoramento do SUAS; XI – pactuar estratégias e procedimentos de*
3042 *interlocução permanente com a CIT e as demais CIB para aperfeiçoamento*
3043 *do processo de descentralização, implantação e implementação do SUAS;*
3044 *XII - observar em suas pactuações as orientações emanadas pela CIT; XIII –*
3045 *pactuar seu regimento interno e as estratégias para sua divulgação; XIV -*

3046 *publicar as pactuações no Diário Oficial estadual; XV - enviar cópia das*
3047 *publicações das pactuações à Secretaria Técnica da CIT; XVI- publicar e*
3048 *publicizar as suas pactuações; XVII - informar ao Conselho Estadual de*
3049 *Assistência Social - CEAS sobre suas pactuações; XVIII - encaminhar ao*
3050 *Conselho Estadual de Assistência Social os assuntos de sua competência*
3051 *para deliberação.”* **A Senhora Conselheira Leila Pizzato** informou que não
3052 havendo destaque, nem manifestação contrária o capítulo e incisos estavam
3053 aprovados. **A Senhora Conselheira Margareth Alves Dallaruvera**
3054 manifestou-se informando que devido não ter havido nenhum destaque
3055 gostaria de agradecer toda a equipe técnica, a Senhora Alexandra, Técnica
3056 do DGSUAS, ao Jaime, à Clara e à Ana Paula do DRSP e a toda a equipe da
3057 Comissão Temática de Acompanhamento dos Conselhos. **O Senhor**
3058 **Conselheiro José Araújo da Silva** manifestou-se agradecendo o trabalho
3059 da Coordenadora. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
3060 disse que faziam suas as palavras do Conselheiro José Araújo e agradeceu
3061 a comissão pela apresentação do trabalho. Em seguida passou a palavra a
3062 Senhora Marisa, Coordenadora da Comissão de Normas de Assistência
3063 Social, para fazer o procedimento de leitura das regras de transição, último
3064 capítulo da NOB. E que em seguida iria ser feita a discussão para a inserção
3065 da questão do capítulo dos princípios e a minuta de Resolução também. Em
3066 seguida informou que presentes na reunião estavam a Senhora Secretária
3067 Nacional, Denise Colin, o Senhor Diretor do Fundo Nacional de Assistência
3068 Social, a Senhora Secretária-Adjunta de Assistência Social, Valéria Gonelli.
3069 E outras autoridades que estavam a seu lado acompanhando a reunião: a
3070 Diretora Telma Paranhos, de Proteção Social Especial, a Diretora Léa Braga,
3071 que seria a Conselheira Léa, Diretora de Política Social Básica, Simone
3072 Albuquerque. Informou que havia outros convidados da Secretaria Nacional

3073 de Assistência Social, SNAS, que estariam presentes acompanhando a
3074 finalização do debate. **O Senhor Conselheiro Volmir Raimondi** informou a
3075 presidenta que haviam outros convidados, que seriam os Conselheiros
3076 Odilon e o Hemir, Representantes do Conselho Nacional de Assistência
3077 Social, CNAS, do Estado do Rio Grande do Sul. **A Senhora Conselheira**
3078 **Marisa Rodrigues da Silva** manifestou-se cumprimentando a todas e a
3079 todas, informou que os capítulos que haviam ficado sob a responsabilidade
3080 da Comissão de Normas seriam os Capítulos II, V e XI, referentes a Regra
3081 de Transição. Como também seria de responsabilidade da Comissão de
3082 encaminhar ao pleno uma minuta de proposta de Resolução que aprova a
3083 NOBSUAS. Havia também uma proposta de inserção de um capítulo sobre
3084 os princípios éticos da oferta da proteção socioassistencial no SUAS. Em
3085 seguida passou a leitura: *“Capítulo XI – Regras de Transição.”* Informou que
3086 não havia ocorrido nenhuma alteração até o presente momento. *Art. 133 - A*
3087 *aplicação das Subseções I e II, da Seção III, do Capítulo VI, desta NOB*
3088 *SUAS, fica condicionada à edição de ato normativo complementar referente*
3089 *aos Blocos de Financiamento. Parágrafo Único. Os repasses de recursos*
3090 *continuarão a ser efetuados com base na sistemática implementada pela*
3091 *NOB SUAS de 2005 e portarias posteriores, até a regulamentação dos*
3092 *blocos de financiamento. Art. 134 A aplicação do Capítulo IV se dará a partir*
3093 *da efetiva implantação do sistema de informação que permita o planejamento*
3094 *dos entes federativos para o alcance das prioridades e metas do Pacto*
3095 *Aprimoramento do SUAS e o respectivo acompanhamento. § 1º No período*
3096 *de efetiva implantação do sistema de que trata o caput aplicar-se-á: I – aos*
3097 *municípios: o capítulo II da NOB SUAS/2005, aprovada pela Resolução nº*
3098 *130, de 2005, do CNAS, que trata dos Tipos e Níveis de Gestão do Sistema*
3099 *Único de Assistência Social – SUAS, que instituiu o modelo de habilitação ao*

3100 *SUAS e os níveis de gestão inicial, básica e plena; II - aos Estados e ao*
3101 *Distrito Federal: o Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados e do*
3102 *Distrito Federal, de que trata a resolução n.º 17, de 2010, da CIT, com as*
3103 *prioridades instituídas para o quadriênio 2011 – 2014; §2º o Pacto a que se*
3104 *refere o inciso II do §1º será revisto em 2013, conforme pactuação na CIT de*
3105 *prioridades e metas nacionais para Estados e Distrito Federal permanecendo*
3106 *em vigor até o exercício de 2015. § 3º Quando da disponibilização do*
3107 *sistema de informação que trata o caput os Estados e o Distrito Federal*
3108 *deverão inserir o planejamento para alcance das prioridades e metas de que*
3109 *trata do inciso II do § 1º. § 4º No interstício entre a publicação desta Norma e*
3110 *a primeira pactuação dos municípios na forma do inciso II, do §5º, do art. 18,*
3111 *poderão ser pactuadas as prioridades e metas específicas. Art. 135 Os*
3112 *Estados, Distrito Federal e Municípios que aderiram ao SUAS na forma da*
3113 *NOB SUAS/2005, aprovada pela Resolução nº 130, de 2005, passarão*
3114 *automaticamente a respeitar as regras estabelecidas nesta Norma. Art. 136*
3115 *O Plano Nacional de Assistência Social referente ao período que*
3116 *compreende a publicação desta Norma até o ano 2015 consistirá na revisão*
3117 *do Plano Decenal, em consonância com o PPA e prioridades e metas*
3118 *nacionais do Pacto de Aprimoramento do SUAS. A **Senhora Luziele Maria***
3119 ***de Souza Tapajós** informou que não havendo manifestação contrária o*
3120 *Capítulo e incisos estavam aprovados. Em seguida solicitou que a*
3121 *Conselheira Marisa continuasse a leitura de apresentação dos capítulos. A*
3122 *Senhora Marisa Rodrigues da Silva iniciou a leitura: A garantia de proteção*
3123 *socioassistencial compreende: I - precedência da proteção social básica,*
3124 *com o objetivo de prevenir situações de risco social e pessoal; II - não*
3125 *submissão do usuário a situações de subalternização; III - desenvolvimento*
3126 *de ofertas de serviços e benefícios que favoreçam aos usuários do SUAS a*

3127 *autonomia, resiliência e sustentabilidade, protagonismo, acesso a*
3128 *oportunidades, condições de convívio e socialização, de acordo com sua*
3129 *capacidade, dignidade e projeto pessoal e social. IV – dimensão pró-ativa*
3130 *que compreende a intervenção planejada e sistemática para o alcance dos*
3131 *objetivos do SUAS, com absoluta primazia da responsabilidade estatal na*
3132 *condução da política de assistência social em cada esfera de governo; V –*
3133 *reafirmação da assistência social como política de seguridade social e a*
3134 *importância da intersetorialidade com as demais políticas públicas para a*
3135 *efetivação da proteção social. São seguranças afiançadas pelo Sistema*
3136 *Único de Assistência Social: I - acolhida: provida por meio da oferta pública*
3137 *de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e*
3138 *especial. As instalações físicas e a ação profissional devem conter condições*
3139 *de recepção, escuta profissional qualificada, informação, referência,*
3140 *concessão de benefícios, aquisições materiais e sociais, abordagem em*
3141 *territórios de incidência de situações de risco. Requer, também, a oferta de*
3142 *uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias*
3143 *sob curta, média e longa permanência.–II - renda: é operada por meio da*
3144 *concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados,*
3145 *nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de*
3146 *proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de*
3147 *vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho; III -*
3148 *convívio ou vivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de*
3149 *rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional*
3150 *para a construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento*
3151 *(de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses*
3152 *comuns e societários); exercício capacitador e qualificador de vínculos*
3153 *sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade. IV -*

3154 *desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para: a) o*
3155 *desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do*
3156 *protagonismo, da cidadania; b) a conquista de melhores graus de liberdade,*
3157 *respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social*
3158 *para o cidadão e a cidadã, a família e a sociedade; c) conquista de maior*
3159 *grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os*
3160 *cidadãos e cidadãs sob contingências e vicissitudes. V - apoio e auxílio:*
3161 *quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens*
3162 *materiais e em pecúnia em caráter transitório, denominados de benefícios*
3163 *eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos. São princípios éticos*
3164 *para oferta da proteção socioassistencial no SUAS: I-Defesa condicional da*
3165 *liberdade; da dignidade da pessoa humana; da privacidade; da cidadania;*
3166 *dos direitos socioassistenciais; da integridade física, moral e psicológica; II –*
3167 *Defesa do protagonismo e da autonomia dos usuários e recusa de práticas*
3168 *de caráter clientelistas, vexatória ou com intuito de benesse ou ajuda; III -*
3169 *Oferta de serviços, programas, projetos e benefícios públicos gratuitos com*
3170 *qualidade e continuidade que garantam a oportunidade de convívio para o*
3171 *fortalecimento de laços familiares e sociais; IV - Garantia da laicidade na*
3172 *relação entre o cidadão, cidadã e o Estado na prestação e divulgação das*
3173 *ações do Sistema Único de Assistência Social; V - Respeito à pluralidade e à*
3174 *diversidade cultural, socioeconômica, política e religiosa; VI - Combate às*
3175 *discriminações etárias, étnicas, de classe social, de gênero, por orientação*
3176 *sexual ou por deficiência, dentre outras. VII – Garantia do direito a receber*
3177 *dos órgãos públicos e prestadores de serviços o acesso às informações e*
3178 *documentos da assistência social de seu interesse particular, ou coletivo ou*
3179 *geral - que serão prestadas dentro do prazo da Lei nº 12.527, de 2011 - Lei*
3180 *de Acesso à Informação - LAI, e a identificação daqueles que o atender; VIII -*

3181 *Proteção à privacidade dos usuários observando o sigilo profissional,*
3182 *preservando sua intimidade e opção, e resgatando sua história de vida; IX -*
3183 *Garantia de atenção profissional direcionada para a construção de projetos*
3184 *personais e sociais para autonomia e sustentabilidade do usuário; X -*
3185 *Reconhecimento do direito dos usuários de ter acesso a benefícios e renda;*
3186 *XI – Garantia incondicional do exercício do direito à participação democrática*
3187 *dos usuários, com incentivo e apoio à organização de fóruns, conselhos,*
3188 *movimentos sociais, cooperativas populares, potencializando práticas*
3189 *participativas; XII - Acesso à assistência social a quem dela necessitar, sem*
3190 *discriminação social de qualquer natureza, resguardando os critérios de*
3191 *elegibilidade dos diferentes benefícios e as especificidades dos serviços,*
3192 *programas e projetos; XIII - Garantia aos profissionais das condições*
3193 *necessárias para a oferta de serviços em local adequado e acessível aos*
3194 *usuários, com a preservação do sigilo sobre as informações prestadas no*
3195 *atendimento socioassistencial, de forma a assegurar o compromisso ético e*
3196 *profissional estabelecidos na NOB-RH/SUAS; XIV - Disseminação do*
3197 *conhecimento produzido no âmbito do SUAS, por meio da publicização e*
3198 *divulgação das informações colhidas nos estudos e pesquisas, aos usuários*
3199 *e trabalhadores, no sentido de que estes possam usá-las na defesa da*
3200 *assistência social, de seus direitos e na melhoria das qualidade dos serviços,*
3201 *programas, projetos e benefícios; XIV – Simplificação dos processos e*
3202 *procedimentos na relação com os usuários no acesso aos serviços,*
3203 *programas, projetos e benefícios, agilizando e melhorando sua oferta; XV –*
3204 *Garantia de acolhida digna, atenciosa, equitativa, com qualidade, agilidade e*
3205 *continuidade; XVI – Prevalência, no âmbito do SUAS, de ações articuladas e*
3206 *integradas, a fim de garantir a integralidade da proteção socioassistencial*
3207 *aos usuários dos serviços, programas, projetos e benefícios.” Finalizou*

3208 informando a presidenta que nunca tinha lido tanto com o coração como
3209 havia acabado de ler. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza**
3210 **Tapajós** informou que antes de passar aos destaques gostaria também de
3211 dizer a Coordenadora e aos componentes, aos Conselheiros da Comissão
3212 de Normas que certamente também a Presidência nunca ouviu com tanto
3213 coração. Em seguida informou que havia três destaques. O primeiro seria da
3214 Conselheira Margarida no Inciso III. **A Senhora Conselheira Margarida**
3215 **Munguba Cardoso** informou que havia feito uma nova redação do inciso só
3216 para ficar mais direito e que teria ficado: *Desenvolvimento de ofertas que*
3217 *favoreçam aos usuários do SUAS a autonomia, resiliência, sustentabilidade,*
3218 *protagonismo, acesso à oportunidade, serviços, condições de convivência e*
3219 *socialização de acordo com sua capacidade, dignidade e projeto pessoal.* **A**
3220 **Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** informou que esse
3221 era o tipo do capítulo que seria votado por aclamação porque, de fato, são
3222 coisas absolutamente inerentes e necessárias a tudo que se queria para a
3223 Assistência Social no expediente da NOB SUAS. Em seguida passou para a
3224 Conselheira Margareth que havia feito um destaque no Inciso V. **A Senhora**
3225 **Conselheira Margareth Alves Dallaruvera** sugeriu que fosse colocado no
3226 parágrafo assistência social não só numa perspectiva estreita da seguridade
3227 social, no tripé da seguridade social enquanto saúde, assistência e
3228 previdência. Que fosse feita uma redação onde colocasse a seguridade
3229 social além do tripé que estaria colocado, no momento, na constituição.
3230 Ressaltou que não fica claro quando se falava intersectorialidade e ressaltou
3231 que quem discutia assistência teria uma visão muito mais ampla do que
3232 estava posto. **A Senhora Conselheira Simone Aparecida Albuquerque**
3233 manifestou-se dizendo que o que a Conselheira Margareth sugeriu não
3234 caberia no Inciso V. **A Senhora Conselheira Margarida Munguba**

3235 **Cardoso** manifestou favorável a proposta da Senhora Margareth. Disse que
3236 a seu ver deveria ser pensar seguridade social numa perspectiva mais ampla
3237 do que o tripé. E que no Inciso III estaria acrescentando “... de serviços e
3238 benefícios”, para ficar mais completo. **A Senhora Conselheira Simone**
3239 **Aparecida Albuquerque** manifestou-se pedindo desculpas a sua comissão
3240 por um esquecimento e sugeriu que fosse feita uma redação para o Inciso
3241 17: “Assegurar aos usuários o direito as informações relativas ao respectivo
3242 histórico de atendimento devidamente registrado nos prontuários do SUAS”.

3243 **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** manifestou-se
3244 passando a palavra a Conselheira Marisa para que a mesma fizesse a
3245 apresentação do texto da minuta da Resolução. **A Senhora Conselheira**
3246 **Marisa Rodrigues da Silva** deu início a leitura do texto da minuta da
3247 Resolução: “*A Norma Operacional Básica da Assistência Social, NOB/SUAS. O Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, em Reunião Ordinária realizada nos dias 10, 11, 12 e 13 de dezembro de 2012, no uso da competência que lhe confere os incisos I, II, V, IX, XV do artigo 18 da lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS, resolve: artigo 1º Aprovar a Norma Operacional Básica da Assistência Social, NOB/SUAS, anexa apresentada pela Comissão Intergestora Tripartite, CIT, apreciada e deliberada pelo Conselho Nacional de Assistência social, o CNAS. Artigo 2º O CNAS divulgará a NOB/SUAS amplamente nos diversos meios de comunicação e a enviará a Presidência da República, ao Congresso Nacional e demais entes federados para conhecimento e observância. Artigo 3º O CNAS recomenda as seguintes ações referentes a NOB/SUAS: 1 – Ao Ministério de Desenvolvimento social e Combate a Fome: A. Divulgá-la amplamente nos diversos meios de comunicação. B. Incluí-la como conteúdo no Plano Nacional de capacitação. C. Publicá-la em*

3262 meio impresso e distribuí-la, inclusive, em braile e em meio digital acessível.
3263 D. Regulamentação dos blocos de financiamento em tempo hábil para os
3264 municípios possam elaborar os seus planos plurianuais, PPA. E.
3265 Regulamentação dos processos e procedimentos de acompanhamento
3266 disposto no art. 33 e da aplicação das medidas administrativas definidas no
3267 art. 38. Inciso II: Aos órgãos gestores da Política de Assistência Social e aos
3268 conselhos de assistência social: A. Divulgá-la e publicizá-la amplamente nos
3269 diversos meios de comunicação; B. Incluí-la como conteúdo dos Planos de
3270 Capacitação. Artigo 4º: Revoga-se a Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho
3271 de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 25 de julho de 2005, que
3272 aprova a NOB/SUAS 2005. Artigo 5º: Esta Resolução entra em vigor na data
3273 de sua publicação. Luziele Maria De Souza Tapajós, Presidenta do Conselho
3274 Nacional de Assistência Social”. Finalizando agradeceu, pediu licença a
3275 presidenta e agradeceu a Coordenadora Adjunta Simone, aos membros da
3276 comissão Thiago, Cláudia, Wagner e Leila, ao Conselho Nacional de
3277 Assistência Social, CNAS, nas pessoas de Carolina Ayres, Carolina Stuart e
3278 Ana Paula. **O Senhor Conselheiro José Ferreira Cruz** manifestou-se
3279 sugerindo que no texto da Resolução ficasse: Norma Operacional Básica do
3280 Sistema Único da Assistência Social. **A Senhora Presidenta Luziele Maria**
3281 **de Souza Tapajós** colocou em votação a sugestão do Conselheiro José
3282 Crus e a mesma foi aprovada. **O Senhor Conselheiro Edivaldo da Silva**
3283 **Ramos** sugeriu que no Art. 2º a expressão “para conhecimento e
3284 observância”, fosse substituída para “conhecimento e providências
3285 cabíveis,” **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** fez a
3286 leitura do Art. 2º já com a modificação sugerida pelo Conselheiro Edivaldo:
3287 No artigo 2º, “O CNAS divulgará a NOB/SUAS amplamente nos diversos
3288 meios de comunicação e enviará a Presidência da República, ao Congresso

3289 *Nacional e demais entes federados, para conhecimento e providências*
3290 *cabíveis*". Colocado em votação foi aprovado pela plenária. Em seguida
3291 alguns conselheiros travaram um debate com relação ao Art. 2º. Com
3292 consenso estabelecido em relação a redação do artigo o mesmo ficou: "O
3293 *CNAS divulgará a NOB/SUAS amplamente nos diversos meios de*
3294 *comunicação e a enviará a Presidência da República, ao Congresso*
3295 *Nacional e diversos entes federados para conhecimento, observância e*
3296 *providências cabíveis.*" Colocado em votação o Art. 2º foi aprovado. Em
3297 seguida solicitou que a Senhora Secretária Nacional Denise Collin fizesse
3298 parte da mesa. **A Senhora Secretária-Executiva Maria das Mercês** abriu
3299 votação perguntando as conselheiras e conselheiros se os mesmos
3300 aprovavam a NOB SUAS 2012. O texto da NOB SUAS foi aprovado por
3301 unanimidade por todas as conselheiras e conselheiros com palavras de
3302 elogio, satisfação e prazer. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza**
3303 **Tapajós** abriu a palavra para os conselheiros suplentes se manifestarem. As
3304 conselheiras e conselheiros que se manifestaram com prazer, alegria e
3305 prazer. **A senhora Viviane Vieira da Silva** cumprimentou a todas e a todos
3306 e manifestou-se dizendo o seu profundo respeito por essa casa, por ter
3307 construído essa obra que é o NOB suas, para realização do direito da
3308 Assistência Social, confesso que Assistência Social não é minha área, sou
3309 da área jurídica e sempre nas reuniões em participei me sentia bastante
3310 dificuldade ate em acompanhar vocês que tem uma historia na Assistência
3311 Social. Assim como uma conselheira manifestou no começo, eu também não
3312 pude me dedicar como gostaria nem como esse conselho merece ate por
3313 isso em razoes minhas missões profissionais estão em processo de
3314 substituição, mas vou carregar comigo muito do que já ouvi em NOB-SUAS,
3315 ou alguém comentar, eu vou dizer eu estava lá, e no dia que provaram,

3316 embora eu não tenha o mesmo entendimento de quem participa muitos anos
3317 e está na militância e verificou na Assistência social, eu consigo perceber em
3318 vocês essa emoção de conquista que é muito importante que é uma
3319 conquista não pessoal é uma conquista social e fico muito honrada de ainda
3320 que não seja dessa área mas de alguma maneira poder aprender com vocês
3321 e ter um olhar diferente do que eu tinha sobre Assistência Social. Quero
3322 aproveitar para me despedir, acredito que seja meu ultimo encontro com
3323 vocês, ate o ano que vem, deve vim alguém do MEC para representá-lo no
3324 conselho e desejar a todos Feliz Natal, Feliz Ano novo e agradecê-los pelo
3325 contato e pelo convívio, estão qualificados. Obrigado. **A Senhora Denise**
3326 **Ratmann Colin** cumprimentou a todas e a todos e disse que o conjunto de
3327 contribuições de toda sociedade brasileira particularmente dos atores
3328 envolvidos na política de Assistência Social, se manifestou desde 2010, pelo
3329 reconhecimento da maturidade de um sistema único que solidifica, consolida
3330 uma política pública e tem como atribuição garantir proteção social e
3331 assegurar direitos socioassistenciais e para isso monitorar as nossas
3332 situações de vulnerabilidade e risco e que se depõem a trazer em consulta
3333 pública toda a organização desse sistema,recolher assua contribuições,
3334 sistematizar e debater profundamente em suas duas grandes estâncias que
3335 essa NOB está reconhecendo e referendando novamente como as Comissão
3336 Intergestora Bipartite com a representação de todo o órgão federados
3337 brasileiros em um processo de pactuação e reconhecer a instancia máxima
3338 de deliberação dessa política pública que é o conselho nacional através de
3339 suas representações, governamental, não governamental, de usuários,
3340 trabalhadores e entidades de Assistência Social . Esse corpo que oferta uma
3341 política pública para os cidadãos brasileiros que estão em situações de
3342 vulnerabilidade e risco e que coloca a responsabilidade do Estado Brasileiro

3343 no atendimento de um publico que ate então era absolutamente isolado e
3344 numa atenção pontual para um conjunto de ofertas de serviços continuados
3345 e sistemáticos de programa se de projetos que atendam a suas demandas.
3346 Então, não poderia ser diferente a emoção que todos estamos sentindo, o
3347 pronunciamento à identificação de uma série de pensamentos e retomada de
3348 pensadores que colocam o Governo e o Estado brasileiro com a participação
3349 da sociedade civil com está responsabilidade com este publico e é isso em
3350 nome da Secretaria Nacional e do Ministério do Desenvolvimento Social e
3351 Combate a fome, agradecer e muito a cada um de vocês. A
3352 responsabilidade, a maturidade, o compromisso que demonstraram, inclusive
3353 com cumprimento de regras, de horários, de toda metodologia que foi
3354 acordada na entrega para a sociedade brasileira desse conjunto de normas
3355 que orienta a organização do Sistema Único de Assistência social, Então é
3356 de fundamental importância, e vocês, cada um vocês foi protagonista desse
3357 processo e terá seu devido reconhecimento de ter participado e construído
3358 esse processo, nós então hoje só fazer uma grande festa num dia tão
3359 marcante que é 12/12/2012 vai ser fácil de gravar, resolução é 33 de12
3360 /12/2012 é muito cabalístico. Espero que essa conjunção de números, a
3361 Valeria me lembrou que a idade de Cristo e os 12 apóstolos, e aí apesar do
3362 Estado ser laico e da população estar assegurando direitos, nós temos uma
3363 marca de fundamental de importância, e espero que essa conjunção de
3364 todos os bons ares e de todos os números sejam para que a população
3365 brasileira possa atingir esse patamar de rompimento da desigualdade, da
3366 equidade e de justiça social que nós todos defendemos como princípio
3367 primeiro da nossa Constituição, como o objetivo do Estado Brasileiro e como
3368 compromisso de todos nós. Conselho Nacional Obrigado por entregar a NOB
3369 aprovada. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** disse

3370 que gostaria de dizer aos senhores antes, na verdade, não é um coquetel, é
3371 aquele coquetel proveniente daquele nosso grande ato de solidariedade. E
3372 que antes de passar ao coquetel gostaria de dizer e entregar a todos, mas
3373 primeiro iria ler e depois amostrar: *“A importância de uma coisa não se mede*
3374 *com fita métrica.”* Isso é Manuel de Barros em homenagem a minha querida
3375 amiga Simone Albuquerque. *“Não se mede com fita métrica, nem com*
3376 *balanças, nem com barômetros, que a importância de uma coisa há que ser*
3377 *medida pelo encantamento que a coisa produza em nós.” Emanuel de*
3378 *Barros.* Informou que a partir daquele momento os Senhores Conselheiros e
3379 Senhoras Conselheiras iriam receber um bóton que identificaria a todos
3380 como Conselheiros do Conselho Nacional e abriria as portas do prédio e do
3381 bloco A, onde o conselho ainda estaria até fevereiro, sem a identificação
3382 necessária, porque seriam reconhecidos como tais, como Conselheiros da
3383 Assistência Social. Em seguida agradeceu e convidou todos para irem ao
3384 lanche. **Ata do dia 13. A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza**
3385 **Tapajós** cumprimentou a todas e a todos, deu boas vindas a todos por mais
3386 um dia de trabalho. Que gostaria, inclusive, inicialmente de saudá-los e
3387 cumprimentá-los tendo em vista que todos demonstraram um compromisso
3388 efetivo com a causa, com a missão. Informou que já estavam no quarto dia
3389 de trabalho ininterrupto em torno não só da aprovação da NOB, mas como
3390 também de outras questões que iriam ser debatida na reunião do dia. Em
3391 seguida solicitou que a Senhora Secretária-Executiva Maria Mercês fizesse a
3392 verificação de quórum. **A Senhora Secretária-Executiva Maria de Mercês**
3393 cumprimentou a todas e a todos e passou a fazer a verificação do quórum:
3394 Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós; Conselheira Léa Lúcia Cecílio
3395 Braga; Conselheiro José Ferreira da Crus; Conselheira Marisa Rodrigues da
3396 Silva; Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci; Conselheira Leila Pizzato;

3397 Conselheiro Wagner Carneiro de Santana; Conselheira Maria Aparecida do
3398 Amaral Godói de Faria; Conselheira Margareth Alves da Dallaruvera;
3399 Conselheira Jane Pereira Clemente; Conselheiro José Araújo da Silva;
3400 Conselheiros da Suplência: Conselheiro Charles Roberto Pranke;
3401 Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira Dóris Margareth de
3402 Jesus; Conselheira Cláudia Faquinote; Conselheira Nilsia Lurdes dos Santos;
3403 Conselheiro Thiago Barbosa Ferreira Cabral. **A Senhora Presidenta**
3404 **Luziele Maria de Souza** Tapajós manifestou-se informando que de acordo
3405 com a nossa decisão no primeiro dia de reunião haveria a aprovação dos
3406 itens da pauta que seriam: Aprovação da ata da Ata da 206ª Reunião
3407 Ordinária. O relato da Presidência Ampliada, com uma mudança que havia
3408 sido acordada. No período da tarde seriam feito os informes e logo após os
3409 informes a Avaliação da Reunião Ampliada e Descentralizada do Conselho
3410 Nacional de Assistência Social. Informou que por volta das 10h30 e 11h o
3411 pleno iria receber a visita do Senhor Vice-Ministro, Secretário-Executivo,
3412 Marcelo Cardona e da Secretária Nacional de Assistência Social a Senhora
3413 Denise Colin, que iriam cumprimentar a todas e a todos pelo evento de
3414 aprovação da NOB SUAS e também cumprimentar o Conselho por todo o
3415 trabalho realizado durante o ano de 2012. Informou que seria com muita
3416 alegria e com muita satisfação que o conselho iria receber as autoridades do
3417 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome para esses
3418 cumprimentos do final da gestão. Em seguida informou que estaria passando
3419 uma lista para todos assinarem o recebimento do *bóton* de identificação do
3420 Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, até para que se pudesse
3421 ter o controle da distribuição. E que os seguranças do prédio iriam ter o
3422 conhecimento das pessoas que estariam entrando, usando o *bóton* do
3423 Conselho Nacional de Assistência Social. Informou também que na ocasião

3424 da visita do Senhor Vice-Ministro e da Senhora Secretária eles também iriam
3425 ser presenteados com o *bóton* do Conselho Nacional de Assistência Social.
3426 Em seguida passou a aprovação da ata da Ducentésima Sexta Reunião
3427 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, a que havia ocorrido
3428 em Vitória, no Espírito Santo, e que foi enviado para o *e-mail* de todos.
3429 Perguntou se havia algum esclarecimento com relação a ata e em não
3430 havendo nenhuma manifestação contrária à ata da Ducentésima Sexta
3431 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, realizada em
3432 Vitória, Espírito Santo, a mesma foi considerada aprovada. Em seguida
3433 informou ao pleno que estariam recebendo a Memória da Reunião da
3434 Presidência Ampliada que havia acontecido no dia 11. Ressaltou que
3435 enquanto os grupos sistematizavam o trabalho de avaliação da NOB, a
3436 Presidência Ampliada se reuniu no horário da manhã, de 9h às 13h. Em
3437 seguida informou a que havia uma situação que gostaria que os senhores
3438 ajudassem a encaminhar que seria: Após a discussão encontrar um
3439 momento para a Memória da Reunião das Comissões Nós precisamos achar
3440 após essa discussão, um momento para a memória da reunião das
3441 comissões que seria a análise da NOB SUAS e que outro item da pauta
3442 ficaria para fevereiro. Em seguida passou a fazer a leitura da Memória da
3443 Reunião da Presidência Ampliada: Memória da Reunião da Presidência
3444 Ampliada. Dezembro de 2012, reunião número seis, dia 11/12, 9h às 13h na
3445 sala 101. Conselheiros integrantes da Presidência Ampliada: Sra. Luziele
3446 Tapajós – Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social. Leila
3447 Pizzato – Vice Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social. José
3448 Ferreira da Crus – Coordenador da Comissão de Política. Volmir Raimondi -
3449 Coordenador da Comissão de Financiamento e Orçamento. Margareth Alves
3450 da Dallaruvera – Coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos

3451 Conselhos. Marisa Rodrigues da Silva – Coordenadora da Comissão de
3452 Normas de Assistência Social. Da Secretaria Executiva acompanharam a
3453 reunião a Secretária-Executiva, Senhora Maria das Mercês, Avelino de
3454 Carvalho e Silvane Souza – Apoio da Secretaria Executiva do Conselho
3455 Nacional de Assistência Social. Itens de pauta: Revisão da pauta do 207ª
3456 Reunião. As propostas de alteração que foram revistas e apresentadas a
3457 plenária que as aprovou, ou seja, esse item de pauta foi feito no início da
3458 reunião, onde foi trocada a ordem dos fatores da pauta e os conselheiros
3459 apoiaram e aprovaram. O segundo item foi a IX Conferência Nacional.
3460 Informou que havia ocorrido uma conversa sobre a portaria de convocação, o
3461 que teria que constar na Portaria de Convocação da IX Conferência
3462 Nacional, período de 16 de dezembro a 19 de dezembro de 2013. Tema: A
3463 Gestão e o Financiamento na Efetivação do SUAS - Sistema Único de
3464 Assistência Social. A instituição da comissão organizadora coordenada pela
3465 Presidente e pela Vice Presidente do Conselho Nacional de Assistência
3466 Social com composição paritária dos representantes do governo e da
3467 sociedade Civil a ser definido em Resolução do Conselho Nacional. Em
3468 seguida deu um exemplo do como seria a Portaria de Convocação da
3469 Conferência: Portaria conjunta de número tal de tal de dezembro de 2012.
3470 Dispõe sobre a convocação ordinária da Nona Conferência Nacional de
3471 Assistência Social e das outras providências. Ressaltou que a conferência
3472 era ordinária. Em seguida deu continuidade ao exemplo: A Ministra de
3473 Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS, em conjunto
3474 com a Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, no
3475 uso de suas atribuições legais e considerando a urgente necessidade de
3476 avaliação da situação atual do Sistema Único de Assistência Social, SUAS,
3477 assim como a propositura de diretrizes visando ao aperfeiçoamento do

3478 sistema de acordo com o disposto no Inciso VI, do Artigo 18 da Lei nº 8.742
3479 de 7 de dezembro de 1993, resolve: Art. 1º - *Convocar ordinariamente a*
3480 *Nona Conferência Nacional de Assistência Social, com o fim de avaliar a*
3481 *situação atual da assistência social e propor novas diretrizes para o seu*
3482 *aperfeiçoamento em especial os avanços do Sistema Único de Assistência*
3483 *Social – SUAS. Art. 2º - A IX Conferencia Nacional de Assistência Social,*
3484 *realizar-se-á em Brasília, no Distrito Federal, no período de 16 a 19 de*
3485 *dezembro de 2013. Art. 3º - A IX Conferencia Nacional de Assistência Social*
3486 *terá como tema “A Gestão e o Financiamento na efetivação do SUAS”. Art.*
3487 *4º - Para organização da IX Conferencia Nacional de Assistência Social será*
3488 *instituída uma comissão organizadora coordenada pela presidenta e pela*
3489 *vice-presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social com a*
3490 *composição paritária dos representantes do governo e da sociedade civil a*
3491 *ser definida em Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social.*
3492 *Parágrafo Único - Apoiarão a organização da conferencia unidades*
3493 *vinculadas ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Art.*
3494 *5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Teresa Campelo,*
3495 *Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Luziele*
3496 *Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência*
3497 *Social.* Em seguida continuou a leitura dos itens de pauta. Gestão e
3498 Financiamento na efetivação do Sistema Único de Assistência Social.
3499 Conforme deliberação da conferência anterior. Terceiro item de
3500 pauta: Calendário do Conselho Nacional de Assistência Social 2013, anexo I.
3501 Calendário das Conferências Estaduais, Municipais e do Distrito Federal que
3502 está no anexo III. Minuta de Resolução do Conselho Nacional de Assistência
3503 Social que define o período de realização das Conferências de Assistência
3504 Social de 2013: A plenário do Conselho Nacional de Assistência Social no

3505 uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 8.742 de 7 dezembro de 1993 e
3506 Resolução nº 06 de 9 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da
3507 União em 25 de fevereiro de 2011 em regimento interno, em reunião
3508 realizada no dia 11 de dezembro de 2012 e considerando que o Ministério do
3509 Desenvolvimento Social e Combate a Fome, MDS e o Conselho Nacional de
3510 Assistência Social, CNAS, mediante portaria conjunta número tal, de tal de
3511 dezembro de 2012 convocaram a IX Conferência Nacional de Assistência
3512 Social a realizar-se em Brasília, Distrito Federal no período de 16 a 19 de
3513 dezembro de 2013 resolve: Art. 1º - *Definir o período para a realização das*
3514 *Conferências de Assistência Social. Inciso I - Conferências Municipais -*
3515 *prazo inicial, 8 de maio, prazo final, 9 de agosto de 2013. Inciso II –*
3516 *Conferências Estaduais e do Distrito Federal, prazo final até 18 de outubro*
3517 *de 2013. Inciso III - Conferência Nacional de Assistência Social, de 16 a 19*
3518 *de dezembro de 2013. Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir da data*
3519 *de sua publicação. Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho*
3520 *Nacional de Assistência Social. O outro item desse segundo item de pauta:*
3521 *Instituição da Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional de*
3522 *Assistência Social, anexo 4, cria a resolução de número tal de fevereiro de*
3523 *2012, cria a Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional de*
3524 *Assistência Social. A plenária do Conselho Nacional de Assistência Social,*
3525 *CNAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 8.742 de 7 de*
3526 *dezembro de 1993 e Resolução nº 06 de 9 de fevereiro de 2011 publicada no*
3527 *Diário Oficial da União em 25 de fevereiro de 2011 e regimento interno em*
3528 *reunião realizada no dia 11 de dezembro de 2012, e considerando que o*
3529 *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, MDS, e o*
3530 *Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, mediante portaria conjunta*
3531 *de número tal de tal de dezembro de 2012 convocaram a IX Conferência*

3532 Nacional de Assistência Social a realizar-se em Brasília, Distrito Federal no
3533 período de 16 a 19 de dezembro de 2013 resolve: Art. 1º - Criar a Comissão
3534 Organizadora da IX Conferência Nacional de Assistência Social composta
3535 pelo Conselheiro Presidente do CNAS, Vice-Presidente do CNAS, um
3536 representante do Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência
3537 Social, FONSEAS, um representante do Colegiado Nacional de Gestores
3538 Municipais de Assistência Social, CONGEMAS, um representante do
3539 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, MDS, um
3540 representante dos Usuários de Assistência Social ou de Organizações de
3541 Usuários, um representante das Entidades e Organizações de Assistência
3542 Social, um representante dos trabalhadores do setor. Art. 2º - A comissão
3543 será coordenada pela Presidenta e pela Vice-Presidenta do Conselho
3544 Nacional de Assistência Social e terá como competência orientar e
3545 acompanhar a realização e resultado das conferências de assistência social
3546 municipais, estaduais e do Distrito Federal. Inciso II - Preparar e acompanhar
3547 a operacionalização da IX Conferência Nacional. Inciso III – Propor e
3548 encaminhar para aprovação do colegiado critérios de definição do número de
3549 delegados regulamento, regimento interno, metodologia, divulgação,
3550 organização, composição bem como materiais a serem divulgados,
3551 utilizados, perdão, durante a nona conferência. Inciso IV - Organizar e
3552 coordenar a Nona Conferência Nacional. Inciso V - Promover a integração
3553 com os setores do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome,
3554 MDS, que tenham interface com o evento para tratar de assuntos referentes
3555 a realização da IX Conferência Nacional. Inciso VI - Dar suporte técnico
3556 cooperacional durante o evento”. Inciso sétimo, “acompanhar e fiscalizar as
3557 ações desenvolvidas pela empresa organizadora do evento”. Inciso oitavo,
3558 “subsidiar a empresa organizadora por meio de orientações em estrita

3559 *consonância com as deliberações do CNAS*". Inciso nono, "*manter o*
3560 *colegiado informado sobre o andamento das providencias operacionais,*
3561 *programáticas e de sistematização da Nona Conferência Nacional*".
3562 Elaborar... Inciso décimo, "*elaborar relatório mensal a ser discutido nas*
3563 *Comissões temáticas e informando a plenária*". Artigo terceiro, "*para*
3564 *operacionalização da Nona Conferência Nacional a comissão organizadora*
3565 *contará com o apoio dos seguintes órgãos: Secretaria Executiva do CNAS,*
3566 *inciso 1 e inciso 2, Setores no MDS*". Artigo quarto, "*a Comissão*
3567 *Organizadora poderá contar ainda com colaboradores eventuais para auxiliar*
3568 *na realização da Nona Conferência Nacional de Assistência Social*".
3569 Parágrafo único, "*considera-se colaboradores eventuais conselheiros, as*
3570 *instituições e organizações governamentais ou da sociedade civil, da*
3571 *Administração Pública ou da iniciativa privada, prestadoras de serviços de*
3572 *assistência social, bem como consultoras e convidados*". Artigo V - *Esta*
3573 *resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação, Luziele Maria de*
3574 *Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social.*
3575 Informou que esses eram os três itens trabalhados em torno da pauta
3576 denominada a IX Conferência. O terceiro item da pauta: Calendário Conselho
3577 Nacional de Assistência Social 2013. Ressaltou que como iriam voltar a
3578 discussão do calendário mês a mês esse item seria visto depois. Item quatro:
3579 Reunião Ampliada Descentralizada do CNAS em Vitória, Espírito Santo. Foi
3580 debatida a necessidade de definir metodologia para a avaliação da Reunião
3581 pela plenária do Conselho Nacional de Assistência Social de forma a
3582 identificar os pontos fortes e fracos do evento: A presidência ampliada
3583 propõe avaliar a reunião ampliada e descentralizada iniciando sobre a
3584 pontuação do histórico breve e dados. Os seguintes itens foram indicados
3585 como referência para a avaliação da reunião descentralizada e ampliada.

3586 Item 1 - Organização: Logística. Item 2 - Programação. Item 3 - Oficinas.
3587 Item 4 - Nomes e palestrantes. Item 5 - Processo de preparação:
3588 Programação, nomes e conteúdos. Item 6 - Envolvimento dos conselheiros
3589 durante o evento. Informou que esse era o item quatro, mais um item desse
3590 ponto de pauta, desdobramentos com relação à Carta Aberta com
3591 movimento nacional pela socioaprendizagem no SUAS. Carta aberta a
3592 sociedade brasileira em defesa do direito de famílias em situações de
3593 vulnerabilidade e risco social a proteção social por meio da promoção da
3594 integração ao mercado de trabalho de seus adolescentes, jovens e pessoas
3595 com deficiência a partir de programas de socioaprendizagem. Subscrevem a
3596 carta apresentada ao CNAS a FEBRAEDA, a FENATIBREF, a FENAVAP, a
3597 ONC, a NAPS e a Rede Nacional de Instituições Filantrópicas com apoio da
3598 Frente Parlamentar de Apoio as entidades de promoção e integração a
3599 mercado de trabalho. O encaminhamento da Presidência Ampliada,
3600 submeteu o documento a Secretária Nacional de Assistência Social e enviou
3601 o documento para o conhecimento de todos os conselheiros. Outro item
3602 desta mesma pauta: Desdobramentos com relação à Carta do Fórum de
3603 Assistência Social da Cidade de São Paulo - FAS São Paulo, carta acerca
3604 dos problemas e situação atual da política de assistência social naquele
3605 município, quanto ao controle social, eleição e atribuição do Conselho
3606 Municipal de Assistência Social de São Paulo, dentre outros, o Fórum de
3607 Assistência Social de São Paulo solicita ao CNAS para que exerça um papel
3608 mediador na busca de urgente soluções para o enfrentamento e superação
3609 das questões apresentadas no documento. Encaminhamento da presidência
3610 ampliada: enviar cópia da carta ao Conselho Municipal de Assistência Social
3611 de São Paulo para conhecimento e retorno ao CNAS, encaminhar cópia da
3612 carta aos conselheiros, foi enviada referida carta ao Conselho Municipal de

3613 São Paulo. Isso já é o informe, do desdobramento. Item 5 - *Demanda do*
3614 *Ministério Público do Rio de Janeiro referente à deliberação conjunta do*
3615 *Conselho Municipal de assistência social, Conselho Municipal de Assistência*
3616 *Social do Rio de Janeiro, e Conselho Municipal dos Direitos da Criança da*
3617 *Infância e do adolescente – CMDCARJ, atinentes a entidades que presta*
3618 *acolhimento no Rio de Janeiro, encaminhamento submeter o assunto a*
3619 *Coordenação de Regulação da CNAS e a CONJUR, responderam ao*
3620 *Ministério público do Rio de Janeiro com base nas legislações vigentes*
3621 *pautar a discussão da tipificação dos serviços sócio assistenciais, no CNAS.”*
3622 Lembrou a todos que já estava no nosso plano de ação, mas voltaria para
3623 esse debate aqui. Item VI – Informes: 1 - Reforma do CNAS. A Presidenta
3624 deu um informe sobre a reforma do CNAS e a mudança temporária para o 4º
3625 andar, Bloco A, da Esplanada dos Ministérios, mudança temporária do
3626 CNAS. Próximo item, Evento do FONSEAS e Revista do FONSEAS: O
3627 *CNAS foi representado pela Presidente Luziele Tapajós, no I Encontro*
3628 *Nacional de Gestão Estadual do SUAS, realizado em João Pessoa, nos dias*
3629 *quatro a seis de dezembro de 2012, foi garantida a participação de um*
3630 *representante de cada Conselho Estadual de Assistência Social no encontro*
3631 *com o Conselho do Distrito Federal. A Presidente Luziele Tapajós foi*
3632 *convidada a escrever um artigo para a primeira revista do FONSEAS.*
3633 Solicitou que fosse colocado que foi a primeira revista descrevendo a agenda
3634 temática. Sugeriu que se voltasse a esse ponto pois teria mais coisas a
3635 serem conversadas. Evento FONASEAS - O CNAS foi representado pela
3636 *Conselheira Marisa Rodrigues na reunião do Fórum do FONASEAS,*
3637 *realizada em Natal nos dias 20 e 21 de Novembro de 2012. Próximo item:*
3638 *Retorno da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI MDS,*
3639 *em atendimento a solicitação do CNAS, sobre a relação de publicações*

3640 *relacionadas com o tema Assistência Social e elaboração de relatórios do*
3641 *processe de capacitação dos Conselheiros de assistência social. Realizada*
3642 *pela SAGI, por meio do link a SAGI respondeu,*
3643 <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi>, *vocês podem pegar depois aí no... Para*
3644 *não precisar falar toda a URL, é possível acessar os estudos realizados pela*
3645 *SAGI, baixar os sumários executivos e as fichas técnicas de grande parte*
3646 *dos estudos, como é informes, eu também gostaria de dizer aos senhores*
3647 *que todas essas avaliações estão a nossa disposição das comissões para*
3648 *que elas elejam qual avaliação que pode vir a ser de nosso interesse para*
3649 *ser apresentada aqui no Plenário. Próximo item, Fórum Social Mundial da*
3650 *Tunísia: “A presidência ampliada tomou conhecimento do calendário do*
3651 *Fórum Social Mundial da Tunísia, de 26 a 30 de Março de 2013.” A*
3652 *presidência ampliada tomou conhecimento do calendário para o Fórum*
3653 *Social Mundial da Tunísia, a Secretaria tunisiana do Fórum Social Mundial*
3654 *2013, apresenta a seguinte programação: 15 de outubro, lançamento da*
3655 *página do Fórum Social Mundial 2013 e apresenta a seguinte*
3656 *programação...” Ai gente, eu estou lento errado: “15 de outubro, lançamento*
3657 *da página e do processo de inscrição para as organizações e abertura de*
3658 *propostas de atividades. 1 de dezembro, fechamento da fase de proposta de*
3659 *atividades e publicação das propostas com dados de contato. 2 a 15 de*
3660 *dezembro de 2012, fase de consolidação, aglutinação das propostas. 16 a 31*
3661 *de janeiro de 2013, registro das solicitações de assembleias, de*
3662 *convergência e definição de espaço para as atividades. 1 a 28 de fevereiro,*
3663 *elaboração do programa final e tradução do mesmo para os idiomas de*
3664 *comunicação no Fórum Social Mundial. 1 a 20 de março de 2013,*
3665 *implementação da logística, impressão do programa e organização do*
3666 *espaço físico do Fórum Social Mundial. 26 a 30 de março de 2013,*

3667 realização do Fórum Social Mundial 2013. 30 de março de 2013, ato de
3668 encerramento. 31 de março a 1 de abril de 2013, reunião com o Conselho
3669 Internacional do Fórum Social Mundial na Tunísia. Encaminhamentos da
3670 Presidência Ampliada: Análise da participação do CNAS, objetivos e tarefas,
3671 definições de critérios de participação, verificação junto a Secretaria Geral da
3672 Presidência da República, se há planejamento para a participação no Fórum
3673 Social Mundial 2013, verificação sobre a comitiva da Presidência da
3674 República, para o Fórum Social Mundial 2013, verificação com a Central dos
3675 Trabalhadores do Brasil e Central Única dos Trabalhadores sobre a
3676 programação das centrais para a participação no Fórum Social Mundial
3677 2013, agenda de reuniões da Presidente do CNAS com o Chefe de Gabinete
3678 da Ministra, agenda de reuniões da Presidente do CNAS com o
3679 Departamento de Projetos internacionais do MDS no dia 18 de dezembro
3680 para tratar da participação de conselheiros do CNAS no Fórum Social
3681 Mundial 2013, na verdade para tratar da possibilidade da participação.:
3682 Audiência pública para debater a certificação das entidades beneficentes na
3683 área da assistência social realizada pela Comissão de finanças e tributações
3684 da Câmara dos Deputados, encaminhamento, a Presidente Luziele Tapajós,
3685 enviou o expediente para o Presidente da Comissão de finanças e
3686 tributações da Câmara dos Deputados e para a TV Câmara, solicitando a
3687 correção com relação aos créditos divulgados quando da transmissão da
3688 audiência onde constava o nome do Ex-presidente Carlos Eduardo Ferrari,
3689 como Presidente do CNAS. Eu gostaria também que fosse colocado que nós
3690 discutimos na presidência ampliada e onde constava o nome do Ex-presidente
3691 Carlos Eduardo Ferrari, e como atual Presidente do CNAS e da atual Vice-
3692 presidente Leila Pizzato identificada como Vice-presidente do CNAS, quando
3693 ela ainda estava sem estar representando o Conselho, isso foi uma demanda

3694 que surgiu de vários conselhos. Em seguida passou a análise de ponto a
3695 ponto da pauta. Informou que o primeiro ponto de pauta já estava aprovado,
3696 que era a aprovação da alteração da pauta. O segundo ponto de pauta:
3697 relacionado a IX Conferencia Nacional, com relação a portaria que está no
3698 anexo dois, a portaria de convocação. Perguntou que se havia algum
3699 esclarecimento com relação a esse item. **O Senhor Conselheiro Thiago**
3700 **Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral** cumprimentou a todas e a todos e
3701 fez um esclarecimento e que a data de 16 a 19 era uma data complicada.
3702 Perguntou se era um critério, solicitou um esclarecimento, mas ressaltou que
3703 não podia deixar de concordar. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de**
3704 **Souza Tapajós** disse que ao termino da conferência anterior a Secretaria
3705 Executiva do CNAS mostrou todos os expedientes, logo depois nós
3706 solicitamos naquela altura data para a realização da Conferencia em
3707 dezembro, em dezembro de 2013, e naquela ocasião as datas de dezembro
3708 de 2013 já estavam todas ocupadas, restando essa, entretanto nós temos
3709 alguns, estamos trilhando alguns caminhos para adiantar a Conferencia, pelo
3710 menos uma semana, nós temos agendadas uma reunião com o Diretor do
3711 Centro de Convenções, fizemos uma audiência com a Deputada Arlete
3712 Sampaio, já que é líder do Governo na Câmara Distrital e que foi Secretário
3713 Executivo deste MDS e eu já fiz um despacho em João Pessoa, na Paraíba
3714 com o Secretário Daniel Saidel, que nos assegurou a apoio para que agente
3715 conseguisse vim para uma semana antes, isso porque o Centro de
3716 Convenções solicita pelo menos 40% de deposito para a garantia do espaço,
3717 e a entidade que está solicitando, nessa semana antes da gente ela não
3718 depositou os 40%, então nós estamos correndo contra o caixa para que a
3719 gente possa conseguir. E que no caso antes de sair para as férias de
3720 janeiro, nós queremos tentar, mas isso não impede que a gente convoque a

3721 Conferencia, porque é uma convocação necessária até por conta dos
3722 municípios e dos estados prepararem suas e a gente depois faça uma
3723 alteração. Em seguida questionou se havia mais algum esclarecimento na
3724 pauta relacionada a Portaria de Convocação e também com relação ao
3725 calendário das conferências estaduais, municipais e do Distrito Federal,
3726 anexo três. Com relação ao próximo item da pauta, o número dois, instituição
3727 da Comissão Organizadora da IX Conferência, anexo quatro, estavam
3728 inscritos o Conselheiro Anderson e o Conselheiro Wagner. **O Senhor**
3729 **Conselheiro Anderson Lopes Miranda** cumprimentou a todas e a todos e
3730 manifestou-se dizendo estar muito preocupado no sentido da representação,
3731 porque a gente só tem um de cada seguimento e não consta um suplente
3732 que é importante, porque se acontece algo, a gente não é de ferro, eu acho
3733 que tem que ter um suplente para estar acompanhando esses trabalhos.
3734 Solicitou a Presidenta que se não houve esse raciocínio nas conferências
3735 anteriores que se pensasse nessa. Finalizou dizendo que o trabalho era
3736 muito importante. **O Senhor Conselheiro Wagner Carneiro de Santana**
3737 cumprimentou a todas e a todos e disse que não diria que é de correção, é o
3738 habito de usar o gênero masculino, no artigo primeiro colocar Presidenta, e
3739 Vice-presidenta, é apenas esse detalhe de gênero de extrema importância,
3740 obrigado. **O Senhor Conselheiro José Ferreira Crus** cumprimentou a todas
3741 e a todos e manifestou-se dizendo que acha muito importante a colocação do
3742 Conselheiro Anderson, mas que não se pode veicular o Suplente da
3743 Comissão de Acompanhamento na perspectiva do suplente neste Conselho
3744 que está em todo Pleno, mas a perspectiva de se o Titular não puder está
3745 presente já tenha o Conselheiro para vim, a Comissão não pode ser extensa
3746 com todos, porque um grupo menor trabalha mais, se for instituir o Suplente
3747 é na perspectiva de ausência, na ausência é convocado o Suplente a vim,

3748 nessa perspectiva. **O Senhor Conselheiro Anderson Lopes Miranda** disse
3749 que era justamente isso que estava tentando colocar. **A Senhora Presidenta**
3750 **Luziele Maria de Souza Tapajós** disse concordar com o Conselheiro
3751 Anderson, mas teria algumas duvidas com relação a essa suplência.
3752 Solicitou que o Conselheiro Thiago e os advogados presentes pudessem
3753 pensar na forma dessa suplência. **O Senhor Conselheiro Anderson Lopes**
3754 **Miranda** disse que a partir do momento em que eu estou acompanhando os
3755 trabalhos, eu vou estar ciente do que está acontecendo de fato e na
3756 ausência do Conselheiro poderia assumindo. **A Senhora Presidenta Luziele**
3757 **Maria de Souza Tapajós** manifestou-se dizendo que, talvez, pudesse ser
3758 criado um parágrafo único para resolver essa questão de ausência sem ter
3759 que colocar suplente. Na ausência do Conselheiro do setor tal será
3760 convocado outro representante do mesmo segmento. Havendo concordância
3761 por parte do pleno agradeceu a compreensão e o apoio no encaminhamento.
3762 Em seguida passou ao próximo item da pauta: Calendário do CNAS 2013.
3763 Informou que a Presidência Ampliada seguiu a mesma lógica de todos os
3764 anos, considerando os feriados, as viagens, da questão da passagem e
3765 constando algumas outras situações que nós podemos explicar. Em seguida
3766 explicou mês a mês a escolha das datas. Nós mês de janeiro estaremos em
3767 plena mudança, mas nós não teremos atividade do Conselho além daquelas
3768 que nós deixarmos como tarefa para esse mês. Fevereiro, a nossa primeira
3769 reunião ela começa, vai do dia 18 ao dia 21, porque o Carnaval é 12, Cinzas
3770 é 13 e nós suspeitamos que fazer uma reunião na semana anterior será
3771 muito difícil por ocasião de passagens e carnaval, essas coisas, certo? 19,
3772 20 e 21, tem gente já formando bloco por aqui e aí. Março nós estamos
3773 indicando a data do dia 12, 13 e 14, uma distancia bastante considerável da
3774 Paixão de Cristo e da Páscoa, certo? Em abril, nós estamos considerando a

3775 data de 16, 17 e 18, considerando que... Não, aqui não tem semana santa
3776 não, me confundi, março não é? Maio, todos os nossos s feriados estão no
3777 sábado, no domingo, ano que vem está uma delícia, está ótimo para nós.
3778 Maio, 7, 8 e 9, a proposta teria sido 14, 15 e 16, mas coincide com a data do
3779 dia do assistente social que é 15, e muitos de nós que somos profissionais
3780 de serviço social temos muitas agendas pelo Brasil afora, então teríamos
3781 uma dificuldade de viagem, eu mesmo tenho um compromisso já agendado
3782 com a minha Universidade para o dia 15 de maio, então é um compromisso
3783 de trabalho, ficaria complicado, e outros também, então achamos por bem
3784 tirar e colocar 7, 8 e 9. Junho, no meio do mês também 11, 12 e 13
3785 considerando que não temos nenhum feriado nacional, além do Boi de
3786 Parintins que é 29 e que está tudo tranquilo, não tem problema nenhum para
3787 o nosso barco do CNAS. Julho, 16, 17 e 18 também fazendo a lógica de
3788 sempre ter considerar um mês entre uma reunião e outra. Agosto 13, 14 e
3789 **15. O Senhor Conselheiro Anderson Lopes Miranda** ressaltou que com
3790 relação ao mês de agosto estava meio receoso porque já estariam
3791 acordando com a Presidência da República, com todas as equipes dos nove
3792 ministérios que compõe o Comitê da População de Rua , o 3º Congresso, 3º
3793 Seminário Nacional de População de Rua aqui em Brasília, porque dia 19 a
3794 gente está tentando lançar também o Dia Nacional de Luta da População em
3795 Situação de Rua do Brasil, então vai acontecer durante essa semana, 12, 13,
3796 14, 15 e 16, então só para não casar agenda mas eu só estou informando. **A**
3797 **Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** perguntou qual seria
3798 a opinião dos senhores conselheiros por ventura de se ir para 20, 21 e 22 de
3799 agosto. **A Senhora Secretária-Executiva Maria das Mercês** informou que
3800 ao Conselheiro Ademar que foi uma reivindicação, inclusive, do MDS com
3801 relação a apresentação da proposta orçamentária, que se pensasse em uma

3802 proposta de trazer a reunião do mês de julho mais para o final do mês, para
3803 dar tempo de acompanhar a questão dos limites orçamentários, da
3804 apresentação da proposta, e que tinha a impressão de que se passar para a
3805 semana de 23, 24 e 25 já favoreceria a entrega do documento em julho. **A**
3806 **Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** disse que não
3807 havendo manifestação contrária estava aprovada a proposta de julho para
3808 atender essa questão do ciclo orçamentário é 23, 24 e 25. E que agosto
3809 estava fechado em 20, 21 e 22, a pedido e a lembrança do Conselheiro
3810 Anderson. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** disse
3811 que em setembro tinha o feriado do dia 07, que cairá num sábado, então nós
3812 estamos levando o nosso plenário nessa reunião ordinária para 17, 18 e 19.
3813 Em outubro, a primeira versão estava para 15, 16 e 17. Só que nós
3814 lembramos que no sábado, Nossa Senhora de Aparecida, concílio de Nazaré
3815 e nós tivemos muitos problemas nessa semana por conta do tráfego aéreo
3816 que a gente acha que não, é uma festa religiosa que não tem ligação direta
3817 evidentemente com a nossa ação, entretanto, inviabiliza idas e vindas. E
3818 inviabiliza passagens aéreas. Ela movimentava o Brasil inteiro. Nós tivemos,
3819 por exemplo, conselheiro que não puderam vir, depois da festa religiosa
3820 porque não conseguimos mais passagens. **O Senhor Conselheiro Wagner**
3821 **Carneiro de Santana** manifestou-se dizendo que queria fazer só uma
3822 observação com relação a essa questão e que seria importante que a
3823 Secretaria Executiva ficasse atenta a julho. Não é uma questão de data,
3824 também essa questão da mobilização nacional porque o Brasil receberá
3825 aproximadamente 4 milhões de pessoas no Rio de Janeiro na Jornada
3826 Mundial da Juventude da igreja católica no Rio de Janeiro e todas as capitais
3827 brasileiras. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
3828 manifestou-se dizendo que era excelente a colocação e a lembrança do

3829 Conselheiro Wagner, assim como de todos os conselheiros que estariam
3830 fazendo isso. Só que era preciso preservar julho por conta da questão do
3831 ciclo orçamentário, senão teria que ser feita uma extraordinária. Em seguida
3832 informou que havia uma proposta colocada pela vice-presidente e pela
3833 secretária-executiva de julho descemos para 29, 30 e 31, segunda, terça e
3834 quarta. **A Senhora Conselheira Cláudia Laureth Faquinote** ressaltou que
3835 não mexeria na data, embora compreendesse perfeitamente a ação do
3836 Conselheiro Wagner, nós estaremos recebendo, só em uma unidade, mais
3837 de mil jovens. No entanto, eu penso no exercício que será como nos
3838 organizarmos com mais antecedência passagens e tudo. **A Senhora**
3839 **Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** informou que se todos
3840 acordarem essa também seria a sua indicação. **A Senhora Conselheira**
3841 **Nilsia Lourdes dos Santos** questionou se em função da conferência
3842 nacional, estaduais e municipais, ano que vem não aconteceria à reunião
3843 descentralizada. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
3844 informou que regimentalmente teria como fazer até duas descentralizadas
3845 por ano. E que a decisão de planejamento na primeira reunião vai precisar
3846 decidir isso. Por conta inclusive da data que começam as conferências dos
3847 municípios, que é 18 de maio. Ainda não fizemos essa análise, senhora
3848 conselheira. Setembro então, 17, 18 e 19. Outubro, 22, 23 e 24. Novembro,
3849 19, 20 e 21. **A Senhora Conselheira Simone Aparecida Albuquerque**
3850 cumprimentou a todas e a todos disse que gostaria de lembrar que nesta
3851 data de novembro, em alguns lugares, haveria o feriado nacional em relação
3852 ao Dia da Consciência Negra. Seria uma data que se puder mudar
3853 agradeceria porque dificilmente nós vamos poder participar. **A Senhora**
3854 **Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** informou que não poderia
3855 subir para 12, 13 e 14 por conta do feriado da Proclamação da República.

3856 11, 12 e 13 a gente vai também correr na questão das passagens. Eu estou
3857 propondo que a gente desça, já que a gente vai fazer em outubro, 22, 23 e
3858 24, que a gente para 26, 27e 28, muito perto da conferência. **A Senhora**
3859 **Conselheira Simone Aparecida Albuquerque** disse que gostaria de sugerir
3860 que o calendário fosse mantido como estava a não ser que tenha uma coisa
3861 nacionalmente marcada ou pelo Ministério ou pelo conselho porque sem
3862 dúvida nenhuma, todo mês haveria alguma comemoração, algum evento.
3863 Então sugiro que a senhora, por favor, mantenha o calendário, aliás, é bom
3864 lembrar que depois a nossa secretária-executiva, presidenta, a gente tem um
3865 acordo com a convenção intergestores porque todos os dois têm reuniões
3866 mensais, na reunião da (ininteligível) nessa semana e reunião do conselho
3867 na outra semana, exatamente para que as pactuações possam vir para o
3868 Conselho Nacional. E bom também lembrar as datas já marcadas pelo nosso
3869 Ministério. Obrigada. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza**
3870 **Tapajós** informou que na semana do dia 19 a 21, novembro iria ser preciso
3871 olhar com mais cuidado por conta da questão da data da conferência. **A**
3872 **Senhora Conselheira Cláudia Laureth Faquinote** disse que gostaria de
3873 pedir, se possível, o apoio da Secretaria-Executiva, da presidenta na
3874 mediação com a equipe do SINASE, que coordena a SINASE a possibilidade
3875 também de recebermos a proposta de calendário com antecedência para se
3876 organizar com relação à agenda. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de**
3877 **Souza Tapajós** informou que considerava esse exercício de decidir na
3878 medida do possível juntos e lógico que iria ser colocar para as outras
3879 instâncias para o MDS, na medida do possível que considerava bastante
3880 democrático a verificação dessas datas. Nós vamos fazer, conselheira
3881 Cláudia, como a senhora nos indica, a solicitação no SINASE e da CNI. Em
3882 seguida informou que no próximo ponto de pauta a Senhora Maria Godoi

3883 havia solicitado a palavra. **A Senhora Maria Aparecida do Amaral Godoy**
3884 **de Faria** disse que gostaria só de fazer um registro, porque às vezes tem
3885 certas coisas ou a forma, como elas são ditas que lhe incomodava
3886 profundamente. Nós estamos fazendo o exercício de um calendário, dadas
3887 as necessidades de todas as entidades aqui e também do Ministério enfim,
3888 de se construir um calendário que seja possível a todos estarem presentes.
3889 Solicitou um pouco mais de cuidado no trato dessas coisas. Não é porque o
3890 calendário não é nacional que ele não deva ser respeitado. Porque embora
3891 não seja um calendário nacional e a gente está tentando construir um
3892 calendário nacional, várias entidades que têm assentos neste conselho tem
3893 compromisso nesse período. E é um compromisso que a gente vai
3894 construindo justamente para acabar com o preconceito deste país para a
3895 gente construir a democracia neste país. **A Senhora Presidenta Luziele**
3896 **Maria de Souza Tapajós** agradeceu a Conselheira Godoy pelo registro.
3897 Disse que gostaria de avisar aos Senhores Conselheiros que nosso próximo
3898 item de pauta sobre a reunião ampliada e descentralizada, que é pauta. E
3899 também gostaria de dizer aos senhores que está chegando entre nós o vice-
3900 ministro, Marcelo Cardona, que virá cumprimentar esse conselho, junto com
3901 a nossa Secretária Nacional de Assistência Social. A qualquer momento ele
3902 estará aqui entre nós para de alguma maneira para trazer aí a
3903 impossibilidade da senhora ministra, trazer a mensagem e os cumprimentos
3904 do MDS. A qualquer momento nós paramos para fazer isso. **O Senhor**
3905 **Conselheiro Wagner Carneiro de Santana** se desculpou e informou que só
3906 pegando o exemplo da última conferência do ano passado, a oitava, eu não
3907 sei se é ampliada, pensou na questão de avaliação. Ano passado, quando
3908 terminou a oitava conferência, embora a gente reconhece que foi muito
3909 cansativo ou vir no pleno domingo para fazer a avaliação da conferência que

3910 faltou uma série de critérios para esse processo de avaliação. Aqui termina
3911 dia 19. Se dia 20 vai ter algum encontro, se foi proposto pela presença
3912 ampliada, creio que não foi proposto, foi discutido pelo menos, um processo
3913 de avaliação por quê? Seguindo pela lógica, uma reunião nossa em 2014 vai
3914 dar logo em fevereiro. Já prepara os preparativos porque vai ter eleição, etc.
3915 e tal. Eu não sei se vocês pensaram num processo de avaliação da
3916 conferência, se deixar mesmo para fevereiro ou se vai ser só mesmo na
3917 conferência. Embora, a gente reconhece que foi cansativo, mas também
3918 porque não houve naquele dado momento, um processo de discutir a
3919 metodologia como que iríamos avaliar após o término da conferência. É só
3920 uma contribuição. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
3921 agradeceu ao Conselheiro Wagner, muito obrigada, a presidência ampliada
3922 de fato não discutiu esse assunto, mas esse assunto acaba de entrar em
3923 pauta com a sua fala. Então nós vamos pensar como vamos fazer isso. Em
3924 seguida passou ao item de pauta 4, Reunião Ampliada e Descentralizada do
3925 CNAS em Vitória. Considerando que esse é um tema que demandará uma
3926 maior discussão seria melhor ser feita depois da vista do Vice-Ministro e
3927 enquanto isso se passasse para temas, pautas ou itens, as informações
3928 sobre a reforma, o evento dos FONSEAS, porque a qualquer momento teria
3929 que ser feita a interrupção. Havendo concordância do pleno deu
3930 continuidade. Senhores conselheiro, para que todos tenham conhecimento
3931 do que está acontecendo, nós como já havíamos conversado algum tempo,
3932 quando chegamos aqui, tínhamos um projeto de *layout* que foi definido pela
3933 gestão ainda da conselheira Márcia Pinheiro. Esse *layout* de projeto foi
3934 modificado a gestão do conselheiro Carlos Ferrari, com a própria assinatura
3935 do conselheiro, o novo *layout* do conselho. Nós mantivemos aquele *layout*
3936 com algumas modificações relacionadas a duas novas possibilidades que

3937 conseguimos nesse período, que foi justamente a possibilidade de adquirir o
3938 mobiliário novo para todo o CNAS e de fazer reforma não só de lugares de
3939 divisórias, mas uma reforma completa de divisórias, rede lógica, elétrica,
3940 forro, ar condicionado, etc. A reforma que está em curso, o *layout* que está
3941 em curso é um *layout* que é de conhecimento deste conselho com duas
3942 modificações que nós fizemos, que é justamente a modificação da sala da
3943 presidente que não existe mais, que é sala da presidência com lugar para
3944 presidente e vice-presidente do CNAS, a manutenção não de uma sala
3945 menor de conselheiros, mas uma sala para conselheiros, efetivamente, e a
3946 ampliação, como estava colocado da sala de reunião desta sala de reunião
3947 da sala 108, certo? Em função disso, essa reforma está sendo feita em
3948 parceria com o Ministério da Previdência Social e com o MDS, é um trabalho
3949 de parceria, acordado entre os dois Ministérios e que vai ter como data final
3950 para finalização, final de fevereiro de 2013. Em março de 2013 nós já
3951 fazemos a nossa reunião dentro desse espaço. Eu quero avisar os Srs.
3952 Conselheiros, assim como conversamos na presidência ampliada que nós
3953 conseguimos aderir a uma ata de mobiliário, nós conseguimos um projeto
3954 que atendesse às demandas que foram resolvidas lá atrás e melhoradas,
3955 porque evidentemente o conselho mudou e o Conselho Nacional precisou
3956 sair deste lugar para o bloco A, quarto andar, de forma a que a reforma
3957 tivesse maior celeridade. Conselheira Leila, mais alguma informação sobre
3958 isso? Nós estamos mandando para os senhores o número dos telefones lá,
3959 onde nós estaremos em janeiro e fevereiro, o atendimento continua normal,
3960 nós teremos armários deslizantes para os nosso arquivos e uma área
3961 absolutamente otimizada que inclui novo mobiliário e o *layout* pensado para
3962 produção de processo de trabalho do Conselho Nacional. Alguma dúvida em
3963 relação a isso? Podemos passar? Outro informe que nós vimos na reunião

3964 da presidência ampliada é que logo após a presidência ampliada de Vitória,
3965 somos convidados para fazer parte no evento do Fórum Nacional de
3966 Secretários. O primeiro encontro nacional da gestão estadual, eu recebi um
3967 convite da presidente Cida Ramos para estar na abertura e para fazer a fala
3968 do painel 1. E também naquela ocasião, a presidente Cida Ramos convidou
3969 o CNAS para ser expositor numa das oficinas denominada controle social e
3970 gestão descentralizada. Eu liguei para a senhora vice-presidente,
3971 conversamos, como eu podia aceitar aquele convite, eu solicitei à vice-
3972 presidente a condição de ela aceitar a oficina, que ela aceitou a oficina junto
3973 com o professor Bernardino Ramos. Infelizmente na véspera de começarmos
3974 o evento no FONSEAS, a vice-presidente teve uma situação familiar que
3975 permanece que não pôde participar do FONSEAS. Eu estive participando,
3976 nós decidimos naquela ocasião, seriam convidados para substituir a vice-
3977 presidente, os conselheiros da presidência ampliada, que seria o conselheiro
3978 José Crus e a conselheira Marisa, que estavam lá, pela regra da
3979 representação, mas nenhum dos dois pôde atender por ocasião de outros
3980 compromissos no próprio evento. E como era no dia do evento, não tinha
3981 condição de nós chamarmos nenhum outro conselheiro da presidência
3982 ampliada para fazer a oficina. O conselheiro José Araújo estava na CIT que
3983 foi realizado um dia antes do FONSEAS, como foi entre uma presidência
3984 ampliada e outra, não houve tempo de, por exemplo, solicitar, convocar o
3985 conselheiro que permanecesse o evento todo, o que seria bastante lógico e
3986 interessante para o conselho, inclusive pelo princípio da vantajosidade,
3987 inclusive o conselheiro estava lá nos representando na CIT. Mas como foi
3988 entre um pleno e outro não teve essa condição. Naquela ocasião também
3989 senhores, após o pleno de fevereiro, de Vitória, em novembro, o FONSEAS
3990 convidou a presidente do Conselho Nacional para escrever um artigo na

3991 primeira revista do Fórum Nacional de Secretários. Como era a primeira
3992 revista, eles fizeram o convite para os presidentes do colegiado, de gestores,
3993 dos diretores, etc. Como tinha condição de atender, e esse convite veio
3994 nominado, eu fiz esse artigo todo com base no nosso plano de ação. Que a
3995 melhor coisa do mundo é ter um plano de ação onde está a opinião do
3996 Conselho Nacional. Não foi um artigo opiniático, mas sim sobrelevou a nossa
3997 agenda temática do CNAS. **O Senhor Conselheiro Wagner Carneiro de**
3998 **Santana** ressaltou que havia lido o artigo e o artigo era fiel, muito bom,
3999 queria parabenizar a presidente, foi muito bom ler aquele artigo. E queria até
4000 sugerir que a presidente conseguisse alguns exemplares para distribuir aos
4001 conselheiros porque eu acho que é muito importante. **A Senhora Presidenta**
4002 **Luziele Maria de Souza Tapajós** disse que iria enviar por e-mail eletrônico a
4003 revista e o artigo. Agradeceu e disse que havia sido muito fiel aos debates e
4004 nas próximas vezes iria ver uma maneira de todo o conselho participar,
4005 inclusive, quem sabe no nosso plano de ação, como está no nosso plano de
4006 ação, uma própria Revista do Conselho Nacional de Assistência Social. **O**
4007 **Senhor Conselheiro José Ferreira Crus** manifestou-se dizendo que
4008 gostaria de fazer uma correção nesse item, que não era evento do
4009 FONSEAS, mas o I Encontro da Gestão Estadual do Sistema Único da
4010 Assistência Social, do MDS em conjunto com o Fórum de Secretários. **A**
4011 **Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** disse que era uma
4012 parceria entre o CNAS e o FONSEAS. Era o I Encontro Nacional de Gestão
4013 Estadual do SUAS. Parceria FONSEAS e MDS. **A Senhora Conselheira**
4014 **Marisa Rodrigues da Silva** cumprimentou a todas e a todos e disse que era
4015 só esse esclarecimento que o conselheiro José Crus estaria repassando,
4016 porque todo o CONGEMAS, inclusive, passamos para todos os nossos
4017 gestores municipais, divulgamos inclusive, passamos todas as informações

4018 do Encontro do FONSEAS como se fosse uma organização do primeiro
4019 Encontro do FONSEAS. Mas era bom que se soubesse que era o Encontro
4020 do SUAS, mas aproveitando o espaço das reuniões aproveitadas do
4021 FONSEAS. Informou que isso iria ser retificado para os gestores. **A Senhora**
4022 **Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** agradeceu a conselheira
4023 Marisa e disse ao Conselheiro José já está devidamente registrado e
4024 esclarecido, consistido na ata. Em seguida informou que a Secretária Denise
4025 já estava presente, só aguardando o Secretário-Executivo. Continuando
4026 informou que o Encontro Estadual do SUAS, realizado em parceria com o
4027 MDS e Fórum Nacional de Secretários foi bastante importante. Teve-se a
4028 oportunidade de levar, conforme o nosso plano de ação, um representante
4029 de cada conselho estadual. Disse que gostaria de deixar registrado o
4030 agradecimento ao Departamento de Gestão do SUAS, à Secretaria Nacional,
4031 que bancou a nossa demanda de garantir a presença de um representante
4032 de cada conselho estadual. Informou que foi uma reunião muito simples,
4033 onde basicamente agradeceu aos conselheiros, recomendou a observância à
4034 nossa agenda temática e sobretudo escutou o que os Conselhos Estaduais e
4035 Municipais que estavam presentes queriam colocar. Em seguida informou
4036 sobre a chegada do Secretário-Executivo do MDS e da Secretária Nacional
4037 de Assistência Social, a nossa querida secretária Denise Colin. Em seguida
4038 cumprimentou a todas e a todos ao senhor secretário-executivo, vice-ministro
4039 do MDS, Secretária Nacional, falou da honra em recebê-los. Antes de passar
4040 a palavra ao senhor secretário solicitou que cada conselheiro se
4041 apresentasse. Em seguida passou a palavra ao Secretário-Executivo que
4042 fez uso da palavra com o seguinte pronunciamento: “Bom dia a todas e a
4043 todos, dizendo que é um prazer estar aqui conversando com vocês, em
4044 primeiro momento vou pedir desculpas para o nosso pessoal que está aqui

4045 atrás, que venha mais para a frente. Primeiro, que é dar satisfação aqui de
4046 estarmos o Ministério, a Ministra, como vocês já devem ter sido informados,
4047 ela está passando por um pequeno problema de saúde, o que a
4048 impossibilitou de estar aqui conosco, mas ela pediu que viéssemos trazer a
4049 palavra da direção do ministério, especialmente agora mais essa etapa, que
4050 estamos avaliando com mais uma etapa bem sucedida, exitosa, que a gente
4051 conseguiu chegar agora a bom termo. A Ministra solicitou que a gente
4052 comentasse com vocês e eu faço também em meu nome com relação ao
4053 reconhecimento pelo avanço e discussões que foram feitas. Nós sabemos
4054 que uma norma operacional que vige desde 2005 com as discussões que
4055 vem sendo travadas desde 2010, que nós conseguimos agora concluir esse
4056 debate, essa proposta e isso se deve muito também às contribuições que
4057 nós recebemos, tanto dos conselheiros governamentais quanto da
4058 sociedade. Nós valorizamos muito esse espaço, o ministério, na medida da
4059 possibilidade tem vindo aqui fazer a discussão com vocês, mas esse espaço
4060 de construção e de discussão, para nós, é muito importante. De que as
4061 propostas sejam apresentadas, aperfeiçoadas e que a gente consiga
4062 consolidar essa caminhada que já vem de muito tempo de estruturação, de
4063 consolidação do sistema da assistência social. Nós sabemos que algumas
4064 etapas já foram construídos, consolidados ao longo desse período. Tem
4065 alguns destaques de 2011 e eu coloco nesse local essa etapa a mais que
4066 estamos concluindo agora de forma muito exitosa. Isso só se deu, eu
4067 parabenizo muito a condução da secretária Denise, da presidente Luziele,
4068 mas de toda a contribuição de vocês que nós tenhamos conseguido chegar a
4069 essa etapa bem sucedida. Eu coloco, como a NOB existe desde 2005, nós
4070 estamos já em 2012, todos esses avanços que aconteceram nesse período é
4071 que exigiram que a gente devesse dar mais esse passo no sentido de

4072 estruturação efetiva do sistema. Esse local e esses avanços que nós
4073 conseguimos alcançar é que nós o colocamos como local de destaque.
4074 Nessa caminhada do sistema da assistência social. Nós temos certeza, que
4075 eu acho que é opinião também da presidente e da secretária, que ele é um
4076 sistema ainda em construção. Ele não está perfeito e acabado porque eu
4077 acho que ele sempre vai exigir aperfeiçoamentos, nós sempre vamos
4078 precisar de qualificação profissional, mecanismos de instrumentos de gestão.
4079 Esse processo é contínuo, mas eu acho que nós também temos que ter a
4080 clareza de alguns momentos que nós temos que celebrar conquistas e
4081 avanços importantes. E eu coloco essa etapa de passar a limpo uma norma
4082 operacional, não é pouca coisa e eu coloco nesse lugar. Que é mais uma
4083 etapa nesse evento, desse processo. Nós sabemos que 2011 e 2012,
4084 principalmente no início, coroando o início da gestão, mas é um processo
4085 também que a gente tem que creditar as discussões anteriores. Isso já vem
4086 desde 2010, então nós também temos que colocar o crédito para quem
4087 também conduziu o processo que vem se discutindo desde 2010, mas agora
4088 que nós conseguimos fazer esse coroamento. 2013 e 2014, nós sabemos
4089 que nós temos ainda um grande desafio por percorrer. Como eu disse, o
4090 sistema não está consolidado, ele é um pouco mais recente, menos
4091 desenvolvido que outros, como o SUS, mas nós sabemos que estamos
4092 conseguindo avanços importantes, eu acho que a etapa da capacitação e da
4093 profissionalização, que agora nós vamos implementar em 2013 e 2014, ele
4094 vai conseguir produzir novos avanços que caminham nessa direção. Da
4095 norma operacional, assim que nós discutimos com a secretaria da
4096 assistência a proposta inicial, eu destaco alguns pontos: eu vou tentar
4097 simplificar, mas obviamente que tem uma complexidade muito maior, mas eu
4098 vou tentar simplificar em dois pontos que me parece que são os pontos mais

4099 relevantes. Eu acho que os instrumentos de planejamento e nós colocarmos
4100 à disposição e fazermos a discussão com estados e municípios, de
4101 instrumentos de planejamento que tem um pouco mais de prazo, que nós
4102 estamos pensando em quatro anos, mas com revisões anuais, esse é
4103 inclusive com mecanismos de aferição dos desdobramentos, de que forma
4104 que isso está sendo implementado, me parece que este é um horizonte que
4105 dialoga justamente com esse sentido de consolidação, de estruturação de
4106 uma política pública. Então eu coloco isso vários mecanismos que nós
4107 estamos agora introduzindo o plano de ação e outros mecanismos, eu coloco
4108 como um aspecto relevante. Já estamos discutindo agora, inclusive a
4109 mudança aqui do *layout*, que a gente tenha condições, será resolvido, nós já
4110 estamos nesse processo de estruturação e em março, provavelmente a
4111 gente já tenha condições melhores e que a gente evite ficar de costas para a
4112 parte das pessoas que estão nos acompanhando. Eu estava destacando
4113 dois pontos que eu vejo como os mais importantes, eu estava falando dos
4114 nossos instrumentos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e
4115 um plano de atividades e um plano de ação de mais longo prazo que a gente
4116 consiga fazer revisões periódicas. Eu acho que tem um outro aspecto para
4117 nós e eu tenho certeza que é também para os gestores municipais de muita
4118 importância, o tema com relação ao mecanismo ou funcionamento,
4119 principalmente do cofinanciamento do serviço. Que nós estamos inovando
4120 agora com relação a um capítulo inteiro ali sobre a parte de financiamento e
4121 os blocos de financiamento, isso me parece que é um avanço que nós
4122 estamos procurando implementar, em que ele garante um pouco mais de
4123 celeridade, agilidade para o gestor municipal e conseguir aplicar os recursos
4124 tanto os seus quanto os cofinanciados por parte da União e dos Estados em
4125 que ele consiga efetivamente colocar esses recursos a serviço da população

4126 e da clientela que espera do Poder Público, de todos nós, que a
4127 responsabilidade que nós temos, que essas políticas sejam efetivas e de boa
4128 qualidade. Esse mecanismo que nós ainda debatemos muito com a
4129 secretaria, com todas as nossas áreas do ministério foi um debate muito
4130 intenso, eu tenho certeza que esse debate também se deu aqui tanto na CIT
4131 quanto aqui no conselho, ele vai conseguir nos dar uma ferramenta para que
4132 a aplicação desses recursos seja de forma mais racional, que a gente tenha
4133 de forma mais organizada, segura. Porque o que a gente recebe muito é que
4134 os gestores municipais muitas vezes tem uma certa insegurança quanto à
4135 aplicação desses recursos. Eu acho que esses mecanismos, além de
4136 racionalizar, nós vamos diminuir para 1/5, mais ou menos, o número de
4137 contas correntes, onde a gente faz a transferência dos recursos, isso vai
4138 permitir que ao fim nós esperamos? Estamos constituindo um conjunto de
4139 mecanismos e um patamar mínimo de atendimento que a gente quer
4140 melhorar efetivamente a prestação de serviços a quem dele está esperando
4141 que é a razão de ser do Poder Público. Esses mecanismos de
4142 aperfeiçoamento eu coloco como sendo um dos avanços importantes e que a
4143 gente que espera que a partir de 2013, a gente já consiga colher os frutos e
4144 os resultados desses aperfeiçoamentos. Tenho que certeza que nos vários
4145 capítulos da norma operacional já incorpora todos os avanços que a política
4146 teve desde 2005, e que ela consiga ser um esteio onde a gente consiga dar
4147 saltos ainda maiores que eu tenho certeza que todos nós temos essa
4148 ambição, e nós estamos nos estruturando para ter esta condição. A ministra
4149 tem colocado em algumas oportunidades sobre a prioridade que a presidenta
4150 Dilma e o Governo Federal tem colocado na área da assistência social,
4151 principalmente na ampliação do cofinanciamento, nós estamos passando a
4152 limpo vários mecanismos que nós vínhamos utilizando até então, e também

4153 pela constituição de novos mecanismos e instrumentos. A secretária Denise
4154 nos coloca em várias oportunidades da capacidade que temos dentro do
4155 Ministério e que nós temos estruturar melhor para que a gente consiga
4156 implementar efetivamente essas ações, a gente pode citar umas quatro ou
4157 cinco só pelo título a gente já vê envergadura. Nós falamos do plano do
4158 “Crack, Viver sem Limites”, eu posso dizer, de várias iniciativas, em que elas
4159 dialogam justamente com a priorização que o Governo Federal vem fazendo
4160 ao longo desse período, que já importante ao longo dos dois mandatos do
4161 presidente Lula, mas agora se consolidando no mandato da presidenta
4162 Dilma. Não só pela alocação significativa de recursos, que a gente procura
4163 aperfeiçoar a prestação de serviços, isso ainda vai se dar de forma mais forte
4164 ainda em 2013 e 2014, mas principalmente buscando a gente se estruturar
4165 melhor. Nós sabemos que as nossas condições ainda estão aquém da nossa
4166 necessidade. Na secretaria da assistência, pelo volume de temas que trata,
4167 nós sabemos que precisamos evoluir muito. Nós estamos procurando trazer
4168 novos profissionais para que a gente consiga dar conta das várias ações que
4169 temos sobre nossa responsabilidade, mas principalmente de cumprir o papel
4170 de induzir Estados e municípios e compartilhar com Estados e municípios
4171 essa política, que é tão cara para todos nós. Tenho certeza que pela
4172 orientação da presidenta Dilma e da nossa Ministra, nós todos estamos de
4173 parabéns e eu só encerro falando muito honestamente sobre as dificuldades
4174 que nós temos e pelas entregas que nós temos feito. As condições muitas
4175 vezes são adversas, os nossos recursos são limitados, mas que nós temos
4176 conseguido apresentar um resultado e essas conquistas são cotidianas, que
4177 eu acho que nós estamos caminhando para o rumo correto. O
4178 aperfeiçoamento do serviço que a gente presta, e eu acho que isso é um
4179 valor que para nós é muito importante e nesse sentido, eu parabenizo a toda

4180 equipe da secretaria, nós fizemos ontem uma pequena confraternização de
4181 natal aqui do Ministério, e lá eu coloquei rápidas palavras de que as políticas
4182 públicas só se realizam por dois fatores importantes, as pessoas
4183 comprometidas e constituindo esses espaço de diálogo de construção. A
4184 gente valoriza muito tanto o conselho da assistência quanto a da segurança
4185 alimentar, o CONDRAF são os espaços colegiados porque muitas vezes o
4186 gestor público fica um pouco distanciado e preso nos gabinetes, esse
4187 espaço, inclusive de troca e de cobrança é muito importante, a gente valoriza
4188 muito e eu parabenizo a todos pelas discussões, pela qualidade dos debates,
4189 mas principalmente pela condução da secretária Denise, nossa presidente
4190 Luziele e vice-presidente também. Eu finalizo que é uma etapa importante,
4191 trago essa palavra da ministra de parabenização para todos nós, momento
4192 de felicitação, mais uma etapa cumprida, mas de outras tantas que virão no
4193 futuro próximo. Obrigado pela oportunidade e espaço generoso que estão
4194 dando para essa nossa fala e pretendo acompanhar o debate aqui até o final,
4195 pelo menos na parte da manhã. Obrigado.” **A Senhora Secretária Nacional**
4196 **de Assistência Social Denise Ratmann Colin** disse que: “ já estiveram
4197 ontem à tarde aqui no momento em que todos manifestaram seu voto
4198 individual de aprovação e da conquista que foi dessa comemoração,
4199 novamente eu queria agradecer, fizemos isso ontem, mas acho que
4200 devemos fazer isso sempre de retomar a propriedade da atribuição do
4201 conselho de deliberar políticas públicas e instrumentos de gestão em sua
4202 normatização, eis que vai dando concretude, legitimidade, orientação para
4203 organização do sistema. Mais uma vez falar da importância e da contribuição
4204 de todos, trazendo a demanda que precisamos incorporar efetivamente. Mas
4205 também queria aproveitar o momento de passar as nossas outras conquistas
4206 ao longo do ano, com participação de todos vocês. Vocês todos sabem que o

4207 fundo tinha um passivo enorme para prestação de contas, vivenciam isso lá
4208 na ponta, com suas entidades que prestam contas para os municípios que
4209 depois também prestam para a secretaria e para o ministério e reconhecer
4210 com que a equipe do fundo venceu grande parte destas ações e claro que
4211 começa mais 5.565 prestação de contas desse ano, mas nós já faríamos
4212 agora 2011/2012 e a partir do ano que vem nós já entramos na normalidade
4213 de analisar o ano anterior. Isso não é pouca coisa diante do volume. A outra
4214 é que o fundo conseguiu empenhar todos os nossos serviços continuados,
4215 as emendas, obras previstas no número maior ainda porque a gente teve um
4216 espaço aí de financiamento, de limite que conseguimos encaixar em
4217 autorizados quase 500 equipamentos públicos, com cofinanciamento federal
4218 para construção, além da ampliação de todos os nossos serviços, isso é uma
4219 coisa também importante que devemos comemorar, vamos ter as plantas em
4220 vários módulos disponíveis para facilitar também o trabalho desses
4221 municípios e dos Estados. Outra conquista importante e que vocês também
4222 acompanham na comissão de normas é o trabalho do departamento da rede
4223 socioassistencial privada que também venceu todos os passivos anteriores à
4224 lei 12.101 da certificação, e agora nós começamos então as análises nas
4225 regras atuais e que foram construídas aqui, junto com vocês. Eu sei que
4226 vocês estão ajudando a pensar o cadastro das entidades e é isso que vai dar
4227 a possibilidade da construção da rede socioassistencial, composta por todas
4228 as ONGs e pelos serviços governamentais, instituições e entidades que
4229 prestam serviços, que são da área, no entendimento que todos conseguimos
4230 construir até então, isso é também para a gente de fundamental importância,
4231 o apoio que combinamos de vocês para orientação dos conselhos estaduais
4232 e municipais na deliberação efetiva dessas políticas públicas nos seus lócus,
4233 a comissão de acompanhamento do conselho. Nós vamos ter que desdobrar

4234 essa nobre para todos e todas as nossas orientações e aí essa comissão
4235 tem colaborado nesse sentido, vamos começar a discutir os serviços de
4236 convivência, trazer a ordenação do PET, reordenamento de abrigos,
4237 bastante trabalho para o próximo ano, sempre tendo em vista o atendimento
4238 efetivo das demandas do público usuário. É isso que nos pauta. A comissão
4239 de acompanhamento de benefícios, que é de fundamental importância,
4240 porque essa integração de beneficiários aos serviços é a nossa atribuição, é
4241 o nosso dever, conseguir atingir. Só queria fazer a referência de que este
4242 trabalho, que é tão árduo e parece que exige o envolvimento, a
4243 disponibilidade de vocês mensal, ele tem um resultado imediato na ponta,
4244 que é aperfeiçoar essas ofertas e ter um impacto para a população. Por isso
4245 temos uma série de representações, governamentais e não governamentais
4246 para garantir essas ofertas através das redes. Temos dos trabalhadores que
4247 estão sempre qualificando esse desempenho, e nós temos dos usuários que
4248 estão sempre nos apontando que devemos perseguir para atingir os
4249 objetivos. Essa é a justificativa da existência desse conselho, que passa a
4250 não ser mais cartorial, distante, mas que visualiza nas suas deliberações
4251 esse desdobramento para essa população e essa organização do sistema,
4252 tenho certeza da importância de vocês e do nosso reconhecimento enquanto
4253 secretaria e ministério. Não só pela aprovação da norma operacional, mas
4254 pelo conjunto do trabalho desenvolvido ao longo do ano passado e do
4255 próximo, que vai permitir chegarmos a revermos inclusive esses serviços
4256 atendendo da melhor forma possível às necessidades dos nossos usuários.
4257 Excelente natal para todos nós, passagem de ano de felicidade e muita força
4258 para que 2013 a gente consiga conquistar tudo que se propôs. Gostaria de
4259 agradecer de público o empenho do secretário Marcelo nas obras, nas
4260 negociações, presidenta e vice, a nossa representante do Ministério da

4261 Previdência não pôde estar presente hoje, mas esteve nesses dias,
4262 (ininteligível) e que eles nos ajudassem nestas reformas, nós queremos
4263 deixar registrado isso. O secretário-executivo Jarbas foi de fundamental
4264 importância, mas também a nossa Secretaria-Executiva, mas agradecer
4265 mesmo também, nós conseguimos fazer o empenho para a compra de todos
4266 os produtos móveis, com recurso adicional da Secretaria-Executiva, queria
4267 mencionar e agradecer, as nossas propostas com vagar, no rumo certo,
4268 demorado, mas que estamos conquistamos, esperamos entregar o final da
4269 gestão com isso tudo arrumado. Contem sempre conosco, sempre faço
4270 questão de vir em todas as reuniões, trazer os informes da secretaria, ouvir o
4271 que é necessário que a gente aperfeiçoe, vamos continuar com essa
4272 dinâmica, mas independentemente disso, contem conosco como vocês
4273 tiveram oportunidade de fazê-lo esse ano com as assessorias e a equipe do
4274 CNAS temos realmente que aplaudir porque toda a equipe veio sempre tanto
4275 como conselheiros, mas o resto dos trabalhadores estiveram aqui
4276 assessorando e se colocando à disposição para as condições que vocês
4277 contaram necessárias. 2013 maravilhoso para nós. Obrigada.” **A Senhora**
4278 **Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** disse que gostaria que a vice-
4279 presidente falasse algumas palavras e depois eu gostaria de finalizar lhe
4280 dando um mimo. Por favor. **A Senhora Vice-Presidenta Leila Pizzato**
4281 manifestou-se dizendo que era um prazer, desejamos que a Ministra melhore
4282 e que retorne ao convívio de todo o povo brasileiro, a secretária que tem
4283 estado conosco, mas para nós é muito bom esses momentos. Dizer que
4284 essa casa é aberta para essas vindas sempre que possível. Aproveitar para
4285 reafirmar que a gente percebe os investimento são feitos no conselho. E que
4286 a gente entende isso como muito bom, qualificação de um espaço que é
4287 importante política de assistência social, mas também entendemos que é

4288 importante fortalecer a Secretaria Nacional de Assistência Social, para que
4289 ela cumpra o seu papel no tamanho que não sabe nem imaginar essa
4290 dimensão com a qualificação do seu quadro técnico, estruturação, a gente
4291 acha muito importante tudo isso. Entendemos que a gente se coloca à
4292 disposição para dialogar enquanto sociedade civil e conjunto de entidades na
4293 composição desse conselho para sempre estarmos presentes nas
4294 construções conjuntas, das regulações que pautam a sociedade civil.
4295 Queremos nos colocar com essa disposição de diálogo para que junto
4296 possamos estar pensando o nosso caráter complementar, porque nós
4297 entendemos dessa forma, mas queremos um caráter complementar com
4298 qualidade, junto da construção dessa política de uma história que estivemos
4299 muito presente nesse Brasil. É muito bom fazer esse diálogo e estar aqui.
4300 **Obrigada. A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
4301 agradeceu a conselheira Leila. E disse que é uma demanda da conselheira
4302 Marisa que representa o colegiado de gestores municipais de assistência
4303 social. **A Senhora Conselheira Marisa Rodrigues da Silva** agradeceu pela
4304 senhora dar essa palavra e disse que estava fugindo inclusive um pouco do
4305 nosso protocolo e agradecer por estarmos visitando e nos colocando,
4306 passando essas informações importantes, o senhor colocou um conto que
4307 nos chamou a atenção e que nos diz respeito mútuo, que é com relação às
4308 nossas inseguranças, essa NOB significa muito e é muito importante para
4309 que possamos materializá-las. E o CONGEMAS já vem fazendo essa
4310 iniciativa, inclusive agora, já estamos começando a realizar encontros com
4311 os atuais prefeitos para observar a importância da gestão do SUAS no
4312 âmbito dos municípios como também agora com a nova NOB. Vamos
4313 aproveitar nos nossos próximos encontros que estamos realizando, falta
4314 realizar os quatro, mas eu gostaria, um dos grandes desafios que nós temos,

4315 que o senhor colocou aí, dois pontos extremamente importantes, sinalizou aí
4316 nessa NOB um dos pontos é esse bloco de financiamento. E o senhor
4317 colocou as inseguranças, da aplicação desse recurso. Concordamos que
4318 temos um fator extremamente negativo dessa nossa insegurança. São em
4319 relação ao entendimento com os nossos controladores e também Tribunais
4320 de Contas. Eu penso que uma sugestão que a gente passa a colocar aqui,
4321 que possamos fazer um grande encontro a nível estadual com os
4322 controladores nos nossos municípios para que se aprimore, entendam a
4323 NOB e possa estar juntamente com os gestores municipais, poder estar
4324 facilitando os entendimentos de aplicação desses recursos, que obviamente
4325 precisamos aplicá-lo bem. E o CONGEMAS fica à disposição para estarmos
4326 com o MDS, com o TC e com os controladores municipais para que
4327 possamos de vez sanar com essas dificuldades que nós temos no âmbito da
4328 gestão. Obrigada pela atenção. **O Senhor Conselheira Anderson Lopes**
4329 manifestou-se dizendo que só por uma questão, secretário, eu acho muito
4330 bom a explanação do senhor, mas eu queria trazer o que o senhor explanou
4331 sobre o “Crack, Viver sem Limites”. Eu peço muita gentileza, eu acho
4332 importantíssimo nessa política, mas que tenha uma participação mais
4333 popular de movimento e coordenada pelo MDS porque a gente viu no país o
4334 que está acontecendo. Principalmente aqui, não tenho vergonha de dizer,
4335 quero muito atenção porque o MDS é muito a par do Movimento Nacional da
4336 População de Rua, Rio de Janeiro internação compulsória, violência com a
4337 população de rua e outros Estados nesse país. Então a gente pede para o
4338 ano de 2013 isso, a gente vai entregar agora, dia 21 à presidenta Dilma essa
4339 questão do “Crack, Viver sem Limites” um diálogo maior e Copa do Mundo.
4340 Eu sei que em janeiro a presidenta Dilma vai encontrar com todos os
4341 prefeitos que aderem à política do Governo Federal, e que a gente pede isso

4342 muito ao MDS, porque é uma coisa muito sensível, a Copa do Mundo já está
4343 aí no diálogo dos municípios e de Estados e onde há uma violência e
4344 higienização muito grande nos Estados. A gente pede isso muito
4345 tranquilamente a questão do crack, que vem acontecendo violências e
4346 botando profissionais, municípios retrógrados botando profissionais da
4347 assistência social para demandar e expulsar essa população. Não é
4348 momento só de denúncia, é de confraternização, mas que a gente traga isso
4349 também, como a gente leva para a Ministra Tereza Campelo, eu quero levar
4350 isso ao senhor secretário. E a questão da Copa do Mundo, as 11 cidades
4351 que vem acontecendo uma violência muito grande com as populações mais
4352 pobres, e que a gente sabe que o Brasil é carinhosos, de benefícios, não de
4353 assistencialismo, mas de política na assistência e na garantia da assistência
4354 social. É isso que a gente pede só. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de**
4355 **Souza Tapajós** agradeceu o conselheiro Anderson e disse Secretário, não
4356 preciso mais agradecer a sua presença, quero que o senhor leve em nome
4357 do CNAS nosso fraterno à senhora Ministra e nosso votos de
4358 restabelecimento, quero também, em nome dos Srs. Conselheiros, que esta
4359 casa é a casa onde se avalia e se constrói pela via do controle social a
4360 política de assistência social do Brasil. E assim que nós estamos construindo
4361 essa gestão cuja posse deu-se em junho de 2012. Não posso deixar de
4362 reconhecer diante dos Srs. Conselheiros e que fique gravado nos anais
4363 desse conselho, que o secretário Marcelo Cardona tem sido o patrocinador
4364 das nossas alterações estruturais, não só com relação à área física, mas a
4365 sustentação desse conselho referente a nossa participação em eventos, a
4366 nossa participação e efetivação das nossas reuniões plenárias e tantas
4367 outras coisas que nós levamos aos secretários, nós discutimos as questões,
4368 o secretário não concede, é uma conquista do controle social compreendida

4369 pelo MDS na dimensão da seriedade que existe e que tem. Não estou
4370 fazendo agradecimento à pessoa, mas ao senhor que representa o MDS e
4371 que neste momento olha o CNAS nessa dimensão. Eu gostaria, quando nós
4372 sairmos, mostrar ao senhor as obras, dizer aos conselheiros que
4373 conseguimos aderir uma ata de registro de preço, que foi integralmente
4374 bancada com o orçamento público não da nossa área, que nós já não
4375 tínhamos mais, mas foi com a inteligência financeira da Secretaria-Executiva
4376 no sentido de bancar esse mobiliário que existe hoje aqui há 14 anos e que
4377 estamos agora com a possibilidade de promover o trabalho do CNAS, não só
4378 dos servidores, mas também toda a estrutura e toda a nova relação com o
4379 Ministério da Previdência que vem acontecendo. Então secretário, muito
4380 obrigada pela sua escuta, gostaria que o senhor levasse daqui deste
4381 conselho a certeza que estamos aqui para contribuir. Com a crítica
4382 construtiva, caminhos, com aquilo que for necessário por SUAS do Brasil,
4383 colocar-se no âmbito da seguridade social como vem acontecendo. Acho que
4384 a gente superou muita coisa e hoje estamos nesse patamar e a senhora
4385 Ministra Tereza Campelo, presidente Dilma são as pessoas que nos
4386 propiciam isso, hoje nós somos referência na Secretaria Geral da
4387 Presidência da República como conselho que respeita suas deliberações de
4388 conferência, que tem a conferência de maior acessibilidade total para todos
4389 os tipos de necessidades, isso nos orgulha muito. Eu gostaria que o senhor
4390 levasse nosso nome, vou lhe condecorar com o *bóton*, que agora identifica
4391 os conselheiros do CNAS. Esse aqui, para a senhora Ministra, e esse aqui é
4392 para a nossa querida Denise Colin, nossa Secretária Nacional, por favor.
4393 Secretário, lhe concedo a palavra, mas antes quero dizer a todos os
4394 conselheiros e que também fique nos anais desse congresso nosso
4395 reconhecimento ao trabalho da nossa Secretária Nacional, que efetivamente

4396 não tem hora, nem dia, nem pauta que não receba as demandas do
4397 Conselho Nacional, que é assim que a gente convive. Muito obrigada, por
4398 favor. **O Senhor Secretário-Executivo Marcelo Cardona** manifestou-se
4399 solicitando a palavra só para fazer uma referência final às intervenções e aos
4400 elogios e agradecimento. Primeiro, agradeço muito a condecoração, vou
4401 levar para a senhora Ministra e é com muita honra que recebemos essa
4402 condecoração. Segundo, é com relação ao próprio espaço do conselho, que
4403 temos certeza que é um espaço de diálogo, de discussão, mas também é um
4404 espaço de participação de crítica, mas sabemos também que a crítica
4405 sempre tem que ser responsável, republicana e que nós consigamos seguir
4406 aquilo que saem de deliberações do próprio conselho. É nesse sentido que
4407 nós valorizamos o espaço do conselho, e agradeço as generosas palavras
4408 da presidenta Luziele no sentido do apoio que o Ministério tem prestado na
4409 estruturação do conselho. Fizemos alguns avanços, queremos efetivamente
4410 que a partir de março a gente já nas novas instalações, modernas e
4411 ampliadas, mas acho que ainda dentro dos espaços limitados, mas naquilo
4412 que conseguirmos avançar e queremos e nos propusemos eu já deixo aberto
4413 de que outros aperfeiçoamentos que nós possamos trazer e que esteja ao
4414 alcance do Ministério e da Secretaria-Executiva, estamos abertos para
4415 discutir e colaborar. Com relação à fala da nossa conselheira do
4416 CONGEMAS, que fala muito da segurança e desse diálogo com os nossos
4417 órgãos de fiscalização e controle, eu acho que isso é uma iniciativa que nós
4418 temos que dar segmento para 2013. Eu me angustio muito e tenho discutido
4419 com a nossa diretora do DGSUAS e com toda a equipe da secretaria da
4420 assistência com relação aos saldos não aplicados de recurso nos entes
4421 municipais. Em parte, nós creditamos que isso é uma insegurança, falta de
4422 precisão naquilo que poderiam ser aplicados os recursos. Temos feito

4423 esforços grandes através do fundo assistência com relação à orientação, no
4424 que pode e que não pode, os blocos de financiamento vieram nesse espaço
4425 para ajudar para acelerar essa execução, mas esse diálogo com os nossos
4426 órgãos de fiscalização e controle me parece que é uma iniciativa que a gente
4427 deve prosseguir, já fizemos o primeiro encontro, acho que nós temos que
4428 prosseguir, eu estava aqui sugerindo à secretária Denise que nós
4429 envolvêssemos a nossa própria CGU. Que eu acho que é um espaço, uma
4430 unidade, uma instância do Governo Federal, que é importante esse diálogo,
4431 inclusive com os TC estaduais. Com relação à fala do nosso conselheiro do
4432 representante dos usuários também, inclusive nós temos feito reuniões de
4433 avaliação do próprio plano, tanto de enfrentamento ao crack quanto ao Viver
4434 sem Limites e esse é o sentido do conselho estar aqui. É de ouvir justamente
4435 isso. De acolher esta crítica, esta sugestão e que a gente leve em
4436 consideração, inclusive para o aperfeiçoamento das políticas agora para
4437 2013. Eu recebo com total compreensão e abertura para que nós
4438 consigamos não repetir eventualmente o Poder Público comete algumas
4439 impropriedades e que nós temos a obrigação a fazer essa correção de rumo.
4440 Para finalizar, um abraço de final de ano, sei que esse ano de 2012, assim
4441 como 2011, dois anos que estou dentro do Ministério, (intervenção fora do
4442 microfone). De que esse ano de 2011 e 2012 não foram anos simples,
4443 conseguimos alguns avanços, mas 2013 e 2014 vão exigir que a gente
4444 continue mobilizado para que a gente consiga avanços ainda maiores, nós
4445 temos um desafio no ano que vem, que é a realização da conferência.
4446 Inclusive tinha expectativa que a Ministra assinasse o chamamento da
4447 conferência, como ela está com essa impossibilidade temporária e é um
4448 problema simples de saúde, não tem nenhum problema mais grave, isso eu
4449 tranquilizo a todos, que vamos honrar o compromisso ainda no ano de 2012,

4450 em dezembro como prevê o nosso regimento de que seja convocada a
4451 reunião, nós vamos cumprir esse compromisso até o final do ano, isso vai
4452 estar convocada, isso está em análise na nossa Consultoria Jurídica, mas
4453 daqui para os próximos dias nós vamos honrar o compromisso e fazer a
4454 convocação da 29ª conferência que nós vamos realizar em 16 a 19 de
4455 dezembro aqui em Brasília. Ano que vem não é um ano simples, temos
4456 também uma conferência global, Brasil está sediando a 3ª Conferência
4457 Global de enfrentamento ao trabalho infantil, nós temos outras atividades de
4458 envergadura para outubro, novembro e dezembro do ano que vem. Isso vai
4459 exigir que nós mantenhamos a nossa unidade, a nossa mobilização para que
4460 a gente consiga chegar ao final de 2013, espero estar aqui ao final do ano
4461 que vem também comemorando essas conquistas e a realização de diversas
4462 atividades que estão planejadas para o ano que vem. Bom natal a todos,
4463 maravilhoso 2013, com saúde e paz e acima de tudo, harmonia,
4464 consolidação do sistema da assistência social e que a gente avance cada
4465 vez mais. Obrigado mesmo. **A Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós**
4466 informou que devido à hora todos estavam dispensados para o almoço.
4467 **Almoço. A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
4468 cumprimentou a todas e a todos e pediu desculpas aos senhores e que
4469 relevem o atraso do início dessa sessão, pois ela estava tendo uma
4470 conversa que não podia ser postergada e, portanto iniciaria agora, ainda,
4471 e que gostaria que os senhores localizassem, e que iriam fazer a verificação
4472 de quórum primeiro. O conselheiro Volmir justificou que não iria poder
4473 comparecer na data de hoje. **O Senhor Conselheiro Tiago Szolnoky de**
4474 **Barbosa Ferreira Cabral** disse a Senhora Presidente, ele mandou para nós
4475 no sistema interno, um comunicado que ele é transplantado, que ele está
4476 com febre hoje de manhã. E ele precisa cuidar disso, eu respondi a ele, mas

4477 ele já estava off line, falando: “Você precisa mandar um ofício para...”
4478 Exatamente, mas ele está aqui em Brasília, então como a comunicação foi
4479 isso, quer dizer, referendo isso, eu ratifico e confirmo, porque ele me usou
4480 como porta voz e solicitou que eu avisasse a Leila. **A Senhora Vice-**
4481 **Presidenta Leila Pizzato** deu boa tarde a todas e a todos. **O Senhor Tiago**
4482 **Szolnoky** manifestou-se dizendo ser triste a situação, como todos sabiam,
4483 do Conselheiro Celso Pasquini. Informou que ele foi conselheiro muito tempo
4484 dessa casa e que pediu exoneração do cargo de Segundo Secretário do
4485 Conselho Municipal da Cidade de São Paulo, tendo em vista o agravamento
4486 do estado de saúde dele. Segundo ele me coloca, ele está com oito tumores,
4487 mas segue vivendo, com quimioterapia e etc. Como ele foi uma pessoa
4488 extremamente importante para o Conselho, para a política nacional, eu acho
4489 que nesse momento a gente só tem que orar por ele. **A Senhora**
4490 **Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** disse que diante desta notícia,
4491 eu proponho que o CNAS, envie votos de pronto restabelecimento, de força.
4492 Por favor, agora passemos ao quórum. **A Senhora Secretária-Executiva**
4493 **Maria das Mercês** fez a leitura do quórum. **A Senhora Presidenta Luziele**
4494 **Maria de Souza Tapajós** disse que com quórum qualificado para recomeçar
4495 lembrou que havia parado no item 4 da pauta da memória da Presidência
4496 Ampliada e lembrou que ainda nesta tarde haveria os informes e a própria
4497 avaliação. Então eu só quero nesse item 4 que os senhores se debrucem ou
4498 peçam esclarecimentos, ou definam qual é a melhor forma, a Presidência
4499 Ampliada debateu os critérios, as referências, para avaliação da reunião, que
4500 é organização, programação , oficinas, nomes e palestrantes, envolvimento
4501 dos conselheiros durante o evento, desdobramentos com relação a carta
4502 aberta do movimento nacional, desdobramentos com relação a carta do
4503 fórum de assistência social. Então nós aprovamos esses critérios para

4504 avaliar a reunião descentralizada, senhores conselheiros, alguma indicação
4505 ou esclarecimento, inserção ou exclusão desses itens para que nós
4506 possamos fazer metodologicamente de organizada a nossa avaliação
4507 descentralizada? Então não havendo nós faremos assim como está
4508 colocado, com relação aos desdobramentos relacionados à carta aberta do
4509 movimento nacional pela sócio aprendizagem o encaminhamento da
4510 presidência ampliada foi submeter o documento , enviar o documento à
4511 Secretaria Nacional de Assistência Social, para o conhecimento,
4512 providencias cabíveis, e enviar para o conhecimento de todos os
4513 conselheiros, eu lembro que esta carta, que nós havíamos decidido que
4514 receberíamos as cartas ou manifestações, não leríamos para não fazer juízo
4515 de valor e leríamos apenas em Plenário, e essa foi uma das cartas, e o
4516 encaminhamento é enviar para a Secretária Nacional e também para
4517 conhecimento dos senhores conselheiros, algum esclarecimento, ou alguma
4518 ideia relacionada a isso? Podemos encaminhar assim? E não havendo
4519 nenhum esclarecimento e nem manifestação, encaminhamos assim,
4520 relacionado aos desdobramentos da carta do fórum de assistente social de
4521 São Paulo acerca da situação da política de assistência naquele município
4522 contra o controle social, eleição e atribuição, o encaminhamento da
4523 Presidência Ampliada foi enviar cópia da carta para o Conselho Estadual de
4524 Assistente Social de São Paulo para conhecimento e retorno ao CNAS, esse
4525 retorno significa que o Conselho Estadual dará uma devolutiva da situação
4526 ao Conselho Nacional, e também enviar cópia aos conselheiros, porque já foi
4527 encaminhada a cópia para o conselho municipal de São Paulo, alguma outra
4528 indicação, esclarecimentos relacionados a este item? No item 5, nesse item
4529 5 demanda do ministério público do rio de Janeiro referente a deliberação
4530 conjunta do CNAS e Conselho Municipal de direitos da infância, o

4531 encaminhamento da Presidência Ampliada, foi submeter o assunto a
4532 Coordenação de Regulação da CNAS e a Conjur, respondeu o Ministério
4533 Público do Rio de Janeiro com base nas legislações vigentes, porque nós já
4534 pedimos dilação de prazos, então duas vezes, isso me coloca como
4535 Presidente em uma situação um pouco complicada, como nós já temos
4536 alguma base de resposta. Então a nossa proposta é que a gente faça uma
4537 resposta padrão com base nas legislações atuais, e pautar a discussão da
4538 tipificação do serviço sócio assistencial do CNAS, a partir desse tipo de
4539 demanda que surgiu no Conselho Municipal do Rio de Janeiro. **A Senhora**
4540 **Conselheira Simone Aparecida Albuquerque** manifestou-se dizendo que
4541 em relação a esse tema eu só gostaria de fazer uma sugestão de correção
4542 na escrita, porque nós combinamos na Presidência Ampliada de pautar na
4543 discussão da tipificação dos serviços assistenciais esta situação especifica
4544 do Rio de Janeiro, por conta da forma como o estado está tratando dessa
4545 tipificação e pensar juntos como poderia ser tratado essas peculiaridades
4546 que são específicas de alguns locais e que não estão dentro da tipificação
4547 nacional, até porque não é de âmbito nacional a necessidade, mas de poder
4548 pautar essa discussão. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza**
4549 **Tapajós** perguntou qual seria. **A Senhora Conselheira Simone Aparecida**
4550 **Albuquerque** disse que pensou pautar na discussão da tipificação dos
4551 serviços sócioassistenciais que é o que está lá na demanda da resolução. **A**
4552 **Senhora Conselheira Margareth Alves Dallaruvera** disse Por favor,
4553 Silvanir encaminhar a documentação para todos os conselheiros tomarem
4554 conhecimento do assunto. Mais algum conselheiro gostaria de se
4555 manifestar? Ou para esclarecimento, ou para inserção? Alguma
4556 manifestação? Não havendo manifestação quero submeter aos senhores
4557 conselheiros e senhoras conselheiras a demanda de um dos nossos ouvintes

4558 convidados aqui, a Conselheira Daisy do Conselho Municipal de Assistencial
4559 Social do Rio de Janeiro que quer falar algo sobre este assunto no sentido
4560 de esclarecer, os senhores conselheiros concordam? Por favor, Conselheira
4561 Daisy, microfone sem fio, por favor. **A Senhora Conselheira Deise Santana**
4562 se apresentou e cumprimentou a todas e a todos e disse apenas uma forma
4563 de esclarecimento de como nós chegamos a essa tipificação, porque no
4564 município nós temos uma demanda, principalmente as empregadas
4565 domésticas residirem muito longe dos seus locais de trabalho, então nós
4566 temos mais ou menos cinco instituições e entidades de assistência social,
4567 históricas no município do Rio que faz esse tipo de serviço, com a tipificação,
4568 elas acabaram saindo desse modelo de serviço e vieram até o conselho com
4569 essa demanda, até mesmo uma das entidades que vem principalmente com
4570 essa demanda do Conselho Municipal porque ela tinha que encaminhar os
4571 documentos, e ela estava sem a certificação, e as crianças estavam lá e as
4572 mães também, porque são moradoras da região de Santa Cruz, que dão
4573 duas, três horas da Zona Sul e também das regiões metropolitanas, então
4574 ela teria dois movimentos, ou elas deixariam os filhos em casa sozinhos a
4575 semana toda, porque elas não podem levar os filhos para os seus locais de
4576 trabalho, então pensou-se nessas entidades para acolher essas crianças no
4577 período noturno, no contra turno da escola e para poder dormir, porque as
4578 crianças ficariam mais próximas das suas famílias, então nós
4579 conseguiríamos manter os vínculos familiares dessas crianças, o objetivo
4580 como a conselheira Margareth e a Vice-presidente falou: “*Vamos divulgar*
4581 *para vocês a tipificação.*” Foi feito um estudo, nós demoramos dois, três
4582 meses estudando com essas entidades, a demanda dessas entidades, essas
4583 entidades foram chamadas para compor um grupo de trabalho junto a
4584 Comissão de política e de normas do Semas, para pensar em uma

4585 tipificação, que é uma realidade nossa, para atender as entidades, mas
4586 acima de tudo a população usuária desse tipo de serviço, então só para
4587 esclarecer que a ideia da tipificação é que nós possamos permanecer com
4588 os vínculos familiares dessas crianças, porque questão de escola, problema
4589 de saúde, e tudo mais, os pais são responsáveis por essas crianças e não a
4590 entidade. **A Senhora Conselheira Simone Aparecida Albuquerque**
4591 manifestou-se dizendo que acha pelo que eu escutou aqui ali na memória
4592 nossa, não pode chamar de serviço de acolhimento, serviço de acolhimento
4593 é prestado para o usuário cujos vínculos familiares ou comunitários já foram
4594 rompidos, isso me parece mais um serviço de educação, parece mais uma
4595 creche. Nós fomos para uma experiência lá em Belo Horizonte, de uma
4596 creche noturna para populações em situação de rua, porque os pais
4597 trabalham de noite e não tem onde deixar suas crianças, lá é o serviço da
4598 educação que atende a essa demanda, uma demanda bastante importante,
4599 mas eu sugiro que nem intitule como serviço disso ou daquilo tendo em vista
4600 que uma realidade lá do município, se o município quer tipificar, ele tipifique
4601 lá com o dinheiro dele, mas acho muito complicado chamar serviço de
4602 acolhimento. E ainda sugere que coloque entre aspas a entidade que,
4603 segundo o Ministério Público do Rio de Janeiro, para ficar bem claro. **A**
4604 **Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** disse que ser
4605 plausível, inclusive, porque é assim que está no documento. **A Senhora**
4606 **Conselheira Deise Santana** disse que só para dizer que nós tipificamos até
4607 como proteção básica, justamente porque essas crianças não perderam o
4608 vínculo, inicialmente tinha se pensado em média complexidade, mas como
4609 nós percebemos que elas possuem vínculo com as famílias e a intenção do
4610 serviço é justamente permanecer os vínculos de prevenção, então a gente
4611 está até considerando no estudo inicial, porque como não temos ainda na

4612 tipificação nacional, e precisávamos reunir e reordenar esse tipo de trabalho,
4613 ele está como tipificado como proteção básica, e solicitando também auxílio
4614 dos senhores conselheiros nacionais puderem contribuir conosco, a Márcia
4615 que é Conselheira Nacional e ela é do Rio. **A Senhora Presidenta Luziele**
4616 **Maria de Souza Tapajós** manifestou-se dizendo muito obrigada
4617 Conselheira, seja sempre muito bem vinda entre nós, senhores então, este...
4618 Eu não estou terminando não só estou agradecendo a senhora Conselheira,
4619 porque veio apenas prestar esclarecimento. E os encaminhamentos que nós
4620 estamos colocando são esses, submeter o assunto a Coordenação de
4621 regulação e a Conjur, responder o Ministério Público com base nas
4622 legislações atuais, tendo em vista que nós já dilatamos o prazo bastante, e
4623 pautar na discussão da tipificação, esse assunto e enviar o documento para
4624 todos os conselheiros, Conselheiro José Crus, por favor. **O Senhor**
4625 **Conselheiro José Ferreira Crus** reafirmou a importância do debate da
4626 tipificação, primeiro porque esse conselho é instância máxima de deliberação
4627 da política de assistência social, e nós somos os guardiões desse direito,
4628 isso por quê? Eu não sei se é assim, cada município pela sua especificidade,
4629 vai tipificar aquele ou outro serviço, nós temos uma tipificação nacional, isso
4630 foi um grande avanço, uma conquista do Sistema Único da Assistência
4631 Social, a gente tem que fazer debate, a gente ontem na Presidência
4632 Ampliada eu até disse: “*Gente, eu acho que tem uma confusão aí.*” As vezes
4633 é o programa, porque o programa, projeto, os municípios criam, instituem
4634 mesmo para qualificar a oferta do serviço. Agora criar outro serviço, não é
4635 um serviço, ele deve ter outro caráter, de programa, que visa qualificar a
4636 oferta do serviço, e ainda mais chamar de proteção básica, porque é outro
4637 serviço de proteção básica? Só estou falando isso Presidente por que eu
4638 acho que a gente tem que aprofundar o debate da tipificação, nessa

4639 perspectiva, eu não tenho essa clareza, qualquer município pode tipificar um
4640 serviço. Eu acho que ele pode sim, instituir os programas para qualificar os
4641 serviços. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
4642 manifestou-se dizendo que tem vários inscritos. Conselheiro é essa a
4643 direção, é fazer o aprofundamento do debate, existe inscrição da Conselheira
4644 Simone, Conselheira Léa, Conselheira Dóris. **A Senhora Conselheira**
4645 **Simone Aparecida Albuquerque** disse Como a gente vai aprofundar esse
4646 assunto, nós nem vamos então entrar e aprofundar essa discussão, porque
4647 pela experiência vivida por outros sistemas, o município pode sim desde que
4648 seja com o dinheiro dele fazer o serviço que ele quiser, o que não dá é
4649 reconhecer isso como serviço da base, ou serviço especial, vide exemplo do
4650 teste do pezinho, vários municípios fizeram o teste do pezinho até o que SUS
4651 reconheceu nacionalmente essa necessidade, não vejo nenhum problema
4652 em principio, vejo problema nos equívocos que na minha opinião estão
4653 colocados aí, me parece muito mais da educação, parece uma creche de
4654 necessidade noturna, por causa do tipo de trabalho das mulheres, e como a
4655 educação tem muita dificuldade de enfrentar as necessidades, e aí tudo vira
4656 coisa da assistente social como a nossa história mostra. Presidenta, o que
4657 eu queria alertar é que acho que esta questão não tem nenhum sentido no
4658 meu ponto de vista, ir para a consultoria jurídica, não se trata de aspectos
4659 jurídicos, não tem aí colocado nenhum aspecto jurídico, tem muito mais a
4660 dizer a proteção básica, a proteção especial ao Departamento de Gestão do
4661 SUAS não coordenação de regulação, mas o departamento de gestão, do
4662 que exatamente haver com questões jurídicas, o que vai dizer a nossa
4663 consultoria jurídica sobre este assunto? Isso é um assunto técnico da política
4664 e não um assunto jurídico, eu acho que esse não é o encaminhamento mais
4665 adequado. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** disse

4666 que irão voltar a essa indicação encaminhamento da Conselheira Simone. **A**
4667 **Senhora Conselheira Léa Lúcia Cecília Braga** cumprimentou a todas e a
4668 todos e disse eu me inscrevi para alinhar um pouco a minha compreensão
4669 em torno deste debate, se foi dito, talvez me escapou, me faltou a atenção,
4670 qual foi a origem da chegada desse documento aqui, porque eu vivi
4671 enquanto Conselheira Nacional, atendendo inclusive encaminhamento da
4672 presidência, de comparecer em uma reunião, que acontecia aqui em Brasília
4673 junto a SNAS para com o Ministério Público do Rio de Janeiro, aí eu fui
4674 representando o SNAS, a Socorro estava lá representando a Secretaria,
4675 participando dessa reunião, e o que o Ministério Público do Rio de Janeiro
4676 colocou foi a preocupação com esse serviço reconhecido e tipificado pelo
4677 Conselho Municipal do Rio de Janeiro, e que este serviço era um serviço
4678 que, tinha desdobramentos no município, e eles estavam levando ao
4679 conhecimento da Secretaria Nacional de assistência social e do Conselho
4680 Nacional de assistência social, o que eles colocaram? Eles colocaram
4681 seguinte, o Ministério Público entrou, fazendo encaminhamento para as
4682 creches, esse encaminhamento não foi muito bem aceito pelas famílias,
4683 porque elas avaliavam que tinha toda essa dificuldade de ficar com a
4684 crianças no final de semana e a promotora foi muito enfática, em dizer que
4685 esse serviço e essa condição propicia o fato dessas crianças ficarem no
4686 abrigo e depois o relacionamento com a família só se estabelece após ele
4687 completar sete anos, então o que o Ministério público colocou nesta reunião
4688 para a Secretaria Internacional SNAS não foi só uma preocupação de serviço
4689 tipificado, também os desdobramentos que ocorre na relação do vínculo
4690 dessas crianças com a família, então a SNAS assumiu as responsabilidades
4691 do debate interno sobre essa questão, eu fiz o relatório e encaminhei para cá
4692 apresentando essa discussão, então se for esse mesmo em termos de

4693 alinhamento, não é uma questão de alinhamento, eu acho que nós temos
4694 que tratar o mérito dessas questões aqui no conselho remetendo a uma
4695 comissão específica, que no meu entendimento poderia ser a Comissão de
4696 Política, analisar, buscar informações, formar um entendimento e subsidiar,
4697 porque tipificar os municípios podem, eles tem autonomia para isso, os
4698 Conselhos tem, encaminhar serviços também tem, só não pode ferir a
4699 estrutura do Sistema Único de Assistência Social. Então se for esta a
4700 questão da qual eu participei e a Socorro também estava lá e pode até
4701 contribuir, eu acho que o que está esperando de nós, é uma apreciação do
4702 mérito, ainda nesse sentido eu acho que devolver para a Secretaria não vai
4703 dar conta porque já está lá no âmbito da gestão, a questão em debate, é
4704 isso, obrigada. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
4705 disse Conselheira Léa, há uma questão de encaminhamento que é real, eu
4706 fui instada como Presidente do Conselho a fazer uma resposta, nós não
4707 podemos pedir, seis meses, três meses ao Ministério Público até nós
4708 resolvermos, então há uma questão que antecede, eu não estou dizendo ou
4709 afirmando que a senhora não tenha razão, porque eu acho que está
4710 excelente, e esse tipo de encaminhamento, entretanto eu preciso da uma
4711 posição para o Ministério público do Rio de Janeiro, Conselheira Dóris. **A**
4712 **Senhora Conselheira Dóris Margareth de Jesus** manifestou-se dizendo
4713 que para ela é um pouco complicado entender a parte mais técnica, porque
4714 ainda precisaria de mais tempo para estudar e entender melhor, a única
4715 coisa que poderia dizer é o seguinte, primeiro, é a realidade dessas mulheres
4716 que ainda tem a responsabilidade e de serem chefes de família, e de ter que
4717 trabalhar, essa é uma realidade dura, e ainda ter que morar no emprego. E
4718 essas crianças ficariam sozinhas, não pode, e acredito que não deva ser o
4719 único lugar do país que isso aconteça, talvez só no Rio de Janeiro, só essa

4720 realidade veio para nós, mas essa é uma realidade do país, então eu acho
4721 que a proposta da gente aprofundar isso e levantar é bastante importante,
4722 talvez esteja bem próximo de nós aqui localmente falando, essa realidade,
4723 porque as mulheres são responsáveis pelas crianças, e deixar sozinha a
4724 gente assiste vários acidentes com crianças que cuidam dos seus irmãos,
4725 crianças que cuidam de crianças e acidentes acontecem, fora os outros
4726 desdobramentos, não entendo isso como creche, creche eu sei que não é,
4727 porque essas crianças dorme, ficam durante a semana e não se rompe o
4728 vínculo, do ponto de vista técnico da assistência, eu acho que precisaria
4729 estudar um pouco mais, mas eu acho que a gente tem que aprofundar
4730 bastante essa situação, muito obrigada. **A Senhora Presidenta Luziele**
4731 **Maria de Souza Tapajós** manifestou-se agradecendo a conselheira Dóris. **A**
4732 **Senhora Conselheira Margareth Alves Dallaruvera disse** vou ser bem
4733 objetiva, uma é que eu penso que realmente eu estou muito no caminho da
4734 Conselheira Léa, que há necessidade de se fazer esse debate aqui no Pleno,
4735 porque hoje é o Rio de Janeiro, a gente não sabe o que acontece em outros
4736 municípios, hoje é uma demanda específica, mas daqui a pouco essas
4737 demandas vão estar sendo colocadas, então eu penso que diante, a gente
4738 conversa lá na Presidência Ampliada mas hoje vem uma Conselheira do
4739 próprio município, relata uma coisa diferenciada que o próprio Ministério
4740 público relatou para a Conselheira, então isso aí nos coloca com desafios de
4741 não só estar olhando documentos, mas de estar acompanhando esse debate
4742 aqui no CNAS e aí Presidente, penso que isso não vai, penso, eu gosto de
4743 ouvir de outros conselheiros, e da própria Presidente que o Ministério Público
4744 também , nós as vezes esperamos muito tempo para alguma resposta dele,
4745 então eu penso que isso não inviabiliza o debate de vim para cá, para que a
4746 gente possa aprofundar, porque isso já é uma resposta do Ministério Público,

4747 e não pode ter uma resposta mediante aprofundamento, então entendo que
4748 a Presidente pode responder ao Ministério Público justamente a decisão
4749 desse Pleno, que ele entende a necessidade de aprofundar o debate para
4750 possíveis encaminhamentos, isso já é a resposta dada ao Ministério Público.
4751 **O Senhor Conselheiro Anderson Lopes Miranda** argumentou-se dizendo
4752 que também faço como a Conselheira Dóris, do aprofundamento da matéria,
4753 eu acho que pelo meu entendimento, eu estava aqui viajando, acabamos de
4754 lançar o Brasil Carinho, o programa de repasse de recurso às creches, ao
4755 trabalho, eu acho que isso é uma demanda do usuário ao município do Rio
4756 de Janeiro, eu acho que se poderia como o Conselho de fato trás poderia
4757 estar se pensando nesse repasse, nessa discussão intersectorial,
4758 assistência e educação dessa propositiva, correto Presidenta? Porque senão
4759 vai vim várias demandas de MPs aqui e nós não vamos ter consecutivas de
4760 respostas, porque o Governo Federal já vem lançando programas e que a
4761 atende ao município e aos estados a sua demanda, correto? Então eu acho
4762 que possa aprofundar ao Rio de Janeiro que é uma demanda local, correto
4763 pela demanda das nossas companheiras empregadas, que precisa sim,
4764 agora não possa perder o vínculo familiar e colocar em abrigo até os sete
4765 anos, eu não acho que isso venha acalentar, não pode, então eu acho que o
4766 vínculo noturno que as nossas companheiras precisam trabalhar, e as
4767 creches como o Brasil carinhoso está disponibilizando milhões e milhões de
4768 recurso para essa questão e essa demanda dessas usuárias companheiras,
4769 obrigado. **A Senhora Conselheira Simone Aparecida Albuquerque**
4770 sugeriu que a Presidente que informe ao Ministério Público que a matéria
4771 trazida aqui para o Pleno do conselho, e o Pleno então decidiu se essa for a
4772 decisão do Pleno, aprofundar o debate na Comissão de Política, eu acho que
4773 a senhora foi instada mesmo, a senhora tem que responder, mas essa é uma

4774 resposta, o Ministério Público sabe que a senhora como Presidente tem que
4775 ouvir do Pleno e nada melhor se for preciso mande inclusive a degravação
4776 aqui da nossa reunião para que eles possam perceber o conteúdo e o
4777 contexto do debate feito por esse Conselho, mas eu concordo plenamente,
4778 eu acho que vai ser muito bom para nós, porque insisto em dizer, essa não é
4779 uma questão jurídica, essa é uma questão política. **A Senhora Presidenta**
4780 **Luziele Maria de Souza Tapajós** informou que na reunião da Comissão da
4781 Presidência Ampliada, o Conselheiro José Crus Coordenador da Comissão
4782 de Política naquela ocasião fez a menção que este assunto já estava na
4783 coordenação geral de regulação, certo? só que quero encaminhar
4784 conselheiros, apenas encaminhar, então essa já não é, esse número um ali,
4785 já não é um encaminhamento plausível pela nossa conversa aqui, então o
4786 que está se propondo é que retire esse item um, o um, submeter o assunto a
4787 coordenação geral de regulação do CNAS e a Conjur, visto que ele já está lá
4788 do ponto de vista administrativo, ou alguma coisa que foi dito, foi dito pelo
4789 coordenador de Política lá na nossa presidência ampliada. O segundo item,
4790 responder ao Ministério Público do Rio de Janeiro, que o assunto será
4791 encaminhado para debate no âmbito da comissão de política de assistência
4792 social, é isso? Por favor, eu gostaria de ajuda no encaminhamento, certo?
4793 Pautar este assunto na discussão da tipificação dos serviços sócio
4794 assistenciais e enviar os documentos referentes a demanda, os conselheiros
4795 do CNAS para conhecimento, para finalizar conselheiro, eu gostaria de dizer
4796 aos senhores, vocês vão ler o documento que nós vamos mandar todos? O
4797 Ministério Público, é por isso que a resposta pode ser mais rápida assim, não
4798 que a gente não vá fazer tudo isso que estamos falando Marli, inclusive
4799 tendo em vista o debate que esta se dando, e o debate trazido pelo
4800 Conselheiro Anderson, mas a impugnação solicitada pelo Ministério Público

4801 refere-se ao entendimento que os conselhos de assistência social não possui
4802 a contribuição da regulamentação de novos serviços sócio assistenciais, na
4803 conversa com a SNAS, onde a Conselheira Léa me representou na ocasião,
4804 outros elementos vieram a tona, mas na documentação o que está posto é
4805 isso, então é muito fácil de nós respondermos, só para ficar bastante claro,
4806 certo Conselheira Léa? O que veio aqui é uma coisa que foi conversada, foi
4807 muito mais ampliado, então a gente pode fazer a convergência das duas
4808 situações, ok? Há consenso então? Conselheiro Tiago, por favor. **O Senhor**
4809 **Conselheiro Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral** ressaltou que
4810 só para complementar, até para tentar contribuir eu ratifico a fala da
4811 Conselheira Simone no sentido de que seria prudente para a Presidência do
4812 Conselho dizer que tomou as providencias e encaminhar nem que fosse ao
4813 momento posterior e deixar no ofício de resposta a degravação com
4814 destaque desta discussão que está tendo, mostrando de forma sintética,
4815 tendo em vista a relevância do assunto e a complexidade do tema, o
4816 Conselho está ciente, e está tomando as seguintes providências, aí a
4817 Presidência e o Conselho ficam resguardados e fica respondido não é? **A**
4818 **Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** agradeceu ao
4819 Conselheiro Thiago, disse que isso lhe alivia bastante, até porque é uma
4820 situação séria, tanto de um lado como de outro, então não há nenhum
4821 intenção de prejudicar, ou se enfim, a intenção de regular efetivamente essas
4822 questões e corrigir possivelmente os rumos não é? Então esse
4823 encaminhamento, esse item número cindo, nós vencemos com estas
4824 deliberações e como nós já fizemos o informe sobre a reforma do CNAS, o
4825 informe sobre o evento do FONSEAS e a Revista do FONSEAS, o próximo
4826 informe que nós teríamos que comentar, ou não, vou falar, mas se a
4827 Conselheira Marisa quiser fazer algum comentário, é a participação do CNAS

4828 que foi representado pela Conselheira Marisa, na reunião do FONACEAS
4829 realizado em Natal nos dias 20 e 21 de Novembro. Se a Conselheira quiser
4830 se manifestar, ou senão a gente pode também estar passando por isso. O
4831 outro informe diz respeito ao retorno da Secretária de Avaliação, nós vamos
4832 enviar para os senhores Conselheiros o link onde estão todas as pesquisas
4833 feitas pela SAGI, que podem interessar esse colegiado para conhecimento,
4834 para avaliação e para escolha das comissões, com relação a
4835 aprofundamento de determinados tipos de temas, como por exemplo,
4836 avaliação de impacto do Programa Bolsa Família, avaliação de impacto do
4837 Programa de Aquisição Alimentar, o do PAA, e outros informes, a sabe
4838 respondeu que todas as pesquisas assim como todos os estudos, estão a
4839 nossa disposição e eles podem vim até aqui para apresentação, podemos
4840 seguir? Alguma observação? Não. Podemos seguir, então Fórum Social
4841 Mundial da Tunísia, de 26 até 30 de Março de 2013, a presidência ampliada
4842 deliberou pelos seguintes encaminhamentos, que nós podemos fazer, eu não
4843 estou entendendo o que nós vamos fazer agora, salvo o melhor juízo é esse
4844 debate, mas só o melhor juízo, calma. Primeiro, a análise da participação do
4845 CNAS, quais são os objetivos do CNAS participar e quais são as tarefas que
4846 o CNAS vai ter lá? Porque lógico que nenhum de nós vai a nenhum lugar só
4847 por ir, nós temos que ir por um dever de representação, definição de critérios
4848 de participação de conselheiros interessados, verificação junto a Secretaria
4849 Geral da Presidência, se há algum planejamento por eles de uma comitiva
4850 para participar do Fórum e aí a gente pode solicitar a inclusão desde que
4851 haja objetivos e tarefas, a verificação sobre a comitiva da Presidência da
4852 República para o Fórum Social Mundo, o governo brasileiro deve estar se
4853 articulando efetivamente via Secretária Geral, para participação no Fórum
4854 Social Mundial como sempre faz, então também fazer essa verificação, vê a

4855 quantas andas essa situação, solicitar uma agenda com CTB, com as
4856 centrais CTB e CUT para saber também como que vão encaminhar essa
4857 participação e verificar possível parceria ou não, enfim para que a gente
4858 possa pensar juntos essa questão, agendar reunião com o chefe de gabinete
4859 da Senhora Ministra, para verificação da condição da nossa participação,
4860 agendar reunião com o Departamento de Projetos Internacionais do MDS
4861 para tratar da participação dos conselheiros, até porque Mercedes lembrou
4862 que na ocasião anterior, os conselheiros participaram por meio de um
4863 patrocínio arregimentado pela diretoria de Projetos Internacionais, então
4864 verificar se isto está em voga, se isso está em tratativa, porque certamente
4865 não há só interesse desde CNAS de participar, mas também outros
4866 conselhos, então esses são os encaminhamentos que nós gostaríamos de
4867 trazer aqui para os senhores, não são os encaminhamentos que nós vamos
4868 discutir agora porque isso aqui é informe, isso aqui vem para a pauta, está
4869 inscrito o Conselheiro Wagner, Dóris, Nilsia e Anderson, e Margareth. O
4870 Senhor Wagner Carneiro de Santana cumprimentou a presidenta e disse que
4871 pensando em uma forma, uma participação mais propositiva, não apenas na
4872 ânsia de participar foi o Conselheiro Araújo, e foi um patrocínio um pouco
4873 confuso, a gente quer reconhecer e agradecer o esforço que ela fez com a
4874 equipe, seria interessante para o CNAS propor uma oficina para participar
4875 desse Fórum, para poder fazer o debate, mas pelo jeito a gente perdeu o
4876 prazo de novo. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
4877 ressaltou que havia se perdido o prazo de indicar, de inscrever atividades,
4878 alguma atividade de stand, alguma coisa, agora só está aberto o prazo para
4879 Assembléias convergentes, então, por exemplo, 10 conselhos vamos fazer
4880 uma assembléia sobre determinados temas, eventos não tão grandes, mas
4881 eventos significativos e paralelos, só para o CNAS, por exemplo uma mesa,

4882 uma oficina, uma coisa desse tipo nós não temos mais o prazo. **O Senhor**
4883 **Conselheiro Wagner Carneiro de Santana** manifestou-se dizendo então
4884 presidente, eu sei que é como essa reunião do Fórum, já estou terminando
4885 aqui a minha fala, esse encontro do Fórum Mundial a cada dois anos eu
4886 penso que precisa de fato constar em uma agenda do CNAS já que há uma
4887 serenidade desse conselho de participar sempre desses fóruns, de terno
4888 próximo em 2015 de fato uma oficina, porque como na sua própria fala em
4889 outro momento, já que nós estamos em referencia nacional com a questão
4890 do controle social da democracia participativa, podemos esta ou outras
4891 oficinas que compete ao controle social ter futuramente em uma agenda de
4892 uma maneira mais efetiva, porque de fato a participação é fundamental, mas
4893 eu creio que o próprio CNAS poderia disseminar uma oficina voltada ao
4894 controle social ou temas correlatos no próximo Fórum, se não for pelo menos
4895 nesse fórum Mundial, de repente um outro encontro que deve haver no Brasil
4896 em 2014, já programar para ter de fato uma oficina, ou seja, eu estou
4897 trazendo uma discussão pela sua fala inicial durante o dia na presença do
4898 Secretário Adjunto, da nossa referência que temos aqui, e de repente o
4899 próprio Conselho Nacional nesses grandes eventos nacionais promovidos ou
4900 não para entrar em parceria com o Governo Federal e outros governos
4901 devemos começar a disseminar essa metodologia, ok? **A Senhora**
4902 **Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** informou a senhora Silvânia
4903 que gostaria programar a participação do CNAS no próximo Fórum e em
4904 outros eventos similares etc. Ok? Muito obrigada senhor Conselheiro.
4905 Conselheira Dóris. **A Senhora Conselheira Dóris Margareth de Jesus**
4906 ressaltou que a fala do Wagner não responde ao que a Presidenta disse, a
4907 gente deve discutir isso agora, porque nós só temos até a próxima reunião
4908 em fevereiro, e é em março, quer dizer, nós temos que discutir agora para

4909 sim definir critérios, inclusive indicar quem vai, além do que o Wagner já
4910 disse, para as próximas, os outros daqui a dois, quatro, seis, dez, vinte,
4911 quarenta, quando a gente chegar ao socialismo a gente não vai ter mais ou
4912 vai ter porque aí não vai ter problema, as mulheres ainda não vão ter
4913 resolvidos, outros problemas teremos, alguns estarão resolvidos, mas outros
4914 (ininteligível), eu acho que a gente tem que resolver isso agora e aqui,
4915 inclusive definir e discutir os critérios, é obvio que aquelas medidas adotadas
4916 junto a Secretária da Presidência da República, junto aos outros órgão, até
4917 porque nós temos o governo progressista que incentiva essas questões,
4918 deverão talvez poderão ir mais conselheiros, agora de qualquer forma a
4919 gente tem que definir os critérios, agora sim, senão não terá mais nenhum
4920 sentido, além do mais perdemos a inscrição para fazer oficina nós vamos
4921 perder também a possibilidade de mandar qualquer um que seja porque não
4922 dará mais tempo em fevereiro de ir, então penso que esse é o momento de
4923 discutir e aí eu gostaria já de... Pena que a Presidenta ainda não retornou,
4924 mas eu gostaria que a gente apontasse alguns critérios, acho que deve ser
4925 apontada a Sociedade Civil, por conta das impossibilidades ou das
4926 dificuldades maiores, e dentro da sociedade civil o seguimento usuários,
4927 porque nos seguimentos usuários é o seguimento das entidades que sempre
4928 tem maior dificuldade de estar bancado as despesas desses setores, os
4929 trabalhadores, as organizações por mais dificuldade que tenha sempre tem
4930 mais condições de estar bancando... Gente eu estou emitindo a minha
4931 opinião, vocês podem divergir, por favor, inscrevam-se e eu faço, e as
4932 entidades também de alguma forma sempre acabam tendo um pouco mais
4933 de estrutura, as entidades do movimento social na sua própria natureza,
4934 sempre tem mais dificuldade, e aqui eu gostaria de indicar que nós
4935 levássemos dois nomes, pelo menos dois eu estive fazendo algumas

4936 pesquisas, não acho que isso fiquei muito caro, não é nada fora de propósito,
4937 é comprar passagem no Brasil, então eu acho que a gente pode levar pelo
4938 menos dois representantes, eu sugiro que seja um homem e uma mulher, e
4939 sugiro que a gente também faça essa distribuição por raça, que uma pelo
4940 menos seja da raça negra que eu acho que seria importante que a gente
4941 levasse isso até porque vai ser no continente Africano, eu acho que a gente
4942 não pode deixar de demonstrar essa diversidade, essa é a minha proposta.
4943 **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** muito obrigada
4944 Conselheira, eu cheguei a tempo de escutar que a sua proposta em principio
4945 é já fazer algumas discussões agora. **A Senhora Conselheira Dóris**
4946 **Margareth de Jesus** não, tem que ser agora porque não há mais tempo. **A**
4947 **Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** não, foi isso, eu só
4948 estou confirmando com a senhora. Conselheira Nilsia. **A Senhora**
4949 **Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos** boa tarde senhores e senhoras,
4950 com relação a este assunto eu quero informar, já é de informes mesmo?
4951 Sim. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** sobre o
4952 assunto, pois não Conselheira. Então sábado passado eu estava na cidade
4953 de São Paulo, em uma reunião Nacional da UNEGRO, quando nós fomos
4954 interrompidos porque havia em São Paulo, eu não sei se ainda está lá, um
4955 senhor por nome de Alatabi, e esse senhor é um dos responsáveis pelo
4956 Fórum Social Mundial na Tunísia, e ele estava em reunião na Abong que é
4957 Associação Brasileira de ONGs, e esse senhor Alatabi, perguntou se não
4958 tinha ali nenhum movimento que tratasse da questão racial, então foi citada a
4959 UNEGRO, e foram lá nos comunicar e o Secretário Nacional da UNEGRO,
4960 que é o senhor Jerônimo da cidade de Salvador, saiu da reunião, foi até essa
4961 tal Associação, Abong, para ter com esse senhor, e ele declarou para nós da
4962 UNEGRO que ele tem muito interesse de saber como que acontece esse tipo

4963 de movimento social aqui no Brasil, porque eles tem interesse lá na Tunísia
4964 de compor uma entidade com essa natureza, com relação a questão da
4965 intolerância, ou a questão da intolerância racial, do preconceito, a palavra é
4966 essa que ele usou, com relação ao preconceito racial, então nós deixamos
4967 claro para ele porque de fato há um interesse da UNEGRO de abrir um
4968 dialogo com os países da África no que tange a questão da racial, esse é o
4969 informe com relação, o nome dele é Alataubi realmente, eu não sei se ele
4970 ainda está em São Paulo, mas sábado eu estava lá e tive esse oportunidade,
4971 é isso que eu gostaria de dizer. Obrigada. E se houver dentro da
4972 possibilidade do Ministério CNAS a gente disponibiliza o desejo de
4973 comparecer, mesmo por ser África. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de**
4974 **Souza Tapajós** muito obrigada Conselheira Nilsia. Conselheiro Anderson. **O**
4975 **Senhor Conselheiro Anderson Lopes Miranda** obrigado pela... Estender-
4976 me a fala. Eu só queira dizer eu acho que primeiro as formas das regras, eu
4977 acho que tem que ir representantes desse Conselho, Governamental e não
4978 governamental, sociedade civil, certo? Eu sou muito bem claro nesse
4979 sentido, porque a gente vai representar o CNAS lá, para mim eu acho que
4980 até de trazer a experiência do governo e a experiência das entidades, do
4981 trabalhador, e movimento, porque aí dos movimentos, aí você leva também
4982 porque eu acho que a gente se der para correr atrás de patrocínio de sentar,
4983 porque são experiência boas para trazer e para melhoria do rompimento da
4984 pobreza e de uma política de fato construtiva e democrática participativa,
4985 agora se não houve aí sim ver a necessidade de quem pode estar indo
4986 representar o CNAS, porque senão eu fico muito preocupado, e eu sou muito
4987 desse sentido. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
4988 **Senhores Conselheiros**, pois não, pode continuar. **O Senhor Conselheiro**
4989 **Anderson Lopes Miranda** eu fico muito preocupado porque se a gente

4990 achar que um vai, o outro não vai, qual é o critério de ir, eu acho que a
4991 representatividade de quem for, se é governo, sociedade civil, que vá
4992 representando o CNAS que vá ao intuito da representatividade, é claro que a
4993 Dóris trás algumas questões de cunho de sociabilidade, mas eu Dóris, eu
4994 acho que o trabalhador, as entidades, usuários também, tirando essa
4995 representatividade junto com alguém do governo é importantíssimo, a gente
4996 está indo lá e trazendo essa experiência, só um pouco isso. **A Senhora**
4997 **Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** obrigada, conselheiro.
4998 Conselheira Margareth, depois Conselheira Cláudia Faquinote, José Araújo e
4999 Wagner. Na fala da Conselheira Margareth a gente já vai afunilando...
5000 Ademar, perdão, por favor. **A Senhora Conselheira Margareth Alves**
5001 **Dallaruvera** então, peço que esse debate não pode ser para fevereiro. **A**
5002 **Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** por gentileza
5003 Conselheira, nós estamos na escuta, pode continuar, por gentileza. **A**
5004 **Senhora Conselheira Margareth Alves Dallaruvera** então se a... A próxima
5005 reunião é só em Fevereiro, então fica muito em cima, até para questão de
5006 quem fosse, e não tiver passaporte, essas coisas todas, então eu acho que
5007 de uma forma bem objetiva a gente tem que discutir hoje, se nós vamos,
5008 agora assim como proposta que eu trago é que um pouco discordo, e quase
5009 nunca discordo da Conselheira Dóris, sempre bem ponderada, mas deve
5010 estar com sono agora, porque eu penso só que a ida para o Fórum social
5011 Mundial, não tem que ter nem... Várias atipificações da tipificação de quem
5012 vai para o Fórum Social Mundial da Tunísia, não é por aí, penso que a gente
5013 tem que garantir neste momento encaminhamentos objetivos, primeiro, na
5014 impossibilidade, é claro, nem todo o Conselho vai conseguir ir, nem alugando
5015 um avião da FAB, e nem todos terão possibilidade de ir, é ponto, pacifico, é
5016 importante à sociedade civil? É. Mas é importante também o governo, porque

5017 nós somos colegiados de todo o seguimento, então nesse ponto estão
5018 entendendo que a gente poderia aqui de forma bem objetiva que deverão ir a
5019 Tunísia, seis Conselheiros, como isso? Um por bancada da sociedade civil,
5020 cada um se reúne lá e diz quem é que vai da sua bancada, e três no
5021 seguimento do governo, e esses seis conselheiros que vão ter a
5022 responsabilidade de fazer essa intermediação junto ao Fórum Social
5023 Mundial, e ver o que pode ser apresentado lá, qual será a participação do
5024 Conselho Nacional, porque aqui realmente não dá para discutir isso, eu
5025 particularmente não vou, mas posso ajudar, e acho que se ir seis, tem que
5026 para além de viabilizar passaporte, mas também costurar essa interligação
5027 com o Fórum e ver o que o CNAS poderá apresentar lá e boa viagem aos
5028 conselheiros. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
5029 muito obrigada Conselheira Margareth. Agora a Conselheira Cláudia, a
5030 Conselheira Dóris foi citada e quer uma parte. **A Senhora Conselheira**
5031 **Dóris Margareth de Jesus** até para justificar minha proposta, eu acho que
5032 fui muito modesta, porque pensei na conta na realidade e falei: “Não vai
5033 passar mais que dois.” Então já que só passa dois vamos bancar a
5034 sociedade civil, e eu estava pensando assim no ponto de vista da
5035 representação, e a Conselheira Jane me disse, e eu imaginei o seguinte, que
5036 quem pudesse ir com recurso próprio poderia ir também representando o
5037 Conselho, porque a representação do Conselho, portanto uma coisa é você ir
5038 à representação do Conselho, e outra é você ir por ir, mas eu retiro essa
5039 questão do... Eu achei só no ponto de vista de quem ia pagar a conta, então
5040 já que quem vai pagar a conta, pague para quem tem menos condições, mas
5041 não que eu defenda, aí... Eu não estava dormindo não, só estava
5042 preocupada com quem pagava a conta, e já que tem que pagar a conta paga
5043 desse setor, mas eu concordo com a proposta da Conselheira Margareth. **A**

5044 **Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** ok, muito obrigada,
5045 Conselheira Cláudia. Na fala da Conselheira Margareth, a Conselheira Godói
5046 se inscreveu, por favor, Conselheira Cláudia. **A Senhora Conselheira**
5047 **Cláudia Laureth Faquinote** cumprimentou a todos, disse concordar com as
5048 considerações da Margareth, então isso já encurta a minha contribuição e eu
5049 gostaria de sugerir ainda, visto que independente de quem será e se
5050 conseguiremos de fato assegurar a participação e representação do
5051 Conselho. **A Senhora Conselheira Cláudia Laureth Faquinote** boa tarde a
5052 todas e todos, eu concordo com as considerações da Margareth, então isso
5053 já encurta a minha contribuição. Eu gostaria de sugerir ainda visto e
5054 independente de encerrar e se iremos de fato assegurar a participação e
5055 representação do Conselho caso já foram encerradas as possibilidades de
5056 inscrição de oficinas e possamos nos articular com outras instâncias, por
5057 exemplo, com a ASDH e no seu bojo acompanham um conjunto de
5058 Conselhos para sabermos quais atividades por ventura eles se
5059 inscreveram, se vão, se não vão, porque não se trata apenas de assegurar a
5060 ida, mas como que nós podemos ter uma participação qualificada, mesmo
5061 em muitas situações com a limitação da língua. Então isso eu considero
5062 pertinente, inclusive mediando aí todo o fórum o Brasil tem a Casa Brasil e
5063 quando monta a Casa Brasil ainda monta às vezes uns espaços e é possível
5064 fazer mesas de diálogos mesmo que seja com pequenos grupos. Então
5065 experiências. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** pode
5066 me permitir uma parte senhora Conselheira? Godói e Carlos Rogério não
5067 estão aqui, mas é justamente isso, verificar com a CTB e com a CTU que vai
5068 que vocês já tenham uma agenda se nós poderíamos, por exemplo, isso é
5069 um exemplo, encaixar uma oficina, alguma coisa. Só para fazer esse gancho
5070 seu. Por favor, Conselheira conclua. **A Senhora Conselheira Cláudia**

5071 **Laureth Faquinote** nesse sentido mesmo sem tenhamos conseguido
5072 confirmação de parcerias para financiamento de participantes mas, por
5073 exemplo, no universo da economia solidária as atividades nós escrevemos,
5074 agora se conseguiremos ir um representante de empreendimentos, ou do
5075 próprio Fórum brasileiro aí é outra história, então nessa linha. **O Senhor**
5076 **Conselheiro José Araújo** presidente, demais Conselheiros e Conselheiras.
5077 Eu me inscrevi só para dizer que a participação do Conselho Nacional no
5078 Fórum Social Mundial ele carece de motivação porque eu vejo assim,
5079 quando a gente participa de um evento no Brasil, a gente fica com uma visão
5080 de Brasil. O Conselheiro Nacional fica com a visão da realidade brasileira.
5081 Quando você vai a um evento de cunho latino-america e Caribe você fica
5082 com a visão da América Latina e Caribe, você expande seus conhecimentos,
5083 você consegue enxergar a realidade que às vezes a gente não vê por aqui e
5084 quando a gente vai ao Fórum Social Mundial, a gente tem uma visão mundial
5085 da situação. Com Wagner nós tivemos lá em Dakar em nome desse
5086 Conselho e a gente aprendeu muito, a gente não teve nenhuma
5087 apresentação, porque também foi tudo muito rápido, não deu para se
5088 inscrever, mas o conhecimento que nós adquirimos lá é fundamental para
5089 que o Conselheiro Nacional tenha uma visão de mundo e nós precisamos ter
5090 uma visão de mundo. Como é que nós vamos comparar o nosso único de
5091 Assistência Social, nossa Previdência Social, com o resto do mundo se a
5092 gente não conhece. Então no Fórum Social Mundial a gente conhece e
5093 conhece muito bem porque as pessoas que vão lá são as pessoas que
5094 labutam, lida nas áreas respectivas e aí eu e Wagner participamos, por
5095 exemplo, só para encurtar um pouco a história porque o tempo urge. Eu e
5096 Wagner participamos de um Seminário sobre o orçamento participativo, o
5097 orçamento participativo na França, em Portugal, na Espanha, mesmo aqui

5098 em alguns países da América podemos falar um pouco do nosso orçamento
5099 participativo que nasceu no Rio Grande depois expandiu para os outros
5100 estados e está uma troca de experiência riquíssima. Então por isso que eu
5101 digo que a participação do Conselheiro Nacional nesses eventos é de
5102 fundamental importância, independente de ter oficina, de ter uma preparação
5103 e aí eu coloco que deveria todo o com, toda a bancado do governo, toda
5104 bancada da Sociedade Civil devia ser considerada em participar desse
5105 evento. Não é algo assim tão grande em questão de valor porque o ganho é
5106 muito maior do que essa despesa. Então eu queria deixar essa visão
5107 (intervenção simultânea) de que a gente não, a gente tem que discutir, tem
5108 que decidir isso rápido porque como dizia alguém aí, visto, passaporte de
5109 repente vacina e precisa realmente de vacina e aí essas coisas não dá para
5110 gente decidir assim, olha, você foi indicado para ir a semana que vem. Não
5111 dá mais, então a gente tem que definir logo essas questões, se não a gente
5112 não avança. **O Senhor Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci** se a
5113 gente não tem condições de ir um pouco mais antecipando a organização e
5114 fazendo proposta, a gente tem condições de se inserir nessas Assembléias
5115 de convergência. Se segue a metodologia do Fórum Social Mundial, têm as
5116 oficinas, os Seminários. A segunda fase é integração desse Seminário em
5117 Assembléia de Convergência. Seguramente a gente teria condições de ter
5118 toda a informação de todas as oficinas e de perceber quais aquelas que vão
5119 se convergindo para alguns temas que são realmente clássicos porque o
5120 Fórum Social Mundial. Relação Estado sociedade isso vai aparecer no seu
5121 geral, se pensar no nosso caso vai aparecer no geral a experiências de
5122 políticas públicas sociais. Foram um pouco mais além as experiências dos
5123 países do Sul na luta de combate a fome. Então tem alguns pontos de
5124 convergência que vão acontecer, o que eu sugiro já que a gente está

5125 avançando na perspectiva de indicação de nomes é que as pessoas que
5126 vão, não vão apenas como assistente passivo, mas daqui até fevereiro dá
5127 para gente saber quais são as convergências onde a gente pode se inserir.
5128 Essa inserção no meu entender é como Conselho, porque as nossas
5129 organizações vão como Sociedade Civil algumas delas, para diferentes
5130 campos, inclusive da economia solidária. Agora como Conselho, falar da
5131 experiência do Conselho, falar experiências em relação Estado e sociedade,
5132 sobretudo no que diz respeito aos países no Sul, do Hemisfério Sul para a
5133 gente seria importante, eu estou dando alguns critérios porque quem for
5134 daqui porque fevereiro a gente ter elementos porque saber onde a gente
5135 pode se inserir nas Assembléias de convergência. **O Senhor Conselheiro**
5136 **Wagner Carneiro de Santana** presidenta eu fui bastante contemplado na
5137 fala dos colegas, principalmente sobre as indicações e eu diria o seguinte,
5138 uma coisa para mim está claro pelo prazo e pela experiência, quem for eu
5139 posso está equivocado, mas o nome pode sair praticamente hoje por causa
5140 do prazo porque nós vamos nos reunir mais só em fevereiro. Pegando a
5141 última experiência que nós tivemos, eu, Conselheiro Araújo, porque ir para
5142 Senegal, Dakar por causa do patrocínio foi, com muito respeito, horrível,
5143 tivemos que mandar passaporte quase íamos, saímos com passaporte
5144 diplomático porque não saiu o visto, foi uma coisa muito desgastante. A
5145 Maria das Mercedes fez o máximo que pode, mas fugia da governabilidade
5146 dela, que era outro departamento que estava cuidando, tanto que eu fui sem
5147 saber o local que ia ficar, cheguei lá na fé. Então assim, foi muito ruim da
5148 última experiência, de qualquer maneira, a minha recomendação é que isso
5149 saia hoje. Os segmentos se reúnam hoje, mediante hoje mesmo já afirmo
5150 meu declínio, porque eu vou estar em outra agenda fora. Tchau. **A Senhora**
5151 **Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria** então, eu acho

5152 que é importante a gente resgatar uma coisa aqui que assim eu me lembro
5153 que no mês de julho, durante uma reunião nossa do Conselho Nacional, a
5154 senhora Presidente, procurou a mim e a Jane sobre um convite que chegou
5155 a este Conselho para participar de uma reunião para participar com o
5156 Ministro Padilha, não sei se a senhora recorda disso, isso. E aí como dizia a
5157 respeito à Conferência, ao Fórum, fomos não é Jane? Eu e Jane
5158 participamos dessa reunião, foi no dia 19 de julho de 2012, tem aqui o
5159 relatório da reunião, todos que participaram, era uma reunião junto com o
5160 CEBs, com os companheiros que são responsáveis pelo Fórum Social
5161 Mundial aqui no Brasil, Valdevir e o Armando de Negre. Em seguida nós
5162 tivemos uma outra reunião que foi no dia 13 de agosto, ao qual nós
5163 participamos, depois tivemos uma outra reunião, que inclusive marcamos
5164 aqui mesmo no Conselho Nacional de Saúde após a reunião do Conselho e
5165 essa reunião não aconteceu, porque houve um problema que os dois
5166 companheiros que vinham de fora não conseguiram chegar, achamos por
5167 bem transferir essa reunião e com muita dificuldade, fizemos essa reunião
5168 agora no dia 15 de novembro, no feriado, no Rio Grande do Sul e vai
5169 acontecer uma outra agora semana que vem. Portanto é um processo que a
5170 gente vem acompanhando, vem acompanhando e aí eu quero dizer que o
5171 conselheiro Ademar tem muita razão, porque espaços como esse para nós
5172 que estamos construindo uma política nova e que aos olhos do mundo,
5173 muitas vezes essa política é muito mais o Programa Bolsa Família, ainda
5174 continua sendo uma política de assistencialismo, principalmente quando a
5175 gente vai para os países da África. Então momentos como esse que a gente
5176 tem a possibilidade, não só de conversar com os demais países, saber como
5177 é que eles levam a política de assistência, se tem, porque muitos não tem,
5178 mas também dizer para eles que o nosso programa de política de assistência

5179 do país é muito mais do que os programas e todo o processo que a gente
5180 vem construindo aqui no Brasil são momentos imprescindíveis para gente e
5181 que valoriza não só o nosso país, mas valoriza este Conselho, o trabalho que
5182 este Conselho tem ao desenvolver políticas de assistência social,
5183 desenvolver também essa democracia participativa, o controle e a
5184 participação social. Então acho que são espaços, acho não, eu penso,
5185 acredito que são espaços extremamente importantes aonde a gente aprende
5186 e ensina, aonde a gente constrói a partir da experiência deles, mas a gente
5187 também tem muito a contribuir. Quero dizer sem nenhuma importância, dizer
5188 que muitas vezes eu sinto que a gente tem muito mais a ensinar do que
5189 aprender. Com todos os problemas que nós temos aqui no Brasil, mas gente
5190 muitas vezes tem muito mais a ensinar do que aprender. Eu penso que é
5191 importante garantir uma delegação do Conselho, entendo isso não como um
5192 gasto do poder brasileiro, mas como um investimento dentro dessa
5193 construção, da política do controle social, da democracia participativa que
5194 extrapola o nosso Conselho. Portanto eu acho que deve ter uma delegação
5195 representativa e acho que os critérios, os critérios eu tenho muito cuidado
5196 com critérios, porque o critério ao mesmo tempo em que esses diz quem
5197 pode ele também exclui, diz quem não pode. Eu acho que deve haver o bom
5198 senso de cada um dos Conselheiros tanto de qualquer área, seja da
5199 sociedade civil, do governo, compromisso e afinidade, afinidade, porque
5200 também nem sempre às vezes a gente tem afinidade com esse tipo de
5201 evento. Então também não basta ir, não é ir por isso é só mais um, esse
5202 mais um de alguma forma ele tem que ajudar a fazer a mínima diferença se
5203 não valeu a pena, porque a gente sabe que é um espaço onde tem diversos
5204 países, uma dificuldade enorme no idioma, então tem que ter um esforço
5205 sobre-humano, muitas vezes, para que de fato. É isso. Obrigada. **A Senhora**

5206 **Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** olha só, nós não temos mais
5207 inscritos e eu gostaria, estava conversando com a Vice-Presidente que nós
5208 já entramos na discussão, nós temos mais um informe e depois desse
5209 informe, nós iríamos entrar na avaliação da reunião descentralizada. Então
5210 senhores conselheiros e senhoras Conselheiras eu gostaria de apoio
5211 encaminhamento, nós finalizamos o informe e entramos nesse item que está
5212 virando item de pauta que é a pauta de debate aqui agora, que é a análise
5213 na participação do CNAS no Fórum Social Mundial e após isso a outra pauta
5214 que é a avaliação da reunião descentralizada. Há consenso de fazermos
5215 isso? Nós estamos agora em 3h45, podemos fazer isso? Levamos o que,
5216 meia hora para um assunto e finalizamos com a avaliação da reunião?
5217 Exato, ainda temos de Conselheiros, informe de MDS, SIT. Eu gostaria de
5218 apoio para encaminha senhores Conselheiros, Wagner. **O Senhor**
5219 **Conselheiro Wagner Carneiro de Santana** Presidenta, de fato eu até
5220 colaboro e ratifico o encaminhamento é que pelo menos a gente fosse
5221 organizando para se retirar daqui a pouco, inclusive eu, em menos de meia
5222 hora tem que se retirar por causa do horário do vôo, está? **A Senhora**
5223 **Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** então qual é o
5224 encaminhamento que a senhora acham mais prudente? **A Senhora**
5225 **Conselheira Márcia de Carvalho Rocha** na verdade é o mesmo do
5226 Conselheiro Wagner infelizmente o meu vôo está para as 17 horas, decola e
5227 eu já preciso me retirar, já ajustei com o Conselheiro José Cruz porque vai
5228 ter uma pauta em conjunto com a Comissão de Acompanhamento de
5229 Benefícios e não vou pode continuar, acho que eu e mais alguns
5230 Conselheiros. Só para aproveitar e dar um feliz Natal a todos. Feliz ano novo
5231 e até o próximo ano. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza**
5232 **Tapajós** olha só, antes de passar para você Margareth nós podemos fazer o

5233 seguinte, nós podemos entrar agora nessa pauta, já que nós estamos quente
5234 nela, ok? Nós assumimos aqui que deixamos aqui que deixamos a avaliação
5235 descentralizada para a próxima, eu acho que não pode ser só via email, a
5236 gente tem que falar sobre isso até por conta mesmo de crescer com relação
5237 ao que foi bom e ao que não foi tão bom e depois finalizar esse ponto
5238 entramos para as Comissões, informes, informes de MSD, informes de
5239 Comissões e etc. Pode ser assim senhores Conselheiros? Era isso senhora
5240 Conselheira. Muito obrigada então. Então eu preciso de todo apoio dos
5241 senhores, antes porém disse é o último informe que está aqui para que os
5242 senhores possam compreender, audiência pública para debater a
5243 certificação das entidades de beneficentes da área da assistência social
5244 realizada pela Comissão de Finanças Tributação na Câmara dos Deputados.
5245 Ao encaminhamento, a Presidente enviou o expediente para a Comissão de
5246 Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados e para TV Câmara,
5247 solicitando a correção em relação aos créditos divulgados quando a
5248 transmissão da audiência quando constavam o nome do Exemplo-Presidente
5249 Carlos Ferrari como Representante do CNAS e onde constavam o nome da
5250 atual Vice-Presidente Leila Pisado como CNAS, quando ela mesmo no fala
5251 diz que não está ali representando o Conselho. Então como na televisão, na
5252 legenda, nos créditos saiu CNAS de mister que a gente coloque tanto porque
5253 o Deputado João tanto para a TV Câmara que sejam concertados, corrigidos
5254 esse engano, porque eles nenhum dois estavam ali representando o
5255 Conselho Nacional. Então vamos agora para a pauta? Para essa pauta, quer
5256 dizer. Então por favor, eu preciso do apoio, Leila você pode começar a
5257 encaminhar essa questão por gentileza? Está, nós vamos fazer o seguinte,
5258 nós vamos pensar aqui no primeiro item, análise e da participação do CNAS
5259 objetivo de tarefa. Conselheira Márcia um excelente Natal, um excelente

5260 começo de ano, muito axé naquela Salvador, leve nossa energia e traga
5261 energia, muito obrigada por tudo, até logo Conselheira. **A Senhora**
5262 **Conselheira Dóris Margareth de Jesus** bem, então nós vamos para o
5263 primeiro ponto aqui no nosso roteiros de encaminhamento em relação a
5264 participação ao Fórum Social Mundial na Tunísia que diz respeito a análise
5265 da participação do CNAS, objetivos e tarefas, então qual seriam nossos
5266 objetivos e nossas tarefas de estarmos lá e tarefas para estarmos lá nessa
5267 participação e inscrições, acho que várias falas já se submeteram a este
5268 ponto, mas a presidenta gostaria de ouvir novamente. **A Senhora**
5269 **Conselheira Margareth Alves Dallaruvera** não eu só queria ajudar a
5270 encaminhar esse ponto porque tem pontos aqui que nós não vamos sair
5271 porque são tentativas ainda de articulação, que vai se dando o processo. **A**
5272 **Presidenta Senhora Luziele Maria de Souza Tapajós** a gente não está
5273 pensando só para ajudar. Obrigada Conselheira. As outras coisas, por
5274 exemplo, verificar a parceria, pererê, isso aí está fora. Eu acho que a gente
5275 precisa encaminhar não é aqui, análise da participação, qual é o objetivo do
5276 CNAS de participar do Fórum Social Mundial, um ponto. Qual é a tarefa do
5277 CNAS naquele Fórum, olha só, estamos recebendo uma visita, por favor,
5278 Conselheira, por favor, faço questão, Conselheira Eutália. Nós todos, a gente
5279 não tira, uma vez Conselheira, imagina, seja muito bem vinda entre nós, mas
5280 vai escutar as nossas diversações como sempre. Fique à vontade
5281 Conselheira. Então qual é o objetivo, qual é a tarefa, não é isso Leila? É isso
5282 que a gente vai, aí sim a gente chegaria aos nomes. Por favor. **A Senhora**
5283 **Conselheira Leila Pizzato** então primeiro ponto, a gente precisa dar uma
5284 repassada nos pontos principais que já foram tratados aqui e a apresentados
5285 em relação aos nossos objetivos e as nossas tarefas, a gente podia fazer
5286 uma rodada para essa definição. Quem se inscreve, Margareth, já passa

5287 para a palavra de imediato para a Margareth enquanto outros se inscrevem.
5288 **A Senhora Conselheira Margareth Alves Dallaruvera** eu vou reafirmar a
5289 proposta, talvez não tenha fiado muito claro. Eu estou entendendo que não
5290 de uma forma profunda, mas de uma forma superficial, mas o que é possível
5291 nesse momento, esse colegiado já apresentou na fala de alguns
5292 Conselheiros o objetivo da participação do CNAS no Fórum Social. Várias
5293 falas aqui de Conselheiros já vislumbraram isso, o que eu não vejo
5294 necessidade devido ao aprofundamento, como também na fala de alguns
5295 Conselheiros, inclusive ratificada por mim, tarefa também que a tarefa não
5296 será nesse momento porque o Conselheiro Wagner ainda deu uma proposta
5297 que a partir dos eventos de 2015 teremos um movimento prévio, esse está
5298 muito em cima, então eu estava entendendo que a tarefa para o Fórum seria
5299 especificamente tratada justamente por aqueles que estão fazendo
5300 representação do CNAS no Fórum. Se é isso, objetivo e tarefa está posta, só
5301 nos resta agora fazer indicação de nomes, quem vai. **A Senhora Presidenta**
5302 **Luziele Maria de Souza Tapajós** não nos resta agora pensar critérios
5303 Conselheira. Eu acho que há critérios porque chegar nos nomes ou é ao
5304 contrário? **A Senhora Conselheira Margareth Alves Dallaruvera** não. Ai
5305 meu Deus deixa eu terminar. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de**
5306 **Souza Tapajós** então Conselheira nós temos que manter uma certa
5307 serenidade porque nós acabamos de colocar um ponto de pauta, então a
5308 gente precisa se entender, alinhar para se decidir. Por favor, Conselheira. **A**
5309 **Conselheira Senhora Margareth Alves Dallaruvera** então se é nome,
5310 como é que vai ser, mas já tem também proposta no momento que a
5311 Conselheira Doris retirou a proposta dela tem uma proposta que é se inviável
5312 e três da sociedade civil e três do governo. Isso nem foi colocado em
5313 discussão e pelo que se foi percebido é uma proposta que passa. Agora dá o

5314 nome agora cada segmento vai discutir os seus critérios quem é o melhor
5315 representante, os trabalhadores vão discutir quem é que pode, quem é que
5316 vai, os critérios não dá para ser discutido aqui, como os usuários vão fazer
5317 esse debate e dão um prazo até essa semana como o governo também não
5318 vai poder discutir aqui quem é os melhores dos três governo e que poderão
5319 estar presentes. Eu penso que há uma forma para objetivar, que se for o
5320 encaminhamento e de repente nem todos vão, de repente um segmento
5321 resolve não ir, mas deixa isso dar um prazo de uma semana para essas
5322 pessoas enviarem o nome é só isso, é querendo acelerar o processo, só
5323 isso. **O Senhor Conselheiro Wagner Carneiro de Santana** agradeceu a
5324 Vice-Presidenta. Eu vejo o seguinte, eu quero, eu entendi quando você falou
5325 da questão de critérios. São duas coisas, primeiro precisa de fato ter a
5326 definição de quem realmente tem essa proposta, que eu entendi foi
5327 consensuada porque não houve nenhuma questão concensuada ainda das
5328 indicações, porque eu posso dizer com conhecimento de causa da última
5329 experiência foi muito ruim e vale lembrar e da última experiência era três
5330 para indicar, infelizmente um morreu porque acabou sendo uma vaga e não
5331 pode ter a terceira. Vocês sabem disso que aconteceu, porque era três
5332 representantes aí de repente com esse patrocínio só podiam ir dois, a
5333 Mercedes pode até confirmar e aí não houve debate porque aí infelizmente
5334 um morreu. Então a gente sabe que tanto eu quanto o Conselheiro Araújo
5335 estamos aqui discutindo, uma coisa é o critério que eu concordo plenamente,
5336 mas para você definir, porque tem a questão do passaporte, prazo, se de
5337 repente nesse caminho vai ter uma parceira, vai ter outro patrocínio a gente
5338 já sabe que é muito fácil, principalmente aqui que tenho que dizer, digo com
5339 muita tranquilidade a Secretária Executiva fez o impossível para conseguir
5340 dar retorno para nós, entendeu. Porque de repente a gente faz a proposta de

5341 três que nem foi da outra vez, aí houve um corte, inclusive decidiu dois, não
5342 houve debate porque infelizmente houve uma fatalidade de um Conselheiro.
5343 Então por isso eu estou entendendo que a Conselheira Margareth está
5344 falando para se definir de fato os nomes ou segmento se reunirem e dentro
5345 de uma semana dar o prazo com a convocação que deve sair etc. e tal para
5346 gente se organizar. Agora com relação aos critérios de participação, eu
5347 defendo muito que foi falado aqui tanto pelo Ademar, tanto pela Cláudia,
5348 buscar saber quem está lá para a gente entrar em conjunto e colocar nossa
5349 (ininteligível) mesmo que não seja de maneira, não é que não é oficial, mas
5350 com o nome da oficina para que vai debater o controle social e levar o SUAS,
5351 uma política já aprovada. Então socializar e aí se é para socializar ai tem que
5352 pensar em linguagens, idiomas também, porque não dá para falar lá
5353 (ininteligível) espanhol, português, tem que ser (ininteligível) francês ou
5354 inglês. Então, ou seja, até para gente chegar a quem de direito, se é apenas
5355 para falar para nós mesmos falamos aqui. Encerrou minha fala. Vou
5356 aproveitar que eu estou com o microfone Vice-Presidente, como eu já vou ter
5357 que sair para aproveitar e me despedir, desejar para vocês buenas festas,
5358 para que o ano de 2012 seja um ano vindouro do controle social, hoje é o
5359 primeiro dia após aprovação da NOB – SUAS, hoje é diferente porque nós
5360 vencemos mais uma etapa do sistema... (intervenção simultânea) E do
5361 Centenário do nosso querido Luiz Gonzaga. (intervenção fora do microfone)
5362 Muito Obrigado. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
5363 muito Obrigada, eu gostaria Conselheiro antes da sua saída de anunciar que
5364 a nossa querida Simone Dragone já é Conselheira deste Conselho, está?
5365 Agora outra luta é a Cristina Lobo. Conselheira Dóris, por favor. **A Senhora**
5366 **Conselheira Dóris Margareth de Jesus** em relação a nossas tarefas e
5367 objetivos eu acho que Maria Godoi já disse isso é só recuperar a fala dela,

5368 eu acho que ampliar horizontes, conhecer, aprender, ensinar, conhecer como
5369 funciona isso nos outros países. Eu acho que sempre quando você faz uma
5370 viagem como essa, ela é de uma abertura de horizontes sem tamanho.
5371 Enfim, eu acho que a gente não precisa está, a gente vai está se
5372 matriculando, se for com responsabilidade, enfim. Inclusive conhecer outros
5373 países, outras culturas, isso é de uma riqueza fantástica, então acho que é
5374 possível já está explicitado. Eu acho que os critérios, primeiro a gente
5375 precisava definir se tem um limite de orçamento. Primeiro, sim eu estou
5376 dizendo, precisa saber se tem um limite orçamentário, então isso é
5377 importante ou você vai ter que buscar recursos em outro lugar. Então qual é
5378 esse valor, se nós temos, vamos definir o número de vagas ou não vamos
5379 definir o número de vagas, isso tudo vai o a um definidor, é um parâmetro
5380 para a gente definir os critérios, porque o ideal seria se tivéssemos uma
5381 reunião descentralizada de março na Tunísia, por exemplo, se nós
5382 tivéssemos toda a condição seria uma coisa fantástica, por exemplo, nada se
5383 nós tivéssemos, não tivéssemos limitação orçamentária, não tivéssemos
5384 nada poderia ser uma coisa ousada, é verdade, eu não estou brincando.
5385 Seria uma coisa bastante interessante, porque não, do jeito que a gente fez
5386 vitória poderia ser, a gente quanto zumzumzum que horrível falar assim. Viu
5387 Presidenta é horrível falar assim com todo mundo falando. Então, enfim, eu
5388 acho que tudo isso são elementos que vão definir, para a gente poder definir
5389 quem vai ou não. Quando eu digo que se a gente for definindo oito, seis,
5390 quatro, duas uma vaga isso tudo o critério isso vai alterar o critério, a única
5391 coisa que eu sei dizer é que não é nada fora exorbitante o valor de uma
5392 passagem para a Tunísia se fosse comprada hoje, U\$ 900,00 você vai á
5393 Tunísia. Então é só isso U\$ 900,00 vai à Tunísia, R\$ 1200,00 com todas as
5394 taxas você vai a Tunísia mais barato do que você vir de São Paulo e voltar

5395 numa reunião nossa aqui com o valor que nós temos pago nossa passagens.
5396 Então eu imagino que se a gente tiver bastante antecipação e celeridade e
5397 tranquilidade e condições maior número de Conselheiros que eu acho
5398 sempre uma experiência extremamente tranquila é possível, mas eu também
5399 não gosto muito dessa divisão que a gente fez, uma para cada setor, jogá-los
5400 num canto se matam e vê qual é esse um que sai. Eu acho que a gente pode
5401 ter um critério um pouquinho mais diferente. Então eu acho que essas
5402 informações são importantes para gente definir o critério. **A Senhora**
5403 **Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** ok. Essas informações são
5404 importantes, Conselheiro com licença, a celeridade executiva tem algumas
5405 informações relacionadas a esse tipo de demanda de viagens internacionais
5406 que eu acho que é importante para que gente possa pensar naquilo. **A**
5407 **Senhora Secretária-Executiva Maria das Mercês** informou aos
5408 conselheiros que as viagens internacionais elas no tem o mesmo processo
5409 operacional de um deslocamento de um deslocamento em território nacional
5410 diante da administração pública federal. Toda viagem internacional ela tem
5411 que ser autorizada em outro âmbito, em outro nível então assim pegando
5412 exemplo do Fórum Social Mundial da outra vez, Conselheiro José Araújo até
5413 com relação ao custeio que a gente não vai colocar nesse sentido. Existia
5414 naquele momento um problema com relação ao financeiro que dizia a
5415 respeito que a gente estava trabalhando em um 12 avos porque era um mês
5416 de janeiro, mas provavelmente a gente já tenha vencido isso então a questão
5417 de limite orçamentário não convém discutir agora, mas existe todo um
5418 procedimentos com relação às autorizações de viagem internacionais que
5419 obedecem, a gente não tem como definir o número de Conselheiros que vão
5420 sem ouvir aquelas agendas da Presidenta, por exemplo, com o
5421 Departamento de Projetos Internacionais do MDS que é quem normalmente

5422 viabiliza essas autorizações, por exemplo, para um visto ser emitido vai ter
5423 que vir uma carta expressa do MDS desse Departamento, por exemplo,
5424 viabilizando essa autorização de visto, para aquele país, para aquele evento.
5425 O Conselho Nacional tem que sim ter um objetivo claro de participação
5426 porque isso está no processo, o Conselho vai com esse objetivo de
5427 participação. Então isso é tudo muito importante que esteja muito claro.
5428 Então não existe uma demanda do Conselho Nacional de participar e a gente
5429 pode colocar três, quatro como a senhora mesmo disse com relação a
5430 deliberação desse Conselho com relação a participação, mas depende de
5431 todo uma rotina administrativa com relação às autorizações de viagens
5432 internacionais. A comitiva, por exemplo, a comitiva brasileira, a própria
5433 Secretaria Geral da Presidência da República, Casa Civil essa comitiva ela é
5434 composta por membros designados pela presidenta da república. Então
5435 precisa se uma articulação dessa autorização expressa da Presidenta. Então
5436 é toda uma articulação para a autorização com relação às viagens
5437 internacionais. **A Senhora Conselheira Clara Carolina de Sá** na verdade só
5438 para complementar eu acho que a Conselheira Margareth, já me senti
5439 contemplada na fala dela, mas eu acho assim como não tem uma questão
5440 orçamentária como bem colocou Mercedes que ainda tem uma algo a ser
5441 negociado, então eu acho que seria se for de consciência desse Conselho
5442 que a gente trabalhasse com número de vagas ideal. Qual seria a
5443 representatividade ideal, número de vagas ideal para esse Conselho
5444 representar, ser representado no Fórum e se não for possível a gente
5445 readequar às questões orçamentárias, enfim, eu acho que a gente trabalha
5446 com número de vagas ideal de representatividade e é isso, e adéqua à
5447 realidade a possibilidade. **O Senhor Conselheiro Anderson Lopes Miranda**
5448 eu só queria reforçar isso. Ir para questão paritária três governo e três da

5449 sociedade civil e já começando, eu acho que isso é democrático de fato e aí
5450 de não houve dotação orçamentária propositivo a isso que vai diminuindo ou
5451 se tive mais, vai mais. Agora a gente ficar brigando aqui que vai quantidade e
5452 qualidade e borogodó a gente vai ficar aqui até meia-noite gente, eu acho
5453 que vamos por isso e se não houve, porque talvez a gente vai até no avião
5454 da Presidenta Dilma Rousseff. Dependendo do borogodó quem sabe se
5455 houver uma comitiva presidencial, acho que como a secretária colocou e aí
5456 se achar a Secretária Geral da Presidência achar que esse com e ou s
5457 Conselhos devem ir juntos porque vai uma comitiva para lá, vamos para lá
5458 junto, acho que é importante já tirar alguma representatividade aqui e de fato
5459 sair disso. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
5460 conselheiro Wagner feliz Natal e até fevereiro que seu ano seja e muita luz e
5461 paz. Conselheiro Thiago por favor. **O Senhor Conselheiro Thiago Szolnoky**
5462 **de Barbosa Ferreira Cabral** eu vou ser mais direto não vou ser mais, não
5463 vou sair a francesa que nem ele. Eu tenho compromisso institucional agora
5464 as quatro e meia, já havia comunicado a mesa. A minha pretensão era voltar
5465 para cá e pelo visto vai haver necessidade porque a coisa vai longe, mas se
5466 por um acaso eu acabar não voltando eu gostaria de desejar um feliz natal a
5467 todo, boas entradas, muita paz no coração dos homens de boa vontade. E
5468 nas mulheres também, nas crianças, nos negros, nos deficientes em todos
5469 eles, está bom? Desculpa, os idosos, está faltando o que? **A Senhora**
5470 **Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** os advogados, aos
5471 advogados. Thiago, muito obrigada, um ótimo Natal, Ano Novo, abraço à
5472 família e muito obrigada pela excelente relação, pelo excelente
5473 conhecimento entre nós. Muito obrigado. **A Senhora Conselheira Leila**
5474 **Pizzato** então assim temos inscrição? Gente nós não temos mais
5475 Conselheiros, não temos mais inscrições, eu acho que nós podíamos dar

5476 uma olhada lá do que a Silvanir foi apontando a medida que as falas foram
5477 acontecendo. Então em relação ao objetivo da participação do CNAS do
5478 Fórum Social Mundial de 2013, foi apontado dois objetivos, socializar o
5479 SUAS e o controle social, participar do Fórum Social Mundial conforme
5480 deliberação, isso é claro, conforme deliberações, isso não seria um objetivo,
5481 então na verdade a gente tem um objetivo apenas, eu acho que seria, vamos
5482 ler todos e depois a gente melhora. O Charles quer também fazer uma
5483 contribuição nos objetivos? **O Senhor Conselheiro Charles Roberto**
5484 **Pranke** eu acho que é mais do que socializar o SUAS e o controle social.
5485 Colocar o SUAS no debate dos temas do Fórum Social Mundial. **A Senhora**
5486 **Presidenta Leila Pizzato** nos debates do Fórum Social Mundial, inserir o
5487 SUAS nos debates do Fórum Social Mundial. Tarefas “Conhecer e
5488 compartilhar experiências advindas com outros países.” Eu penso que outro
5489 objetivo podia ser o de qualificar o nosso debate, qualificar o debate da
5490 assistência social no país, no Brasil, porque aí a gente volta com a
5491 (ininteligível) e insere esse debate. Vamos para as tarefas, tarefas?
5492 Socializar então as experiências que já está lá. Ademar por favor,
5493 Conselheiro. **O Senhor Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci** se
5494 integrar às oficinas e às Assembléias de convergência. **A Senhora**
5495 **Conselheira Leila Pizzato** se integrar às oficinas e às Assembléias de
5496 convergência, às oficinas. **O Senhor Conselheiro Ademar de Andrade**
5497 **Bertucci** significa começar a trabalhar desde já. **A Senhora Conselheira**
5498 **Leila Pizzato** mais alguma indicação para esse item? Bem, em relação às
5499 indicações que é o próximo item, nós temos a sugestão, a proposta de seis
5500 representações do CNAS, sendo três governos e três sociedade civil, temos
5501 a fala da Conselheira Clara de pensar no número ideal e não sei se nós
5502 podemos considerar esse o número ideal. Conselheiro Araújo traz esse

5503 como número mínimo, mas também teve uma outra fala que diz, desculpa
5504 Conselheira Simone, é muito estimulador esse diálogo. **A Senhora**
5505 **Conselheira Simone Aparecida Albuquerque** tem que respeitar a Lei nº
5506 10.048. **A Senhora Conselheira Leila Pizzato** a outra indicação então é
5507 verificar o orçamento conforme orçamentos se pudermos ter mais
5508 participações que somente e tivermos menos orçamentos que possamos ir
5509 diminuindo, mas nessa relação de paridade, governo e sociedade civil.
5510 Depois o outro, só um pouquinho, só um pouquinho gente vamos se
5511 organizar, gente vamos botar ordem nisso. Gente ordem aqui Conselheiros,
5512 por favor, temos ainda mais dois pontos de pauta. Ainda nas participações,
5513 nas indicações Silvanir, por favor, nós estamos naquele item ainda? Por
5514 favor, ficou combinado que a sociedade civil, cada um dos seus segmentos,
5515 então vai pensar a representação e indicar por email para a Secretaria
5516 Executiva com cópia Vice-Presidente, por favor, até o final da semana que
5517 vem, aqui está a Conselheira Dóris consultando que na vacância de
5518 indicação de um segmento que isso possa abrir a vaga para outra, Silvanir,
5519 por favor. **O Senhor Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci** sem
5520 intervir na decisão de cada segmento eu entendi quase que no final de toda
5521 a nossa conversa que esse processo não começou agora, a gente, o
5522 Conselho se eu entendi, há meses atrás, no começo do ano delegou
5523 algumas companheiras para fazer esse acompanhamento, entendi na fala da
5524 Godói que tem um processo de acúmulo aí cuja delegação eu sugiro que o
5525 segmento que elas, Godói e Jane estiverem fazendo essa articulações,
5526 vocês levarem em conta. **O Senhor Conselheiro José Araújo da Silva** eu
5527 não discordo da fala do Ademar, mas esse assunto não passou pelo Pleno,
5528 então eu nem sabia dessa reuniões que elas estão acontecendo. Então acho
5529 que assim, a gente foi pego de surpresa e saber que tinha todo um trabalho,

5530 eu acho que também precisa ter conhecimento dessas coisas para poder
5531 opinar. **A Senhora Conselheira Leila Pizzato** bem eu não sei se ajuda, mas
5532 eu penso que se nós conseguirmos então organizar essa delegação depois
5533 nós vamos ter que organizar ainda mais nos prepararmos para essa
5534 representação, por favor, Jane Conselheira, Conselheira Jane. **A Senhora**
5535 **Conselheira Jane Pereira Clemente** só a título de esclarecimento, essas
5536 reuniões que a Godói citou, inclusive na reunião com o Ministro de Saúde,
5537 nós até fizemos o relatório de participação e apresentamos no pleno passou
5538 por aqui socializando. **O Senhor Conselheiro José Araújo da Silva**
5539 esclareceu que a sua dúvida se passou pelo pleno, não se lembrava. O
5540 relatório pode ser que sim, mas a autorização para eles participarem em
5541 nome do Conselho eu acho que não. **A Senhora Conselheira Leila Pizzato**
5542 encaminhando então, vamos encaminhar alguma. **A Senhora Conselheira**
5543 **Cláudia Laureth Faquinote** é só, eu estou entendendo da pergunta do
5544 Araújo, passou o relato veio ao pleno sim só a compreensão de que esta
5545 atividade estava vincula a uma série de participações relativas a preparação
5546 do Fórum Social Mundial, é só isso a pergunta. E acho que se não fica
5547 parecendo de que gente está fazendo as coisas aqui alheia ao Conselho e
5548 eu não concordo absolutamente com isso. **A Senhora Conselheira Maria**
5549 **Aparecida do Amaral Godoi de Faria** quando chegou o convite que a
5550 presidenta pediu para a gente ir lá, nós não sabíamos exatamente o que era.
5551 Quando nós chegamos à reunião nós imediatamente chamamos a
5552 presidente que saiu da sala e nós a posicionamos, ela pediu a que gente
5553 fizesse um relato, nós fizemos o relato e no relato dissemos que já saímos
5554 de lá com uma data de reunião marcada. A Presidente colocou dizendo se a
5555 gente poderia continuar participando das reuniões em nome do Conselho,
5556 todos se manifestaram favorável, por isso, inclusive que nós fomos, se não

5557 nós não iríamos, eu acho que porque o contrário disso é colocar em dúvida a
5558 nossa conduta é muito ruim, eu não gostaria disso. Então eu gostaria que
5559 inclusive a nossa Presidente se manifestasse. **O Senhor Conselheiro**
5560 **Charles Roberto Pranke** não Godói, eu entendo talvez eu me expressei
5561 mal. Em momento algum eu vi a ligação da participação de vocês lá eu não
5562 me lembro de ter visto no relato de escrito que vocês vão participando na
5563 preparação do Fórum Social Mundial, não é só para esclarecimento e eu
5564 queria dizer o seguinte, isso é verdade nós estamos muito bem
5565 representados, nada contra. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza**
5566 **Tapajós** o relato nosso diz o seguinte, eu tenho inclusive parte dele aqui, nós
5567 estávamos discutindo organização do Fórum Social Mundial na Tunísia, da
5568 2º Conferência Mundial Sobre Sistemas de Seguridade Social no Brasil, 1º
5569 Conferência Sobre Seguridade Social No Brasil e a reativação do Conselho
5570 Nacional de Seguridade Social, íamos fazer isso, CNAS, CNS e temos toda
5571 uma trajetória, documentos que nós já fizemos inclusive das entidades que
5572 estavam lá e sensibilização do governo brasileiro estará justificando o que
5573 era isso, a importância, enfim, então é um processo que já está em
5574 andamento, em nenhum momento foi dito que o fato de nós estarmos lá
5575 significava que no momento de discutir uma representação para ir, e se
5576 fôssemos ao Fórum, seríamos essas duas não é isso, mas o que está sendo
5577 dito aqui é o (ininteligível). **O Senhor Conselheiro José Araújo da Silva** só
5578 um complemento, lembrar que no Fórum Social de Porto Alegre já que está
5579 presente não sei se a Godói estava. A gente tratou desse assunto, nós
5580 tivemos uma reunião com o CNAS, Presidente do CNAS, Presidência do
5581 CNS, onde então a gente definiu um plano de trabalho que seria trazido para
5582 a pauta dos seus respectivos Conselho e que a gente iria trabalhar, inclusive
5583 a principal decisão naquela ocasião foi a reativação do Conselho de

5584 Seguridade Social, a gente queria trabalhar como Conselho, com relação a
5585 isso. Depois não sei como as coisas caminharam não sei se chegou com
5586 relatório da Presidência antiga para a nova presidência, não sei como isso
5587 caminha. Foi uma decisão que a gente teve lá em Porto Alegre e claro, junto
5588 com essa decisão também entrava a participação em outros eventos
5589 relativos, inclusive, Fórum Social Mundial. Então só para gente está
5590 historiando um pouquinho e entender onde surgiu essa necessidade de
5591 CNAS participar junto com a saúde e outros elementos. **A Senhora**
5592 **Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** acho que o esclarecimento
5593 Godói ficou esclarecido que não há nenhum tipo de outro entendimento que
5594 não seja esse. **A Senhora Conselheira Leila Pizzato** bem penso que se for
5595 de acordo com esse colegiados, esses encaminhamentos se encerram por
5596 aqui, damos encerrado essa pauta, fica agora encaminhado para Presidência
5597 para as demais providências no sentido de viabilização de recursos e os
5598 outros procedimentos que estão aqui na pauta da Presidência ampliada
5599 como sendo eles verificação junto a Secretaria Geral da Presidência da
5600 República, se há planejamento para a participação do Fórum Social Mundial
5601 de 2013, verificação sobre a comitiva da Presidência da República para o
5602 Fórum Social Mundial de 2013, verificação com o CTB e CUT sobre a
5603 programação das centrais para a participação do Fórum Social Mundial,
5604 agenda de reuniões da Presidência CNAS, com o Chefe do Gabinete da
5605 Ministra, agenda de reuniões da Presidenta do CNAS com o Departamento
5606 de Projetos Nacionais do MDS no dia 18 do 12 agora no dia 18 para tratar da
5607 participação dos Conselheiros no Fórum. Fica bem assim gente?
5608 (ininteligível) Que seriam os encaminhamentos decorrentes dessa nossa
5609 discussão para que a gente possa estar então viabilizando a participação do
5610 Conselho no Fórum Social Mundial da Tunísia em 2013. Ok gente? Então

5611 encerra-se essa pausa e damos sequência na pauta. **A Senhora Presidenta**
5612 **Luziele Maria de Souza Tapajós** muito obrigada. Agora nós entraremos,
5613 senhora Vice-Presidente acho que está encaminhado, acho que nós temos
5614 apenas que lembrar senhora Vice-Presidente dos prazos de indicação
5615 desses nomes, antes de nós começarmos sobre agilidade de respostas que
5616 precisam ser efetivas porque se não nós perdemos prazos. Nós vamos então
5617 agora aos informes. Informes da Secretaria Executiva, informes da CIT, do
5618 CONGEMA, do FONSEAS e do MDS, não é isso Messias? Começamos
5619 então com os informes da Secretaria Executiva pode ser senhores? Pode
5620 ser? Muito obrigada. **A Senhora Secretária-Executiva Maria das Mercês**
5621 passou aos informes da Presidência e da Secretaria executiva. Informes
5622 gerais, ausência justificas Conselheira José Geraldo França Diniz nesta
5623 reunião extraordinária devido aos compromissos institucionais, Conselheiro
5624 Fábio Bruni nesta reunião extraordinária por motivo de férias. Conselheiro
5625 Marcílio Ferrari devido a compromissos institucionais. A Conselheira Gomes
5626 González nessa reunião extraordinária por motivo de doença. A Conselheira
5627 Cláudia Faquinote no período da manhã do dia 10 de dezembro durante esta
5628 reunião extraordinária devido aos compromissos institucionais, o Conselheiro
5629 Volmir hoje comunicado pela Conselheira Dóris. Email enviados aos
5630 Conselheiro, convocações dos Conselheiro, convocações e participações. A
5631 Vice-Presidenta Leila Pizzato participou da Comissão organizadora da 3ª
5632 Conferência Global Sobre o Trabalho Infantil no dia 12 de novembro em
5633 Brasília-DF. A Presidenta Luziele Tapajós participou da mesa de abertura do
5634 2º Encontro de pouco trabalho no dia 19 de novembro em Brasília. A
5635 Conselheira Maria Rodrigues participou da Reunião do FONACEAS no dia
5636 20, 21, 22 de novembro de 2012 em Natal, Rio Grande do Norte. A
5637 Presidenta Luziele Tapajós e a Secretaria Executiva do CNAS participaram

5638 do Seminário Movimentos Sociais da Democracia do Estado, participação
5639 social e democratização do estado. O papel político dos movimentos sociais
5640 no dia 21 de novembro em Brasília-DF. Conselheiro Anderson Mirando
5641 participou da reunião do Comitê Consultivo do Grupo Gestor do Programa de
5642 Aquisição de Alimentos PAA, realizado no dia 27 de novembro de 2012 em
5643 Brasília. A Presidente Luziele Tapajós proferiu palestras sobre o tema
5644 Política Nacional de Educação Permanente do SUAS durante a Reunião
5645 temática da gestão do trabalho no dia 27 de novembro em Brasília. Luziele
5646 Tapajós e a Secretária Executiva do CNAS participaram da cerimônia de
5647 anúncio das novas medidas do Brasil Carinhoso no dia 29 de novembro em
5648 Brasília. O Conselheiro Edvaldo Ramos participou do Encontro das APAEs
5649 do Mato Grosso do Sul para a discussão e reordenamento das ações,
5650 educação, saúde, assistência social, no dia 30 de novembro de 2012 em São
5651 Gabriel do Oeste em Mato Grosso do Sul. O Conselheiro Edvaldo da Silva
5652 Ramos participou da 3ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com
5653 Deficiência nos três a seis de dezembro de 2012 em Brasília. O Conselheiro
5654 José Araújo participou da 119ª Reunião Ordinária da CIT no dia 04 de
5655 dezembro de 2012 em João Pessoa Paraíba. A presidenta Luziele Tapajós e
5656 as Coordenadoras Liliane Neves, Maria Auxiliadora Pereira, participaram do
5657 1º Encontro Nacional da Gestão Nacional do SUAS, realizado no período de
5658 quatro a seis de dezembro de 2012 em João Pessoa Paraíba. Os
5659 Conselheiros Nacionais, titulares e suplentes foram convocados para esta
5660 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social nos dias
5661 10, 11, 12 de dezembro de 2012 em Brasília. Boletins informativos MDS,
5662 boletim semanal do MDS número 361, 362, 363, 364, 365. Boletim Brasil
5663 Sem Miséria novembro de 2012, boletim semanal do MDS número 366 foram
5664 encaminhados aos Conselheiros, documentos diversos sobre o processo de

5665 discussão da política nacional de educação permanente do SUAS
5666 apresentada no âmbito da Comissão de política. Comunicado da
5667 Controladoria Geral da União referente ao debate virtual com tema diálogo
5668 virtual para o governo aberto, fazendo avançar as propostas do controle
5669 social. Documentos da NOB-SUAS para discussão da Comissão de normas,
5670 políticas, Conselhos e financiamentos da assistência social original e com
5671 alterações advindos dos debates anteriores das Comissões, exceto da
5672 degravação da Reunião Plenária de Vitória contendo a parte dos Capítulos
5673 da NOB-SUAS discutidos nas Comissões temáticas. Sra. MARIA DAS
5674 MERCÊS começou a leitura dos documento da memória da reunião.
5675 Documentos da NOB SUAS para a discussão da Comissão de Normas,
5676 Conselhos e Financiamento da Assistência Social original e com alterações,
5677 comentários advindos dos debates anteriores nas Comissões. É certo a
5678 degravação da Reunião Plenária de Vitória contendo a parte do capítulo da
5679 NOB/SUAS discutidos nas Comissões temáticas e ainda capítulos com
5680 contribuições para subsidiar o debate na reunião Plenária de dezembro.
5681 Informações sobre o novo sistema Carteira-Idoso. Pauta da 118ª reunião da
5682 CIT enviada ao Conselheiro José Araújo. Comunicado da 118ª da CIT,
5683 desculpa da repetido, é um comunicado, pauta e comunicado: “Ato e
5684 degradação da reunião descentralizada e ampliada em Vitória – Convite para
5685 participar da cerimônia de anúncio das novas do Brasil Carinhoso realizada
5686 no dia 19 de novembro às 19h no Palácio do Planalto.” Caderno de gráficos
5687 da ação Brasil Carinhoso. Pauta da 207ª reunião ordinária do CNAS.
5688 Comunicados: “Convite para mesa de abertura do Dia do Assistente Social
5689 na cidade de São Paulo no dia 13 de novembro de 2012. Convite para o
5690 seminário de apresentação pública da carta de constituição das estratégias
5691 em defesa da proteção integral dos direitos da criança e do adolescente,

5692 realizado pela Secretaria De Direitos Humanos nos dias 13 e 14 de
5693 Novembro. Convite para a cerimônia alusiva ao Dia Nacional de Zumbi e da
5694 Consciência Negra no dia 21 de novembro em Brasília, enviado pela Ministra
5695 de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Convite para o
5696 Seminário: Atuação Interdisciplinar no sistema prisional Brasileiro – Desafios
5697 e perspectivas no dia 09 de novembro em Brasília, enviado pelo Conselho
5698 Federal de Psicologia”. A presidência do Conselho Nacional de Assistência
5699 Social do Rio de Janeiro, encaminhou o ofício CEAS - Rio de Janeiro número
5700 167/2012 informando sobre a nova gestão: “Foi eleita como Presidente a
5701 Sra. Marizete Rente Lage dos Sindicatos dos Assistentes Sociais do estado
5702 do Rio de Janeiro, representante da sociedade civil e a vice- Presidente Sra.
5703 Nelma de Azeredo, representante do governo da Secretaria De Estado De
5704 Assistência Social E Direitos Humanos. O Conselho Nacional de Assistência
5705 Social do Maranhão informa sobre nova gestão para o período de 2012-
5706 2014, sendo eleita como Presidente a Conselheira Iraneide de Albuquerque
5707 Carvalho, representante da Sociedade Civil pela Associação de Apoio à
5708 População em Instituições organizadas do Maranhão e para o cargo de Vice-
5709 Presidente a representante do governo Luiza de Fátima Amorim Oliveira da
5710 Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania.
5711 A Secretaria Técnica da CIT solicitou a indicação de um representante do
5712 Conselho Nacional de Assistência Social, para participar da Comissão de
5713 Avaliação dos Planos de Reordenamento Residências Inclusivas, a
5714 Presidência indicou a coordenadora de política da Assistência Social, Sra.
5715 Maria Auxiliadora Pereira, a Presidente indicou o Conselheiro Anderson
5716 Lopes Miranda, e a Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa para
5717 participarem do Comitê Consultivo do Grupo Gestor do PAA (Programa de
5718 Aquisição de Alimentos), Atualização do site, inserido em notícia: Começa a

5719 reunião ampliada e descentralizada do CNAS em Vitória, presidente do
5720 Conselho fala sobre reunião descentralizada. Secretário Nacional de
5721 Assistência Social abordou os principais pontos da nova NOB-SUAS na
5722 abertura da reunião descentralizada do CNAS, acesse o hot site da reunião
5723 descentralizada, assista online a reunião ampliada e descentralizada do
5724 CNAS em Vitória. NOB-SUAS inaugura uma etapa histórica para a reforma
5725 de uma política nacional de assistência social. Painel analisou a
5726 consolidação do SUAS. Segundo dia de reunião descentralizada do CNAS
5727 começou com apresentações de sete oficinas. Oficinas marco-regulatório e
5728 integração de benefícios, oficinas, participação dos usuários, vigilância
5729 socioassistencial. Hoje o CNAS realiza sua 206ª reunião ordinária. Oficinas e
5730 pacto federativo e gestão do trabalho SUAS. Segunda reunião ampliada e
5731 descentralizada do CNAS permitiu que profissionais se atualizem sobre a
5732 nova NOB-SUAS e trocassem experiências com gestores de todo o país.
5733 Reunião do CNAS em Vitória representou o diálogo sobre os novos rumos da
5734 política da Assistência Social Oficina na reunião ampliada e descentralizada
5735 do CNAS realizada em Vitória debateu a integração de benefícios e serviços
5736 no âmbito do SUAS, adequação da lei de criação dos Conselhos de
5737 Assistência Social em conformidade com a LOAS foi tema de oficina na
5738 reunião descentralizada. Conselhos devem preencher o censo SUAS, prazo
5739 até 30 de novembro. CNAS garante participação dos Conselhos Estaduais
5740 no Primeiro Encontro Nacional da Gestão Estadual do SUAS em João
5741 Pessoa. CNAS participa do lançamento da segunda fase da ação Brasil
5742 Carinhoso, inserido em notícia principal, a pauta dessa reunião ordinária.
5743 Aniversariante do mês de dezembro: Viviane Vieira do dia 07 de dezembro,
5744 Maria Aparecida do Amaral Godoy de Faria dia 17 de dezembro e Márcia
5745 Rocha no dia 26 de dezembro.” **A Senhora Presidenta Luziele Maria de**

5746 **Souza Tapajós** em 24 de dezembro é meu aniversário de 50 anos. Pois é,
5747 por favor. Conselheira Cláudia e Conselheiro Edivaldo e Conselheira
5748 Margareth. **A Senhora Conselheira Cláudia Laureth Faquinote** queridos
5749 Conselheiros, apenas para desejar-lhes um feliz natal e para quem vai tirar
5750 férias, boas férias e para quem não vai tirar férias, nos encontraremos em
5751 janeiro então e que o natal seja um natal de luz, abençoado e o ano novo
5752 cheio de energia e luz para todos e todas. Obrigada. **A Senhora Presidenta**
5753 **Luziele Maria de Souza Tapajós** Edivaldo, por favor, e depois Margareth e
5754 depois eu gostaria já de chamar para o próximo informe CONGEMAS, pode
5755 ser? Depois o MDS, FONSERJ não está aqui, CIT, só para se preparar. E
5756 depois as comissões. Edivaldo. **O Senhor Conselheiro Edivaldo da Silva**
5757 **Ramos** boa tarde. Eu quero só pedir o registro do relato das representações,
5758 que eu representei o CNAS na Câmara Técnica de do (ininteligível) no dia 27
5759 de novembro. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajó** favor
5760 então Silvany registrar. Conselheira Margareth. **A Senhora Conselheira**
5761 **Margareth Alves Dallaruvera** duas questões aqui. Na página dois, convite
5762 para a mesa de abertura do dia do Assistente Social, esse convite eu
5763 também recebi, foi da Assistência Social, que lá em São Paulo eles
5764 comemoram dia 13 de novembro, não é dia do Assistente Social, houve
5765 algum erro, porque é Assistência Social em São Paulo, eu recebi esse
5766 convite também. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
5767 tudo bem. Então Silvany, eu solicito aos Conselheiros, se puderem fazer uma
5768 notinha para ajudar a (ininteligível). Muito obrigada. **A Senhora Conselheira**
5769 **Margareth Alves Dallaruvera** só para terminar o outro que não consta aqui
5770 no relato, que não consta aqui que no dia quatro de dezembro, no ofício 006
5771 o Fórum Nacional Dos Trabalhadores do SUAS, fez um convite para que
5772 CNAS se fizesse representar na mesa de abertura do seminário que estarei

5773 tratando na hora dos informes dos Conselheiros, mas não consta no relato
5774 esse convite ao Conselho Nacional. **A Senhora Presidenta Luziele Maria**
5775 **de Souza Tapajós** é porque há um prazo que a Secretaria Executiva recebe
5776 e coloca nos informes, só por conta do prazo, mas só para que os
5777 Conselheiros saibam, eu já conversei com a Conselheira Vice-Presidente e
5778 serei eu a estar na abertura deste fórum. Por favor, CONGEMAS. **A Senhora**
5779 **Conselheira Marisa Rodrigues da Silva** pois não presidenta. Informar a
5780 todos os senhores e senhoras Conselheiras que o CONGEMAS também
5781 teve uma participação no encontro do FONSEAS com a pessoa do nosso
5782 Presidente Valdiosmar em João Pessoa, primeiro encontro estadual como
5783 também, ontem dia 11, e dia 12 o nosso presidente esteve presente no
5784 encontro do COEGEMAS do Espírito Santo, todos os COEGEMAS já estão
5785 ser articulando para receber os novos gestores, inclusive esse encontro de
5786 Espírito Santo foi no sentido de também dialogar com os novos Prefeitos,
5787 portanto nós já estamos começando a realizar esses encontros a nível dos
5788 COEGEMAS nas instância estadual. No dias 20 também o CEGEMAS de
5789 Sergipe estará se reunindo e já convidou a Secretária Denise para participar,
5790 nós estamos aguardando a confirmação da agenda da Secretária para estar
5791 em nosso encontro. E queremos Senhora Presidente, reforçar mais uma vez
5792 a participação desse Conselho nos nossos próximos encontros regionais.
5793 Infelizmente no encontro de Salvador, este Conselho na pessoa da
5794 Presidenta não pode estar presente na oficina que inclusive foi solicitada por
5795 nós do CONGEMAS para ser colocado especificamente para trabalhar sobre
5796 a questão do controle social tão importante essa discussão com nós
5797 Gestores, então, nós estamos solicitando mais uma vez aqui, que esse
5798 Conselho, que a Presidenta Luziele possa estar confirmando a presença
5799 desse CNAS nas nossas oficinas, nos encontros que serão realizados nos

5800 dias 19 e 20 de fevereiro na região sul em Foz do Iguaçu, nos dias 26 e 27
5801 na região norte que será realizado em Belém, nos dias 06 e 07 de março
5802 será realizado na região centro-oeste no município de Rio Ver de Goiás e
5803 nos dias 12 e 13 de março que será realizado em Belo Horizonte, portanto,
5804 Senhora Presidenta, nós gostaríamos que este Conselho estivesse
5805 participando conosco nessa discussão do controle social frente aos nossos
5806 gestores nas demais regiões do nosso país. Muito obrigada. **A Senhora**
5807 **Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** essa programação
5808 Conselheira, de todas essas datas, ela já está, mesmo com aquelas
5809 modificações? **A Senhora Conselheira Marisa Rodrigues da Silva** nós
5810 alteramos agora definitivamente. Essas são as oficiais. **A Senhora**
5811 **Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** vão chegar para o Conselho
5812 as oficiais. As novas datas. Então por favor, passe para que a gente já possa
5813 providenciar a ida. Por favor, informes do MSD. **A Senhora Conselheira**
5814 **Simone Aparecida Albuquerque** bem, quero dizer que a nossa Secretária
5815 se organizou para dar os informes do MDS pela manhã, mas como nós
5816 transferimos para a parte da tarde, então eu farei os informes para o nosso
5817 Ministério. Primeiro informe é sobre a Conferência Global sobre o trabalho
5818 infantil: “A conferência global sobre o trabalho infantil resulta da iniciativa de
5819 um conjunto de países que lideram o movimento mundial pela erradicação
5820 das piores formas de trabalho infantil. A primeira e segunda conferência
5821 global foram realizadas respectivamente em 97 e 2010 em Haia e Holanda
5822 respectivamente. A terceira conferência global sobre o trabalho infantil, será
5823 realizada no Brasil em outubro de 2013, em Brasília. E terá como objetivos:
5824 realizar balanço de progresso conquistados, desde a adoção da convenção
5825 de piores formas de trabalho infantil da CIT, Convenção 182 de 1999,
5826 também avaliar obstáculos e propor medidas para acelerar o progresso na

5827 eliminação de piores formas de trabalho infantil, propiciar a troca de
5828 experiências sobre as estratégias adotadas pelo países participantes para o
5829 enfrentamento da problemática do trabalho infantil.” O Decreto sem número
5830 de 14 de junho de 2012 convocou a terceira Conferência Global e instituiu o
5831 comitê executivo da segunda conferência global sobre o trabalho infantil.
5832 Esse comitê executivo é formado pelos Ministros do Ministério do
5833 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Trabalho e
5834 Emprego e Ministério das Relações Exteriores. O Decreto instituiu também o
5835 Comitê Construtivo Internacional que reunirá representações governamentais
5836 das Agências da ONU, OIT e Organizações não-governamentais
5837 internacionais da área. O Comitê executivo da Terceira Conferência Global
5838 terá um papel estratégico na etapa preparatória da Conferência e na
5839 realização de diálogos com os países participantes para a construção do
5840 documento base da Terceira Conferência Global este documento terá como
5841 fundamento as Convenções de OIT e as metas para o período de 2016-
5842 2020. O Decreto instituiu também a Comissão Organizadora da Terceira
5843 Conferência composta por 11 Ministérios, Conselhos e Comissão Nacional
5844 da Erradicação do Trabalho Infantil a CONAET. A primeira reunião da
5845 comissão foi realizada em Brasília no dia 12 de novembro de 2012, no
5846 palácio do Itamaraty e teve como pauta o alinhamento das definições
5847 estratégicas, para a segunda conferência global nessa reunião foi informado
5848 que o Ministério obteve autorização junto ao PINUD para customizar a
5849 plataforma virtual a Rio + 20 a fim de proporcionar amplo debate, amplo
5850 debate, participação da sociedade brasileira dos países desenvolvidos, a
5851 partir do primeiro trimestre de 2014. A próxima reunião da comissão
5852 acontecerá na primeira quinzena de dezembro, para tratar do processo de
5853 elaboração do processo base com apoio técnico da OIT que será posto em

5854 consulta política, em consulta pública nacional internacional para definição
5855 do temário de encontros virtuais e presenciais preparatórios para a
5856 conferência. O segundo informe é sobre o acompanhamento de famílias
5857 entes o descumprimento de condicionalidades do programa bolsa-família.
5858 Informar aos senhores e senhoras a alteração da portaria 321 que
5859 regulamenta a gestão de condicionalidades do programa bolsa-família e
5860 publicação da instrução operacional conjunta SENARC, da SNAS que
5861 divulga os estados e municípios. Orientação para inclusão do bolsa-família
5862 em fase de suspensão e acompanhamento socioassistencial com registro no
5863 SICON. E solicitação da interrupção temporária assegurando as famílias a
5864 manutenção da transferência de renda e o acesso ao serviço. Quais são as
5865 novidades? Alteração dos procedimentos para cancelamento do benefício,
5866 de acordo com a nova Portaria, as famílias beneficiadas do bolsa-família com
5867 crianças e adolescente de até 15 de idade, nutrizes ou gestantes e
5868 adolescentes de 16 ou 17 anos que descumprirem as condicionalidades
5869 ficam sujeitos aos seguintes efeitos aplicativos de forma sucessiva: Primeiro
5870 uma advertência no primeiro registro de descumprimento. Segundo o
5871 bloqueio do benefício por um mês no segundo registro de descumprimento,
5872 terceiro suspensão do benefício a partir do terceiro registro de
5873 descumprimento e reiteradamente a partir da ocorrência de novos efeitos por
5874 descumprimento de condicionalidades do período de seis meses
5875 descontados da data da aplicação da última suspensão. O cancelamento dos
5876 benefícios do bolsa-família em decorrência do descumprimento das
5877 condicionalidades ocorrerá quando simultaneamente a família estiver na fase
5878 de suspensão, o acompanhamento estiver ativo e registrado no SICON e se
5879 após 12 meses contado do mês em que simultaneamente tenham começado
5880 a vigorar as condições previstas nos incisos um e dois, a família apresentar

5881 novo descumprimento com efeito no benefício no primeiro período de
5882 acompanhamento de condicionalidade posterior. Nenhuma família com
5883 descumprimento de condicionalidades terá o benefício cancelado sem que
5884 previamente lhes seja assegurado o acesso ao serviço de acompanhamento
5885 familiar, o PAIF ou PAIEF, os efeitos do descumprimento passarão a ser
5886 publicados gradativamente quando do tempo decorrido entre o efeito
5887 descumprimento e seguinte for menor ou igual a seis. Na portaria atualmente
5888 vigente este período é de 18 meses, fato que tem levado a grande número
5889 de suspensões e cancelamentos. No dia 21 de novembro a SENARC e a
5890 SNAS realizaram atividades com técnicos estaduais para apresentar e
5891 discutir a nova portaria, a proposta de instrução operacional que detalha os
5892 novos procedimentos e responsabilidades. O outro informe é sobre a
5893 Reunião Técnica Nacional Da Gestão Do Trabalho do SUAS. Nos dias 26 e
5894 27 de novembro aconteceu em Brasília a Reunião Técnica Nacional Da
5895 Gestão Do Trabalho com representantes das equipes de Referência Da
5896 Gestão Do Trabalho, dos estados e do Distrito Federal, com as equipes da
5897 SNAS, SAGI, com consultores da áreas e contamos com a participação da
5898 Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social Luziele Tapajós. A
5899 reunião materializa a estratégia de apoio técnico da área e teve como
5900 objetivo de pautar as questões pertinentes da Gestão Do Trabalho. Seus
5901 desafios e agenda propositiva é articulada entre os entes federativos. Na
5902 oportunidade foi socializado de forma expositiva e dialogada, os projetos
5903 pedagógicos dos cursos de introdução e atualização dos percursos
5904 formativos para o Programa Nacional de Capacitação do SUAS com a
5905 entrega de um cd contendo os referidos projetos a todos os presentes na
5906 reunião, a saber: Introdução – 40 horas. Curso de Introdução ao
5907 Improvimento dos Serviços e Benefícios e a implementação de ações do

5908 plano Brasil Sem Miséria. Atualização: disponibilizados dois projetos
5909 pedagógicos sendo: Curso para indicadores, para diagnóstico e
5910 acompanhamento do SUAS e do programa Brasil Sem Miséria, com carga
5911 horária de 40 horas e o curso de atualização e gestão financeira e
5912 orçamentária do SUAS com carga horária de 40 horas. Encaminhamentos e
5913 agendas para 2013 da Gestão do Trabalho: fevereiro - realização do primeiro
5914 encontro nacional com as instituições de ensino superior, integrantes da rede
5915 nacional de capacitação e educação permanente do SUAS. Início da
5916 execução de capacitações em março de 2013. Encontro nacional de
5917 avaliação da implementação do Capacita SUAS em sua primeira etapa em
5918 maio de 2013, cinco encontro regionais a ser realizados em 2013, sendo
5919 Centro-Oeste, o estado sede no Mato Grosso do Sul, no Norte o estado sede
5920 é o Tocantins, Nordeste o estado sede é a Bahia, no Sul o estado sede é o
5921 Paraná e no Sudeste o estado sede é o Espírito Santo. O encontro nacional
5922 será realizado em Brasília. Realizar também um debate sobre a categoria do
5923 trabalho no âmbito do SUAS. Também realizar uma oficina com as equipes
5924 de referência de gestão do trabalho sobre mesas de negociação. Um outro
5925 informe é sobre o censo SUAS 2012, nós abriremos, como abrimos todo ano
5926 para verificação e retificação de dados para estados e municípios de três de
5927 dezembro a 14 de dezembro de 2012. Quero também informar aos senhores
5928 e senhoras acerca de uma consulta pública realizada pelo nosso Ministério
5929 que está desenvolvendo dois cadernos de educação alimentar e nutricional
5930 com objetivo de promover a alimentação adequada e saudável
5931 especialmente das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social,
5932 para isso uma parceria entre a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e
5933 Nutricional e a Secretaria Nacional de Assistência Social foi realizada para
5934 construção dos materiais: o caderno teórico Direito Humano à Alimentação

5935 Adequada e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários têm como
5936 objetivo subsidiar a equipe técnica do serviço socioassistencial de proteção
5937 social básica no planejamento e desenvolvimento de atividades de educação
5938 alimentar e nutricional. Esse caderno está dividido em dois capítulos, sendo
5939 que o primeiro capítulo aborda alguns pressupostos de uma alimentação
5940 adequada e saudável, e o capítulo seguinte trata dos aspectos relacionados
5941 às necessidades e cuidados nutricionais específicos para crianças,
5942 adolescentes, adultos e idosos. Já o caderno metodológico – Direito Humano
5943 à Alimentação Adequada e os Fortalecimentos Familiares De Comunitários
5944 apresenta atividade de educação alimentar nutricional de acordo com os
5945 ciclos de vida, exemplificando algumas metodologias de educação alimentar
5946 nutricional que podem ser abordadas nos serviços socioassistenciais. A
5947 presente publicação irá subsidiar a prática de educação alimentar
5948 desenvolvidas junto aos grupos de famílias do PAIF e no Serviço De
5949 Convivência e Fortalecimento de Vínculos bem como outros serviços
5950 ofertados na rede socioassistencial. Abordagem da educação alimentar
5951 nessa rede é importante para promover a formação de hábitos alimentares
5952 adequados e saudáveis, valorizando e respeitando especificidades culturais
5953 e regionais dos diferentes grupos e etnias. Além de fortalecer vínculos
5954 familiares e sociais, contamos com mais de 7mil CRAS em todo território
5955 nacional, e apesar de existir algumas ações de educação alimentar, nesse
5956 espaço o tema ainda é pouco explorado, antes da consolidação final desse
5957 material, gostaríamos de aprimorar com a contribuição de todos, a consulta
5958 pública ficar disponível entre cinco de dezembro a 15 de janeiro de 2013,
5959 para isso os dois cadernos estão disponíveis na íntegra e também divididos
5960 em blocos para facilitar a contribuição individual. Cada pessoa identificada
5961 por nome, CPF e endereço eletrônico poderá contribuir uma vez em cada

5962 bloco de texto com até 2500 caracteres com espaço, os cadernos estão
5963 disponíveis no site do MDS www.mds.gov.br em caso de dúvidas por favor
5964 entre em contato por e-mail educacaoalimentarenutricional@mds.gov.br.
5965 Plano Brasil sem miséria é o último informe do nosso Ministério, ações para
5966 a sociedade quilombola, realizou-se no dia 21 de novembro de 2012 no
5967 Palácio do Planalto com a presença da Senhora Presidenta da República
5968 Dilma Rousseff cerimônia alusiva ao dia nacional de zumbi e da consciência
5969 negra com anúncio de ações do Governo Federal para as sociedades
5970 quilombolas, o conjunto de atos e medidas anunciadas, integrações do nosso
5971 Ministério, da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial –
5972 SEPPIR, do Ministério da Educação – MEC, do Ministério do
5973 Desenvolvimento Agrário – MDA e do Ministério da Cultura por meio da
5974 Fundação Cultural Palmares, visando consolidar os direitos sociais desse
5975 público que se encontra em situação de alta vulnerabilidade social, promover
5976 o acesso as serviços e possibilitar sua inclusão produtiva, criando condições
5977 para produção de alimentos para auto-consumo e para comercialização do
5978 excedente geração de renda, nesse sentido, a pactuação federativa é
5979 fundamental para atribuir mais efetividade das políticas públicas para as
5980 comunidades quilombolas. No âmbito do Plano Brasil Sem Miséria as
5981 comunidades quilombolas configuram como o público mais vulnerável,
5982 marcado pela miséria, pela questão racial e pela histórica exclusão social e
5983 recebem, portanto o destaque nas ações do Governo Federal para
5984 superação das situações de vulnerabilidade. Configuram conjunto de ações:
5985 primeiro: expansão de oferta de água em comunidades quilombolas,
5986 segundo: realização de ações para atualização cadastral desse público no
5987 Cadastro Único, terceiro: aquisição de produtos agrícolas por meio do
5988 programa de aquisição de alimentos e programa nacional de alimentação

5989 escolar, quarto: a assinatura de termos de cooperação entre MDA, MDS e
5990 SEPPIR para fortalecer a execução de chamada Assistência Técnica em
5991 Extensão Rural, que é o ATER Quilombola, realização de chamada de ATER
5992 Quilombola, promoção de eventos para possibilitar o acesso a documentos,
5993 realização de ações para facilitar o processo de regularização fundiária, tais
5994 como: assinatura de decreto de desapropriação e a assinatura de termo de
5995 cooperação, SEPPIR, INCRA, com vistas ao financiamento de relatórios
5996 técnicos de identificação e definição pelo INCRA, regulamentação da
5997 emissão de declaração de aptidão ao PRONAF – Programa Nacional de
5998 Fortalecimento da Agricultura Familiar para comunidades quilombolas,
5999 certificação do MEI da Fundação Cultural Palmares das comunidades
6000 quilombolas, estabelecimento de diretrizes curriculares para educação
6001 quilombola, reconhecendo a especificidade cultural dessa população e
6002 fortalecendo as escolas naquelas comunidades. No âmbito da Política de
6003 Assistência Social a oferta de serviço de proteção básica se dará por meio
6004 de apoio técnico e material e capacitações a serem realizadas pelos estados.
6005 Fortalecimento das ações de busca ativa: a) mobilizar e orientar os
6006 municípios, articulação com a gestão do Bolsa Família no SUAS, realização
6007 de ações com vistas obter um diagnóstico dos territórios quilombolas com
6008 base na listagem disponibilizada identificando meio apropriado de
6009 deslocamento logística necessária em cada localidade, identificação de data
6010 deverá ocorrer no mesmo período nos três estados entre outros e outra ação
6011 é participar do planejamento das ações, bem como do seu monitoramento
6012 São esses os meus informes. Agradeço Presidenta. **A Senhora Presidenta**
6013 **Luziele Maria de Souza Tapajós** obrigada Conselheira Simone. O
6014 Conselheiro Anderson está inscrito, então logo depois a Conselheira Leila
6015 por gentileza, Conselheira Margareth. Depois vamos para os informes das

6016 CIT e senhores Coordenadores para o informe dos Conselheiros das
6017 Comissões. **O Senhor Conselheiro Anderson Lopes Miranda** obrigado
6018 Presidenta, eu quero dar dois informes rapidinho. **A Senhora Presidenta**
6019 **Luziele Maria de Souza Tapajós** é porque ele tinha se inscrito, depois é
6020 você, pode ser? **O Senhor Conselheiro Anderson Lopes Miranda** no dia
6021 21 de dezembro eu convido a todos e a todas, o Movimento Nacional da
6022 População de Rua conjuntamente com o Movimento Nacional Dos
6023 Catadores, estaremos fazendo o décimo encontro Natal com a Presidenta
6024 Dilma Rousseff, será em São Paulo, já tem mais de nome Ministros e
6025 Ministras confirmados, vai ser na quadra dos bancários com o apoio da CUT,
6026 do Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Comerciários e outros parceiros,
6027 aonde nós firmaremos compromissos com a política da população em
6028 situação de rua e com os catadores de materiais recicláveis. Então no dia 21
6029 de dezembro, a gente só está afirmando o horário presidencial, já está na
6030 agenda da Presidenta e só falta afirmar o horário que a Presidenta chega a
6031 São Paulo para esse encontro. Então eu convido a todos e todas os
6032 Conselheiros e Conselheiras e pessoas convidadas aqui, que estiverem em
6033 São Paulo no dia 21, que compareçam na quadra dos bancários, tudo bem?
6034 Outro... Cama Presidenta. Outro convite que eu tenho a fazer é no dia 24 de
6035 dezembro também, quem estiver a São Paulo, em Salvados, em Belo
6036 Horizonte, nas sete capitais onde está o Movimento Nacional da População
6037 de Rua, nós faremos o Natal Solidário com a população de rua. Em São
6038 Paulo será na Praça da Sé, não temos o acordo de distribuir comida, e sim
6039 cultura, shows, atividades, tendas dos direitos humanos, é claro que a
6040 alimentação estará disponível num local adequado, com mesas, músicas,
6041 que também disponibilizemos na quadra dos bancários para 1500 pessoas
6042 em situação de rua almoçarem e selar o natal, então no dia 24 na Praça da

6043 Sé, em São Paulo, nós faremos oitavo Natal Solidário com a população em
6044 situação de rua, mas nas oito cidades desse país onde se encontra o
6045 Movimento Nacional. Obrigado e bom natal, bom ano novo a todo mundo. **A**
6046 **Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** muito obrigado
6047 Conselheiro Anderson, eu gostaria de pedir aos Conselheiros que têm esses
6048 informes, que são datas importantes, mande para nós por e-mail, para que a
6049 gente possa estar socializando, tudo bem? Obrigada. **O Senhor**
6050 **Conselheiro Anderson Lopes Miranda** amanhã Presidenta, nós teremos
6051 uma reunião oficial com Secretaria Geral da Presidência e toda a segurança
6052 para fechar o evento amanhã. Eu encaminho amanhã, pós a reunião em São
6053 Paulo eu já encaminho para a secretaria. **A Senhora Presidenta Luziele**
6054 **Maria de Souza Tapajós** Vice-Presidenta, por gentileza. **A Senhora**
6055 **Conselheira Leila Pizzato** só complementando uma fala que a Simone fez
6056 em relação sobre a Terceira Conferência Global sobre trabalho infantil e que
6057 também está nos informes, este Conselho Nacional está sendo representado
6058 na Comissão Organizadora através desta Conselheira e da Conselheira
6059 Margarida, de forma (ininteligível) ao Governo da Sociedade Civil. Então eu
6060 estive na primeira reunião que foi a sessão de instalação da Comissão
6061 Organizadora em que estavam várias representações dessa área, e que
6062 estava sendo coordenada pela Ministra Tereza Campello e pelo Embaixador
6063 Antônio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores. Mas enquanto
6064 eu estava lá, eu pensava, qual era a função desde Conselho nesta
6065 Comissão, e eu me dei conta, a medida que foram aparecendo as falas, que
6066 eu deveria trazer algumas questões que foram lá colocadas, para que nós,
6067 enquanto Conselho Nacional, pensássemos na nossa função de controle
6068 social diante deste tema, trabalho infantil, que é tão preocupante no Brasil.
6069 Eu só queria relatar aqui que eu não sei se esses dados são fidedignos, eu

6070 não acho que é algo que a gente tem que estar conversando sobre eles, mas
6071 a Senhora Iza Maria de Oliveira do Fórum Nacional de Previsão e
6072 Erradicação do Trabalho Infantil informou que o censo de 2010 , registram
6073 quase 3 milhões de crianças e adolescentes até 17 em situação de trabalho
6074 nas piores formas, e também afirmou em sua fala que até agora o Brasil, em
6075 10 anos, em uma década o Brasil conseguiu erradicar o trabalho infantil de
6076 520 mil crianças e adolescente, e aponta esse número para uma década
6077 como bastante insuficiente naquilo que seria a expectativa da erradicação do
6078 trabalho infantil. E esses números não foram contrariados em nenhuma fala,
6079 e eu fiquei pensando, nós temos um programa de erradicação de trabalho
6080 infantil que foi instituído eu acho que pelo ano de 2000 se não me engano, e
6081 nós estamos no ano de 2012, eu penso que esse conselho deveria se
6082 debruçar sobre esse programa e debruçar sobre os resultados desse
6083 programa, e eu sugiro então a essa Plenária, Senhora Presidenta, que esse
6084 tema seja pautado para toda a plenária como prioridade. O outro ponto que
6085 eu queria ressaltar, eu queria falar de uma frase, pensamento do Ministro
6086 Antônio Aguiar Patriota que diz que o verdadeiro nome da paz se chama
6087 justiça social e que para esse publico da assistência social não está
6088 acontecendo ainda. E eu acho que era isso que eu queria comentar com os
6089 senhores nesse momento. Amanhã tem reunião, a Conselheira Margarida
6090 estará indo, nós combinamos de ir alternância quando as nossas
6091 possibilidades não permitirem estarmos as duas, então amanhã a
6092 Conselheira Margarida está indo, nós ganhamos também um documento
6093 com todas as apresentações feitas nessa Comissão de Instalação que
6094 depois nós vamos deixar, eu vou deixar aqui para o Conselho Nacional,
6095 ganhamos também um bóton que é este que está aqui, que é um cata-vento,
6096 esse coloridinho aqui, Conselheira Margarida e eu já passei o dela, enfim, eu

6097 acho que é isso nesse momento. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de**
6098 **Souza Tapajós** muito obrigada Senhora Vice-Presidenta. Agora eu passo a
6099 palavra a Conselheira Margareth e depois a Conselheira Nilsia e depois
6100 solicito o informe da CIT e os Conselheiros Coordenadores. **A Senhora**
6101 **Conselheira Margareth Alves Dallaruvera** o informe que eu vou dar,
6102 primeiro convidar a todo o Conselho e já vamos depois distribuir, que vai
6103 acontecer dia 14 e dia 15 o primeiro Seminário Nacional do Fórum Nacional
6104 dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único de Saúde
6105 (intervenções simultâneas), é porque a Léa me emprestou os óculos e tomou
6106 de novo, entendeu? A culpa é da Lea. Primeiro Seminário Nacional do Fórum
6107 Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único de Assistência
6108 Social com o título – Identidade e Representação dos Trabalhadores nos
6109 Espaços Públicos irá acontecer nos dias 14 e 15 de dezembro na
6110 Universidade de Brasília, na UNB, toda a programação que está aqui, vamos
6111 distribuir para todos os Conselheiros para que possam ter a participação, já
6112 teremos a participação inclusive do Conselheiro José Crus, a Presidente vai,
6113 pode pegar e ir passando por gentileza. E o segundo informe que eu queria
6114 dar e vão ser dois bem rápidos, o primeiro é que aconteceu aqui em Brasília
6115 conforme nós... Aconteceu o quarto congresso da nossa Federação e
6116 historicamente como presidente fundadora da Federação, a gente entregou a
6117 gestão agora, foi um processo... Hoje quem está no comando da direção da
6118 nossa Federação é uma companheira do Rio Grande do Sul, onde dois
6119 estados merecidamente ganharam a condução da Federação, Presidente do
6120 Sindicato do Rio Grande do Sul, e na Vice-Presidência temos a Presidente
6121 do Sindicato de Alagoas, então teve toda uma recomposição na direção,
6122 porque brincam, porque 12 anos na direção, brinco assim, não sou vitalícia,
6123 tipo Fidel Castro que ficou lá tanto tempo. Só Fidel Castro pode não, mas eu

6124 entreguei em grande estilo uma Federação com bastante representação, e
6125 ganhei uma placa que depois eu quero dividir a felicidade com vocês, que foi
6126 pelo menos um reconhecimento dos congressistas pelo trabalho realizado
6127 nesses 12 anos. E por último, dizer para você que esse trabalho também
6128 apenas hoje, tão novinha, com 12 anos e existência, nem adolescente ela
6129 ainda está, ela acaba de, tomou posse hoje na pessoa da companheira do
6130 Rio Grande do Sul na titularidade do Conselho Nacional de Saúde, então é
6131 um avanço que gente tem de a nossa entidade, nos vários espaços de
6132 representação que nós temos, e como não terei mais fala até o final quero
6133 desejar a todos aqui com muito carinho, feliz natal a todos os Conselheiros,
6134 Conselheiras, convidados, toda a Secretaria Executiva, toda a equipe técnica
6135 e um feliz ano novo, e até 2013. Obrigada. **A Senhora Presidenta Luziele**
6136 **Maria de Souza Tapajós** eu acho que você vai ter mais uma fala, mas ainda
6137 assim eu agradeço bastante querida Conselheira Margareth. Por favor,
6138 Conselheira Nilsia. **A Senhora Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos** eu
6139 gostaria apenas de adiantar que hoje eu tive uma grata satisfação e notícia,
6140 porque em setembro passado eu tive uma reunião com o Sr. Alessandro
6141 Reis, que é diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-
6142 Brasileiro e na oportunidade ele me convidou, se a gente não poderia fazer
6143 um trabalho em um quilombo em Pernambuco, é composto por mais de 1200
6144 famílias, em situação de muita carência e exclusão e ele queria fazer uma
6145 frente de trabalho com, interministerial, Ministério da Saúde, Ministério da
6146 Educação e gostaria de contar com a presença de alguns companheiros
6147 representante deste Conselho e hoje ele me ligou aqui na parte da manhã
6148 dizendo que havia me enviado um e-mail que a fundação Palmares havia
6149 liberado recurso financeiro para esta ação então efetivamente vai acontecer
6150 no próximo ano, e eu tentei acessar o e-mail, e o e-mail não chegou, e eu

6151 mandei um comunicado para ele mas assim que chegar, Mercês, eu envio
6152 para você, já conversei com a Presidente, com a Vice-Presidente desse
6153 conselho, para ver se a gente consegue ir, contando com a presença da
6154 Conselheira Marisa, na oportunidade, a gente conseguisse pontuar através
6155 da sua pessoa, você colaborasse com agente, a Prefeitura local desse
6156 município que eu vou citar brevemente para que pudesse lá, a gente
6157 pudesse trabalhar a questão do BPC, porque ele esteve lá por ocasião deste
6158 ano e viu que lá são muitos negros em situação mais de 60 anos, é, são três
6159 municípios em situação de muita necessidade, nem sabe o que é BPC, então
6160 esse é um trabalho que a prefeitura, a Assistência, o CRAS, o CREAS dessa
6161 prefeitura, então a gente vai comunicar em tempo hábil, gostaria muito que
6162 este conselho estivesse representado através algum Conselheiro que se
6163 sentir capacitado. Muito obrigado. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de**
6164 **Souza Tapajós** Conselheira, eu então solicito a Senhora que envie um
6165 expediente com todas essas informações para que a gente possa decidir
6166 sobre, muito obrigada Conselheira. Conselheiro José Araújo, por favor. **O**
6167 **Senhor Conselheiro José Araújo da Silva** os informes da CIT, Presidente.
6168 Eu acho que a maioria dos Conselheiros sabe, mas é bom sempre lembrar.
6169 A nossa participação na CIT é uma participação de convidado, a gente não
6170 participa dos debates, a gente observa, a gente acompanha. Porque na
6171 verdade é um âmbito de pactuação entre os três entes, município, estado e a
6172 União, então não tem nem como o Conselheiro representante do CNAS se
6173 envolver no debate porque vai acabar levando eventualmente uma posição
6174 que não é a desse pleno, então a gente tem que, inclusive durante o estudo
6175 da NOB na CIT muitas vezes era perguntada a opinião e eu dizia que não
6176 tinha como emitir uma opinião porque eu não sabia o que o pleno pensava a
6177 respeito, então só para dizer que a nossa participação lá é uma participação

6178 simples de convidado, a gente não é parte da CIT, e a última reunião da CIT
6179 foi no último quatro de dezembro na sala de reuniões da Companhia de
6180 Desenvolvimento de Estado da Paraíba lá em João Pessoa e nós
6181 participamos, iniciou às 9h e terminou às 17h. E foram discutido somente
6182 dois assuntos, o reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento
6183 de vínculos, um assunto da maior importância, um debate bastante
6184 acalorado que inclusive pela importância das colocações feitas, os presentes
6185 resolveram que esse assunto volta para uma Comissão técnica para
6186 estabelecer novos critérios nesse reordenamento e será apresentado em
6187 reuniões da CIT, talvez no mês de fevereiro ou março e também foi pactuado
6188 o prazo para o preenchimento do formulário eletrônico, informações sobre as
6189 entidades assistenciais, sociais e o serviço, programa, projeto e benefícios
6190 socioassistenciais escrito nos Conselhos de Assistência Social, foi
6191 prorrogado um pouquinho o prazo para dar tempo de que tudo isso seja
6192 devidamente conhecido para compor o censo. Então Presidente, é esse o
6193 informe que eu queria dar , do CIT. Obrigado. **A Senhora Presidenta**
6194 **Luziele Maria de Souza Tapajós** muito obrigada ao senhor. Conselheiro
6195 Charles. **O Senhor Conselheiro Charles Roberto Pranke** eu também estou
6196 com um problema de horário, só pedi agora para despedir de todo mundo e
6197 dizer um bom natal para todos e que a gente tenha um 2013 mais alegre e
6198 especial com a aprovação na NOB-SUAS e a gente se vê por aí. **A Senhora**
6199 **Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** muito obrigada, Conselheiro.
6200 Não tem mais ninguém aqui? Estamos recebendo aí o nosso querido
6201 Presidente Carlos Ferrari com a Fernanda, sejam muito bem-vindos.
6202 Conselheiro José Crus, Conselheiro Edivaldo. Eu gostaria que o Conselheiro
6203 José Crus fosse localizado para logo após poder fazer a leitura da pauta e
6204 Conselheira Margareth. Conselheiro Edivaldo, por gentileza. **O Senhor**

6205 **Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos** eu quero só comunicar aos
6206 presentes que a entidade que estou Presidente teve um processo eleitoral
6207 agora no mês de novembro, ainda que não fosse meu plano inicial, fui
6208 reconduzido para mais um mandato. **A Senhora Presidenta Luziele Maria**
6209 **de Souza Tapajós** receba nossos cumprimentos Conselheiro Edivaldo pela
6210 sua recondução, muito merecida e que dará certo muitos produtos aos seus
6211 pares. Eu gostaria então de chamar os Conselheiros Coordenadores.
6212 Conselheira Margareth por gentileza. Porque no primeiro dia de reunião da
6213 comissão, algumas comissões resolveram já as suas pautas já no primeiro
6214 dia. Então é bom que a gente passe aqui para ficar socializado e gravado.
6215 Por favor, Conselheira Margareth. **A Senhora Conselheira Margareth Alves**
6216 **Dallaruvera** memória da Reunião, Comissão de acompanhamento aos
6217 Conselhos de Assistência Social. Reunião 005/2012, data 10 de outubro de
6218 2012, horário de 9h às 18h, local: CNAS. Conselheiros presentes: Margareth
6219 Alves Dallaruvera – Coordenadora, Charles Roberto Pranke, José Araújo da
6220 Silva, Luziele Maria de Souza Tapajós. Conselheiros com a ausência
6221 justificada: Aldenora Gomes Gonzalez – Coordenadora adjunta, Fátima
6222 Aparecida Rampin, Solange Teixeira, Carlos Rogério de Carvalho Nunes,
6223 Convidados: Ana Paula Gonçalves, Alexandre de S. Trivelino. Ouvinte:
6224 Suzana Borges Centeno Marino, Vandrize de Freitas, Carlos Nambum.
6225 Secretaria Executiva do CNAS: Liliane Neves do Carmo – Coordenadora,
6226 Josué Alves dos Santos e Lílian Guedes. Um: discussão da norma
6227 operacional básica: “A Comissão discutiu os capítulos nove e dez do texto da
6228 NOB”. Dois: “ pauta da reunião do mês de fevereiro: A Comissão priorizou a
6229 discussão da NOB-SUAS, por essa razão não foi definida a pauta para a
6230 reunião de fevereiro, porém há uma pendência que deve ser ponto de pauta
6231 da próxima reunião que apresentamos a seguir.” Dois ponto um: discutir o

6232 documento com orientações aos Conselhos de Assistência Social com
6233 estratégias para o cumprimento da determinação de utilização de no mínimo
6234 3% dos IGD-SUAS e do PBF para o funcionamento dos CAIS contando com
6235 a colaboração das Secretaria Nacional de Assistência Social, CNAS,
6236 Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC, o Fundo Nacional de
6237 Assistência Social, FNAS, Margareth Alves Dallaruvera – Coordenadora da
6238 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social. **A**
6239 **Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** por favor,
6240 **Conselheiro José Araújo. O Senhor Conselheiro José Araújo da Silva**
6241 seria interessante que fosse sempre distribuído por escrito, como era antes,
6242 as decisões da Comissão, a gente fica um pouco perdido quando não tem
6243 esse documento. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós**
6244 essa é a vez, primeira, que nós colocamos as Comissões por último, por
6245 conta de toda as características do dia de hoje. Nós mudamos a pauta, nós
6246 tivemos as visita do senhor Vice-Ministro, etc., na verdade as comissões nem
6247 iam colocar agora, mas eu achei por bem colocar exatamente passasse em
6248 branco essa decisão deliberada lá. Muito obrigada pela sua compreensão,
6249 **Conselheiro. Conselheiro José Crus, por gentileza. É a pauta para a próxima,**
6250 **para que a gente sem essa agenda para fevereiro. O Senhor Conselheiro**
6251 **José Ferreira Crus** obrigado Presidente. Então a Comissão Anti-Política
6252 propõe a realização de reunião extraordinária no dia 18 de fevereiro de 2013
6253 que tratará dos seguintes assuntos, da reunião conjunta com a Comissão de
6254 Financiamento. Nós vamos tratar nessa reunião conjunta do reordenamento
6255 do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos atendendo também a
6256 resolução CNAS número 35 de 2011, e teremos as Secretária Nacional de
6257 Assistência Social convidada para apresentar a proposta, a concepção e a
6258 proposta deste reordenamento, e também nós já vínhamos postergando a

6259 reunião conjunta com a Comissão de Acompanhamento de Benefício e
6260 Transferência de Renda, a pauta é tratarmos dos assuntos convergentes da
6261 Comissão Anti-Política com esta Comissão. Então a gente também já...
6262 Como estamos agendando uma reunião extraordinária, que a gente faça
6263 essas duas agendas. O encaminhamento é que a Secretaria Executiva
6264 defina o turno dessas duas reuniões porque em função dos planos de
6265 viagem dos Conselheiros dessas Comissões envolvidas. A reunião ordinária
6266 que será no dia 19, na terça-feira com a seguinte pauta: a Política Nacional
6267 De Educação Permanente do SUAS, como os senhores sabem, esse
6268 documento foi concluído pelo GT coordenado pela Jane e eu, mas ainda há
6269 possibilidade de contribuições até 30/12/2012 , como esse pleno
6270 encaminhou, então ainda vamos tratar das análises dessas contribuições ao
6271 texto que foram recebidas até essa data, e também vamos trabalhar a
6272 proposta da resolução de aprovação da Política Nacional De Educação
6273 Permanente do SUAS. Também acertamos na nossa reunião, que faremos
6274 um alinhamento das metas, Senhora Presidente, estabelecidas no plano de
6275 ação, tendo em vista que várias pautas que estavam colocadas no nosso
6276 plano de ação, algumas já trabalhamos, outra não conseguimos esgotá-la.
6277 Então nessa primeira reunião a gente vai tratar das metas estabelecidas no
6278 plano de ação da Comissão. É isso, Senhora Presidente. Obrigado. **A**
6279 **Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** muito obrigada.
6280 Conselheiro Ademar, por gentileza, Comissão de Financiamento. **O Senhor**
6281 **Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci** eu estou substituindo o Valmir,
6282 quem esteve presente na Comissão de Financiamento: Valmir, Ademar,
6283 Clara e Dóris. Quem se justificou: Fábio, José Geraldo e o Marcílio. A gente
6284 teve o Jaime Rabelo Adriano, como convidado e a Secretaria Executiva:
6285 Jamile, Mirele, Suzane. A pauta para fevereiro definida foram dois pontos: o

6286 relatório final de execução orçamentária e financeira, exercício de 2012 e a
6287 revisão, atualização do Manual Orientador aos Conselhos de Assistência
6288 Social sobre matéria orçamentária e financeira, provavelmente essa
6289 discussão do manual, conforme a gente vinha na discussão mais qualitativa
6290 vai supor pensar estratégias de disseminação dessa revisão do manual
6291 orientador. Assina Valmir Raimondi. **A Senhora Presidenta Luziele Maria**
6292 **de Souza Tapajós** muito obrigada, Conselheiro Ademar. Conselheira
6293 Marisa, Comissão de Normas, pauta. Volto a dizer aos senhores
6294 Conselheiros que excepcionalmente está sendo só tratada a pauta para que
6295 nós não fiquemos sem a perspectiva do conteúdo de fevereiro. **A Senhora**
6296 **Conselheira Marisa Rodrigues da Silva** vamos colocar apenas o que nós
6297 definimos na Comissão para a pauta de fevereiro. No mês de fevereiro a
6298 Comissão de Normas terá como pauta o início da discussão da revisão da
6299 resolução CNAS número 16/2010 que define os parâmetros nacionais para
6300 inscrição das entidades e organizações e organizações de assistência social,
6301 bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais
6302 nos Conselhos de Assistência Social dos Município e do Distrito Federal. Na
6303 reunião será definida a metodologia para o debate, revisão da resolução, terá
6304 como estratégias, a análise do artigo 11, revisão da resolução CNAS número
6305 16/2010 considerando a questão do Cadastro Nacional da Assistência
6306 Social, CNEAS e o vínculo SUAS, inclusão do debate sobre o procedimento
6307 de recurso que consta nos parágrafos quarto e quinto da resolução. A
6308 Conselheira Leira Pizzato, ela fará a apresentação de seus estudos sobre o
6309 tema após a leitura da resolução do CNAS número 16/2010, foi acordado
6310 entre nós Conselheiros da Comissão. A consultoria jurídica do MDS vai ser
6311 convidada também para acompanhar os debates, e esse assunto deverá ser
6312 incluso nas reuniões regionalizadas com os conselhos previstos no plano de

6313 ação da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos para que os
6314 Conselhos apresentem sugestões para a revisão desta resolução. Na
6315 reunião de fevereiro também será apresentado um relatório anual das
6316 entidades certificadas pelo MDS, pelo DRSP, como também os demais
6317 assuntos que constam no plano de ação da Comissão para ser discutido no
6318 mês de fevereiro, deverão ser reagendados para os próximos meses
6319 seguintes, também a Secretaria Executiva, ela deverá levantar também todos
6320 os documentos relacionados ao tema – Tecnologia (ininteligível) e
6321 encaminhá-los para o conhecimento dos Conselheiros da Comissão até
6322 fevereiro, portanto são esses os que nós definimos para trabalhar em
6323 fevereiro. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** muito
6324 obrigada Conselheira Marisa. Senhores Conselheiros, senhoras
6325 Conselheiras, nós temos aqui uma solicitação da Sra. Márcia Mansur para
6326 apresentação de duas publicações e ela gostaria da palavra para fazer a
6327 apresentação. Gostaria de solicitar os senhores, de demandar aos senhores,
6328 se podemos franquear a palavra, pode ser? Por favor, senhora Márcia. **A**
6329 **Senhora Conselheira Márcia Mansur Saadallan** boa tarde a todas e todos.
6330 Sei que o tempo está curto, todo mundo no final da reunião, mas só queria
6331 divulgar alguns materiais que o Conselho Federal de Psicologia produziu,
6332 esse último mês. Um é um material, a gente tem uma coleção –Drogas e
6333 Cidadania em debate e a gente está com um material, com alguns artigos de
6334 alguns autores teóricos, estudiosos que vêm debatendo sobre a temática, eu
6335 acho que é uma temática importante desse Conselho Continuar discutindo o
6336 tema sempre volta. O Anderson está aí também, a gente está com uma
6337 frente nacional de drogas e cidadania, então é um tema importante a gente
6338 trouxe então par distribuir a cartinha e uma revista que também é desse ano,
6339 mas é do começo do ano, que também trás vários debates sobre a temática

6340 de álcool e drogas, vai ter para todo mundo, ele está distribuindo, então tem
6341 também gente o CREPOP que é o Centro de Referência em Psicologia e
6342 Política Públicas que vêm construindo referências para o trabalho da
6343 psicologia nas políticas públicas, a gente lançou agora em novembro a
6344 publicação das referências técnicas para atuação dos psicólogos em
6345 programas de medidas socioeducativas em meio aberto, é uma temática
6346 também importante para estar dentro do SUAS, é uma pesquisa que é feita
6347 com psicólogos do Brasil inteiro sobre a atuação com as medidas
6348 socioeducativas, a gente também trouxe para divulgar e só aproveitando, a
6349 gente está terminando agora a publicação – As Referências Para Atuação do
6350 Psicólogo e da Psicóloga do CREAS, foi uma publicação importante para a
6351 gente. A gente demorou um tempo para fazer porque a gente teve várias
6352 contribuições, o material foi para consulta pública, o MDS participou, teve
6353 uma contribuição importante. A gente vai lançar essa publicação em
6354 fevereiro e eu gostaria de já pleitear um espaço aqui, porque eu acho que é
6355 uma publicação importante, o José Crus esteve já, a gente conversou, a
6356 gente tem pensado em algumas formas de lançar e divulgar essa publicação,
6357 a gente sabe que a psicologia precisa se qualificar para esse trabalho hoje
6358 no CREAS e a gente tem feito isso pelo Conselho, e a gente quer um espaço
6359 em fevereiro, março, abril, quando der para a gente vir apresentar com mais
6360 tempo, com mais calma, essa publicação, essa pesquisa que a gente fez
6361 sobre o trabalho da psicologia no CREAS. Obrigada, é isso. **A Senhora**
6362 **Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** obrigada senhora Márcia.
6363 **Conselheiro José Araújo**, por favor. **O Senhor Conselheiro José Araújo da**
6364 **Silva** a Cláudia teve que se retirar e pediu que eu fizesse um informe em
6365 nome dela. É um convite da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência
6366 da República, convidando para o prêmio Direitos Humanos 2012, vai ser no

6367 dia 17 às 15h30 no auditório Vladimir Murtinho, no Palácio do Itamaraty, em
6368 Brasília, então é um convite feito a todos, e inclusive queria dizer que a
6369 nossa coordenadora nacional da Pastoral da Pessoa Idosa vai ser agraciada
6370 nesse dia com esse prêmio também. Obrigado. **A Senhora Presidenta**
6371 **Luziele Maria de Souza Tapajós** muito obrigada Conselheiro José Araújo.
6372 Eu gostaria de solicitar o nosso ex-Presidente, o nosso colega Carlos Ferrari
6373 para fazer o uso da palavra e cumprimentar os conselheiros, por favor, fique
6374 a vontade Conselheiro. **O Senhor Conselheiro Carlos Rogério de**
6375 **Carvalho Nunes** eu não podia deixar de passar aqui para dar um abraço,
6376 desejar um bom final de ano, um bom natal, um bom ano novo e também
6377 não podia deixar de cumprimentar pessoalmente pela aprovação da NOB
6378 ontem, eu acho que a gente inaugura um momento novo para a política, com
6379 muitos desafios novos, então eu queria cumprimentar a todos os
6380 Conselheiros e a nossa presidente, presidenta, perdão. E que tem imprimido
6381 um ritmo muito bom, viu Presidenta, a gente fica constantemente informado
6382 com os materiais, está muito bacana a política de comunicação, então eu
6383 queria cumprimentar a equipe técnica, todo os trabalhadores aqui desse
6384 conselho que até o meio do ano caminharam comigo, abraçar a todos
6385 também, desejar um bom natal, um bom ano novo. E vamos em frente,
6386 trabalhando pelo SUAS, que 2013 seja um ano bastante bacana para a
6387 gente. **A Senhora Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós** muito
6388 obrigada, Ferrari, está sempre em casa, sintá-se sempre em casa entre nós
6389 (ininteligível) não há necessidade de convite como você bem sabe. Certo?
6390 Muito obrigada então. Então senhores Conselheiros, chegamos ao fim de
6391 mais uma reunião ordinária de quatro dias, cujo resultado foi de enorme
6392 importância, eu acho que é muito interessante, nós nos vemos e nós nos
6393 olharmos cansados, porém com a consciência absolutamente firme e

6394 tranqüila e em paz, que nós efetivamente cumprimos a nossa missão,
6395 cumprimos a nossa jornada, eu gostaria antes, lógico os senhores já estão...
6396 Eu gostaria de propor um novo ponto de pauta agora (intervenção fora do
6397 microfone) Na verdade eu gostaria de dizer aos senhores, agora eu estou na
6398 vibe do senhor Manoel de Barros e gostaria de agradecer a cada um
6399 absolutamente por tudo que fizeram, pelo tanto que me ajudaram nessa
6400 gestão, a mim e a Vice-Presidente Leila. Quero dizer aos senhores que nós
6401 estamos em processo experimental do twitter do CNAS e do facebook do
6402 CNAS, não fizemos ainda a anúncio desses dois instrumentos de mídia,
6403 porque estamos experimentando, mas dizer que já em fevereiro
6404 provavelmente, nós já estaremos com a sede completamente reformada e
6405 muito provavelmente dependendo do nosso esforço em fevereiro não já
6406 estaremos aqui com todo o mobiliário novo, enfim com tudo aquilo que nós
6407 tanto quisemos e na linha do Manoel de Barros, nada como um pantaneiro
6408 para acabar esse ano que foi rio, fogo, mar, céu, tempestades, lá em Vitória,
6409 todas as forças e energias da natureza, ele fala muito bonito assim:
6410 “Senhoras e senhores da jornada, geramos no mundo, nossa ninhada e com
6411 ela o nosso projeto, nossa luta, porém é certo que nos volta com força bruta
6412 o ordinário fato de não pensarmos no que virá depois desse simples ato,
6413 porque pertence ao homem a habilidade de ser sujeito transformador, porque
6414 pertence à mulher a habilidade de ser sujeita transformadora, de realizar todo
6415 dia o seu show de competência, engolindo o fogo de orgulho, se esquivando
6416 do atirador de faca, domando os problemas que rugem, mas, respeitável
6417 público...” e eu diria mais, senhores conselheiros, o show não pode parar. As
6418 vezes dói viver, as vezes dá preguiça de continuar, quando nos esquecemos
6419 que somos os construtores deste arame onde andamos. Muito obrigada, um
6420 excelente natal a todos, um ótimo ano novo e, no ano novo cheio de garra,

6421 cheio de trabalho. Muito obrigada querida equipe da gravação, taquigrafia,
6422 um cumprimento especial à Secretaria Executiva e a todos os nossos
6423 queridos servidores aqui do CNAS. Conselheiros pela festa de anteontem
6424 que deixou marcar do que se foi e que se estiver no youtube eu vou
6425 processar a senhorita Maria Aparecida Godoy. Um grande abraço. Palmas
6426 para nós.